

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUANA DE AMORIM DONIN

**ACADEMIA DE MARINHA: NORMATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO MILITAR
NAVAL NO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO
(1837-1858).**

NITERÓI
2014

LUANA DE AMORIM DONIN

**ACADEMIA DE MARINHA: NORMATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO MILITAR
NAVAL NO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO
(1837-1858).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Niterói
2014

D683a Donin, Luana de Amorim

Academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858). / Luana de Amorim Donin. – Niterói, 2014.

183 p. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

1. Academia de Marinha. 2. Brasil Império. 3. Ensino Militar. 4. Forças Armadas. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II. Título.

CDD: 981

LUANA DE AMORIM DONIN

**ACADEMIA DE MARINHA: NORMATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO MILITAR
NAVAL NO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO
(1837-1858).**

Banca Examinadora

Prof.º Dr. Carlos Gabriel Guimarães (Orientador)

Prof.ª Dr.ª Adriana Barreto de Souza (Arguidora)

Prof.ª Dr.ª Luís Fernando Saraiva (Arguidor)

Niterói
2014

Para Alberto,
por me fazer acreditar...

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Helvio e Rosemary, por terem fornecido todos os meios para realização dos meus estudos e conquistas ao longo de toda a minha vida. Pelo carinho, compreensão, amor e paciência nos momentos difíceis e por me fazerem acreditar na capacidade do meu sucesso.

Aos meus irmãos, Mariana e Thiago, pelo eterno companheirismo desde as travessuras da infância até hoje - nas travessuras do mundo adulto.

Ao meu amado Alberto, inspiração deste trabalho, pelo suporte e carinho em todos os momentos da minha vida. Por estar sempre ao meu lado e permitir a realização dos meus maiores e melhores sonhos. Obrigada por sempre pintar arco-íris nas minhas tempestades e colocar estrelas no meu céu.

A Marilene, Alberto e Francine que me adotaram com amor, e me tornaram parte de uma linda família. Agradeço pela disponibilidade, conversas e ajudas ao longo destes dois anos. E também por me concederem a honra de viver ao lado do Alberto.

A Capes e ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pelo financiamento e disponibilidade acadêmica para realização desta pesquisa.

Ao professor Carlos Gabriel Guimarães pelo incrível apoio e orientação do meu objeto de estudo, desde o início da faculdade. E por me oferecer a oportunidade do exercício da pesquisa e do ofício de historiador. Obrigada pelas intensas horas de debates e trocas de emails, que tornaram esse caminhar mais tranquilo e proveitoso.

A professora Gladys Sabina Ribeiro e Adriana Barreto de Souza por aceitarem participar da leitura deste trabalho, permitindo uma troca de informações e de conteúdo que foram importantes para este trabalho. A trajetória acadêmica de sucesso das duas é espelho e inspiração para que eu siga nesta árdua, mas prazerosa profissão. E ao professor Luiz Fernando Saraiva pela prontidão em aceitar fazer parte e contribuir para o engrandecimento deste trabalho

A Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, e principalmente os amigos que fiz ali durante o estágio, que possibilitaram a prática da pesquisa e aproximação com o

meu objeto de estudo. Agradeço especialmente, Wagner Bueno, Renato Restier e Carlos André Lopes pelas oportunidades de aprendizado acadêmico, troca de materiais e a disponibilização constante para que este trabalho fosse realizado.

Aos meus eternos amigos de carreira acadêmica, Letícia Campos e Gustavo Pereira, obrigado pela amizade, pela paciência, pelas motivações e pelas horas de conversas tentando me convencer que a jornada acabaria com sucesso.

Aos meus amigos, que por sorte são muitos, por me ajudarem a suportar os momentos de dúvidas e incertezas. E por me acompanharem sempre em qualquer aventura da minha vida. A amizade de vocês foi fundamental para o sucesso desta pesquisa, agradeço por me permitirem estar sempre ao lado de vocês.

Resumo

Este trabalho centrou-se na Academia de Marinha, instituição voltada ao ensino militar do oficialato naval do Império do Brasil no século XIX. Entre as décadas de 1830 e 1850, sofreu inúmeras intervenções e reformas que tiveram como foco a consolidação de uma educação militar para o oficial naval, que deveria lidar com os avanços tecnológicos e científicos produzidos na área naval e de guerra, uma nova concepção mais profissionalizada da carreira militar e a introdução de uma nova relação entre o aspecto militar e o Estado, que então se formava. Nesse sentido, buscou-se através da análise do processo reformista, que culminaria com novos Estatutos em 1858, mapear as possíveis inovações e heranças para o ensino militar naval em uma Marinha em plena transição.

Palavras-Chaves: Império do Brasil, Academia de Marinha, ensino militar naval, Marinha de transição.

Abstract

This work focused on the Naval Academy, an institution dedicated to the education of naval military officer corps of the Empire of Brazil in the nineteenth century. Between the 1830s and 1850s, has experienced numerous interventions and reforms that have focused on the consolidation of a military education for naval officer, who should deal with technological and scientific advances made in the naval area and war, a new more professional design military career and the introduction of a new relationship between the military aspect and the State that was being formed. Accordingly, we sought through analysis of the reform process, which culminated in 1858 with new statutes, map the possible innovations and legacies for naval military training in a Navy in transition.

Key Words: Empire of Brazil, Naval Academy, Naval Military school, Navy transition.

SÚMARIO

| | |
|--|--------|
| Introdução | p. 1 |
| Capítulo 1 - O Estado Imperial e a Marinha: percepções acerca da formação do Estado Imperial e seus reflexos sobre o projeto político naval imperial. | |
| 1.1 O Nascer de uma Academia Naval..... | p. 5 |
| 1.2 A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha no Rio Janeiro em 1808..... | p. 13 |
| 1.3 A construção do Estado Imperial brasileiro e sua perspectiva militar..... | p. 16 |
| 1.3.1 O caso do Brasil Imperial..... | p. 26 |
| 1.4 A Marinha Imperial no contexto Oitocentista..... | p. 39 |
| Capítulo 2 – A construção das reformas navais: os debates parlamentares e ministeriais acerca da construção do oficial naval e sua educação. | |
| 2.1 A influência dos programas navais europeus na construção acadêmica militar da Academia dos Guardas-Marinha..... | p. 58 |
| 2.1.1 O Caso Inglês..... | p. 61 |
| 2.1.2 O Caso Francês..... | p. 67 |
| 2.2 A Academia dos Guardas-Marinha vista pelos Ministros da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha..... | p. 70 |
| 2.3 A Academia dos Guardas-Marinha vista pela Câmara dos Deputados..... | p. 104 |
| Capítulo 3 – O projeto da oficialidade naval imperial: consolidação dos estatutos de 1858 na Academia de Marinha. | |
| 3.1 Primeira tentativa reformista militar naval em 1839 | p. 125 |
| 3.2 Consolidação do programa educacional imperial para a oficialidade em 1858..... | p. 142 |
| Considerações Finais | p. 164 |

Introdução

“A profissão naval tomou forma em um tempo em que a Marinha era uma frota de embarcações a vela. Em muitos sentidos, portanto, o treinamento, as tarefas e os padrões dos oficiais navais eram diferentes daqueles do nosso tempo. Diz-se que o comando de um navio moderno, com seus equipamentos técnicos elaborados, requer uma mente cientificamente treinada. O comando de um navio a vela requeria a mente de um artesão”
(Norbert Elias)

As reflexões acerca da profissão naval realizadas por Elias,¹ no estudo do surgimento da profissão naval, no caso inglês, refletem precisamente as pretensões deste trabalho, que grosso modo, se concentrou no entendimento do surgimento de um oficialato militar naval “mais moderno” no Império do Brasil em meados do Século XIX. Diversos caminhos poderiam ser utilizados para compreender este momento de transição, todavia o escolhido foi o mapeamento do aspecto da formação educacional e intelectual através das normas e estatutos que regeram a instituição com tal finalidade: a Academia de Marinha.

Historicamente, a função militar naval foi exercida por muito tempo sem determinações específicas do que ela seria, sendo utilizada apenas durante a guerra. A Marinha militar, em sentido mais moderno, associado à proteção de nação ou território permanentemente foi algo gestado a partir do Século XIX, e conseqüentemente a conformação da profissão do oficialato também. O corpo de oficiais de uma instituição militar representa, em moldes atuais, uma posição de gerência técnica, profissional da arte da guerra e do comando de tropas e tripulações. Suas funções são extremamente detalhadas e tem a formação como um dos quesitos básicos, e ocupam dentro da hierarquia militar posto de destaque, que aumenta de acordo com o tempo de serviço e o mérito da carreira. Todavia nem sempre foi assim.

Era comum no período de predomínio das embarcações a vela a exigência de uma técnica mais artesanal para navegação, e por esta razão por longo período as funções de navegação eram delegadas ao “marinheiro”, e utilizados de forma temporária nas batalhas. No período das Grandes Navegações devido à intensa competição entre as monarquias, a necessidade de ser também “soldado” a esses “marinheiros” gerou a necessidade de “um

¹ ELIAS, Nobert. Estudo sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpelins. In: *Revista Mana: estudos de Antropologia Social*, nº 7, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000100005&script=sci_arttext

oficial da velha Marinha tinha que reunir algumas das qualidades de um artesão experiente e de um cavaleiro militar.”²

Entretanto, tal formulação gerava certos conflitos dentro da Marinha, pois “ser cavaleiro” e “ser marinheiro” tinham conotações sociais diferenciadas na época Moderna, onde ser cavaleiro era distinção da marca da nobreza e ser marinheiro a distinção de status inferior. Para Elias, tal divisão implicou em um conflito interno que possibilitou a formulação da profissão naval que seria cada vez mais envolta na ideia de um oficial naval que ocupasse ambas as posições, ou seja, que tivesse em sua formação o dever da guerra e o conhecimento marítimo necessário. A transmutação de uma divisão entre técnica naval e o exercício nobiliárquico de cargos militares, foi se sedimentado ao longo de um intenso processo que envolveu o avanço científico, a formação do Estado-Nação e dos preceitos tecnológicos, políticos, econômicos e sociais trazidos pelo advento do Liberalismo e Iluminismo.

As Academia Militares, nesse sentido, foram representações marcadas por esta construção mais profissional do oficialato militar. Nascidas, em sua maioria, em fins do século XVIII, em um momento de evolução científica intensa, mas ainda pautada por requisitos nobiliárquicos para entrada na carreira militar, ao longo do século XIX passaram por modificações e transformações em direção à construção de um ensino sólido da técnica militar e com isso a entrada de novos valores disciplinares do campo militar moderno.³ O contexto era de transição, e assim vários aspectos políticos, econômicos e sociais dos Oitocentos, a formulação de uma Marinha militar mais próxima às exigências tecnológicas e a valores como hierarquia, mérito, disciplina, defesa nacional e estratégia foram aos poucos embutidos em um organograma burocrático e administrativo subordinado a um Estado.⁴

Os objetivos deste trabalho se concentraram na análise dos discursos e normas específicas sobre a Academia de Marinha, instituição de ensino militar naval do Império do Brasil. Criada em 1796, ainda sob a esfera de uma aristocracia militar em Portugal, foi transferida para o Brasil juntamente com a Corte Joanina. Em território brasileiro se consolidou, tendo permanecido aqui após o rompimento entre Brasil e Portugal, e passou por

²ELIAS, 2001, p. 94

³ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996

⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira & CORRÊA, Maria Letícia. Para uma leitura teórica: da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, jul-dez 2012. p. 23.

modificações em seus estatutos e redirecionamento de suas funções em meados do século XIX, em contexto específico de construção do aparato estatal e do modelo militar ocidental.

Dentro de tal trajetória destacou-se a promulgação de novo Regulamento em Maio de 1858 para Academia de Marinha, classificado como grande rompimento com uma cultura militar do Antigo Regime no quesito do ensino militar.⁵ Nesse sentido, procurou-se analisar o processo histórico que culminou na instalação destes novos regulamentos, observando as possíveis inovações e heranças dentro dos dispositivos que compuseram a nova lei. Inicialmente, o recorte cronológico se estendia entre os anos de 1831 e 1858, perfazendo um longo caminho que nos faria analisar, pelo menos três grandes modificações nas normas da Academia de Marinha, sendo a primeira ocorrida em 1831. Tal objetivo modificava inclusive o título da dissertação, pois se utilizava do nome oficial da Academia em início dos anos de 1830: **Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinhas**. Todavia, com o desenrolar da pesquisa e análises discursivas dos ministros, políticos e militares do período ficou claro que o processo que culminou na instalação de um novo Estatuto em 1858 se gestou a partir de um momento histórico muito preciso para história do Império do Brasil: o Regresso.

Tornava-se claro que a construção de um projeto de oficialidade naval se coadunava ao projeto de construção de um Estado saquarema, aos olhos de Ilmar de Mattos, que preservaria as heranças e colocaria as inovações sob o escopo da manutenção da propriedade e da escravidão.⁶ Como apontou Adriana Barreto, as instituições militares entrariam na órbita da modernização conservadora, resgatadas como braço importante do discurso da ordem e da civilização pregados por uma classe senhorial que tomou a direção do Estado.⁷ Assim, o momento entre o iniciar de um projeto político no Regresso e a conclusão do mesmo na Consolidação permitiu a instalação de uma série de reformas no âmbito militar no intuito de engendrar tais instituições ao escopo das heranças e das inovações trazidas pelo híbrido século XIX. Assim, o recorte cronológico se consolidou entre os anos de 1837 e 1858, que no caso da Academia de Marinha, foram representantes de uma longa gestação de discursos que culminaria em moldes mais profissionais do oficialato militar naval.

⁵ ALBUQUERQUE, Antônio Luz Porto. Academia Real dos Guardas-Marinha. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 2º vol. Tomo II, 1979

⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2011

⁷ SOUZA, Adriana B. de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Declaradas as intenções gerais e os objetivos mais amplos deste trabalho, o texto foi estruturado visando estabelecer um caminho que partiu das configurações mais conjunturais acerca da formação do Estado Imperial e da Marinha Imperial para as questões mais internas ligadas à construção de um ensino militar naval, o cotidiano acadêmico e a aproximação de certo profissionalismo militar em plena gestação nos Oitocentos. Os documentos utilizados para percorrer tal caminho estavam associados à esfera política e administrativa do Estado Imperial e da Marinha, sendo os Relatórios do Ministro da Marinha, as discussões no ambiente parlamentar e a maciça documentação gerada no cotidiano da Academia de Marinha, documentos centrais para a compreensão do projeto que se instituiu acerca do oficial naval.

Desta forma, no primeiro capítulo, tratar-se-á das questões referentes ao nascimento da Academia de Marinha, ainda em Portugal, e as possíveis implicações deste processo, seguindo-se da análise de questões mais contextuais acerca da formação do aparato estatal e das instituições militares ocidentais que, em dado momento, passariam a se estabelecer de forma diferente, construindo assim um novo modelo para o entendimento do “ser militar”, e conseqüentemente como esse processo influenciou a própria constituição do Brasil Imperial, suas instituições militares e suas particularidades. Por último, buscou-se adentrar na esfera administrativa de uma Marinha Imperial em plena transição, consolidando suas funções neste novo cenário.

No segundo capítulo será abordado mais especificamente o processo do ensino militar naval nas visões dos Ministros e Deputados imperiais, com intuito único de enxergar conflitos, entendimentos e projetos acerca da esfera de formação do Oficial Naval, que devido às modificações materiais e científicas na esfera marítima, necessitava de novas conformações para suas atribuições.

Por fim, o último capítulo se concentrará na análise das normas e das determinações do Estatuto de 1858, compreendendo na realidade jurídica a relação com os anseios e opiniões despertados pelos personagens políticos e militares que participaram ativamente da construção do projeto de formação da oficialidade naval imperial brasileira, e como esse processo afetou, no plano ideal, as características de um novo modelo profissional militar.

Capítulo 1

O Estado Imperial e a Marinha: percepções acerca da formação do Estado Imperial e seus reflexos sobre o projeto político naval imperial.

1.1 O Nascer de uma Academia Naval

A **Academia de Marinha** foi uma instituição de ensino militar, que durante os anos do Império do Brasil ficou encarregada da formação do oficialato da Armada Imperial. Contudo, apesar de ser nomeada assim no contexto da Independência do Brasil, essa instituição militar, na verdade, derivou da instituição de ensino militar transferida de Portugal para o Brasil junto com a Corte joanina, que era denominada **Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha**.⁸

Criada em 14 de Dezembro 1782, a Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha foi o primeiro estabelecimento voltado ao ensino de um oficialato naval português. Segundo Carlos André Silva, tal instituição começou a ser forjada em uma cultura militar portuguesa “formada num amplo processo de organização do aparato militar, que se inicia no Reinado de D. José I (1750-1777)”.⁹ Portanto, a criação dessa escola naval em Portugal estava associada a dois movimentos importantes do governo português em um período de rearranjos do aparato imperial em meados setecentistas: um movimento que envolvia pequenas modificações na cultura militar portuguesa e o outro ligado à própria constituição de um novo modelo educacional.¹⁰

⁸Sobre História da Academia de Marinha ver: ALBUQUERQUE, Antônio Luz Porto. Academia Real dos Guardas-Marinha. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 2º vol. Tomo II, 1979; Idem. *Da Companhia dos Guardas-Marinha e sua real Academia a Escola Naval (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox Brasil, 1982; BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940; SCAVARDA, Levy. A Escola Naval através dos tempos. In: *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: SDGM, Vol. XIV, 1955.

⁹SILVA, Carlos André Lopes. A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas e a emergência da profissão militar: um estudo através das normas – (1782-1839). In: Simpósio Nacional de História ANPUH: 50 anos. XXVI, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1.

¹⁰SILVA, Carlos André Lopes. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na Alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. 2012. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 29

Relacionado com a introdução dos novos conhecimentos trazidos pela Ilustração, tal empreendimento também pode ser situado em um contexto internacional de avanço da ciência como conceito explicador da realidade, um período entre a segunda metade do século XVIII e XIX, momento de grande ebulição intelectual e cultural de proliferação de academias e sociedades científicas.¹¹ Entretanto, as tentativas de modernização da carreira militar portuguesa na segunda metade do século XVIII, tiveram pouco impacto sobre a estrutura da Marinha, tendo em vista que nesse período a maioria dos decretos que visavam à estruturação militar era voltada para as forças de terra em um momento de perigo para o reino de Portugal.

No período pombalino, as principais ações voltadas para estrutura militar se centraram na reforma do Exército Português, realizada pelo Conde de Schaumberg-Lippe¹², na criação de auditorias de guerra e um aumento da importância das milícias e ordenanças no cenário colonial português.¹³ Segundo Fernando Dores Costa, em meados do século XVIII, encontrasse no reino de Portugal uma cultura militar associada ao regime cortesão, onde não se enfrentava os adversários e nem se embutia as inovações do campo militar.¹⁴ A preocupação com o estado militar do Império ocorria sempre em contextos de tensão bélica europeia e se apoiava na busca financeira e material na Inglaterra e nos oficiais estrangeiros.¹⁵ Nesta conjuntura que tivemos a entrada da figura do Conde Lippe na história militar portuguesa, com o envolvimento de Portugal na Guerra dos Setes Anos.¹⁶ O Conde Lippe foi

¹¹ DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à Escola Militar: a profissionalização do ensino militar no Brasil (1810-1850)*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado Rio de Janeiro, 2004, p.12.

¹² A Reforma imposta pelo Conde de Schaumberg-Lippe visou uma organização da estrutura militar baseada nos pontos essenciais que rodeiam o exército, principalmente a disciplina da tropa tanto das condições morais quanto as materiais, além de salientar as posições estratégicas em um campo de batalha incentivando a instrução. O Conde inglês chega em Portugal em 1762, e a pedido do rei D.José I assumiu o comando das forças terrestres portuguesas e apronta por ali uma profunda reforma que durou até 1767. Cf.: BRITO, António Pedro da Costa Mesquita. Publicações alemãs sobre o Conde Lippe: uma orientação bibliográfica. In: Revista Militar. Jan/2011. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=627. FREIRE, Miguel. Um Olhar actual sobre a transformação do Conde de Lippe. Revista Nação e Defesa. N.112, Outono-Inverno 2005. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1140/1/NeD112_MiguelFreire.pdf

¹³ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. “Exército, milícia e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. *Revista Da Cultura* Ano VIII, nº 14, jun 2008.. http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf

¹⁴ COSTA, Fernando Dores. Guerra no tempo de Lippe e de Pombal. In: BARATA, Manuel Themudo, Teixeira, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004. p. 332

¹⁵ A respeito da economia e finanças portuguesa e sua relação com a Inglaterra no século XVIII cf. COSTA, Leonor Freire. Relações econômicas com o exterior. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro F. da (org.). *História Económica de Portugal 1700-2000. Volume I O Século XVIII*. 2ª Ed.. Lisboa: ICS, 2005, pp. 263-298; CARDOSO, José Luis. Políticas econômica. In: LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro F. da (org.). *História Económica de Portugal 1700-2000. Volume I O Século XVIII*. 2ª Ed.. Lisboa: ICS, 2005, pp. 345-368.

¹⁶ Idem, p. 334

responsável por incitar uma formulação mais disciplinar e rígida nas tropas afastando um pouco o conteúdo de redes e intrigas da fidalguia e resgatando um estilo prussiano na formação militar portuguesa. Entretanto, o alcance desta disciplina e ordem não pode ser considerado um momento completo de transformação da cultura militar portuguesa, pois existem fatos de ordem culturais e material, ligados as condições da administração régia na manutenção das tropas e a cultura aristocrática dos oficiais militares, que impediram a consolidação de uma profissionalização ainda nesse tempo. A obra do Conde Lippe iniciou um movimento de repensar a estrutura militar portuguesa, contudo não foi ainda o momento da mudança completa.¹⁷

Uma ação mais voltada ao aparato militar-naval foi posta em prática no governo de D. Maria I, momento onde se evidencia a criação da Academia e a promulgação de seus estatutos.¹⁸ A introdução de mudanças no aparelho militar português estava imbricado por um contexto de virada do século XVIII e XIX que foi permeado por uma prática militar híbrida que era associada ao mesmo tempo tanto à aristocracia militar, onde a entrada ao oficialato e ao serviço militar era balizada pelo status social e os bens dos indivíduos, quanto ao momento inicial de introdução das primeiras noções mais modernas que acabariam por determinar a criação de uma carreira militar com novos valores.¹⁹ Importante ressaltar que a expansão de poder das monarquias nacionais no final dos setecentos, possibilitou a formação de instituições militares mais consolidadas²⁰, muito embora ainda ligadas às buscas por poder e privilégios empreendidas pela nobreza que cercava o rei. Em Portugal esta noção aristocrática tinha uma pulsação mais forte devido a certas características particulares que associaram com mais força a nobreza e o oficialato militar. Características essas fundadas ainda nas Guerras de Restauração, que possibilitaram uma identificação da carreira militar como espaço que “traduzia muito mais a sua posição no corpo social do reino do que as suas incertas habilitações bélicas”.²¹ Essa estrutura militar da lógica de Antigo Regime, onde a carreira militar estava associada aos laços de nobreza, status social e redes de sociabilidade, foi uma herança do império português, potencializada pela presença da Corte Joanina no Rio de

¹⁷ Idem, p. 346-350.

¹⁸ SILVA, 2012, p. 36

¹⁹ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996; OLIVAL, Fernanda. *As ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

²⁰ WEHLING & WEHLING, 2012, p. 27.

²¹ SILVA, 2012, p. 42.

Janeiro, e que permaneceu fator preponderante no Brasil até meados de Século XIX.²² Carlos André Silva destacou que, ainda no período mariano, apesar de um esforço pela regulamentação e estruturação do aparato militar-naval, a conjuntura da Marinha portuguesa indicava que várias instâncias militares eram marcadas por certa

porosidade dos corpos de oficiais das forças de mar e terra no Portugal setecentista pode ser demonstrada pelas diversas e transitórias portas de entrada presentes em praticamente todas as suas graduações. A inconsistência, naquele contexto, da noção da carreira militar como uma trajetória profissional marcada pela gradual ascensão através da hierarquia de postos, como hoje a vemos, transfigura-se na ocupação dos altos cargos e postos militares por homens da primeira nobreza que reconheciam muitas dessas patentes como títulos que corroboravam a grandeza de sua linhagem.²³

Entretanto, a presença de um cotidiano militar associado à nobreza não impediu o acesso de outros indivíduos que não tinham requisitos nobiliárquicos. Era comum o rei demonstrar sua benevolência oferecendo postos militares a pilotos e outros súditos envolvidos com a prestação de serviços, principalmente nos serviços prestados à proteção ao comércio marítimo português.²⁴ Por isso, podemos associar esse contexto com a própria trajetória da sociedade portuguesa que convivia, na virada para Oitocentos, com um momento de introdução de novos paradigmas espalhados pelo Iluminismo e os velhos paradigmas construtores de um antigo regime.²⁵ Como apontado por Fernando Dores Costa, a mentalidade militar na virada para o Oitocentos possuía ainda elementos de um sistema tradicional português ligado as ordenanças e aos poderes locais, onde o serviço militar estava associado, principalmente nas classes mais baixas a uma tributação forçada.²⁶ E nas classes altas como uma forma de se conseguir alcançar a posição dentro de uma nobreza fidalga, contudo já se apresentava novos ares de um mentalidade militar moderna em gestação.

A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha ganhou uma organização interna oficial apenas em 1 de Abril de 1796, momento de divulgação de uma Carta-Régia de

²²SOUZA, Adriana Barreto. A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro Joanino. *Revista tempo*. Niterói, vol. 12, nº 24, Janeiro/2008. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v12n24a04.pdf

²³ SILVA, 2012, p. 50.

²⁴ Idem. p. 67.

²⁵ No caso de Portugal, especificamente no governo de D. Maria I, cf. CASTRO, Zília Osório de. Poder Régio e os Direitos da Sociedade. O “Absolutismo de compromisso” no reinado de D. Maria I. *Ler História*, 23 (1992): 11-22.

²⁶ COSTA, Fernando Dores. Os problemas de recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação. *Análise social*. Lisboa. Vol. 130, 1995. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379437F7vPI5ke3Qt81XR1.pdf>

D. Maria I.²⁷ Aprovados posteriormente, os estatutos tinham em sua concepção formativa as bases acadêmicas necessárias para consolidação de um ensino militar experimentado em um ambiente de regime disciplinar mais rígido.²⁸ Para Huntington, o aparecimento de preocupações de um ensino militar básico apontavam para o aparecimento de forma embrionária de traços de uma modificação da formação militar em um contexto de transformação dos paradigmas da sociedade ocidental.²⁹ A construção de um regulamento de ensino voltado ao oficial naval representou, no âmbito legislativo, o cenário intelectual da época que estava em plena ebulição.

Analisando os estatutos, percebeu-se a preocupação em estabelecer uma orientação voltada para o funcionamento da Academia e, por isso, se focou em descrever as distribuições das matérias, admissão dos alunos e lentes, exames e do comportamento das aulas, entre outras medidas necessárias para consolidação do ensino para o oficialato militar naval. Pode-se notar na configuração acadêmica curricular dos estatutos a influência do novo olhar científico baseado na matemática e na experimentação, as novas noções de conhecimentos baseados nas ciências naturais de filosofia e matemática, e a preocupação da instalação de uma série de anexos como laboratórios, observatórios para observação e experimentação, em voga nos estudos e no ensino, condizentes com as necessidades específicas que se exigem no comando e manobra de um navio.³⁰ Estabelecia-se a duração de três anos para o curso que se dividia em duas partes: uma parte mais ligada à teoria e aos estudos das matemáticas e outra denominada “artes” ligada ao ofício da navegação e práticas marinheiras.³¹ Entre a aprovação do primeiro ano e o segundo ano letivo se estabelecia o Ano do Embarque, onde o discípulo já promovido a Guarda-Marinha tinha que dar provas de ter vocação para vida no mar embarcando em algum navio da Armada real.³² Portanto, esse currículo era uma reunião de ensino prático e teórico apontando para uma educação mais técnica e formal do oficialato naval, em um momento inicial de modificação da visão da carreira militar no mundo ocidental. No quadro 1 abaixo segue a divisão das lições e matérias e do conteúdo que deveria ser repassado aos alunos ao longo dos três anos de curso.

²⁷ Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, 1979, p. 48

²⁸ SILVA, 2012, p. 109.

²⁹ HUNTINGTON, 1996, p. 50

³⁰ DUARTE, 2004, p. 19.

³¹ SILVA, 2012, p. 109.

³² Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, op. cit., p. 53.

Quadro 1: Currículo da Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha

| Curso | Descrição dos anos e doutrinas | |
|---------------------------|---------------------------------------|---|
| Matemático | Primeiro ano | <ul style="list-style-type: none"> • Aritmética, Geometria e Trigonometria. Assuntos ligados a prática dos oficiais navais |
| | Segundo ano | <ul style="list-style-type: none"> • Princípios da Álgebra até as equações de segundo grau; primeiras aplicações da álgebra a aritmética e a geometria; Seções Cônicas e Mecânica voltada para aplicação em Aparelho e manobra. |
| | Terceiro Ano | <ul style="list-style-type: none"> • Trigonometria esférica, Navegação teórica e prática e rudimentos da tática naval. |
| Artes (ditas marinheiras) | Primeiro ano | <ul style="list-style-type: none"> • Tudo que diz respeito ao Aparelho, assim deveriam aprender posição, nome e uso dos mastros, cabos fixos e toda obra volante do Marinheiro – mexer em toda a aparelhagem que compunham os navios a vela. Trabalhar com o envergar e desenvergar, cassar e largar o pano, suspender entre outras atividades ligadas a manutenção e prática com a aparelhagem. |
| | Segundo Ano | <ul style="list-style-type: none"> • Matérias relacionadas ao Desenho naval, tanto de portos, baías, costas como de navios e suas manobras. Passava-se a detalhar a construção de um navio e como tudo é realizado. |
| | Terceiro ano | <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de Desenho Naval. A outra metade do estudo se colocava na prática do navio, também neste momento que se teria noção do fazer a guerra com o navio, o uso das armas e peças e os modos de navegar que ajudavam a olhar na prática tudo que se havia ensinado. |

Fonte: Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, Antônio Luz Porto. *Da Companhia dos Guardas-Marinha e sua real Academia a Escola Naval (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox Brasil, 1982.

No referido quadro 1, constatamos que na educação naval portuguesa existia uma equivalência entre o estudo teórico e estudo prático para a formação do oficialato, tema este que trataremos com mais detalhes nos demais capítulos deste trabalho. Como já destacado, a concepção das academias militares do período estava assentada no novo conceito de Ciência

empregada nos círculos intelectuais, associada à ideia de utilidade e aplicação ao real. A Academia dos Guardas-Marinha se tornou um espaço de formação de um novo saber: a cultura científica³³. Aplicada no contexto europeu, tal cultura nos corpos militares tinham o intuito de fortalecer o ensino superior e aplicar uma noção de arte militar que incorporaria tantos os preceitos matemáticos como as experimentações práticas e cotidianas para as funções específicas dos militares³⁴.

Foram também nesses Estatutos de 1796 que se estabeleceram os requisitos para admissão dos futuros militares na Academia. Para entrar no primeiro ano letivo, além das provas nobiliárquicas exigidas, o aluno deveria ter no mínimo 15 anos, atestados de conhecimento nas quatro operações aritméticas e língua francesa, principalmente na tradução desta para língua portuguesa. Ambos os atestados eram ofertados pelos próprios lentes que compunham o quadro de professores da dita Academia. Não era permitida a entrada de indivíduos com algum tipo de deficiência³⁵ e na disputa pelas vagas, que não eram limitadas, se tinha preferência pelos filhos dos Oficiais Gerais, Oficiais Superiores e Capitães-Tenentes, principalmente mortos ou feridos em ação, e depois destes, os filhos dos Oficiais do Exército.

Entretanto, a entrada na escola não significava que os indivíduos seriam promovidos a Guarda-Marinha, primeiro posto da hierarquia militar-naval.³⁶ A trajetória dos alunos dentro da Academia não dependia apenas da aprovação nas matérias, mas de inúmeros outros fatores como disponibilidade de vagas nos anos letivos, cartas de aprovações dadas pelos Lentes e Comandantes que acompanhavam o ensino, e que permitiam o assentamento no posto de aspirante a Guarda-Marinha, além da aprovação do Conselho do Almirantado e referendo do Monarca.³⁷ Ou seja, apesar de ser um despertar de uma normatização e preocupação com o saber acadêmico dos oficiais da Marinha portuguesa, a Carta de 1796 ainda não representou o rompimento completo com uma noção militar associada aos círculos externos da sociedade, com as ligações de mercês e serviços ligados a Coroa.

³³ DUARTE, 2004, p. 13

³⁴ Idem, p. 19

³⁵ Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, 1979, p. 53.

³⁶ BOITEUX, 1940, p.15.

³⁷ SILVA, 2012, p. 130.

A rotina diária era rígida e envolvia os alunos em diversas atividades acadêmicas e práticas. O ano letivo começava em Outubro e se estendia até fins de Julho, sendo o último mês destinado apenas aos exames das matérias. Na parte matinal ficavam concentradas as aulas das disciplinas com duração diária de três horas sendo divididas em igual tempo tanto para a parte teórica matemática quanto para as artes marinheiras, a tarde era destinada ao estudo individual das lições dadas. Aos sábados ocorriam debates literários sobre assuntos relevantes da semana. Outro ponto importante na formação era o ano de embarque, que acontecia após a aprovação no primeiro ano letivo e a entrada no segundo ano de estudo, após a promoção ao posto de guarda-marinha os alunos eram embarcados na Corveta de ensino ou em navios da Armada Real com objetivos de avaliar as aptidões para vida ao mar considerada específica e árdua demais. Ficavam subordinados ao Comandante da embarcação, e todos da tripulação tinham funções determinadas para instrução, evidenciando a preocupação com a formação e comunhão dos ensinamentos teóricos colocados em prática. Nesse período tinham a experiência da vida militar e da rotina a bordo de um navio garantindo assim a permanência e aptidão da oficialidade portuguesa.³⁸

Após a promulgação dos Estatutos em 1796 apenas duas mudanças foram realizadas em sua organização. Segundo Carlos André Silva, em dezembro de 1779, se estabeleceu por proposta do Conselho do Almirantado uma formulação do curso matemático, onde se reorganizou ao longo dos três anos o curso científico matemático, ampliando ainda mais o conteúdo, mas permanecendo na essência uma divisão entre a parte científica e a parte das artes marinheiras. Como também, se transferiu o ano de embarque para o final do curso, ou seja, após o terceiro ano letivo. “Assim, os alunos da Academia passaram a aprender, na primeira parte de suas manhãs de aula, o período dedicado ao curso matemático, princípios puramente matemáticos no primeiro ano, física no ano seguinte e, no terceiro ano, se concentrariam na navegação.”³⁹

Vindo com a Corte Joanina para o Brasil, a Academia dos Guardas-Marinha continuou aqui a exercer sua função de ensino superior voltado à formação dos oficiais militares que ocupariam os navios de guerra da Marinha. A instituição trasladada para cá

³⁸ Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, 1979, p.55.

³⁹ SILVA, 2012, p. 128.

juntamente com todo o aparato político administrativo português criou aqui raízes profundas e contribuiu para o contexto gerado pela transmigração da família portuguesa.

1.2 A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha no Rio de Janeiro em 1808

A Chegada da Corte portuguesa em 1808 trouxe novas configurações para o Império português e acabou por redefinir o papel do Brasil como peça central no jogo das relações do sistema imperial.⁴⁰ Tal fato histórico de grande importância foi resultado de um grande embate europeu, iniciado com a expansão francesa realizada por Napoleão Bonaparte e sua tentativa de enfraquecer o domínio inglês fechando a Europa ao comércio com a Inglaterra, mas também representou o caminhar de um processo de transformação e ebulição de novas configurações políticas, intelectuais, econômicas e sociais advindas do movimento iluminista setecentista e que passaram a sacudir os quadros mentais e jurídicos do antigo sistema que pautava as monarquias européias.⁴¹ A entrada dos novos paradigmas permitiu um movimento reformista conservador dos moldes monárquicos portugueses e foi automaticamente transferido ao Brasil. Os impactos da chegada da Corte foram de ordem diversa, principalmente no Rio de Janeiro, e introduziram novos moldes culturais, políticos e sociais que aliavam progressos europeus e as heranças da sociedade portuguesa.⁴²

Entre os navios da esquadra encarregados de realizar o transporte da Família Real para o Brasil figurava a Nau Henrique e a bordo dela toda a Companhia e Academia dos Guardas-Marinha com seus diretores, lentes, materiais e integrantes do corpo discente.⁴³ Ao chegar ao Rio de Janeiro, a Real Companhia e Academia se instalou nas hospedarias do Mosteiro de São Bento, e permaneceu ali até 1832. Assim como a permanência da Corte no Brasil, a instalação de uma instituição de ensino superior na colônia representou a entrada de vários valores da cultura militar portuguesa. Sendo a primeira instituição de ensino superior da América portuguesa, a Academia dos Guardas-Marinha conseguiu difundir as ideias da vida militar portuguesa que estava ainda associada ao caráter de antigo regime, de prestação

⁴⁰ MACHADO, Humberto Fernandes & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

⁴¹ SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte real portuguesa o Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

⁴² Há uma extensa literatura sobre o impacto de 1808. Uma síntese está no livro de MARTINS, Ismenia Lima e MOTTA, Marcia M. (org.). *1808: a Corte no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2010.

⁴³ BOITEUX, 1940, p. 70.

de serviço a Coroa e status perante a sociedade corporativa, mas que começava a incorporar valores científicos, filosóficos e técnicos que permitiriam a transformação da relação militar e Estado ao longo do século XIX.

Durante o período joanino, a Academia não sofreu modificações estruturais significativas, e permaneceu aqui com a mesma rotina diária e de instrução voltada a oficialidade militar naval. Sob o comando do Capitão de Mar-e-Guerra José Maria Dantas Pereira⁴⁴, responsável pela organização acadêmica do currículo da Academia, permitiu-se imprimir certas idealizações a esta Academia que deveria estar destinado ao ensino da matemática em geral e das Ciências navais em particular.⁴⁵ Segundo José de Oliveira, o Capitão de Mar-e-Guerra José Maria Dantas imprimiu um currículo acadêmico voltado ao ensino teórico e ao progresso da ciência, estava completamente relacionado com os novos paradigmas intelectuais em voga no período, e por isso “foi um dos poucos intelectuais a dar dimensão moderna da importância do espaço associativo para o desenvolvimento da Ciência.”⁴⁶ Durante o período joanino, que não foi a preocupação central desta pesquisa, não encontramos grandes alterações que possam ter afetado a estrutura e o ensino militar chegado aqui em 1808. Os tempos na Academia dos Guardas Marinha só se agitaram quando os ventos da independência começaram a soprar.

Após a Revolução do Porto em Portugal em 1820, e face ao novo contexto histórico conturbado que levou ao rompimento do Brasil com o Império português,⁴⁷ a Academia dos Guardas-Marinhas recebeu ordens de retorno a Portugal juntamente com seu cartório e Biblioteca.⁴⁸ Ordens que não foram cumpridas pelo então Príncipe D. Pedro, e a maioria dos Lentes e alunos aderiram a causa brasileira ficando no Brasil.⁴⁹ Tornava-se assim parte de um novo país que no período tentava lidar com as heranças e inovações para formação de um Império brasileiro. Foi no período do pós-independência que a Academia foi renomeada no sentido de garantir a incorporação da instituição aos “sentimentos brasileiros”: passou a se

⁴⁴ Assentou praça na Armada como aspirante a Guarda-Marinha em Setembro de 1788 e teve sua trajetória associada a este corpo acadêmico científico. Em 1790 foi nomeado Lente de Matemática da Academia Real dos Guardas-Marinha e professor do infante D. Pedro Carlos de Bourbon. Em 1800 ocupou o cargo de Comandante da dita instituição permanecendo até 1817. Cf.: BOITEUX, 1940, p. 75.

⁴⁵ OLIVEIRA, José Carlos. *D. João VI: Adorador do Deus da Ciência?*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

⁴⁶ Idem, p.158

⁴⁷ A respeito da Revolução do Porto e seus desdobramentos, conferir a síntese de MACHADO & NEVES, 1999, cap. 2

⁴⁸ ALBUQUERQUE, 1979, p. 208.

⁴⁹ BOITEUX, 1940, p. 95.

chamar Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinha, nome esse que representava o “espírito de afirmação de filiação a causa do Brasil”.⁵⁰ Juntamente com a Academia dos Guardas-Marinhas permaneceu aqui no Brasil boa parte da estrutura administrativa e a força marítima da Marinha portuguesa, demonstrando, para Jorge Silva, que após a transferência da Corte para terras brasileiras a Marinha portuguesa passou a operar a partir do Brasil.⁵¹ Somente com o rompimento da Metrópole e do Reino Unido D. Pedro I passou a se empenhar a formação da Marinha Brasileira, já que o comércio e as províncias do país tinham como principal comunicação o mar. Além das aquisições materiais de naus portuguesas e a da adesão de oficiais e marinheiros portugueses a causa brasileira, o Imperador do novo país investiu na contratação de oficiais estrangeiros como centro da formação naval.⁵² O Comandante da força naval era o militar escocês Thomas Alexander Cochrane⁵³ famoso pela participação nas lutas de independência das Américas, a utilização de tropas estrangeiras estava de acordo com a tendência militar setecentista de que o trabalho do estrangeiro teria maior liberdade, pois eles não estariam ligados a qualquer querela interna a monarquia e a nobreza, ou nesse caso específico, D. Pedro não correria o risco de ter recusas de tropas brasileiras por enfrentar tropas portuguesas, que a pouco eram fraternas.⁵⁴

Durante o período regencial passaria por uma modificação dos seus estatutos sendo unida a Academia Militar, e transformada em Academia Militar e de Marinha da Corte, ato que durou apenas um ano.⁵⁵ Em 1833 a Academia dos Guardas-Marinha foi recolada no

⁵⁰ A modificação do nome da instituição esteve dentro do contexto geral de tentativa no momento da ruptura com Portugal de se criar uma unanimidade imaginada entre os partidários da causa do Brasil. Foi comum a introdução de sobrenomes indígenas em personalidades históricas, assim como reforço de nomeação das novas forças administrativas brasileiras. Ver: MACHADO & NEVES, 1999.

⁵¹ SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851): adaptação a uma nova realidade*. Dissertação de Mestrado em História Marítima. Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

⁵² SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851): adaptação a uma nova realidade*. Dissertação de Mestrado em História Marítima. Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. p. 36

⁵³ Nascido em Annsfield na Escócia, no dia 14 de Dezembro de 1775. Adentrou a carreira naval aos 17 anos como Guarda-Marinha, teve grande êxito nas campanhas navais das guerras contra Napoleão. Trabalhou no Chile e no Peru auxiliando as tropas daqueles países nas guerras de Independência, e por isso, foi contratado por D. Pedro I para chefiar a esquadra brasileira no contexto dos conflitos da Independência do Brasil. Cf.: MARIZ, Vasco. *Lord Cochrane, o turbulento Marques do Maranhão*. Revista Navigator. Rio de Janeiro, v.8, nº16, 2012.

⁵⁴ COSTA, 2004, p.334.

⁵⁵ Pelo Decreto de 9 de Março de 1832, uma comissão formada por lente de ambas as Academias instituíram um novo estatuto que reunia em um único estabelecimento ambas as instituições navais. Inicialmente, tal reforma faria parte dos estudos dessa dissertação, entretanto com o desenrolar da pesquisa e o fato deste momento histórico ser tão rico historiograficamente na questão militar fez perceber que esta reforma era única e que se precisaria se debruçar mais detidamente para entender os meandros deste processo e o porquê tal ação durou

Mosteiro de São Bento e renomeada como Academia de Marinha, mantendo a organização administrativa e de ensino que provinha da sua criação ainda em Portugal em fins do século XVIII.

Esta pequena apresentação da Academia dos Guardas-Marinhas ajudou a estabelecer o arcabouço institucional que chegou a meados dos Oitocentos. Nesse contexto, a Academia passou por modificações em sua estrutura organizacional e conceitual que de certa forma se encerraram em 1858. Essa reforma, a preocupação central deste estudo, foi fruto de um longo processo acentuado em 1837 no Império do Brasil e que foi reflexo de dois grandes movimentos históricos: um interno, voltado à formação do Estado Imperial brasileiro e seu projeto político que acabaram por formular um projeto militar naval; e outro externo, ligado à própria transformação da concepção militar ocidental, ligada às noções mais profissionais da carreira. São esses dois pontos centrais, que se relacionam e se completam, que expressam a complexidade do processo histórico sofrido pela Academia de Marinha.

1.3 – A Construção do Estado Imperial brasileiro e sua perspectiva militar

O século XIX, como aponta Samuel Huntington, foi o século do início da mudança na corporação militar ocidental. A visão aristocrática do serviço militar, associada ao status social, foi sendo substituída lentamente por uma concepção profissional da carreira. Esse longo processo de modificação do caráter militar ocidental esteve associado à formação do Estado-Nação, dos desenvolvimentos da tecnologia e da industrialização, fatores que colaboraram para a concepção de um novo paradigma mundial. A criação de academias militares direcionadas à educação de um oficialato foi um dos requisitos básicos para abertura de um caminho do profissional militar que se associaria aos novos modelos de política, economia e sociedade.⁵⁶ O Império do Brasil também fez parte deste amplo processo histórico

apenas um ano, sendo revertida em 1833. Fato que se sabe que apesar de haver algumas semelhanças com as reformas realizadas mais a frente no tempo, em nenhum momento ela foi resgatada ou lembrada como ato importante para o desenrolar da estruturação do ensino militar naval. Aqui resta uma lacuna que merece atenção no futuro. Cf.: BOITEUX, 1940, p. 147.

⁵⁶ Ver: HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

que caracterizou o século XIX, um período de transformações políticas, econômicas e sociais que permitiram a entrada do mundo ocidental na modernidade.⁵⁷

O caráter híbrido dos Oitocentos possibilitou a existência, segundo Xavier Guerra, de uma manifestação de dois paradigmas de sociedade: o *Antigo Regime* e o *Liberalismo*.⁵⁸ Essa comunhão foi reflexo das inovações trazidas pelas Revoluções Francesa e Industrial, que difundiram novas teorias políticas e novas interpretações do arcabouço da sociedade moderna em gestação.⁵⁹ Para o autor, a política do século XIX

“era consecuencia de la coexistencia o de La hibridación entre un conjunto de ideas, imaginários y prácticas nuevas, que por simplificar llamamos ‘modernidad’, y elementos heredados de esse outro mundo contra cual se constituyó, y que Ella misma llamó El Antiguo Régimen.”⁶⁰

Experiências e imaginários de ordens sociais e políticas que coexistiram e foram sentidas de formas diferenciadas de acordo com as particularidades dos Estados que se formavam. Todavia, apesar da existência de diferentes realidades, a experiência do século XIX como espaço de modificação das concepções políticas, econômicas e sociais e os conflitos gerados pelos enfrentamentos de novos projetos e velhos olhares foram em algum grau compartilhados pelo mundo ocidental e contribuíram para o desenrolar da formação de nossa modernidade.⁶¹

A introdução de novos conceitos fundadores de um paradigma liberal fundados na constituição, nas eleições, na nação e na soberania não pode ser encarada como um momento histórico linear e de transformação radical, levada a cabo pela época revolucionária apenas, e sim como um longo processo histórico envolto em choques de perspectivas que se iniciaram ainda no século XVIII e que culminaram na formulação de uma nova rede conceitual capaz de

⁵⁷ A respeito do mercado e das transformações econômicas e sociais no século XIX Cf. POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

⁵⁸ GUERRA, François-Xavier. De la Política Antigua a la Política Moderna. La Revolución de la Soberanía. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPERIERE, Annick (org.) *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII–XIX*. México: Fondo de Cultura Económica / Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

⁵⁹ HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 22ª Ed. Tradução de: Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Tenchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

⁶⁰ GUERRA, 1998, p. 109.

⁶¹ A respeitada modernidade ocidental cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana M. L.. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ajudar na construção de novos olhares para a sociedade.⁶² O que se pôde acompanhar de todo esse processo compartilhado pelo mundo ocidental, em diferentes experiências e contextos históricos diversos, foi um intenso caminhar das configurações da vida social e política. A partir do paradigma centrado no Antigo Regime - onde existia uma sociedade vinculada aos grupos de indivíduos que se distribuía hierarquicamente nas mais diversas funções que compunham os corpos políticos associados ao poder, segundo Xavier Guerra, que possibilitaram a conformação de uma base política pactista, centrada nos privilégios e em uma noção de justiça como fonte de equilíbrio do “bom governo”⁶³ – para novos paradigmas baseados em noções mais liberais que configuravam novas interpretações para os conceitos de soberania, política, nação e poder. Essas inovações conceituais expandidas pela Revolução Francesa contrastavam com as noções antigas e se constituíram em uma nova interpretação do exercício do poder e do campo político dos Estados que estavam em plena formação.⁶⁴ As transformações desse caminhar foram sentidas ao longo do Século XIX e possibilitaram ações e posicionamentos diferentes diante dos complexos questionamentos que se ergueram a cada novo passo.

Todo esse panorama condiz com o aparecimento de uma nova forma estrutural de Estado que possui “caráter macro do novo modelo de organização política estadual do liberalismo, por oposição ao caráter micro da antiga polis [...] monarquia de Antigo Regime”.⁶⁵ Antonio Manoel Hespanha apontou os Oitocentos como o ponto de encontro de uma agenda de problemas, surgidos a partir desse novo Estado, que se consolidava ligado às noções abstratas liberais de direito, cidadania e soberania, que estavam ligadas a uma comunidade de gente heterogênea, e não mais a algo reduzido como a pólis e a monarquia corporativista.⁶⁶ Esses novos imaginários conviviam com as heranças deixadas pelas práticas políticas do Antigo Regime, práticas que seriam relidas de acordo com os contextos apresentados e assim formulariam um panorama híbrido dos Oitocentos, século de modificações estruturais do Estado e seus espaços de poder, inclusive as Forças Armadas.

⁶² GUERRA, 1998.

⁶³ Idem, p. 122.

⁶⁴ Idem, p. 130.

⁶⁵ HESPANHA, A. M. “Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problema de organização política do Antigo Regime e Liberalismo”. In: JANCSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 94

⁶⁶ Idem.

A formulação desse Estado Nacional, gestado e consolidado nos Oitocentos e, escolhido entre as mais diversas possibilidades de formação e estruturação da comunidade, está em constante pauta nos mais diversos estudos histórico-sociológicos. O modelo do Estado, mais do que uma fórmula seguida pelos países ocidentais, deve ser entendido como um processo histórico com particularidades, mas também incluído em um circuito amplo de circulação de exemplos e ideologias. É importante entender o tempo e o lugar no processo de estudos. Como apontam Maria Fernanda Martins e Maria Corrêa, ao se debruçarem sobre as diversas leituras teóricas e historiográficas sobre a formação do Estado e nação brasileira, deve-se entender a construção do Estado como algo contínuo e permanente, “como algo que confere continuidades às discontinuidades, e cujo sentido, portanto, não está dado natural e intencionalmente, a priori, mas se constrói permanentemente.”⁶⁷

Nesse sentido, busca-se nesse trabalho contribuir com novas reflexões acerca da formação do Estado através do olhar sobre a perspectiva militar posta em prática pelo Império e que estava relacionada com as próprias questões formuladoras do longo processo do Estado Nacional brasileiro. Existem vários trabalhos historiográficos importantes que se debruçam sobre a forma que se deu o processo de construção do Estado Imperial Brasileiro,⁶⁸ entre os quais se destaca o de José Murilo de Carvalho que associa a configuração do Estado a uma elite política específica que através da homogeneidade da educação e do treinamento na orbita política estabelece um plano diretor que configuraria a política imperial.⁶⁹ O referido trabalho de tão brilhante pesquisador concentrou-se na análise de quesitos que dariam certa estabilidade para o grupo dominante possibilitando a ele estabelecer determinadas escolhas para o arcabouço estatal como as opções para monarquia constitucional, a manutenção da unidade territorial e a construção de um governo civil. Tal homogeneidade foi conseguida através das heranças e peculiaridades do processo formador da América portuguesa permitindo uma não ruptura intra-elite e o estabelecimento de objetivos comuns que manteriam a ordem e o poder na mão da burocracia estatal. As correntes ligadas ao trabalho

⁶⁷ MARTINS, Maria Fernanda Vieira & CORRÊA, Maria Letícia. Para uma leitura teórica: da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, jul-dez 2012. p. 23.

⁶⁸ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1977; CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1978.; JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2003.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

de Ilmar de Mattos e Maria Fernanda Martins concebem também um entendimento de que o processo de formação estatal não deve ser apenas ligado a um projeto de uma elite ou a um processo de estágios da burocracia estatal, e devem-se entender os conflitos entre as classes dirigentes, o projeto estatal vencedor e a própria constituição do Estado constitucional oitocentista para se compreender a dinâmica da construção do Império do Brasil.

A vertente associada aos trabalhos de Ilmar de Mattos que enxergam a construção do Estado Imperial brasileiro como um processo associado à formação histórica de uma determinada classe senhorial, relacionada à região de economia-mercantil escravista do Centro-Sul do Brasil.⁷⁰ Esta classe tinha como projeto político maior, a construção de um Estado garantidor de atributos que associassem a liberdade e a propriedade, os privilégios conseguidos nos anos coloniais e as novas noções trazidas pelo liberalismo econômico e o constitucionalismo presentes em todo contexto ocidental Oitocentista. A direção saquarema possibilitou a construção de um projeto político conservador que buscou a valorização do princípio da autoridade, do Estado centralizado e território unificado e que salvaguardou a propriedade agrícola exportadora, a escravidão e o sistema de poder vindo da época colonial e interiorizado com a vinda da Corte portuguesa em 1808.⁷¹

A formação do Estado representada pelos trabalhos de Maria Fernanda Martins⁷² se centra no entendimento de um Estado nacional surgido no modelo europeu, mas que aqui ganhou contornos específicos devido às especificidades do processo histórico brasileiro. A busca pela instalação de um governo direto com suas etapas como burocratização, incorporação de serviços pela estrutura pública, construção da autoridade central via coerção ou negociação foi algo perseguido e necessário para a consolidação do Estado Nacional de qualquer parte do Ocidente, entretanto as formas e os caminhos escolhidos para tal empreitada são diferentes. Inspirada pela obra de Charles Tilly,⁷³ a historiadora baseia-se em argumentações que encaram a empreitada brasileira como um processo garantido não só pela

⁷⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2011; MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Brasiliense*, nº 01, maio de 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_1.pdf

⁷¹ Idem

⁷² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁷³ TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. Edusp, 1996.

Coroa, mas também pela capacidade de cooptação da Elite e dos seus interesses.⁷⁴ A consolidação do Estado Nacional aqui no Brasil deve levar em consideração “toda a dinâmica da vida político-administrativa colonial, suas relações com a metrópole portuguesa, bem como as práticas e ideais das elites que aqui vivenciaram e deram forma ao mesmo projeto.”⁷⁵ Ressalta que a dinâmica construtiva do Estado imperial não era gerido apenas pela vontade central do governo, mas passava por diversas relações pessoais construídas entre os grupos locais e regionais que deram uma postura conservadora e que mantinham uma hierarquia social excludente. Na visão de Maria Fernanda Martins, “o processo de centralização e a própria formação do Estado se deram antes pela busca do consentimento político e pelo desenvolvimento de relações permanentes com as elites locais/regionais, do que pela coerção militar ou por inovações burocráticas-institucionais.”⁷⁶

Entende-se que os autores partem de pressupostos teóricos e metodológicos diferenciados para se abordar a construção do Estado Imperial, mas conseguem estabelecer através das análises um panorama completo da relação Estado e sociedade, evidenciando que aqui no Brasil devido às heranças e permanências do período colonial, a procura por manter determinada hierarquia social com proteção de um sistema econômico baseado na exportação e na mão de obra escrava influenciou as escolhas realizadas por essa classe e por esse governo, em um momento em que se estava no meio da trajetória de implantação de um modelo de Estado Nacional. Não existe um Estado Imperial apenas como espaço de vontade de uma classe senhorial, mas também não existe a possibilidade de construção deste Estado sem a participação e gerência da classe.⁷⁷

Explicitado de forma mais concisa as linhas de pensamento que apoiaram as reflexões que se seguirão nas próximas páginas, me detenho agora em um último ponto necessário para compreensão da base de relação entre as Forças Armadas e o Estado. Retomando a noção já apresentada de que o século XIX vivenciou um momento de modificação do paradigma militar, com a construção de um aparato militar técnico-

⁷⁴ MARTINS & CÔRREA, 2012, p. 49.

⁷⁵ Idem, p. 24.

⁷⁶ Idem

⁷⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Uma leitura do Império do Brasil no século XIX: diálogo com Ricardos Salles. *Revista Almanack*, São Paulo, nº 4, novembro/2012. Disponível em:

<http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/issue/view/15/showToc>

profissional subordinado ao Estado,⁷⁸ uma questão se coloca: o entendimento da relação do aparato militar e dos espaços de poder.

Desde os primórdios tempos da civilização humana, a guerra, o conflito, e as formas de defesa de um território ou clã de certa forma estavam presentes e influenciavam o sistema social de um determinado tempo e lugar. O controle da violência e da arte militar de alguma forma sempre regeu em partes as posições dos grupos, dos Estados e as relações entre eles. Um dos mais famosos textos que procuram evidenciar a Guerra e a conjuntura política de uma sociedade foi publicado em início do XIX pelo militar prussiano Carl Von Clausewitz⁷⁹, e nele consta uma das maiores máximas que enxerga a guerra como um fenômeno total, político e militar.⁸⁰ No geral, sua maior contribuição foi expressar a definição de guerra no século XIX, mais ligada ao próprio Estado e vista como meio de se assegurar vontades quando todas as outras formas de negociação política se esgotavam.⁸¹ Ressalta-se como a guerra, e conseqüentemente os meios de se fazê-la, e o Estado possuem uma relação profunda desenhada em um longo processo histórico que ajudou na conformação de ambos os fenômenos.

No entendimento de André Corvisier, os vínculos do papel da guerra e da formação dos exércitos na formação de um Estado sempre se apresentaram, principalmente, no contexto europeu.⁸² Entende que o direito de exercer paz e guerra e o monopólio da mobilização financeira e de pessoal para tal empreendimento garantiu o poder político supremo. Para manter tal sistema militar era preciso uma força política para captação de recursos e capitais para sustentação de tão grande aparato militar, mesmo que mercenário.⁸³ Quanto maiores os exércitos e maior o sistema de contribuição fiscal, maior se tornava o poder central do soberano e do Estado que então se consolidava.

A mesma visão da guerra como fomentadora de uma estrutura de acumulação de capital e de coerção por um determinado poder estatal também foi desenvolvida por Charles

⁷⁸HUNTINGTON, 1996, p.29.

⁷⁹ Nascido em 1780, ingressou no exercito prussiano aos 12 anos. Participou das Campanhas do Reno e das Guerras Napoleônicas. Em 1818, tornou-se diretor da Escola de Guerra da Prússia. Foi um dos grandes teóricos da guerra sendo citado até hoje pelos demais estudiosos, seu livro *Da Guerra* foi publicado um ano depois de sua morte, ocorrida em 1831. MAGNOLI, Demetrio. No espelho da guerra. In: Idem. (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

⁸⁰ Idem, p.13.

⁸¹ CORVISIER, André. *A Guerra*. Tradução: José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

⁸² Idem, p. 171.

⁸³ Idem, p.175

Tilly.⁸⁴ Ao estudar a formação do estado nacional no contexto europeu, Charles Tilly⁸⁵ percebeu que apesar das trajetórias dos países e povos serem diferenciadas, a escolha por um determinado modelo de Estado se espalhou e consolidou na Europa. Para Tanto procurou compreender o papel do capital, da coerção e da guerra na configuração de um Estado, pois são eventos que de certa forma se relacionam e se tocam. A acumulação e concentração de capital tornaram possível o surgimento das cidades, espaços de exploração que necessitavam de certa dominação, papel esse exercido pelas forças armadas ou outros elementos sociais que permitem a aplicação de uma ação combinada que leva perda ou danos aos demais. A Europa criou dois elementos importantes da coerção: os soldados e os grandes proprietários rurais. Quando há acumulação e concentração dos meios coercitivos se gera o Estado.⁸⁶

Nessa linha a preparação para guerra envolveu os governantes em uma extração, e por isso se constrói uma estrutura de tributação, abastecimento e administração que muitas vezes cresce mais rápido que a marinha e o exército. Estruturas centrais, os estados nacionais se moldaram tanto na guerra pelos meios coercitivos dentro dos territórios entre os grupos de poder, como também pela disputa e concorrência externa entre os estados que compõem o sistema de estados nacionais.⁸⁷

A guerra, portanto, apareceu nesse momento como um forte elemento para extração dos recursos, extração essa só realizada a partir da criação de uma relação entre as classes sociais e esse Estado. Ou seja, a construção de um governo direto teve influencia direta das formas encontradas pelos agentes do Estado de incorporar por negociação e conflito as diversas classe sociais que compunham a sociedade daquele território.⁸⁸ Seguindo nesse raciocínio, para o caso europeu, encontramos a partir do século XVII a busca por parte do Estado e de seus representantes de uma monopolização da coerção, retirando do mando civil a violência e construindo as forças armadas como um ponto de defesa do Estado. A criação de forças armadas por um governante gerou uma estrutura de estado duradoura, induziu a instalação de estruturas complementares como: tesouro, serviços, mecanismos de

⁸⁴ TILLY, 1996.

⁸⁵ O sociólogo Charles Tilly sofreu influências de Barrington Moore Jr e de Max Weber. Cf. ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. Disponível em: http://www.revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf

⁸⁶ Idem, p. 68.

⁸⁷ Idem p. 71.

⁸⁸ Idem p. 77.

recrutamento, impostos.⁸⁹ Através da negociação com os grupos de poder que conviviam na sociedade e o esforço de guerra foi possível expandir o sistema estatal e todo o aparelho administrativo-tributário.

A esta nova configuração da visão da força militar na sociedade se fez necessário o estabelecimento de outra estrutura que gerava os corpos militares. A tendência do antigo regime era encarar o serviço da guerra e as questões relevantes ligadas a isso apenas em momentos de tensão, e as soluções se encontravam na união dos esforços dos governos monárquicos e dos seus súditos, onde cada um cumpria seu papel de acordo com a sua posição na sociedade estamental, nesse sentido sempre encontraríamos forças militares aristocráticas onde o oficialato era composto pela nobreza e os soldados pelos servos, e as noções de autoridade e disciplinas regidas por elementos que advieram da classificação externa ao corpo militar.⁹⁰ Com a construção de um arcabouço estatal que centralizava a coerção e as funções da guerra como forma de garantir o poder e a adesão da sociedade, aumento da burocratização e a necessidade de defesa de outros Estados tornou-se necessário a consolidação de um aparato militar que deveria ser parte de um exercício técnico e que movimentaria os homens com valores de defesa a pátria.

Face o dito acima, o que se buscou foi de entender em que momento se iniciou a construção de um oficialato naval profissional, embutido dos novos valores de defesa do Estado e da nação, e que tinham em sua base questões como dever e honra de defender aquela sociedade circunscrita em um amplo território virtualmente construído. Entende-se o profissionalismo militar ligado a três quesitos: especialização, responsabilidade e corporatividade, segundo os trabalhos de Huntington. O primeiro quesito sobre a especialização estaria ligada aos aspectos de natureza intelectual e de instrução para administração da violência. Os dois outros envolvem questões de responsabilidade social da administração da violência e também a noção de organicidade e identidade de grupo para realização dos serviços de uma profissão pública e burocratizada.⁹¹ Observar este modelo é encarar limites rígidos do papel de um militar dentro de um Estado Nacional consolidado, o que ainda não é o caso da maioria dos países dos Oitocentos, contudo ter esse horizonte ajuda

⁸⁹ Idem p. 127

⁹⁰ COSTA, 2004, p.333.

⁹¹ HUNTINGTON, 1996, p.29.

a constatar que esse período era de transição onde as primeiras questões que apontavam para essa profissionalização, dada no modelo, se estabelecessem.

Foi no decorrer do século XIX que se acentuaram as inovações no campo técnico-científico militar, especificamente do domínio marítimo, ainda na primeira metade do século ocorreu a introdução da máquina a vapor na propulsão dos navios e novos armamento.⁹² Ou seja, o militar passaria a ser exigido mais em sua postura intelectual e também entraria em uma nova posição dentro da sociedade moderna se tornando aos poucos um profissional que administra a violência e coerção para o Estado.⁹³

Especificamente para o oficialato da Marinha, complementando a proposta acima, utilizar-se-á para melhor compreensão do processo de modificação dos Estatutos da Academia dos guardas-marinha a noção de profissionalização do oficial militar, longe de pensar que esse processo se encerraria no século XIX. Entende-se que modernamente um Oficial Naval deve ser um servidor pago pelo Estado, pertencente a uma profissão em que se inicia na baixa posição de aspirante e vagarosamente vai evoluindo através de patentes até um ponto mais alto, no caso Almirante.⁹⁴ Dentro desta lógica devem existir condições essenciais, segundo Michael Lewis, para manutenção dos oficiais na força naval que se dividem em: entrada de novos oficiais, treinamento, posto de trabalho, promoção, pensionato e reserva (aposentadoria).⁹⁵ Tais condições podem ser reunidas em três estágios: Suprimento (Entrada e Treinamento), Serviço (Posto e Promoção) e Retirada (Pensão e Reserva).⁹⁶ A preocupação desta pesquisa se concentrará no estágio do suprimento já que era através da Academia dos guardas-marinha que se fazia parte da entrada e educação do oficialato. Com o Estado Imperial, representado aqui por ministros e deputados, detentor do poder militar e coercitivo conseguiu assimilar os novos valores militares ocidentais e as novas tecnologias de guerra e estabeleceu uma reforma no ensino militar naval em 1858 será o grande objetivo norteador. Interessa agora aprofundar mais como se deu a relação Império do Brasil e forças armadas

⁹² SILVA, Fernando Alberto Carvalho David. *O fim das Naus e a Marinha de Transição. Um inquérito da Câmara dos Deputados (1853-1856)*. Dissertação em História Marítima. Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. p. 48.

⁹³ HUNTIGTON, 1996, p. 29.

⁹⁴ LEWIS, Michael. *England's Sea-Officers: The Story of Naval Profession*. 2ª Ed. Londres: George Allen & Unwin Ltd, 1948. p. 17

⁹⁵ Idem, p. 56-59

⁹⁶ Idem, p. 59

para contemplar melhor a dinâmica já estabelecida de apropriação dos meios coercitivos por um poder estatal e a burocratização da profissão militar

1.3.1 O caso do Brasil Imperial

As associações militares são corporações que sempre existiram na História mundial - sendo elas organizadas ou não. O caráter militar deu a várias civilizações o poder de expandir, garantir e salvaguardar seus territórios e riquezas. Guerreiros e soldados fazem parte do imaginário social e, no século XIX, inicia-se a formação de corpos profissionais como os vistos hoje.⁹⁷ A trajetória do elemento militar no Império do Brasil passa por continuidades existentes na estrutura corporativa da própria sociedade fundada ainda na América portuguesa.⁹⁸ A ideia de militar na Época Moderna, como já explicitado anteriormente, estava ligada aos primórdios desse governo corporativista quando o *ser militar* era parte do âmbito privado, como uma forma de serviço a ser prestado pelo súdito para a Coroa. As ordens militares eram vistas, assim, como recursos a serem alcançados para um melhoramento do *status* social, dentro da noção de sociedade corporativa e hierárquica da monarquia portuguesa de Antigo Regime.⁹⁹ A carreira militar no Império do Brasil, principalmente na primeira metade do século, era definida por uma tradição militar portuguesa onde a ligação com a Coroa e os símbolos do Antigo Regime ainda estavam presentes.

No Império do Brasil três forças militares tiveram destaque – Exército, Marinha e Guarda Nacional – sendo as duas primeiras partes da herança de toda uma estrutura portuguesa que teve que ser adaptada não só a realidade construída pelo Estado Imperial, mas também as inovações tecnológicas, de guerra e estratégicas vivenciadas com a intensa modificação de equipamentos e armamentos levados pelo progresso científico trazido pela industrialização. Apesar de Exército, Marinha e a Guarda Nacional possuírem especialidades diversas na condução da guerra e do aparato coercivo empregado pelo Estado, ambos eram representantes de uma estrutura nascente de tentativa de consolidação do monopólio da

⁹⁷ VAGTS, Alfred. *A History of Militarism: civilian and military*. Nova York: The Free Press, 1959, pp13-99.

⁹⁸ A respeito da sociedade corporativa portuguesa da Época Moderna cf. HESPANHA, Antonio M. As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3843.pdf

⁹⁹ OLIVAL, Fernanda. *As ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

violência, necessário para consolidação de uma centralidade do poder.¹⁰⁰ No Brasil a tendência foi incorporar as estruturas militares disponíveis às regras da sociedade excludente e hierárquica, por isso encontra-se ao longo do processo de modernização uma confusão recorrente dos princípios regedores do recrutamento e da posição social dos indivíduos que seguiam a carreira militar.

O arcabouço da sociedade imperial ajudou na consolidação desse aspecto antigo da concepção militar. As inovações trazidas e experimentadas pela sociedade brasileira tiveram uma convivência ampla com práticas e ações referentes ao passado, e no período regencial muitas dessas rupturas e permanências foram expostas. Como demonstra Ilmar de Mattos, a Boa Sociedade do Império, desde os primórdios da Independência até meados do século XIX, teve que lidar com heranças deixadas pelo império luso, heranças que de certa forma conformaram o terreno das possibilidades de construção deste novo corpo político brasileiro. As heranças centrais que foram o norte do longo processo de construção do Estado Imperial eram o território, o nome Brasil, uma cabeça política representada pelo Rio de Janeiro e uma nação, temas que circulavam pelo imaginário, ajudaram aos herdeiros a consolidar um projeto político de autonomia em um país ainda bastante fragmentado.¹⁰¹ A busca por unidade territorial e centralização de um poder para a manutenção de uma ordem política e social fundada ainda no período colonial foi a máxima perseguida pela Boa Sociedade, máxima essa que ganhou mudanças e contornos diferenciados de acordo com os grupos de poder que se destacavam na condução do Estado.¹⁰²

Maria Fernanda Martins evidencia que as práticas institucionais colocadas no modelo de monarquia constitucional escolhido possuíam como base a tentativa de conciliação entre heranças representadas pela estrutura de mando colonial e a influência portuguesa com as novas demandas do ideário liberal.¹⁰³ Para isso, foi necessário a construção de um Estado Imperial específico que conseguisse reunir em seu entorno uma gama de quesitos que contemplasse a consolidação de um Estado Nacional, como ocorria há tempos nos países

¹⁰⁰ Como discorrido acima ao se estabelecer as formas usadas pela classe senhorial e o governo para o cumprimento de requisitos para construção do Estado Imperial. Cf.: Martins, 2007, op.cit.

¹⁰¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Brasilienze*, nº 1, Maio de 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_1.pdf

¹⁰² RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins Rodrigues; FALCON, Francisco José Calazans & NEVES, Margarida de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

¹⁰³ MARTINS, 2007, p. 25.

ocidentais. Específica que apesar das particularidades do processo brasileiro deve-se preocupar com um caminho geral compartilhado, de constituição de elementos como a centralização, burocratização, incorporação dos serviços pela estrutura pública, construção de uma autoridade central via coerção ou negociação.¹⁰⁴ Como já destacado, tal processo só pode ser vivenciado no Brasil Império a partir da interação permanente entre Coroa e a classe senhorial forjada desde o período colonial anterior.

A compreensão da gestação do Estado e das instituições perpassa por três aspectos do processo histórico brasileiro: a herança político-administrativa portuguesa, o ideário liberal e as práticas políticas coloniais. Tais processos auxiliaram na configuração desta classe senhorial, que a frente do projeto político imperial, a partir do período regencial, optou pela confirmação de um modelo estatal assentada em uma ampla defesa da propriedade, do sistema representativo restrito e de uma monarquia constitucional apoiado em um poder arbitral.¹⁰⁵ Ao analisar mais detidamente o Conselho de Estado como órgão que buscava um equilíbrio entre a Coroa e o as classes dirigentes, Maria Fernanda Martins acaba por expor uma cultura política brasileira assentada a redes de sociabilidade e parentesco que nortearam o próprio processo de consolidação do Estado Imperial.¹⁰⁶ A construção dessas vastas redes de relacionamento acabavam por ligar diversos setores políticos, econômicos, locais e privados a uma ação política comum e a uma determinada arte de governar, herdeira do período colonial, que levou a abertura de caminhos para uma centralização do poder estatal e a consolidação de um projeto político conservador de proteção de interesses ao lado de ideais liberais.¹⁰⁷

Herança e Construção foram espaços delimitadores das possibilidades desse Estado Imperial que procurou a manutenção de uma lógica social advinda do período colonial, determinando um projeto político assegurador da propriedade como fonte delimitadora da liberdade e da cidadania, da escravidão, da distinção hierárquica dos componentes da sociedade imperial e de uma economia baseada na agricultura monocultora voltada à

¹⁰⁴ Idem, p. 49

¹⁰⁵ Idem, p. 63. Martins ressalta a influência de um modelo inspirado nas teorias de Benjamin Constant e Tocqueville, que incorporaram ao paradigma jusnaturalista a tradição do liberalismo. Tais influências distanciavam assim do caráter e da leitura mais democrática de liberalismo difundido por Rousseau.

¹⁰⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho do Estado no Brasil Imperial.

Revista TOPOI. Vol. 7, nº 12, 2006. pp. 178 -221. Disponível em:
http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi12/topoi12a6.pdf

¹⁰⁷ Idem, p. 181.

exportação.¹⁰⁸ Todavia, a busca por esse projeto político não foi algo consensual e muito longe ocorreu apenas nas camadas mais abastadas da sociedade, como já vinha sendo consolidado, as correntes políticas imperiais estabeleceram posições e ações diferenciadas ao longo desse processo histórico.

Diante destas constatações mais gerais sobre a relação do Estado e a sociedade pode-se avaliar que existem fortes indícios que até meados do século XIX encontrava-se o quadro do oficialato das instituições militares – Exército, Marinha e Guarda Nacional - incorporado à classe senhorial com o seu *habitus* (status) e estilo de vida de nobreza.¹⁰⁹ A prática da nobilitação pela carreira militar acentuada com a criação do posto de Cadete e de Guarda-Marinha ainda em finais do século XVIII,¹¹⁰ permitiu a recorrente aproximação deste grupo à Coroa e as redes de privilégios e negociação.¹¹¹ Entretanto, os soldados e marinheiros subalternos destas instituições eram retirados das camadas mais pobres da população, muitas vezes associados ao crime e à vagabundagem, tanto Marinha como o Exército, incorporaram a divisão dos mundos estabelecidos pela Boa Sociedade.¹¹²

Historiograficamente, os trabalhos acadêmicos voltados ao entendimento do campo militar e do próprio militar na estrutura social brasileira sempre estiveram mais voltados ao Exército.¹¹³ Algumas dessas leituras se debruçaram sobre as forças militares e o Império do

¹⁰⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

¹⁰⁹ Ainda não existem estudos sistematizados sobre a aproximação entre militares e a classe senhorial. Contudo, existem apontamentos que indicam pelo menos uma tentativa por parte dos militares em incorporar o Hábitus no sentido de estilo de vida, “auto-imagem e a composição social” segundo Norbert Elias. A respeito do conceito de *habitus* Cf. ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994; BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli, silvia de A. Prado, Sonia Miceli e Wilson C Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987; ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Tradução de . Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

¹¹⁰ O título de Cadete criado em 1757 e o de Guarda-Marinha criado em 1761 eram títulos honoríficos que tinham como significado o ingresso na carreira militar e tinham em seu bojo uma aproximação com a nobreza. Cf.: SOUZA, Adriana Barreto. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar-portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *A nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004 & BOITEUX, 1940.

¹¹¹ SOUZA, 2004, p. 167.

¹¹² Sobre recrutamento existem muitos estudos que apontam que devido as redes clientelares, as péssimas condições de trabalhos e os diversos dispositivos de isenções empregados com o intuito de proteção da mão-de-obra e escrava e da lavoura acabou por associar a prestação do serviço militar aos vagabundos, aos desordeiros e como forma de punição a crimes. Cf.: MENDES, Fábio Faria: Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor & KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, pp. 111-138; FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga e as punições da Marinha (1808-31). In: CASTRO, IZECKSON & KRAAY, 2004, pp. 139-158.

¹¹³ Entre os vários trabalhos Cf.: SCHULZ, John. *O Exército na política: Origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de

Brasil acabando por enfatizar uma corrente definida como “política erradicadora”, que tem como maior representante Edmundo Campos Coelho.¹¹⁴ Tal leitura historiográfica consiste no argumento de que no Império do Brasil sempre existiu uma oposição entre o militar e a sociedade civil, e que nos anos imperiais existiram duas formas de retirar as forças de terra e de mar dos círculos de poder: uma primeira de forma violenta realizada pela debelação de tropas insurretas e uma segunda forma mais dissimulada de cooptação de lideranças militares.¹¹⁵

A criação da Guarda Nacional foi um dos elementos argumentativos para essa leitura de oposição entre militares e civis, principalmente a criação da milícia cidadã em 1831. A Guarda Nacional se tornou a principal explicação de várias tendências que enxergaram a desmobilização do Exército e um afastamento militar da sociedade, criando uma imagem de que as forças militares eram sediciosas e desorganizadas¹¹⁶, que ameaçavam a ordem e poder civil¹¹⁷ ou até que se tornou necessária para a construção de um aparato burocrático e racionalização do Estado Nacional.¹¹⁸ Para certa leitura, a criação da Guarda Nacional e o apagamento das estruturas militares estiveram associados à incapacidade extrativa do Estado Imperial, que delegou aos poderes locais através dos cargos da Guarda o monopólio da violência.¹¹⁹

José Murilo de Carvalho ao se debruçar sobre as forças militares, principalmente o Exército, estabelece um limiar de recrutamento do oficialato que se inicia na nobreza e que durante o Império do Brasil passou a figurar de forma mais endógena, centrada nos filhos de oficiais militares mais associados a classe média,¹²⁰ revelando assim um outro campo de

Janeiro: Jorge Zahar, 2005; SOUZA, Adriana B. de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹¹⁴ COELHO, Edmundo C. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹¹⁵ GRANDE JUNIOR, Dirceu Casa. O Exército do Brasil na Regência: Discussões Sobre a Tese da Política de Erradicação dos Militares. 1831 - 1840. Dissertação de Mestrado em História Social, Área de Concentração em Territórios do Político. Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 6. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mesthis/DirceuCasaGrande_Dissertacao.pdf

¹¹⁶ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

¹¹⁷ CARVALHO, 2005.

¹¹⁸ URICOECHEA, Fernando. *Minotauro imperial: a burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

¹¹⁹ RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período regencial (1831-1840). *Revista Almanack braziliense*, nº 3, maio 2006. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_artigos_1.pdf

¹²⁰ CARVALHO, 2005, p. 17.

leitura acerca dos militares. Com o tempo e a entrada de uma tendência positivista, principalmente nas Academias, fez com que o oficialato passasse a exercer uma oposição a elite civil ligada ao bacharelado e as rodas de importância política. Criava-se assim uma tendência em enxergar diante da tradição civilista do Império um afastamento do soldado da elite imperial e uma latente tensão entre esses dois grupos sociais. A Marinha Imperial, segundo José Murilo, não sofreu tanto a influência na mudança do recrutamento permanecendo no patamar aristocrático e longe de questões políticas.¹²¹ Entretanto, ainda assim muitos estudos sobre os militares foram norteados pela ideia central de um divórcio entre o militar e alta sociedade imperial, e um desmantelamento das instituições militares tradicionais, principalmente Exército, que só retornou a história do Brasil Império na Guerra do Paraguai.

Caminhando nas leituras acerca do Exército há uma tendência em enxergar não só a Guarda Nacional, mas várias instituições militares do Império como forma possível de força e dominação da classe senhorial e do governo.¹²² Além do aparato de controle e coerção dados pelas leis, principalmente a Constituição de 1824 e outros dispositivos - mesmo que considerados descentralizadores - deve-se ter noção de uma busca comum desta classe senhorial de garantia de um Estado Imperial específico. A garantia de uma política de ordem e segurança que servissem a isso foi perseguida de vários modos, às vezes colocando os meios policiais na esfera local ou na esfera central. Nesse sentido, é preciso entender que todas as forças militares imperiais devem ser encaradas como partes integrantes do projeto político em evidência em dado momento histórico. Entre medidas centralizadoras e descentralizadoras existem questões que unem os mais diversos grupos divergentes da classe senhorial, que na maioria dos acontecimentos sempre tiveram em mente a preocupação em garantir uma opressão e uma violência contra os cidadãos de baixo escalão e a massa negra que habitava o país.¹²³ Entender a Guarda Nacional como parte integrante da construção do Estado Imperial, e um dos muitos elementos que fizeram papel de mediação entre as disputas entre poder central e poder local, lugar de expressão concreta de uma cidadania excludente, onde a

¹²¹ Idem p. 129.

¹²² NEDER, Gizlene; NARO, Nancy & SILVA, José Luiz Werneck. *A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930)*. Rio de Janeiro: Edições da Pontifícia Universidade Católica, 1981.

¹²³ Idem.

liberdade era definida através da propriedade,¹²⁴ ajuda a entender que tal instituição não nasceu apenas como contraponto às forças militares imperiais.

Na visão da Adriana Barreto não houve um distanciamento entre as fileiras da Guarda Nacional e a Tropa de 1ª Linha, e inclusive ambas sofriam com problemas de insubordinação e recrutamento.¹²⁵ Portanto, não ocorreu uma substituição das corporações militares, mas, sim, a criação de um corpo militar baseado na ideologia de milícias com objetivo de auxílio para as tropas militares.¹²⁶ Na leitura de Adriana Barreto, a experiência da Guarda Nacional foi central para reformulação do Exército e o entendimento de que as duas instâncias eram necessárias para a consolidação do projeto político dos grupos dirigentes.¹²⁷ Analisando o período regencial e a criação da Guarda Nacional, Fabiana Sylvestre Rodrigues destaca que houve uma desmobilização de tropas, e segundo seus dados, entre 1832 e 1837, ocorreu uma redução significativa dos corpos do Exército, que passaram de 12.200 homens para apenas 6.320.¹²⁸ Todavia, a autora esclarece que tal diminuição não pode ser vista como uma erradicação, e sim como parte de uma visão da questão da segurança no Império.¹²⁹ Para isso propõe uma nova leitura interpretativa para este fato histórico reforçando que a diminuição dos contingentes militares teve o apoio da cúpula militar, que via na diminuição do efetivo uma forma melhor de controle para o processo de profissionalização; e também associado à criação da Guarda Nacional, mas não no sentido de substituição das tropas de 1ª linha, mas como uma mudança das competências de cada órgão, voltando o Exército à defesa externa e a Guarda Nacional ao controle civil.¹³⁰ Tal política empregada nos anos iniciais da Regência, não produziu efeitos contundentes, o que levou ao projeto político regressista reformular a noção de segurança do país, aumentando assim a força militar.

Para fins de melhor compreensão entende-se que nesse primeiro momento todas as forças militares, e no caso especial a Marinha, mantiveram uma mesma posição de proximidade aos interesses da classe senhorial que passou a se debruçar com mais vigor a estruturação do aparato militar quando o período conhecido como Regresso se estabeleceu.

¹²⁴ RODRIGUES, FALCON & NEVES, 1981.

¹²⁵ SOUZA,, 1999, p. 72

¹²⁶ Idem, p. 73

¹²⁷ Idem. p. 80

¹²⁸ RODRIGUES, 2006, p. 58.

¹²⁹ Idem p.62.

¹³⁰ Idem p. 60.

A partir de 1837 se iniciou um novo projeto político conservador para o Estado Imperial, um projeto vencedor que conseguiu de certa forma consolidar não só o arcabouço estatal e as dinâmicas administrativas, mas permitiu agrupar através da direção política, moral e intelectual os diversos grupos componentes da classe senhorial. Como aponta Ilmar, o Regresso foi um período inicial para recunhagem da moeda colonial. Neste momento se iniciou um novo projeto político que possuía em seu norte um avanço do princípio da autoridade frente às medidas mais descentralizadoras e associadas ao princípio democrático de período anterior.¹³¹ Em resumo, as práticas e ações políticas regressistas visaram a construção de todo um aparato estatal e social baseado em duas concepções de mundo: a ordem e a organização, nesse sentido se instalou um discurso conservador de resignificação do sentido da Liberdade, agora alocada como espaço qualitativo de reprodução das desigualdades humanas e sociais,¹³² e de modificação dos lugares ocupados pelos elementos políticos constitutivos deste Estado Imperial. Ascende ao discurso político novamente um imaginário associado ao elemento monárquico e ao Poder Executivo forte, e por meio destes atributos surgiu

“um consenso em torno da implementação de um programa de defesa da produção agrícola de exportação herdada do período colonial. Esse ajustamento político foi essencialmente orquestrados pelos Saquaremas, que se tornou a principal liderança na definição da coalizão que dominou a cena política no país após 1837.”¹³³

Os Saquaremas, como ficaram conhecidos pelos contemporâneos devido à liderança de três conservadores fluminenses - a saber, Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai) e Eusébio de Queiróz Coutinho Matoso Câmara¹³⁴, conseguiram se afirmar na direção política, moral e intelectual do Império, pois “tiveram a capacidade de aliar a questão da manutenção da ordem a outra não menos significativa – a difusão de uma civilização”.¹³⁵ Civilização essa envolta nos preceitos trazidos pelas nações europeias que ocupariam o lugar da antiga metrópole, a “Inglaterra e França simbolizam, sintetizam e concretizam os interesses do capitalismo

¹³¹ Idem, p. 152.

¹³² Idem, p.161.

¹³³ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 21.

¹³⁴ MATTOS, 2011, p. 120.

¹³⁵ MATTOS, 2009, p. 36

triumfante em expansão.”¹³⁶ Para Maria Fernanda Martins, a consolidação do projeto político regressista “foi a vitória de uma visão conservadora do liberalismo, despojada do heroísmo e da referencia popular”.¹³⁷

Nesse momento que se iniciava de forma clara e eficaz um projeto político voltado para consolidação de um poder central, de controle dos poderes das mais diversas administrações públicas sob a égide estatal.¹³⁸ Através de estratégias de negociação e da direção de uma parcela da classe senhorial se consolidava a cooptação dos diversos poderes locais, engrandecidos pelo Ato Adicional de 1834, em uma ampla estrutura administrativa centralizada pela coerção da lei.¹³⁹ Neste último quesito também podem ser incorporadas as reformas administrativas e estruturais das forças militares imperiais, que de certa forma tornaram-se parte de um projeto político imperial, que visava a construção de um Estado Imperial e seu aparato coercitivo.

A introdução desses novos preceitos políticos associados à ordem e organização, revalorização do princípio da autoridade em detrimento ao democrático, aumento do prestígio da Coroa e das prerrogativas do Executivo, possibilitam a consolidação deste Estado Imperial que estava em gestação desde os primórdios do grito da Independência. Neste contexto histórico iniciado em 1837 encontram-se respostas para questões que afligiam a classe senhorial e se controla as ruas - “a vida política começava a abandonar as ruas e o sentimento aristocrático voltava a se impor.”¹⁴⁰ Foram estes acontecimentos e ações que levaram à Maioridade de D. Pedro II e estabeleceram a restauração de uma dinâmica colonial, mas agora com base em novos conceitos e imaginários trazidos pelo liberalismo e capitalismo vigentes e em plena expansão. Todo aparato estatal administrativo e representativo imperial passaria a ocupar o espaço da antiga região colonial e teria como papel central garantir o estabelecimento de uma diretriz garantidora dos monopólios dos diversos grupos em um contexto de expansão capitalista, principalmente a região mercantil agricultora cafeeira, além de salvaguardar uma ordem social hierárquica baseada em preceitos de liberdade qualitativa para manter a escravidão. A Coroa nesse momento é revestida de poder para assegurar o

¹³⁶ MATTOS, 2011, p. 93.

¹³⁷ MARTINS, 2006, p. 75.

¹³⁸ Idem, p.198.

¹³⁹ Idem, p. 199.

¹⁴⁰ MATTOS, 2009, p. 32.

equilíbrio entre os grupos, manter a direção saquarema e espalhar suas crenças e projetos por toda a sociedade.¹⁴¹

Esse sistema original montado pelos grupos dirigentes em negociação com o poder da Coroa possibilitou a formulação de um pensamento político que difundia a ideia de que a instituição monárquica e seus órgãos políticos-administrativos deveriam ter em suas ações a imparcialidade e a procura do equilíbrio.¹⁴² Dissolvia-se os conflitos inerentes do fazer política e se mantinha focada os princípios de uma ação política baseadas na autoridade que inibiam a representação, a autonomia provincial e a liberdade entre os poderes.¹⁴³ A busca por este projeto político levou a configuração de um sistema de negociação e consenso.

O grupo dirigente conservador agregou em torno de um discurso sobre autoridade e ordem as classes dominantes, o que lhes permitiu formular projetos políticos que davam tom de coesão e força política. As forças militares, então, foram resgatadas como parte importante do braço da administração central¹⁴⁴. Nesse período de consolidação do Estado Imperial, o projeto político procurou estender o seu braço administrativo a todas as esferas jurídicas, políticas e administrativas. Com isso houve, no Exército, e podemos perceber na Marinha Imperial e em outros dispositivos coercitivos como a Polícia, um aumento da pressão para a organização de procedimentos técnico-administrativos e para a uniformização dos documentos, buscando-se inserir a instituição militar na máquina burocrática do governo¹⁴⁵. Para Adriana Barreto, ao estudar o caso específico do Exército, essa primeira fase da reforma situou-se na década de 40, e o governo teve como direcionamento central olhar as dificuldades orçamentárias¹⁴⁶ enfrentadas por grande parte das instituições imperiais enfrentadas por grande parte das instituições imperiais.¹⁴⁷ A década de 1850 representou o período da segunda fase das reformas conservadoras, que passou a discutir as transformações na organização dos batalhões, das promoções de patentes e do ensino militar, trazendo a

¹⁴¹ MATTOS, 2011,

¹⁴² MARTINS, 2007, p. 184

¹⁴³ Idem, p. 197.

¹⁴⁴ Idem, pp. 29-41. Ver também: MATTOS, 2011, op.cit.

¹⁴⁵ SOUZA, 1999, p.108

¹⁴⁶ Idem, p.109.

¹⁴⁷ A década de 1840 foi o período de insurgências internas, Praieira e outras, que proporcionaram elevados gastos e déficits no orçamento de um Estado em consolidação. Cf. CARVALHO, op. cit; BUESCO, Mircea. **Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: FUNCEP, 1984; CARREIRA, Liberato de Castro. *Historia financeira e orçamentaria do Imperio do Brazil desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independencia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

instituição para dentro da órbita liberal, alicerçada na administração ordenada e na disciplina. Ficou claro que a organização militar fazia parte do projeto político conservador para a garantia da implementação da prática política defendida pelo “partido da ordem”.¹⁴⁸

O entendimento desta configuração da relação entre as forças militares e suas posições ao longo dos projetos políticos imperiais, deve ser aplicado aos estudos da Marinha Imperial. Pois, nos diversos círculos acadêmicos contemporâneos ainda existem poucas pesquisas que elejam a Marinha e suas organizações militares subordinadas como objeto de estudo. Como expressa Francisco Eduardo de Almeida ao estabelecer um balanço historiográfico da História Naval Brasileira,¹⁴⁹ até inícios dos anos 90 do século XX a maioria dos estudiosos eram da própria instituição naval, e sempre tiveram como maior compromisso a escrita de uma história narrativa enaltecida dos feitos e personagens históricos navais. Apesar de ter entre os trabalhos uma preocupação com o rigor documental, os mesmos não apresentavam uma forte ligação com as inovações acadêmicas que circulavam nos diversos campos de estudos das ciências sociais. Tal cenário vem se modificando lentamente, principalmente com a aproximação de uma nova história militar de intenso intercâmbio com os novos conceitos e abordagens metodológicas.¹⁵⁰

O mesmo entendimento defendido acima para o Exército e outras instituições militares, também pode ser analisado na Marinha, e dentro deste amplo processo fez parte a modificação do ensino militar e estrutural da Academia dos Guardas-Marinha. Ao unir o projeto político de construção de um Estado Imperial e as modificações burocráticas e estruturais na cultura organizacional das corporações militares, entende-se que as práticas do poder e das decisões decifram as diversas inquietudes ideológicas, culturais e os pactos sociais que permeiam uma sociedade, permitindo entender as prioridades e os ideais de um governo, como isso se converte em medida política e quais as diversas consequências para o Estado e a Sociedade.

¹⁴⁸ Idem, p.120.

¹⁴⁹ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III, nº 8, Agosto 2012.

¹⁵⁰ CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor & KRAAY, Hendrik. Da História Militar à nova História Militar. In: CASTRO, IZECKSON & KRAAY, 2004, p.14.

O trânsito das ideias e das ações dentro do governo pode revelar os ideais e interesses que levaram à configuração de uma instituição e sua relação com o contorno político.¹⁵¹ Entendendo que são as relações de poder e as práticas sociais que configuram as relações entre governo e seu aparato compositivo, e que a partir delas pode-se estabelecer um panorama da política e de suas intenções em relação a um projeto político definido por cultura, ideologias e relações sociais que permeiam a sociedade, consegue-se estabelecer uma nova gama de questões para o objetivo da pesquisa, que se concentra na Academia de Marinha. Tal instituição, que compunha o aparato militar do Estado Imperial que se consolidava, não pode ser encarada como um espaço neutro: a decisão de reformas e o lugar de ocupação dentro de uma hierarquia administrativa governamental estiveram ligados ao próprio jogo de poder e de projetos políticos que circulavam entre os diversos grupos dessa classe senhorial detentora de poder no Estado Imperial.

Adriana Barreto, ao tratar do perfil social do generalato do Exército nas décadas de 40 e 50, constata que o *ser militar* era algo ainda ligado a um não conhecimento específico sobre a guerra, não compartilhamento de valores de disciplina/hierarquia e uma falta de identidade corporativa, ou seja, uma estrutura distante de um modelo moderno associado aos Estados Nacionais que se consolidavam no Ocidente.¹⁵² Entretanto, também neste século aconteceriam as primeiras modificações estruturais nos corpos e serviços militares, indicando uma nova mentalidade militar ocidental, associando o exercício da guerra e o monopólio da violência ao profissionalismo e a subordinação a um poder estatal.¹⁵³ Elementos esses que foram aos poucos sendo absorvidos pela classe dirigente e o governo imperial brasileiro e introduzidos lentamente a partir da segunda metade do século oitocentista.¹⁵⁴

Importante ressaltar que o processo de modificação dos valores padrões dos militares e do ensino militar, ocorridos no caso específico da Academia dos Guardas-Marinhas no ano de 1858, pertence a uma lenta evolução gestada ainda na virada do século XVIII e para o XIX e que foi acelerada no momento em que o Estado Imperial apresentou maior solidez e calma. O período historiográfico conhecido como Conciliação, onde uma conciliação entre liberais e

¹⁵¹ GIL PUJOL, Xavier. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política. In: *Revista Pedralbes*, n. 3, Barcelona, 1983.

¹⁵² SOUZA, Adriana Barreto. À serviço de sua majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro. (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor & KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

¹⁵³ HUNTINGTON, 1996.

¹⁵⁴ SOUZA, 2004.

conservadores proporcionou um revezamento dos partidos políticos imperiais com as mesmas ações e práticas políticas, representou muito bem a dinâmica conseguida pelos saquaremas ao estabelecer seu programa político conservador. A Conciliação não deve ser lida apenas como um período de acordo, mas sim como momento máximo de estabelecimento de uma hierarquia entre o princípio da autoridade sobre o princípio da liberdade, entre a direção saquarema sobre os luzias mais liberais.

“A transação destacava o papel da Coroa na manutenção da ordem e na difusão da civilização, em uma experiência histórica na qual o império correspondia um único Estado, um território contíguo e uma nação”.¹⁵⁵

A Coroa toma a função de partido para a condução de negócios internos e externos. Os negócios internos voltados a promover a expansão dos interesses da Casa, ou seja, dos proprietários da classe senhorial e as suas demandas de preservação da mão de obra escrava, de uma política de terras mais restritiva, de garantia de monopólios, além de divulgar valores associados à imagem e a difusão de uma civilização européia criando assim uma identidade da nação brasileira, aristocrática e moderna. Aos assuntos externos, a Coroa procura estabelecer os interesses econômicos das regiões formadas ainda no período colonial nessa nova dinâmica econômica mundial de ascensão capitalista.¹⁵⁶

Todo esse processo até agora explicitado revelou a importância de um projeto político conservador empreendido a partir de 1837 na construção de uma dinâmica estatal baseada na recunhagem de uma ordem política e social advinda do período colonial, onde novos agentes ocupam antigos lugares e garantem assim os privilégios e os interesses de uma classe senhorial forjada. A Cora toma o lugar das antigas regiões coloniais que tinham negócios diretamente com a antiga metrópole portuguesa, substituída pelas nações civilizadas representadas pela França e Inglaterra. A esta dinâmica se agregam todos os valores culturais modernos e as antigas práticas políticas e sociais que investem na formação de uma cidadania brasileira de forma hierárquica e excludente. Para toda essa engrenagem se estabelecer e funcionar foram precisos boas reformas que visaram o fortalecimento do governo, tais eram necessárias para se manter a configuração do regime monárquico desejado, por isso neste período encontra-se uma gama imensa de reformas legislativas, econômicas e as principais

¹⁵⁵ MATTOS, 2009, p. 43.

¹⁵⁶ Idem.

para este trabalho que foram as reformas voltadas para organização do Exército e da Armada.¹⁵⁷

1.4 – A Marinha Imperial no Contexto Oitocentista

A relação entre o Império do Brasil e o mar, e conseqüentemente a estrutura naval, foi uma herança do Império português.¹⁵⁸ A construção deste império perpassa várias motivações religiosas, políticas, estratégicas e econômicas, e a saída para o mar também definiu as bases e os limites desta construção. A busca pelo predomínio marítimo e monopólio das rotas comerciais oceânicas foi adicionada ao discurso sustentador do próprio poder régio, que na Época Moderna se assentou muito na expansão marítima, pois, como afirma Hespanha e Santos, o Império português “antes de mais, trata-se, não de um império terrestre, mas de um império oceânico, ou seja, de um império em que o mar já não era um limite, mas, antes, o nexó essencial de união dos pontos de apoio na terra firme, o próprio corpo de império.”¹⁵⁹ O domínio efetivo do mar e de seus caminhos para consolidação da presença portuguesa como monopolizadora das principais rotas comerciais oceânicas esteve sempre ligada à organização político-administrativa estabelecida pela coroa para seus domínios ultramarinos. Uma parcela da estratégia de dominação passou pela montagem, ou esboço, de um conjunto militar que possibilitou a defesa do Império marítimo que se estabelecia, a predominância do oceano como ponto nervoso do sistema de poder expressava a relevância da reflexão desta força militar, principalmente naval, como uma das facetas de soberania portuguesa na Época Moderna.

Entretanto, o caráter pluralista e corporativista encontrado na sociedade portuguesa ao longo do Império português, como já abordado em vários momentos, impediu em Portugal e seus domínios ultramarinos a formação de um aparelho de Exército e Marinha regulares como corpos profissionais, a pouca organização existente decorria de empreendimento particular dos comandantes.¹⁶⁰ A Marinha Real portuguesa entre os séculos XV e XVIII refletiu o contexto político e econômico português no cenário de expansão e dominação ultramarina. Como discorre Carlos Selvagem, no início do período renascentista de

¹⁵⁷ MATTOS, 2011, p. 158.

¹⁵⁸ BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das letras, 2002.

¹⁵⁹ GIL PUJOL, *op. cit.*, p. 351.

¹⁶⁰ BOXER, 2002.

predomínio de poder marítimo pelo governo português encontrava-se a formulação de um poderio naval grande, além dos elementos técnicos e matérias presentes nos navios e na navegação, tinha-se a carreira militar nos altos círculos da nobreza palaciana e cortesã.¹⁶¹ Os altos postos da hierarquia naval eram reservados aos mais ilustres nobres, tinham caráter honorífico e hereditário concedido por benefício régio; outros postos eram distribuídos aleatoriamente, mas através de carta régia.¹⁶² Tal estrutura continuou a existir, mesmo com o declínio de Portugal no cenário internacional.

Diversos fatores como a perda do monopólio da parte oriental do Império português, dificuldades econômicas e sociais que impediam o recrutamento para os navios, e principalmente, a falta de investimentos em tecnologia naval e nos conhecimentos das novas artes da guerra acabaram por favorecer um “panorama triste” em fins do século XVII e XVIII. A perda do poderio marítimo acarretou uma realidade onde se encontrava uma “pequena, subtripulada e mal treinada Marinha portuguesa” que se mostrava incapaz de assegurar as rotas transatlânticas do comércio com o Brasil e as rotas marítimas orientais.¹⁶³ Mesmo sendo os tempos setecentistas de maior movimento organizacional para as estruturas militares¹⁶⁴, a realidade as vésperas da invasão napoleônica e transferência da Corte Joanina ainda refletiam problemas das ordens militares portuguesas.

Em fins do século XVIII a Marinha portuguesa precisou se aliar a Inglaterra, potência marítima dominante, para conseguir a manutenção de uma livre atuação comercial. Além disso, também revalorizou aspectos da força naval devido a seria ameaça de guerra contra França, as necessidades de proteção das rotas comerciais com o Brasil, proteção contra corsários e a manutenção dos já diminutos territórios do Oriente.¹⁶⁵ Como já apontado esta breve renovação encabeçada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Martinho de

¹⁶¹ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal – Desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia Bragança*. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

¹⁶² Idem, p. 258.

¹⁶³ BOXER, 2002, p. 231.

¹⁶⁴ Como já apontado o século XVIII se apresenta como o iniciar de transformações nas instituições militares portuguesas, tanto Exército como Marinha receberam ao longo dos anos modificações estruturais condizentes com as novas possibilidades da guerra e da tática militares revigoradas com os estudos e lampejos científicos iluministas. Nesse contexto, a Academia dos Guardas-Marinha aparecerem como importante instrumento das mudanças, mesmo que essas sejam ainda incompletas. Cf.: SELVAGEM, 1994.

¹⁶⁵ PEREIRA, José Rodrigues. *Campanhas Navais: a Marinha portuguesa na Época de Napoleão (1793-1807)*. Vol.1. Lisboa: Ed. Tribuna, 2005. p.9

Melo e Castro,¹⁶⁶ no reinado de D.Maria I, fez resurgir uma infraestrutura melhor de apoio a Armada portuguesa, além de criar novos espaços como a Academia dos Guardas-Marinha para suprir a falta de oficiais nos quadros navais. Entretanto, apesar de se aumentar a frota naval, se estabelecer uma preocupação de formação educacional com o oficialato e uma organização administrativa e legislativa, os esforços não conseguiram alavancar a força marítima portuguesa ao seu antigo lugar de glória, agindo assim neste contexto como um auxílio da força militar inglesa que tutelaria o desenvolvimento da Marinha portuguesa.

A participação de Portugal nos conflitos napoleônicos ao lado da Inglaterra fez com que sua Corte e o aparato militar e administrativo da monarquia tivesse que atravessar o oceano e aportar em terras brasileiras. A Esquadra portuguesa neste íterim acompanhou sua majestade e aliada a Royal Naval protegeu o comboio, vindo para o Brasil o total de 23 navios e uma série de instituições navais, como a Academia dos Guardas-Marinha.¹⁶⁷ A decadência dos meios materiais e o inchaço de pessoal naval, devido a benevolência real, marcaram o período da presença da monarquia no Brasil.¹⁶⁸ Aliado a esse contexto também podemos apontar a perda da colônia brasileira, na década de 1820, como fator que levou a uma mudança na missão naval portuguesa, que passaria a se voltar para construção de uma Marinha colonial e costeira com preocupação elevada sobre as colônias africanas.¹⁶⁹ Em contraste ao antigo tempo de glória de grandes embarcações voltados ao comércio transatlântico, Portugal e seu poder marítimo passaram até meados do século XIX por um momento de instabilidade que levou a diminuição da influência marítima de Portugal no cenário internacional. O conflituoso rompimento entre Metrópole e Colônia e também a diminuição da importância naval em um contexto internacional podem ser sintomas importantes que revelam o afastamento da Marinha Brasileira de qualquer associação ou imagem com a Marinha Portuguesa, apesar de ter sua base material, administrativa e de pessoal herdado diretamente de tal força política.

¹⁶⁶ Nascido em Lisboa em 11 de novembro de 1716, segundo filho de uma família nobre teve sua educação voltado a carreira eclesiástica. Estudou em Évora, no colégio da Purificação da Companhia de Jesus. Em 1779, foi nomeado Cônego da Sé, onde se aproximou dos estudos políticos e com isso a abertura para uma carreira diplomática. Sua volta a Lisboa culminou na indicação a Secretaria dos Negócios da Marinha e do Ultramar, onde realizou diversos trabalhos para o melhoramento da Armada. Faleceu em 1795, aos 79 anos. Cf.: PEREIRA, 2005, pp.17-19.

¹⁶⁷ PEREIRA, José Rodrigues. *Campanhas Navais: a Marinha portuguesa na Época de Napoleão (1807-1823)*. Vol.2. Lisboa: Ed. Tribuna, 2005. p. 83

¹⁶⁸ Idem, p.85.

¹⁶⁹ SILVA, 2009, p.56.

Apesar de muitos historiadores navais negarem a permanência e influência das estruturais navais portuguesas na construção da Marinha Brasileira¹⁷⁰, de fato elas permaneceram, principalmente as heranças da formação da oficialidade que continuaram e acontecer na Academia dos Guardas-Marinhas e com o espírito reformista iniciado ainda no Império português. Ao declarar Independência do Brasil houve uma incorporação de elementos de ordem material e pessoal para a construção da Marinha brasileira, já que a tomada das bases portuguesas ao longo da costa só podia ser efetivada com a tomada do poderio marítimo por parte do Império.¹⁷¹

Entre os diversos aspectos que contribuíram para conformação de um profissionalismo militar, baseado na autonomia dos corpos militares perante os conflitos sociais, destaca-se a formação do Estado Nação como condicionante essencial.¹⁷² A relação entre militares e Estado ao longo da trajetória social humana reflete diversos tipos de controle político sobre as Forças Armadas, controle esse que perpassa as instituições governamentais até o domínio por uma determinada classe ou aristocracia sobre os meios coercitivos estatais.¹⁷³ O surgimento do Estado Nação aparece como fator necessário para a sustentação financeira dos órgãos militares, e a utilização destes como ponto de segurança militar na competição crescente entre os Estados Independentes traça um panorama de um processo apenas iniciado neste contexto do século XIX.¹⁷⁴

A evolução de uma doutrina militar que separava a competência militar da competência política, que estabelecia uma ciência militar como uma área adquirida pela experiência e treinamento profissional subordinada as metas dos programas estatais do

¹⁷⁰ Na construção de uma história oficial, onde se procura estabelecer uma origem comum aos elementos fundadores da Marinha brasileira, a maioria dos trabalhos apontam a Independência como marco histórico de fundação. As guerras de independência surgem no contexto como fundadora de uma instituição naval, que teria como função principal a defesa e integridade nacional e territorial. Cf.: MANCUSO, Amanda Pinheiro. *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas – os casos do Exército e da Marinha*. 2007. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

¹⁷¹ PAULA, Eurípedes Simões de. A Marinha de Guerra. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História Geral da civilização brasileira*. Tomo II, Brasil Monárquico, Vol. 4, Declínio e queda do Império. São Paulo: Difel, 1974.

¹⁷² Idem, p.88.

¹⁷³ Idem, p. 101.

¹⁷⁴ Idem, p. 85.

governo que se consolidava¹⁷⁵, foi algo gestado na própria construção do Estado Nação escolhido como principal forma organizativa da sociedade ocidental.

O Brasil Imperial também esteve inserido em tais processos, e o entendimento das escolhas realizadas no país passavam pela compreensão da função do militar naquele Estado e as formas de cooptação do sistema político das atribuições militares e os fazer a guerra. Nesse sentido, a análise da Carta Constitucional de 1824 como um “corpo de princípios que organiza o Estado” e como fonte de “criação de um aparato que legitima a ordem do Estado”¹⁷⁶ permite identificar a forma como o Império encarava a esfera militar dentro dos princípios liberais e constitucionais, pautados pela herança de antigo regime e como ela se inseria na administração burocratizada do aparelho que começava a se montar.

A constituição política do Império, outorgada em 1824, era composta de 179 artigos divididos em 8 capítulos.¹⁷⁷ A primeira referência encontrada sobre as forças de Mar e Terra do Império estava localizada no Capítulo 1 sobre o Poder Legislativo, onde se explicita que uma das atribuições deste poder era “fixar anualmente, sobre a informação do Governo, as forças de mar, e terra ordinárias, e extraordinárias”¹⁷⁸, ou seja, era de função do Legislativo estabelecer o número de indivíduos que ocupariam os corpos militares, decidir o contingente necessário para a defesa do Estado. E dentro desta direção ficava privativa a Câmara dos Deputados a iniciativa sobre o recrutamento.¹⁷⁹

Avançando no texto constitucional outras menções as instituições militares aparecem. No artigo 102 do capítulo 2, que trata do Poder Executivo, coube a este a nomeação ou remoção dos Comandantes das Forças de Terra e Mar, e as prerrogativas de se fazer a guerra e a paz de acordo com os interesses do Estado.¹⁸⁰ Entretanto, no tocante à força militar especificamente, somente no capítulo 8 aparece os artigos correspondentes. Do artigo nº 145 ao de nº 150, surgiu os primeiros regulamentos para o aparato militar imperial. O de maior destaque se referia ao engajamento militar por parte dos cidadãos, designando que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e

¹⁷⁵ Idem, p. 89.

¹⁷⁶ MATHIAS, Suzeley Kalil & GUZZI, André Cavaller. *Autonomia na lei: as Forças Armadas nas constituições nacionais*. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25, nº 73, junho/2010. p. 42.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Brasil. Constituição (1824). Constituição política do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

¹⁷⁹ Capítulo II Art. 36 – inciso 2. In: Constituição política do Império do Brasil.

¹⁸⁰ Título 5, Capítulo II, Art. 102. In: Constituição política do Império do Brasil.

integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos”¹⁸¹. Ao mesmo tempo, reforçando as noções de subordinação da força militar ao Poder Executivo, outros dois artigos exprimem que sendo o órgão obediente a autoridade competente, apenas o Poder Executivo possuía competência para o emprego dos meios militares para segurança e defesa do Império.¹⁸²

Embora constasse a futura implantação de uma ordenança especial reguladora do aparato interno da corporação de 1ª Linha e Naval¹⁸³, a Constituição de 1824 estabeleceu uma divisão das tarefas entre os Poderes Executivo e Legislativo no que toca aos assuntos militares. Não havendo uma diferenciação entre defesa interna e externa, cabia ao Poder Executivo as prerrogativas do fazer a guerra e paz, as logísticas das operações militares e principalmente estabelecer as cadeias de comando, demonstrando uma aproximação dos chefes militares com o Imperador. Ao Poder Legislativo restava administrar o número do efetivo e os orçamentos necessários para os Ministérios da Marinha e de Guerra, subordinando as organizações militares a um programa amplo burocrático e fiscal que se pretendia construir. Tais funções em determinados momentos históricos também foram inseridos como fontes de embate entre os dois poderes.¹⁸⁴

Tal configuração primária foi alterada apenas no período regencial, quando o Legislativo retirou algumas prerrogativas do Executivo como o fazer a guerra. Entretanto, na esfera administrativa a relação entre as funções executivas e legislativas referentes à dinâmica burocrática das organizações militares não se alteraram. Nos debates parlamentares, as discussões relativas à Marinha ficaram restritas a fixação das forças navais, e só ocorriam anualmente no plenário da Assembleia, geralmente após o relatório anual proferido pelo Ministro da Marinha aos pares políticos que ocupavam a Casa. Entender essa divisão estabelecida nas competências de cada poder constitucional elucida como as forças militares

¹⁸¹ Cap. 8 Art.145

¹⁸² Cap. 8 Art. 147 e 148

¹⁸³ Segundo o Tenente Coronel Dr. Antonio José do Amaral, Lente Catedrático da Escola Militar, tal ordenança não tinha sido feita, e as forças militares eram regidas por um conjunto de regulamentos. Cf.: AMARAL, Antonio Jose. *Indicador da legislação militar em vigor no Império do Brazil*. Vol.1. Rio de Janeiro: Typographia Naccional, 1872. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/242369>

¹⁸⁴ Aline Pereira ao falar sobre a Guerra da Cisplatina explicita como forma de contrariar o poder do Monarca e se fazer contrário a guerra, em muitos momentos o Parlamento se utilizou das prerrogativas de baixa de pessoal, financeira e material militar para tentar fazer máxima oposição e acabar diminuindo o poder de D. Pedro I. CF.: PEREIRA, Aline Pinto. A monarquia constitucional representativa e o lócus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2012

eram tratadas pelo governo, consolidando a ideia de subordinação da ação militar e de sua cultura organizacional.

A participação da Marinha brasileira nos momentos do Império do Brasil circunscreveu várias funções e ações. Entre as funções de guerra e de espírito militar se destacavam a utilização da Marinha como importante ator na política externa brasileira. Entre diversos acontecimentos que vão desde a Guerra a Cisplatina até o patrulhamento da costa africana, no sentido de coibição do tráfico negreiro, a Marinha se apresentou como força dissuasória para questões de conflitos com os países do cone sul ou como elemento para cumprir possíveis tratados internacionais.¹⁸⁵ Era comum “o uso da esquadra para sustentar e garantir suas decisões nos diversos cenários em que o governo imperial estivesse envolvido.”¹⁸⁶

A maioria dos textos que abordam sobre a Marinha exalta sua intensa participação nos conflitos externos, mas também houve espaço para a função de controle interno do país, o poder naval utilizado para a contenção de possíveis questões que levassem a desintegração territorial e política. As guerras de Independência foram as campanhas mais presente na construção da memória da instituição, pois, além de ser marco da criação, também representou o papel de força marítima utilizada para manutenção do vasto reino. Em vários momentos a Esquadra e as divisões navais foram utilizadas pela política imperial como forma de assegurar determinado território ou passagem fluvial/naval.¹⁸⁷ Tais ações estavam envoltas nas funções desta corporação em tempos de conflitos e guerras, ou em funções militares, momentos em que a força naval juntamente com todo um aparato operativo parte aos teatros de guerra para a defesa de uma nação ou causa.¹⁸⁸

Na parte material do poder naval o Império não apresentou uma evolução constante, e os historiadores navais apontam que os investimentos para compra e melhoramento dos navios, e a criação de uma estruturação bélica naval, que acompanhasse as evoluções

¹⁸⁵ MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *A Marinha de Guerra e o Império: a marinha brasileira como braço da política externa imperial*. In: Anais Simpósio Nacional de História. XXIV, São Leopoldo: Unisinus, 2007

¹⁸⁶ Idem, p. 7.

¹⁸⁷ SILVA, Jéssica de Freitas e Gozanga. As Fronteiras e a Guerra: o papel da Marinha na História da unidade territorial na segunda metade do XIX. In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria & ARAÚJO, Valdeí Lopes de. (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia* – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2012.

¹⁸⁸ CAMINHA, Herick Marques. Evolução da estrutura administrativa do Ministério da Marinha no Império. In: Brasil. *História Naval Brasileira*. 3º vol, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2002., p. 29

tecnológicas, eram feitas apenas em momentos em que crises, principalmente com países da região do rio da Prata se apresentavam. A realidade de material e pessoal ao longo do período Oitocentista não foi regular e muitas vezes foram precárias.¹⁸⁹

Todavia, em tempos de paz, a Marinha de Guerra foi administrada por uma estrutura organizacional. O período oitocentista representou o momento inicial dessa estrutura, cada vez mais subordinada ao Estado Imperial e associado ao paradigma liberal capitalista, unido as inovações da mentalidade militar. Em geral, segundo Herick Caminha, tal estrutura deve desempenhar atributos básicos que de certa forma são atemporais, tais envolvem questões de recrutamento, formação profissional e militar; assistência às necessidades individuais e dos familiares; manutenção e preservação das unidades operativas e gestão financeira do serviço público.¹⁹⁰ Evidente que tais atributos básicos não são atemporais, e correspondem a uma determinada corporação militar moderna, iniciada em meados do XIX, e que a partir das conjunturas internas e externas demorou a se formular como profissional.

Existiu uma temática de reformas na Marinha Imperial, principalmente nesse momento de construção do Estado Imperial, em que pode-se mapear também um movimento parecido com o do Exército, como apontado acima, nas organizações militares componentes do organograma naval brasileiro. Herick Caminha, ao esboçar a trajetória da organização e administração do Ministério da Marinha no Império, demonstra que o Império do Brasil foi um contexto de evolução e expansão do quadro marítimo militar.¹⁹¹ Existiu um salto quantitativo de órgãos subordinados ao poder ministerial, e que em sua maioria eram voltados para o andamento administrativo de uma Marinha subordinada a um Estado-Nação consolidado. Além de novos organismos que compunham a rede disciplinar e hierárquica da Marinha, outros estabelecimentos provindos do período joanino ganharam novos contornos de acordo com o contexto político.

Ao reunir em uma resenha dos principais atos da legislação naval brasileira de todo o Império, Caminha observou alguns movimentos que de certa forma compactuam com a noção e uma consolidação de Estado Imperial centralizador. Com o passar dos anos os órgãos

¹⁸⁹ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Evolução do Pensamento Estratégico Naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

¹⁹⁰ CAMINHA, 2002, op.cit.

¹⁹¹ Ver: CAMINHA, Herick Caminha. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação geral da Marinha, 1986.

administrativos e a burocracia se agigantaram, consolidando uma linguagem e terminologia coesa. No geral, do período da Independência até meados de 1850 a legislação não se voltou a formulação de grandes normas e atos, as medidas ficaram em torno da manutenção de uma antiga legislação portuguesa e modificações necessárias que apareciam a sabor do momento. Apenas em meados de 1850, que o governo como um todo passou a legislar de forma abrangente e orgânica,¹⁹² o que acabou por revelar que a evolução da estrutura administrativa se inclui como parte necessária da construção de um Estado moderno e nacional, como destacada por Maria Fernanda Martins.

A análise do organograma I, que reflete a estrutura administrativa da Marinha brasileira entre os anos 1822 e 1847, evidencia que esta primeira parte organizativa esteve associada ao movimento de construção de um Estado e de seu aparato burocrático. Assim como já demonstrado com o Exército, as primeiras reformas tiveram intenção de criar um ordenamento administrativo, criando subordinações e centralizações, e poder de decisão principalmente ao Ministro da Marinha, representante do poder da Coroa.

¹⁹² Caminha, 1986, p. 229.

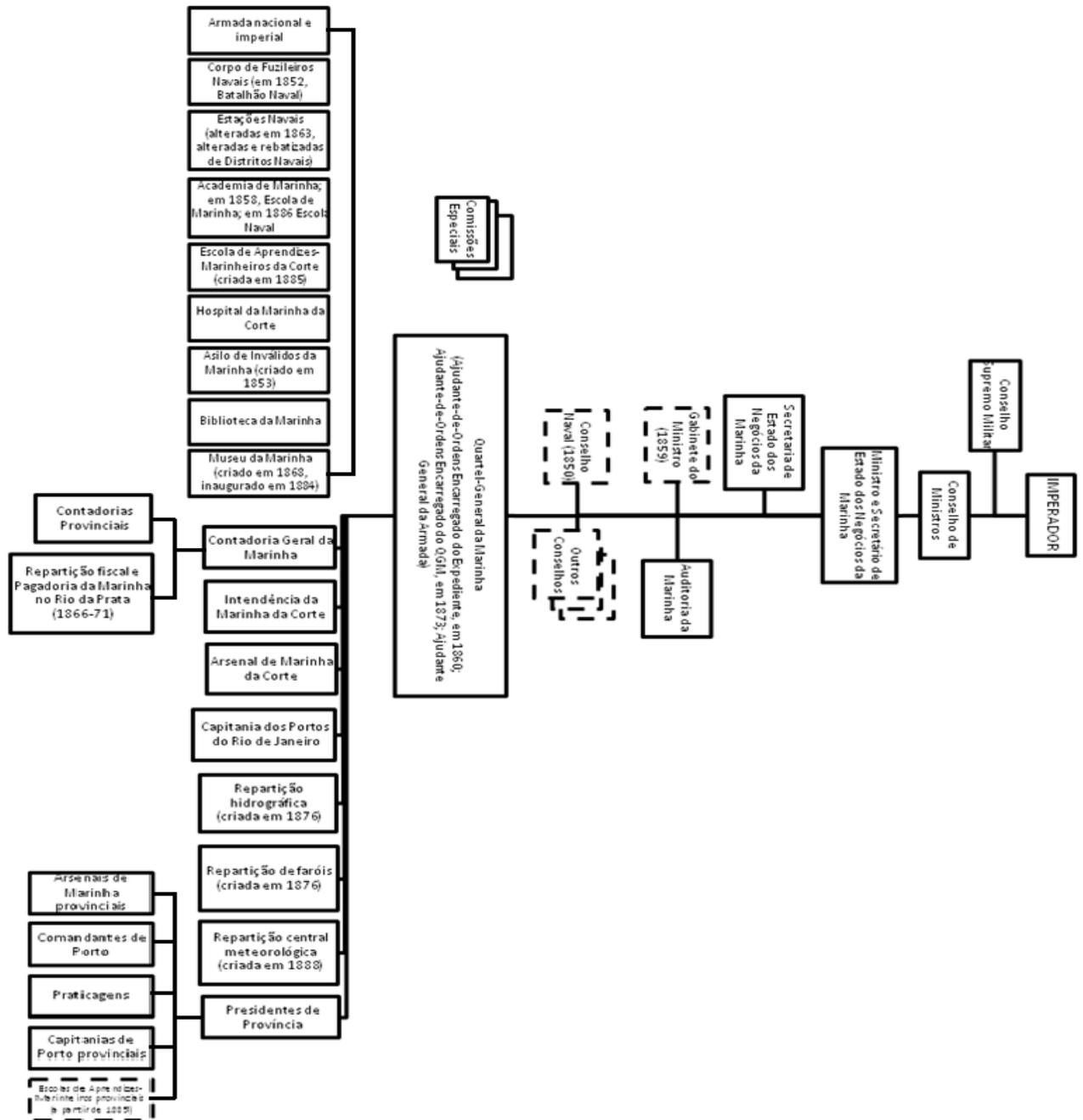
Nesse primeiro momento, se tem as criações das principais organizações militares que tentam dar conta da expansão militar naval imperial, e estabelecer o lugar das heranças estruturais portuguesas dentro do novo sistema. Através do esquema podemos enxergar uma centralização do Poder Executivo no alto da cadeia hierárquica e decisória, o Ministro da Marinha agia neste sentido como principal agente do poder Imperial. Para dar suporte técnico e militar ao Imperador temos um Conselho Supremo Militar. As organizações militares subordinadas ao Executivo podem ser divididas em cinco funções, hierarquicamente diversas, que condizem com o arcabouço administrativo da Marinha Imperial: Administrativa, Orçamentária, Militar, Provincial e Justiça, sendo a última a única instância, representada pela Auditoria Geral da Marinha, não ligada a Secretaria de Negócios da Marinha.¹⁹³ A Academia de Marinha, objeto desse estudo, estava colocada na área de função militar subordinado ao Quartel-General da Marinha, principal órgão mediador entre os comandantes e chefes navais e o Ministro da Marinha demonstrando ser parte central da órbita de guerra e respondendo pela parte mais militar da burocracia. Esse primeiro esquema representou o primeiro momentos onde se instalou divisões e hierarquias precisas sobre Marinha Imperial, demonstrando como a instituição crescia e se ligava as novas condições burocráticas do Estado Imperial. Contudo o próprio Herick Caminha revela que não se devem levar as cadeias de decisão e regras ao esquematismo extremo.¹⁹⁴

No Organograma II, que trata da estrutura administrativa da Marinha entre os anos de 1847 e 1889, revela-se um aumento maior da centralização militar do Quartel General da Marinha, com aspectos e funções mais militares. Todavia, também se aumenta os órgãos consultivos e hierarquicamente superiores que estabelecem a ligação com o Poder Executivo, dando sinais de que o canal de comunicação deveria ser mais apurado e técnico. Também foi nesse período que a complexidade administrativa chega à saturação e o que se teve no momento foram “chuvas” de reformas nas já existentes organizações militares, com intuito de incorporar inovações tecnológicas e da arte da guerra, assim como também administrar a massa burocrática criada para dirigir o pessoal, o material e a contabilidade naval. Ao se comparar os dois organogramas fica claro que se estava em meio a um processo de consolidação de uma estrutura naval que se moldasse a burocracia estatal.

¹⁹³ CAMINHA, p. 1986, p. 41.

¹⁹⁴ Caminha, 2002

Organograma II – Estrutura administrativa da Marinha brasileira (1847-89)



Obs. 1: Os órgãos representados por linhas cheias já existiam no início do período; os de linhas tracejadas surgiram ao longo do período que aqui é apresentado. Fonte: CAMINHA, Herick Marques. *Evolução da estrutura administrativa do Ministério da Marinha no Império*. In: *Brasil. História Naval Brasileira*. 3º vol, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2002.

A nova onda transformadora estava de acordo com um momento histórico de consolidação de um Estado Imperial e de um determinado projeto político conservador liderado pela classe senhorial, que alicerçada em uma ampla máquina burocrática voltou-se às reformas dos batalhões, das leis de recrutamento e do ensino militar trazendo cada vez mais a Marinha para órbita liberal. Nesse momento ocorreu a reforma mais completa nos Estatutos da Academia dos Guardas-Marinha, objeto de estudo deste trabalho.

A Academia de Marinha revela-se neste contexto como uma das organizações militares que acompanharam a trajetória das reformas na Marinha, como também parte do processo de construção do Estado e da sociedade imperial. Reflexo de processos partilhados pelas mais diversas sociedades ocidentais, as diversas transformações e projetos para o ensino da oficialidade embutem em si questões que revelam a forma que o Estado Imperial lidou com as inovações liberais, científicas e militares. A primeira reforma de impacto significativo no ensino do oficialato ocorreu em 1839 em um momento delicado de véspera da Maioridade e resignificação dos principais dispositivos do poder que compunham o quadro político imperial. Em resumo, tratou de estabelecer mudanças no ensino, mas não rompeu com os Estatutos setecentistas herdados do Império luso. Entretanto fez parte de um processo gestado e teve grande influência nas transformações que ocorreram em 1858 na Academia de Marinha, representando as primeiras noções existentes nos círculos políticos. A segunda reforma ocorrida em 1858, principal preocupação deste trabalho, acabou por estabelecer novos Estatutos e uma reformulação completa dos desígnios e funções desta instituição de ensino. Esta última reforma foi vista pela maioria dos estudiosos da Academia dos Guardas-Marinha como momento em que tal instituição adentrou ao espírito brasileiro e se encaixou às normas imperiais, além de compartilhar uma nova cultura militar mais profissional. Como se estabeleceram estes processos e a complexidade das transformações será a maior preocupação dos próximos capítulos, contudo já se pode configurar que as reformas realizadas no ensino militar naval no período estavam de acordo com a própria política do Estado imperial, a Marinha e todas as suas organizações faziam parte de um projeto identificado com as propostas liberais e conservadoras do campo político. Entender a dinâmica dos discursos políticos dirigidos às reformas militares acaba por ajudar a montar o complexo panorama da própria construção do Estado Imperial. É o que destacaremos a seguir.

Capítulo 2

A construção das reformas navais: os debates parlamentares e ministeriais acerca da construção do oficial naval e sua educação.

No intuito de aprofundar a relação entre o projeto político imperial e as mudanças efetuadas na Marinha, torna-se necessário um aprofundamento dos discursos que permearam tal processo. A importância da Academia de Marinha, tanto para a formação acadêmica profissional da oficialidade, como na sua posição dentro de um organograma burocrático-administrativo de Estado, constituiu-se numa das preocupações da classe dirigente que ocupara as cadeiras formais do sistema político imperial¹⁹⁵. Noções conflitantes e conciliadoras que procuraram, muitas vezes, espelhados em modelos externos, estabelecer um projeto naval coeso às novidades da mentalidade militar profissional e as hierarquias políticas, econômicas e sociais do Império do Brasil.

Nesse sentido, a preocupação maior deste segundo capítulo é compreender as dinâmicas e discursos que ocorreram nas esferas formais do sistema de governo imperial, no que seja referente ao entendimento que esses homens políticos estabeleciam entre a formação da oficialidade naval e o próprio projeto de consolidação do Estado em moldes moderno, liberal e civilizatório, ideologias circulantes no cenário ocidental Oitocentista. Recorre-se aqui a duas instituições que se apresentavam na estrutura de poder na conjuntura estabelecida aqui como marco do estudo: o Ministério e Secretária de Negócios da Marinha, representada pela figura do Ministro; e a Câmara dos Deputados Gerais. A escolha de ambas reflete a importância destes dois órgãos de ação direta nas mudanças realizadas nos Estatutos da Academia de Marinha em 1858.

A escolha destas duas instâncias de poder como representantes de um cenário intelectual para o pensamento da estratégia militar-naval está associada aos postos que elas ocupavam em relação à questão militar pela Constituição de 1824, como explicitadas no

¹⁹⁵ Classe dirigente no sentido proposto por Ricardo Salles, ou seja, de uma fração da classe senhorial que dirige o Estado_ a elite estadista imperial. CF. SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Disponível em http://www.almanack.unifesp.br/public/journals/1/ricardo_salles_texto_forum.pdf

capítulo anterior, mas também porque eram importantes atores nas relações de poder no Império do Brasil.

Outorgada em 1824, pelo Imperador, a Constituição refletia a escolha por uma soberania que emanava do Imperador, e não somente da nação. Escolhia-se uma monarquia hereditária e constitucional, com o Poder Executivo forte e centralizado, este último fazia divisão com outros três poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Poder Moderador. A instituição do Poder Moderador era uma prerrogativa do soberano que acumulava muitas atribuições de poder, tornava-se ponto de equilíbrio entre os três poderes e chave da organização política do Império.¹⁹⁶ Era aliado ao Poder Executivo, que era de responsabilidade dos ministros. O Poder Legislativo era composto pelo Senado Vitalício e a Câmara dos deputados, os senadores eram escolhidos pelo Imperador através de uma tríplice lista eleita pelas províncias, e os cargos dos deputados preenchidos por eleição a cada quatro anos. O Poder Judiciário ficou encarregado da manutenção das leis ordinárias, primeiramente herdadas do sistema jurídico de Portugal, mas aos poucos foram modificadas ao longo do Império.¹⁹⁷

A escolha dos discursos dos Ministros e dos Deputados sobre os guardas-marinha reflete os novos rearranjos e funções trazidos pelos novos ares liberais e constitucionais que atingiram o Brasil. Voltar à configuração dos poderes e as formas que eles se posicionaram ao longo da construção do Estado pode elucidar o complexo jogo de responsabilidades e relações entre as esferas de poder, e conseqüentemente as suas decisões e projetos influenciados pela posição que estes exerceram no campo político.

A Carta Constitucional de 1824 pode ser considerada um iniciar formal de uma série de regulamentos e aparatos institucionais que perduraram na trajetória do Império, e que de acordo com a conjuntura política, econômica e social passaram por modificações e rearranjos para conseguir lidar com as experiências e contextos específicos do Brasil. Nessa percepção olhemos com mais atenção aos papéis instituídos pelo Poder Executivo e Legislativo, que aparecem como centrais na dinâmica política escolhida, e posteriormente através dos

¹⁹⁶ A respeito do Poder Moderador, Cf. BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador a e política imperial*. Campinas, 2001. Tese (doutorado em História). UNICAMP-IFCH-Departamento de História.

¹⁹⁷ MACHADO & NEVES, 1999, p. 95.

representantes, os Ministros e os Deputados, tomaram as rédeas do processo de modificação da instituição acadêmica militar naval.

Acima já se foi explicitado que a Constituição de 1824 realizou a divisão dos poderes entre o Executivo, Legislativo e Judiciário sob a observação do Poder Moderador que se constituía no poder de equilíbrio entre os demais. Se na letra da lei existia uma igualdade de autoridade entre a parte Executiva e Legislativa, no campo das práticas se iniciou um intenso conflito de atribuições entre o Monarca e a Assembléia Geral.¹⁹⁸ Como demonstra Aline Pereira, ao tratar questões referentes a “soberania do governante, os fundamentos da legitimidade política do Estado, e consequentemente o equilíbrio de poderes no Brasil Imperial”¹⁹⁹ no contexto da Guerra da Cisplatina, ocorreu em todo Primeiro Reinado, mas principalmente a partir de 1826, um contexto político muito parecido com os anos antecessores da Constituinte de 1823 que mais uma vez questionavam a fonte da soberania da nação e o equilíbrio de poderes na monarquia constitucional.²⁰⁰

No decorrer do Primeiro Reinado, principalmente pós-1826, o Legislativo, representado mais pela Câmara dos Deputados, emergiu como forte ponte de oposição ao Monarca, uma intensa batalha entre autoridade dinástica e autoridade com base na vontade nacional. Tal disputa foi refletida em diversas questões que preencheram a agenda política do Império, questões que escancaravam ao final dos anos 20 rugas e entendimentos diferenciados do que seria no arcabouço do Estado Imperial²⁰¹. Dentro desta confrontação aberta se encontravam ao lado do Monarca e do aparato Executivo os Ministros de Estados, Senadores e Conselheiros de Estado, os primeiros de maior relevância para este estudo eram os agentes do poder originário do Monarca, ou seja, executores das políticas provenientes de Executivo.²⁰²

O embate entre Câmara dos Deputados e o Imperador culminou em uma crise que levou a abdicação do Imperador em 1831 e a consolidação de uma imagem do Legislativo naquele momento.²⁰³ A crise alçou a “Câmara dos Deputados como espaço efetivo de

¹⁹⁸ Idem, p. 109.

¹⁹⁹ PEREIRA, 2012.

²⁰⁰ Idem, p. 15.

²⁰¹ Idem, p. 16

²⁰² Idem p. 19

²⁰³ Idem p. 42.

negociação e conflito e de formulação de políticas nacionais”²⁰⁴, uma maior representatividade no cenário político imperial. A abdicação em 1831 possibilitou a vitória de uma visão política que enxergava o Legislativo como sendo o principal representante da nação, e por isso chave do sistema constitucional brasileiro.

Ao adentrar no período regencial uma nova etapa da construção do Estado brasileiro se iniciava, e o Poder Legislativo apresenta-se nesse momento como cabeça da relação entre os poderes da monarquia constitucional, se lançando como representante máximo da coisa pública e tentando extirpar atribuições do Poder Executivo²⁰⁵. Neste contexto surgiram diversas medidas administrativas que objetivavam a construção de uma descentralização e, como aponta Lúcia Neves e Humberto Machado, “o sentido dessas iniciativas eram claras. A subordinação dos regentes trinos à Assembleia, ou seja, às províncias representadas por seus deputados”²⁰⁶. A maior vitória dessa orientação política, centrada na Câmara dos Deputados como órgão de representação nação, foi a promulgação do Ato Adicional de 1834. Como aponta Andréa Slemian, o conteúdo das reformas na constituição culminadas no Ato Adicional fazia parte de uma intensa “discussão sobre o ordenamento político do Império, alimentada pela pressão oriunda da mobilização da população, que em várias localidades, tomava as ruas em nome de transformações das mais diversas naturezas”²⁰⁷. No geral, a reforma do ponto de vista do ordenamento estatal consolidou uma esfera provincial definitiva e suprimiu o Conselho de Estado, revelando uma preocupação em “manter a tendência de privilegiar o funcionamento do governo das Províncias concebido como instâncias reguladoras da estabilidade política e social”²⁰⁸.

Entretanto, tal configuração estabelecida nos primeiros anos regenciais não trouxe tranquilidade política e pública, e as diversas manifestações e conflitos nas ruas da Corte e das Províncias escancaram a incapacidade do projeto político liberal em questão de assegurar a unidade e configuração hierárquica e excludente da sociedade²⁰⁹. Tornou-se necessário uma

²⁰⁴ Idem p. 47

²⁰⁵ Cf.: Capítulo 4. In.: PEREIRA, 2012.

²⁰⁶ MACHADO & NEVES, 1999, p. 123.

²⁰⁷ SLEMIAN, Andréa. *Sob Império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado em História Social. USP-FFLCH. p. 231

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Há uma extensa bibliografia sobre as rebeliões no período regencial e suas motivações. Para uma síntese bibliográfica das rebeliões cf. MACHADO & NEVES, 1999; IAMASHITA, Leá Maria Carrer. A Historiografia das rebeliões regenciais e as representações políticas rebeldes. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0240.pdf>

nova orientação para o arcabouço político institucional, e nesse contexto surgem os regressistas, um grupo conservador que pretendeu retornar as raízes do Império e consolidar de vez um projeto político estatal. Como destacou muito bem um dos seus líderes, Bernardo pereira de Vasconcelos, um ex-liberal moderado, no seu famoso manifesto:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandonei a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de havê-lo defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade?... Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem sempre é o mesmo; como há de o político, cego e imutável, servir a seu país?.²¹⁰

O movimento regressista, iniciado em 1834 após a criação do Ato Adicional, e de oposição à regência Feijó (1835-1837), representou especificamente para as relações entre os poderes institucionais um retorno a dinâmica onde o Poder Executivo ganharia maior espaço e representação.²¹¹ O novo projeto político que adentra como dirigente do processo de construção do Estado Imperial associava a monarquia a um conceito qualitativo de liberdade e da ordem, consolidava-se um discurso de desigualdades sociais e humanas que levou até a uma diferenciação no mundo do governo.²¹² A diferenciação do mundo do governo possibilitou difundir a máxima do Imperador como representação soberana da nação, substituindo o Legislativo como figura central de uma vontade nacional que estaria nesse momento subordinado a ordem. Nesse momento a hierarquização deveria existir entre o Poder e a Nação.²¹³ Nesse momento o Exército e a Armada foram resgatados como partes importantes deste processo.

A relevância de estabelecer tais relações institucionais e os lugares ocupados dentro do campo político no contexto histórico se fez necessária para entender o lugar dos indivíduos, futuramente analisados pelos discursos, nos momentos dos debates acerca das

²¹⁰ CARVALHO, José Murilo de (org. e introdução). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 24 e 26.

²¹¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 157.

²¹² Idem, p. 161.

²¹³ Idem, p.164.

reformulações na Academia dos Guardas-Marinha. Além das redes de sociabilidades e interesses provenientes de negociações que estavam embutidos nos discursos políticos proferidos entre 1837 e 1858²¹⁴, a posição formal, ocupada pelos homens da Boa Sociedade, e os entendimentos dos conceitos liberais, empregados e disponíveis no cenário político e social, determinam a forma, os argumentos e chaves de convencimento usadas.²¹⁵

Entender as escolhas neste momento é compreender uma dinâmica institucional do Império do Brasil que passa pelas relações entre as esferas de poder, e como elas se posicionam ao longo da constituição do Estado. O estabelecimento da monarquia constitucional baseada em três poderes sob responsabilidade de um Poder Moderador foi uma forma de garantir a unidade territorial e estabilidade política, trazendo a importância do Imperador na representatividade do Império, mas também revelando que o Parlamento e o Judiciário tinham papel relevante neste contexto. Dentro desta ambigüidade latente de conflito entre as funções e representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo, o aparato institucional do período passou por inúmeras configurações que condizem com noções de centralização e descentralização do poder.²¹⁶

A partir de 1837, com a consolidação do regresso conservador e a centralização do poder nas mãos do Imperador através do Poder Moderador, sobe ao plano de maior destaque o Poder Executivo conduzido pelos Ministros que foram importantes atores na reforma da Academia. Todavia, o Poder Legislativo não perdeu a sua imagem e vocação de representante da nação e exerceu papel central nos debates acerca do caminho que se deveria seguir na reformulação da Academia de Marinha. As formulações e debates em questão estavam envolvidos de certa maneira com debates técnicos sobre a profissão naval e como se estabeleceria um estudo que aproximasse o oficialato naval, nos discursos políticos, que veremos mais a frente, ficaram nítidos que as experiências navais dos países europeus civilizados tiveram grande peso de argumentação e exemplo. A marinha francesa e inglesa despontaram como maiores guias do programa naval, não só pelas posições que ambas

²¹⁴ Cf.: MARTINS, 2007.

²¹⁵ Segundo Charaudeau, “toda a fala política é, evidentemente, por definição, um fato social. E que se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram.” Cf.: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 16

²¹⁶ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. “Exército, milícia e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. *Revista Da Cultura* Ano III, nº 14. p. 242. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf

tiveram no cenário mundial, mas também porque passavam pelo mesmo período por transformações nos modelos navais que tentavam adaptar a tradição marítima aos impulsos modernos liberais e industriais. Entender o contexto internacional ajudará a assimilar os argumentos defendidos no Parlamento imperial brasileiro.

2.1 A influência dos programas navais europeus na construção acadêmica militar da Academia de Marinha.

No século XIX, especificamente depois de 1815, o mundo europeu encontrava-se em um momento de tranquilidade sem grandes conflitos que envolvessem as nações e suas esquadras. O momento de calma nos oceanos consolidou um panorama marítimo que hierarquicamente posicionou as forças marítimas. Dentre os diversos países europeus tivemos no campo naval a supremacia incontestável da Royal Navy, a conhecida frota britânica, que a partir da Revolução Industrial e expansão comercial conseguiu abocanhar as rotas atlânticas. Em segundo lugar, no ranking naval europeu, encontrava-se a Marinha da França, que reconhecendo a superioridade inglesa centrou-se na evolução científica e material da força naval com intuito de manter uma equiparação a Inglaterra, antiga inimiga. As duas grandes potências marítimas representavam nessa primeira metade do Século XIX modelos navais a serem seguidos pelo Brasil Imperial, todavia ainda passavam pelo mesmo processo de gestação dos novos arcabouços exigidos pelo Estado e pela ciência da guerra.²¹⁷ A tradição de ambos e a forma como lidavam com seu aparato naval foi intensamente utilizado pelos homens políticos imperiais, como forma de argumentação para estabelecer qual seria o melhor programa naval a ser seguido. A busca pelo exemplo de outras forças navais foi algo nítido nos debates acerca da formulação da Marinha brasileira, a Inglaterra e a França despontavam como os principais modelos, seguida, às vezes, pela Marinha norte-americana considerada herdeira do espírito marítimo inglês.²¹⁸ As influências estavam explícitas no discurso do então Ministro da Marinha Jacinto Roque de Sena Pereira em 1840, ao considerar que

“Três Nações Marítimas, Senhores, disputam a primazia da perfeição da força de mar e rivalizam de um modo digno do século da verdadeira

²¹⁷ SILVA, Fernando Alberto Carvalho David. *O fim das Naus e a Marinha de Transição. Um inquérito da Câmara dos Deputados (1853-1856)*. Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado em História Marítima. Universidade de Lisboa. Departamento de História. p. 48

²¹⁸ Em relação as marinhas europeias a Marinha dos Estados Unidos não era tão frequentemente usada como ponto argumentativo, por isso se escolheu não aprofundar em tanto a pesquisa sobre a trajetória desta força naval. Entretanto, sabe-se que passava pelos mesmos processos de transição militar calcados na consolidação de regras específicas do profissionalismo e da tecnologia no material militar. Em muitos casos foi comum o estabelecimento de uma forte influencia da tradição marítima da Inglaterra na Marinha norte-americana.

civilização e patriotismo. E a educação da mocidade, que um dia há de ser empregada nas suas armadas, merece-lhes particular atenção.”²¹⁹

A evolução tecnológica experimentada neste contexto teve grande papel na definição e na formação exigida da tripulação que embarcaria nos navios de guerra. No geral, as inovações geradas no período pós-industrial concentraram-se nas áreas de armamento, velocidade e proteção contra fogo inimigo, inaugurando assim novos elementos essenciais a guerra marítima como o navio à vapor, a couraça, armas de maior porte, calibre e distância.²²⁰ As inovações não foram realizadas de forma rápida, a tradição e os antigos costumes da navegação permaneceram ainda como ponto de apoio, tornando as Marinhas oitocentistas forças de guerra em transição.

A essas exigências tecnológicas se complementava as novas exigências da formação dos militares e de suas posturas perante o Estado Nacional e a consequente disputa entre eles. Com o fortalecimento das novas tecnologias em meados de século forçou-se ainda mais a exigência técnica e profissionalizada, pois a tendência era que o Estado-Nação conformasse seu poder naval não apenas nos momentos de guerra, e sim na configuração de amplo conceito de Poder Naval, que abarcaria a capacidade deste Estado utilizar um poder marítimo para atingir objetivos nacionais, não só ligados a guerra, mas a soberania do país e ao comércio.²²¹ Como revela Huntington, “exércitos e marinhas se tornaram organismos complexos que incorporaram centenas de diferentes especialidades”²²², e a oficialidade surge nesse meio como o especialista gerenciador desta nova realidade. A formação do Estado-Nação também foi fator fundamental para as forças militares complexas, pois o sustento dos corpos militares com a nova conformação de dedicação exclusiva a carreira fez com que apenas um Estado consolidado e com recursos suficientes pudesse bancar a nova estrutura.²²³

Nesse sentido, a tendência era a conformação de uma corporação militar mais rígida alicerçada nos moldes modernos da disciplina, hierarquia e meritocracia. Dentro das forças de

²¹⁹Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Jacinto de Roque Sena Pereira na sessão ordinária de 1840. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840, p. 14. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

²²⁰SILVA, Fernando Alberto Carvalho David. *O fim das Naus e a Marinha de Transição. Um inquérito da Câmara dos Deputados (1853-1856)*. Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado em História Marítima. Universidade de Lisboa. Departamento de História, p. 49.

²²¹ Idem, p. 63.

²²² HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 50.

²²³ Idem, p. 51.

guerra o corpo de oficiais representaria a chave do comando das novas tecnologias e do papel da Marinha na vida do Estado. Como aponta Huntington, o oficialato foi um produto genuíno do Século XIX e foi neste mesmo período que se iniciou a conformação moderna deste grupo, de forma lenta e gradual.²²⁴ O oficial profissional, idealmente, possui como características uma alta especialização na “administração da violência”, tendo que dirigir, operar e controlar um aparato humano e técnico com finalidades de aplicar a violência. Dentro das forças de guerra o tipo de especialização varia estabelecendo a separação entre terra, mar e ar. Tal responsabilidade produz a necessidade de alta habilidade intelectual que é concedida ao oficialato através da educação e treinamento, segundo Huntington, essa peculiaridade exige dos oficiais militares a dedicação de pelo menos um terço da sua vida profissional aos estudos.²²⁵ Além disso, o exercício da carreira impõe a ele uma responsabilidade social, pois como a profissão militar é monopolizada pelo Estado, cabe ao oficialato a segurança da sociedade em geral. Essas características acabam por formular um determinado corpo profissional autônomo socialmente, como demonstra Celso Castro, ao adentrar no processo de criação de um “espírito militar” os indivíduos começam a assimilar diversos valores morais, hierárquicos e coletivos que acabam por distanciar os militares das regras da sociedade civil.²²⁶

O desenvolvimento deste profissionalismo pode ser medido por diversos fatores como as exigências de entrada, a promoção dentro carreira, o caráter do sistema educacional, entre outros.²²⁷ Como já explicitado no capítulo anterior, Michael Lewis aponta que para o reconhecimento do oficial moderno como técnico e profissional militar em tempo integral deve-se ter condições ligadas ao ingresso e educação desse oficialato, condições de carreira como promoções e patentes e formas de reservas, com aposentadoria e pensão²²⁸. Os dois autores citados destacam como primordial a forma de entrada na carreira militar e a educação como base da conformação dessa nova forma de serviço militar no oficialato, teoricamente, na evolução para profissionalismo militar do oficialato três fases aparecem como condicionante: eliminação de pré-requisitos de nobreza, nível básico de formação profissional e exigência de

²²⁴ Idem, p. 37.

²²⁵ Idem, p. 31.

²²⁶ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

²²⁷ HUNTINGTON, 1996, p.38

²²⁸ LEWIS, Michael. *England's Sea-Officers: The Story of Naval Profession*. 2ª Ed. Londres: George Allen & Unwin Ltd, 1948.

mínimo de educação geral.²²⁹ Tal caminho foi sentido e utilizado de acordo com as particularidades de cada país no mundo ocidental; entretanto a forma como o processo histórico de conformação do militar moderno e profissional no século XIX abrangeu dois movimentos em relação ao ensino militar: uma primeira fase de configuração de um ensino básico que ocorreu na virada para o Oitocentos em meio às guerras napoleônicas e uma segunda fase pós 1850 onde se acentuou as reformas a nível educacional mais avançado²³⁰. Nesse segundo período se encontra a reforma de 1858 da Academia de Marinha e principal foco deste estudo.

A forma como as Marinhas e os Estados ocidentais lidaram com essa gama de informações e transformações no seu oficialato e no ensino militar correspondem em parte ao processo descrito acima como modelo ideal, mas também se referem à tradição marítima e naval do antigo regime que persistiu por muito tempo nas embarcações. Entender como se deu esse processo nas duas potências marítimas europeias oitocentistas, Inglaterra e França, ajuda a consolidar o cenário internacional e o que desta gama de conhecimento e experiência estava sendo assimilado pelos Ministros e deputados em geral, por isso passemos a vasculhar o processo histórico de ensino naval inglês e francês.

2.1.1 O Caso inglês – a Royal Navy

A supremacia inglesa no século XIX foi algo incontestável. Historiograficamente, em diversos estudos com temas variados, encontra-se referências à liderança inglesa em assuntos comerciais, econômicos e políticos que preencheram o contexto aqui apresentado.²³¹ Nos oceanos a presença naval britânica foi constante, e a conhecida Royal Navy liderou as rotas marítimas e estabeleceu ordens navais em um momento que ficou conhecido como Pax Britannica. Como aponta Michael Lewis, a excelência do poder naval britânico oitocentista surgiu em meio a transição do papel da Marinha no cenário inglês que gradualmente se construía na nova era alicerçada no Estado, nação e cidadania, para a Marinha, especificamente, surgia uma gama de questões que destinava a entrada desta instituição em

²²⁹ HUNTINGTON, 1996, p. 58.

²³⁰ Idem

²³¹ Uma síntese sobre a presença inglesa no século XIX cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial. Os casos da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo : Alameda, 2012

um serviço militar moderno²³². Neste novo âmbito o papel da Marinha inglesa mudou em dois sentidos: em sua natureza e em seu propósito. O primeiro sentido em sua natureza ocorreu de modo geral as marinhas ocidentais, pois este sentido estava ligado aos quesitos tecnológicos, já citados ao longo do trabalho, que envolviam as mudanças nos navios e armamentos com a introdução do ferro e do vapor nos círculos do pessoal naval. A essa primeira transformação se ligou outra de maior calibre, referente ao papel da Marinha e mais restrita a política naval britânica e que se tornaria guia das relações navais oitocentistas: a questão da defesa do livre comércio. Para Lewis, a maior descoberta da política naval inglesa estava na construção de um império baseado exclusivamente no comércio, e não na conquista, fato reforçado pela mudança de direção inglesa quando em seu discurso começou a anunciar o livre-comércio, inspirados pelos ideais iluministas.²³³

A projeção do discurso do livre comércio nos oceanos preconizado pelos ingleses possibilitou para Lewis,

“ the sense to see that what really best suited our book was Free Trade, as free as possible and as much of it as possible. So, having by the incomparable exertions of our Navy secured the dominion over the seas, we decided to use that domination in the conscious effort to establish the freedom of the seas: for, by so doing, all civilised nations would be the gainers, while we, as the biggest user, would be the greatest gainer”.²³⁴

O desdobramento deste novo pensamento articulou um novo propósito a Royal Naval de que seu corolário seria a defesa da liberdade marítima, e a Marinha não tinha mais apenas o papel de defesa na guerra dos interesses britânicos, mas sim o dever internacional de policiar os interesses de todas as nações. Um exemplo desta nova orientação da política naval residiu na luta da abolição do tráfico de escravos por todas as nações subordinadas a Inglaterra.²³⁵

²³² LEWIS, Michael. *The Navy in Transition (1814-1864): A Social History*. Londres: Hodder and Stoughton, 1965. p. 9

²³³ Idem, p.10

²³⁴ Idem, p. 11

²³⁵ Idem, p. 12. A respeito da pressão inglesa e seu desdobramento sobre o comércio negreiro atlântico e a plantation escravista conferir: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Tradução de Luiz A. P Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2002; FLORENTINO, Manolo. Uma lógica demográfica elástica: El Abolicionismo Británico y la plantación esclavista en Brasil (1789-1850). *Historia crítica* [online]. 2012, nº. 47, pp. 139-159. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-16172012000200008&script=sci_arttext

A primazia da Royal Navy como instrumento da Pax Brittanica ajudou a consolidar ainda mais a liderança da Inglaterra no cenário internacional e a colocar sua frota como exemplo a ser seguido. Entretanto, apesar de continuar no topo no século XIX a Marinha inglesa era uma instituição em transição, voltada a formulação de uma estrutura mais moderna tanto tecnologicamente como administrativamente. Michael Lewis demarcou as décadas de 1840, 1850 e 1860 como focos principais das modificações, e foi nesse período que se iniciou a instalação de vapor e ferro na construção dos navios²³⁶, o uso de novas armas e também regulamentação do oficial moderno, que seria aquele profissional com dedicação exclusiva a Marinha, além de uniformização e padronização das especialidades dentro da força.²³⁷

Dentro destas modificações encontra-se a construção de uma oficialidade naval alicerçada em novos parâmetros. O processo de modernização obedeceu a certos padrões de carreira ligados a entrada, educação, promoção, patente entre outros quesitos que conformaram aos poucos as linhas de uma profissão seguida integralmente e a serviço de um Estado e nação virtualmente estabelecidos. No caso inglês, a trajetória dos oficiais navais remonta o período de junção de dois atores de guerra da esquadra: “os homens do mar” e os “guerreiros”.²³⁸ Lewis explica que durante a época medieval a frota naval era reunida em tempos de tensão e sempre composta por navios do Rei e navios mercantes tripulados por pescadores, mercadores e soldados que cumpriam ações diferentes dentro da órbita naval, sendo os primeiros responsáveis apenas pela condução e manobra dos navios e o último pela gerência e manuseio da artilharia. Não havia uma Marinha, ou seja, uma força nacional marítima de guerra permanente.²³⁹ No século XVI, com a entrada do revolucionário canhão nos navios, surgiu uma nova especialidade a bordo dos navios que exigia além de administrar a manobra naval, também a direção intelectual para o ataque feito por canhões, já que ambas as funções eram agora parte de uma ação só. Todavia, isso não representou o surgimento por completo do oficial naval, e sim em uma categoria de homens do mar guerreiros que se difundiram na época de Henrique VIII. Apenas no período da Restauração inglesa que se principiou a ideia de organização de uma frota naval permanente e também de um corpo de oficiais mais rígido e dividido hierarquicamente em patentes. Contudo a Marinha continuava a

²³⁶ “Entre os anos de 1850 e os 1890, a viagem da Inglaterra para a cidade do Cabo (África do Sul) foi encurtada de 42 para 19 dias”. FERGUSON, Nials. *Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno*. Tradução de Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, pp. 185-186

²³⁷ LEWIS, 1965, p. 14

²³⁸ LEWIS, 1948, p. 40.

²³⁹ Idem, p. 19.

ser apenas parte do controle real, uma força privativa, mesmo tendo suas despesas transferidas aos cofres públicos.²⁴⁰ A consolidação de uma Marinha britânica voltada para a defesa nacional, aos avanços industriais e as novas exigências do poder naval foi algo gestado lentamente, assim como a conformação mais moderna da oficialidade, parte de interesse central para este trabalho.

O nascimento do oficial naval britânico moderno está associado aos avanços de etapas essenciais ao processo, já citados neste trabalho, que configuraram um tipo de profissional especializado na arte da guerra naval, gerenciador da violência do Estado e que conseguiria exercer uma profissão hierarquicamente dividida, galgada aos poucos através das promoções que eram estabelecidas de acordo com o tempo de serviço e mérito. Além disso, a forma de entrada estaria associada a educação técnica e militar oferecida por um treinamento e estudo. O século XIX representou para a formação da oficialidade britânica um momento em disputa, pois duas formas de entrada estavam em jogo: a primeira envolta na indicação dos comandantes dos navios, os voluntários de primeira-classe, e a segunda envolta na indicação do Almirantado (representante do governo), os voluntários do Colégio.

Historicamente na Inglaterra a forma de entrada e a educação dos oficiais navais estiveram associadas a um método onde as decisões ficavam a cargo do Comandante ou de oficiais dos navios. Eram eles responsáveis por um apadrinhamento dos voluntários ao oficialato colocando-os a bordo para uma aprendizagem na prática do ofício marinho, tanto de manobra como de comando. Em geral, a família do indivíduo procurava um oficial ou comandante e entregava o aspirante e sua carreira a proteção deste oficial, utilizava-se assim para entrar na Marinha inglesa uma rede de solidariedade baseada na amizade, privilégios e interesses.²⁴¹ Tal ação conhecida como comitiva do capitão foi regulada ainda no século XVII, estabelecendo um número de aprendizes por Comandante. Tal prática permaneceria viva nas dependências navais até meados do século XIX, dificultando em alguns pontos a entrada de novos parâmetros para educação naval.²⁴² Esse sistema de aprendizado era baseado na relação entre aprendiz e mestre, onde a evolução da carreira dependeria exclusivamente do Capitão ou do Oficial Naval responsável pela educação do aprendiz.

²⁴⁰ Idem, p. 46.

²⁴¹ LEWIS, 1965, p. 99.

²⁴² LEWIS, 1948, p. 70.

Algumas tentativas de mudança e controle deste sistema foram pensadas apenas a partir da Restauração inglesa, estabelecendo-se idade mínima de entrada e que parte do oficialato deveria ser escolhida pelo Almirantado. Com a evolução de novas configurações do Estado e a busca por um controle do governo sobre as forças militares, representante agora da defesa e o poder naval nacional as assertivas em torno de uma regulamentação florescem com mais vigor em fins do século XVIII com o surgimento de uma escola naval. Contudo, chegou-se ao início dos Oitocentos com a prevalência da escolha dos capitães dos navios para os futuros oficiais navais ingleses, e apenas 10% da entrada era realizada diretamente pelo governo.²⁴³ Apenas em 1838, o Almirantado de fato conseguiu estabelecer regras e maior controle na admissão dos novos aspirantes como a introdução de testes e conhecimentos necessários, além de uma base educacional mais rica e disciplinar.²⁴⁴

Já em fins do século XVIII, existiu uma instituição voltada a uma educação formal antes de se embarcar os aspirantes a oficial a bordo dos navios da Esquadra. Essa antiga escola naval, chamada Royal Navy Academy durou até 1837 e se voltou ao estudo teórico, entretanto não era uma escola formal e estava longe de ser parte obrigatória da carreira do oficial naval.²⁴⁵ Apenas alguns voluntários a oficiais frequentavam este espaço que era muito mais de estudo do que de ensino, pois não havia aulas e professores, e sim uma vasta cópia de grandes obras sobre técnicas navais. Em 1806, ganhou pequenas reformas trazendo maior teor escolar e técnico a formação, se iniciou estudos mais profundos científicos e acompanhados de uma equipe de professores.²⁴⁶ Segundo Lewis, em 1837 a escola foi fechada e reaberta em 1839 com uma nova natureza, voltada mais para um ensino adulto de tenentes e de guardas-marinha já estabelecidos na carreira. Todavia, foi importante por apresentar uma ação embrionária de instalação de curso técnico e educacional que ascenderia a história naval britânica a partir de 1873.²⁴⁷

Apesar de haver uma ação de formação em terra mais formal o pensamento político naval da Era Vitoriana se concentrou na tradição da educação realizada a bordo, como aponta Lewis, “a University man borne as Schoolmaster in every ship”.²⁴⁸ O Almirantado, em

²⁴³ Idem, p. 85.

²⁴⁴ Idem, p. 99.

²⁴⁵ LEWIS, 1948, p. 91

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem, p.92.

²⁴⁸ Idem, p. 93.

meados do século XIX, acreditava que apenas através da prática profissional se conseguiria formar os futuros oficiais navais, se consolidou assim uma direção educacional baseado no treinamento a bordo de navios-escolas ancorados em Portsmouth.²⁴⁹ Tal ação, nomeada Training Ship, se estabilizou entre os anos de 1857 e 1903, com a criação de um esquema de ensino a bordo de um navio-escola voltado à instrução, e que foi resultado direto das ações do pensamento naval inglês, iniciadas ainda na década 1830.

O sistema consistia em aliar um ensino mais profissional diário aos cadetes navais, que o realizavam a bordo de um navio ancorado no porto, mas também era herança direta da tradição inglesa de formar os oficiais navais desde muito cedo na vida marítima a bordo. Em um relatório entregue em 1879 por um professor naval americano ao Secretário da Marinha dos Estados Unidos, onde se encontravam informações sobre os sistemas navais educacionais da Inglaterra, França e Alemanha, se esclarece que²⁵⁰, neste período a bordo de dois navios se encontravam um grupo de cadetes navais ingleses que utilizavam a área como quartel e escola. Os navios eram dirigidos por um comandante e sua tripulação composta por oficiais instrutores encarregados da educação naval. A entrada dos cadetes era realizado pelo Almirantado, prevalecendo a política de nomeação como no tempo onde a escolha caberia ao comandante, a idade dos cadetes ficava na faixa entre 12 e 14 anos e exigia-se noções básicas de inglês e operações matemáticas.²⁵¹ Na grade curricular se tinha espaço para dois grupos de conteúdo: o primeiro associado as ciências matemáticas e da natureza ligados a pratica naval como aritmética, astronomia; e o segundo ligado a desenhos e instrumentos da navegação.²⁵² Os cadetes eram obrigados a fazer exames e a uma rotina de disciplina com regras a serem seguidas, e após a passagem neste navios os cadetes realizam um exame para seguirem sua carreira a bordo de um outro navio da marinha britânica como Guarda-Marinha, adentrando a carreira naval.²⁵³

A educação prática calcada na vivencia diária com a tripulação e as manobras no oceano ofereciam uma larga experiência e uma intensa socialização dos aspirantes a oficialidade, forçando a subordinação e a assimilação da vida marítima e militar. Apenas em

²⁴⁹ Idem, p. 104.

²⁵⁰ SOLEY, James Russel. Report foreign systems of naval education. Washigton: Government printing officer, 1880. Disponível em: <https://archive.org/stream/reportonforeign00senagoog#page/n4/mode/2up>

²⁵¹ SOLEY, 1880, p. 30

²⁵² Idem, p. 31

²⁵³ Idem, p. 43.

1873 se inauguraria pretensões de estabelecer um ensino militar e naval mais completo, em terra, na sede da Royal Naval College em Greenwich.²⁵⁴ Tradicionalmente a ideia de aprendizado a bordo, alargada na década de 1830, ajudou na construção de uma imagem educacional britânica associada a prática e ao ensino técnico realizado pelos comandantes ou em navios-escolas. Através deste pequeno aprofundamento na formação educacional e naval inglês já se demonstrou que o processo foi algo lento e de experimentação, associando novos contextos e antigas tradições, e que às vezes a defesa de um sistema naval prático não foi único e determinante na construção moderna da oficialidade. Entender até que ponto a principal característica do sistema naval inglês foi utilizado pelos homens políticos do Império do Brasil como parâmetros da realidade naval inglesa, também se torna necessário para entender os limites do discurso político.

2.1.2 O Caso francês

A segunda potência naval oitocentista surgiu como uma Marinha de relevância ainda no século XVII, quando os países ibéricos perderam a soberania dada pelas grandes navegações. Ascendeu como símbolo de força e ambição do monarca, entrando como parte central para garantia do sistema colonial francês e o mercado marítimo. Após a Revolução Francesa e a perda da guerra por Napoleão, os militares e suas instituições passaram por um momento de ostracismo na sociedade francesa, sendo associados ou as ondas revolucionárias ou aos excessos da monarquia de antigo regime.²⁵⁵ Uma reestruturação da imagem e do material militar, especialmente naval, se delineou em meados do Século XIX – dentro do contexto histórico de uma nova revolução que culminaria na instalação do Segundo Império dirigido por Napoleão III.²⁵⁶

Transformada em instrumento de glória, a Marinha francesa, passa a se concentrar em um vasto programa naval voltado a construção de navios e aumento da força militar para consolidar sua posição no jogo político europeu, a defesa e competição contra os inimigos e a condução de expedições coloniais. Essencialmente, o sistema naval francês buscou se igualar numericamente e qualitativamente a Royal Naval, antiga inimiga e principal concorrente no

²⁵⁴ Idem, p. 49.

²⁵⁵ GIRARDET, Raoul. *A Sociedade Militar de 1815 aos nossos dias*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

²⁵⁶ ROPP, Theodore. *The development of a modern navy: french naval policy (1847-1904)*. Maryland: Naval Institute press, 1987. p. 7.

cenário mercantil e colonial que começou a acirrar ao longo dos oitocentos. Para Theodore Ropp, a principal estratégia utilizada nessa busca por equiparação à Inglaterra foi a incessante busca por melhoramento técnico e estratégico, e por isso sempre estabeleceu um ensino teórico e científico como base para formação da oficialidade.²⁵⁷

A superioridade do oficialato francês residia na tradição da educação naval, através do método tutorial de instrução que se alargava a capacidade técnica e os resultados mostravam a conformação de um tipo de oficialato pautado nas inovações tecnológicas.²⁵⁸ Entretanto, ainda na primeira metade do século XIX, se estendendo até o Segundo Império, não havia um corpo profissional, pois os problemas referentes a promoção e a colocação hierárquica nas patentes ainda não estava consolidada. Para Ropp, até fins dos oitocentos conexões externas a instituição militar naval pautavam a carreira da oficialidade. E mesmo com a mudança do perfil social dos oficiais recrutados nas camadas médias e na nobreza em decadência, a Marinha continuou a associar sua imagem a um padrão aristocrático.²⁵⁹

O desenvolvimento de uma Marinha moderna, no caso francês, vai ser consolidado apenas pós-1870. As inovações apresentadas no período anterior, ainda na década de 1840, refletiram apenas a fase de transição, como já apontado acima, de conformação de novas regras militares e técnicas que ocorreram devido às inovações industriais e científicas. O sistema de ensino naval da França, ao longo do século XIX, pode ser caracterizado pela proliferação de escolas que forneciam de certa forma a possível entrada para oficialidade francesa. Pelo relatório do agente americano enviado aos países para se aprender sobre o sistemas navais estrangeiros, na década de 1870, existiam nove diferentes tipos de escolas voltadas educação naval e que forneciam diferentes especialidades ao oficialato.²⁶⁰ Devido ao recorte cronológico deste trabalho nos concentraremos apenas em dois estabelecimentos de maior importância e impacto para este estudo e para o sistema de ensino naval francês: a École Polytechnique e a École Navale.

A École Polytechnique foi uma instituição criada em fins do século XVIII para fornecer todos os tipos de formação científica a possíveis servidores públicos do Estado

²⁵⁷ Idem, p. 9

²⁵⁸ Idem, p. 44

²⁵⁹ Idem, p. 47

²⁶⁰ SOLEY, 1880, p. 101

francês, dentre eles os oficiais militares do Exército e da Marinha.²⁶¹ A faixa etária de entrada nesta escola era entre 17 e 18 anos, e só acontecia após um exame de capacidade intelectual bastante competitivo que cobrava noções de aritméticas, física, línguas estrangeiras e outros conhecimentos. Os estudos ocorriam em dois anos e abrangiam os mais diversos campos que perpassavam o ensino da matemática, das ciências naturais e outros conhecimentos como História, especificamente sobre estudo militar, existia no segundo ano uma série de 19 lições sobre o tema.²⁶² A escolha da função para o serviço público era feita no final a partir da classificação escolar, e no caso de uma carreira naval poderia se escolher as seguintes funções: oficiais da armada, artilharia da Marinha (fuzileiros navais hoje), arquitetos navais, engenheiros hidrográficos entre outros. A principal vantagem para a Marinha de ter oficiais desta escola foi a extrema especialização e técnica, principalmente para os oficiais construtores – responsáveis pelo elevado nível de material e científico da Marinha Francesa. Ao final do curso embarcavam para uma viagem de instrução juntamente com outros cadetes que ingressaram na *École Navale* e, neste momento, apresentam maior desvantagem, pois não apresentavam nenhum tipo de treinamento prático, sendo então oficiais navais teóricos. Após a viagem, e os exames finais tornavam-se Guardas-Marinha e adentravam a carreira.

Sobre a *École Navale*, podemos dizer que ela era destinada em sua maioria para os oficiais de linha e ficava a bordo de um navio nas imediações da cidade de Brest. Criada em 1810, foi unida em 1816 a outra escola naval e sempre permaneceu a bordo de um velho navio. A tripulação era composta por um comandante, 12 professores e 8 tenentes, além de 150 praças, subordinados ao prefeito marítimo das redondezas. A admissão era acirrada e o curso durava dois anos, ao final eram unidos aos formados da *École Polytechnique* e realizavam uma viagem de instrução a fim de se tornarem guardas-marinhas.²⁶³ A entrada era realizada de forma simples em duas etapas e baseadas nos conteúdos aplicados nos liceus, ensino público espalhado pela França, a prova oral e escrita era aplicada a candidatos entre 14 e 17 anos, e nela se exigia noções de língua, escrita, história e conteúdos da área matemática.²⁶⁴ Após a entrada, o currículo ficava a cargo da tripulação que ensinava ramos de conhecimentos ligados a construção naval, armas navais e prática de navegação, também

²⁶¹ Idem, p. 103

²⁶² Idem, p. 105

²⁶³ SOLEY, 1880, p. 101.

²⁶⁴ Idem, p. 114

existiam lições em língua estrangeira, história e em ciências matemáticas.²⁶⁵ A bordo existiam dois conselhos de instrução para gerenciar o currículo e o ano acadêmico. Apesar, de estar a bordo de um navio o exame de entrada e o ano letivo exigia um considerado nível de estudo e conhecimento, pois os métodos de instruções são parecidos aos aplicados ao outras escolas na França oitocentista. A diferença apresentada era que parte dos aspirantes a guarda-marinha era levada no período pós-exames escolares a participar de uma comissão prática a bordo de navios franceses, aumentando assim o conhecimento cotidiano das necessidades da Marinha Francesa. Assim sendo, a estrutura da *École Navale* em sua essência correspondeu a uma divisão entre estudos científicos e estudos paráticos conectados as exigências profissionais do ofício do militar naval.²⁶⁶

Comparando os dois sistemas educacionais navais, um oficial inglês em fins do século XIX destacou que enquanto não existia nenhuma organização no sistema de ensino britânico, existia organização demais no ensino naval francês.²⁶⁷ Entretanto, tal visão pode ser simplificadora demais, pois ao se olhar as trajetórias de ambas os países europeus encontram-se tentativas de conformação de uma direção educacional responsável pela formação profissional dos futuros oficiais. Tanto a Marinha Inglesa e a Francesa investiram em soluções teóricas e práticas para abarcar as exigências introduzidas por esse período de transição, investindo em escolas em terra firme ou a bordo de navios.

Contudo, existiu uma base educacional seguida pelo menos até meados do século XIX que conformou as opiniões dos Ministros e deputados brasileiros na construção de um projeto da oficialidade naval brasileira. Tal base educacional seguida de forma mais prática pela Royal Naval e de forma mais técnica e científica pela França aparentam estar ainda arraigadas com as tradições navais antigas e suas tentativas de se encaixar nos novos modelos de marinhas profissionais ocidentais. Para entender como as experienciais e tradições navais europeias influenciaram a Marinha Brasileira e a Academia de Marinha é preciso primeiro percorrer os discursos políticos semeados pelos exemplos e ideais intelectuais vindos do mundo civilizado, que também neste momento ainda não definira seus caminhos.

²⁶⁵ Idem, p. 111.

²⁶⁶ Idem, p. 129

²⁶⁷ Idem, p. 152

2.2 - A Academia dos Guardas-Marinha vista pelos Ministros da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha

A Secretaria de Estado e Negócios da Marinha era a instância de maior poder dentro da estrutura organizativa da Marinha.²⁶⁸ Sua função centrava-se no auxílio administrativo ao Ministro da Marinha, onde todas as informações oriundas dos organismos militares eram decididas e armazenadas.²⁶⁹ Além desta função de órgão organizativo do Estado dos assuntos navais, a Secretaria, na figura do Ministro da Marinha, consistia no principal elo de informações para o Poder legislativo. Através de um Relatório anual, o Ministro se apresentava a Assembleia Geral (Câmara dos Deputados e Senado) com intuito de fornecer precisos relatos do estado da Marinha desde os problemas financeiros até os de pessoal.²⁷⁰

Em seus discursos anuais os ministros, considerados representantes supremos do aparato militar naval, buscavam relatar o cotidiano do todo organograma administrativo passando pelos Arsenais de Marinha, as finanças, a disciplina e justiça militar. Especificamente sobre a Academia de Marinha, entre os anos de 1837 e 1858, encontram-se uma gama de repletas informações que apontam a necessidade de instalação de um novo programa educacional para a oficialidade. As discussões de um novo arcabouço acadêmico curricular para a Academia esteve presente em diferentes momentos do período e os discursos preocupavam-se em demonstrar aos deputados à necessidade de se estabelecer uma instituição condizente com o espírito militar que rondava o Ocidente.

Nesse período encontramos entre interinos e nomeados tal grupo de personalidades a frente do cargo de Ministro da Marinha

²⁶⁸ Era presidido por um ministro escolhido pelo Poder Executivo entre os homens da Boa Sociedade que compunham o cenário político imperial. Uma mudança importante na escolha dos ministro pelo Poder Executivo veio com o decreto Decreto nº 523 de 20 de julho de 1847, que criava o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. A respeito dessa mudança Cf. SALLES (2012), op. cit.; BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de Ministros no Império do Brasil. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, nº. 1, p. 52-62, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/34.pdf>

²⁶⁹ CAMINHA, Herick Caminha. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

²⁷⁰ No site da Universidade de Chicago encontra-se os Relatórios do Ministério da Marinha de 1827 a 1950. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

Quadro 2: Ministros da Marinha, 1837-1858

| Nome | Período | Permanente (P) ou Interino (I) | Civil (C) ou Militar (M) | Partido | Profissão/Cargos | Titulação e honras |
|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|----------------|--|---|
| Joaquim José Rodrigues Torres | 18/09/1837 a 16/04/1839 | P | C | Regressista | Matemático pela Universidade de Coimbra; Lente substituto na Academia Militar no RJ; Deputado geral em várias legislaturas; 1º presidente da província do Rio de Janeiro 1835-1836; Presidente do Banco do Brasil (1854); Ministro de Estado em vários gabinetes; Senador e Conselheiro de Estado e do Imperador | Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro Grã-cruz da ordem espanhola de Carlos III Visconde de Itaboraí |
| Jacinto Roque de Sena Pereira | 16/04/1839 a 23/05/1840* | P | M | | Militar; Graduado pela Real Academia de Marinha de Lisboa; tomou parte nas campanhas do Prata, antes e depois da Independência; Diretor da Academia de Marinha por nove anos | Oficial da Imperial Ordem da Rosa Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo |
| Joaquim José Rodrigues Torres | 23/05/1840 a 23/07/1840 | P | C | Conservador | Matemático pela Universidade de Coimbra; Lente substituto na Academia Militar no RJ; Deputado geral em várias legislaturas; 1º presidente da província do Rio de Janeiro 1835-1836; Ministro de Estado em vários gabinetes; Presidente do Banco do Brasil (1854); Senador e Conselheiro de Estado e do Imperador | Visconde de Itaboraí |

| | | | | | | |
|---|-------------------------------|---|---|-------------|--|---|
| Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque | 24/07/1840 a 23/03/1841 | P | M | Liberal | Tenente-Coronel do Exército; Deputado da Assembléia Geral em várias legislaturas; Ocupou a pasta de vários ministérios; Senador do Império e Conselheiro de Estado e do Imperador | Visconde de Albuquerque Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro |
| Francisco Vilela Barbosa | 23/03/1841 a 26/08/1842 | P | M | Conservador | Deputado brasileiro nas Cortes de Lisboa; Deputado na Assembléia Constituinte de 1823; Praça, 2º Tenente e Major da Marinha Portuguesa; e depois Coronel Graduado do Corpo de Engenheiros no Brasil, Professor da Academia Real de Lisboa e membro do Real Corpo de Engenheiros; Senador | Visconde com Grandeza e Marquês de Paranaguá Grã-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro |
| José Clemente Pereira | 26/08/1842 a 13/09/1842 | I | C | Áulico** | Formado em Direito e cânones pela Universidade de Coimbra; Juiz de fora na vila da Praia Grande e posteriormente Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e responsável pelo Fico de D. Pedro; Deputado brasileiro nas Cortes; deputado pela província do Rio de Janeiro; ministro de Estado em vários gabinetes; Senador e Conselheiro de Estado e do Imperador; Provedor da Santa Casa de Misericórdia | Dignitário da Imperial Ordem da Rosa Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro Comendador da Ordem de Cristo |
| Francisco Vilela Barbosa | 13/09/1842 a 20/01/1843 | P | M | Conservador | Deputado brasileiro nas Cortes de Lisboa; Deputado na Assembléia Constituinte de 1823; Praça, 2º Tenente e Major da Marinha | Visconde com Grandeza e Marquês de Paranaguá |

| | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|---|---|-------------|--|---|
| | | | | | Portuguesa; Professor da Academia Real de Lisboa e membro do Real Corpo de Engenheiros; Senador | |
| Joaquim José Rodrigues Torres | 20/01/1843 a 24/01/1843 | I | C | Conservador | Matemático pela Universidade de Coimbra; Lente substituto na Academia Militar no RJ; Deputado geral em várias legislaturas; 1º presidente da província do Rio de Janeiro 1835-1836; Ministro de Estado em vários gabinetes; Presidente do Banco do Brasil (1854); Senador e Conselheiro de Estado e do Imperador | Visconde de Itaboraí |
| Salvador José Maciel | 24/01/1843 a 02/02/1843 | I | M | | Engenheiro Militar; presidente da província de São Pedro do Rio grande do Sul; por três vezes diretor da Escola Militar | |
| Joaquim José Rodrigues Torres | 02/02/1843 a 02/02/1844 | P | C | Conservador | Matemático pela Universidade de Coimbra; Lente substituto na Academia Militar no RJ; Deputado geral em várias legislaturas; 1º presidente da província do Rio de Janeiro 1835-1836; Ministro de Estado em vários gabinetes; Presidente do Banco do Brasil (1854); Senador e Conselheiro de Estado e do Imperador | Visconde de Itaboraí |
| Jerônimo Francisco Coelho | 02/02/1844 a 23/05/1844 | I | M | Liberal | Engenheiro Militar; Brigadeiro; Deputado da Assembléia Provincial de Santa Catarina em várias legislaturas; Deputado da Assembléia Geral; presidente das | Comendador da Imperial Ordem da Rosa Comendador da Imperial Ordem de |

| | | | | | | |
|---|-------------------------------|---|---|---------|---|--|
| | | | | | províncias do Grão Pará e de São Pedro do Rio Grande do Sul; Conselheiro do Imperador; Vogal do Conselho Supremo Militar de Justiça | São Bento de Avis |
| Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti D'Albuquerque | 23/05/1844 a 17/05/1847 | P | M | Liberal | Tenente-Coronel do Exército; Deputado da Assembléia Geral em várias legislaturas; Ocupou a pasta de vários ministérios; Senador do Império e Conselheiro de Estado e do Imperador | Visconde de Albuquerque |
| João Paulo dos Santos Barreto* | 17/05/1847 a 22/05/1847 | I | M | Liberal | Militar; professor catedrático da Academia Militar e Secretário do Conselho Militar Privado do Imperador; Comandante das Armas do Rio Grande do Sul e Chefe do Exército em operações contra os farroupilhas; Presidente de Minas. Conselheiro do Imperador; Membro extraordinário do Conselho de Guerra | Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial Grã-Cruz da Imperial Ordem de São Bento de Avis Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro |
| Cândido Batista de Oliveira | 22/05/1847 a 09/03/1848 | P | C | Liberal | Matemático pela Universidade de Coimbra; frequentou a Escola Politécnica de Paris; professor de mecânica da Academia Militar; Inspetor geral do Tesouro; diretor do Jardim Botânico e presidente do Banco do Brasil; Senador pelo Ceará; Conselheiro de Estado | Comendador da Imperial Ordem da Rosa Comendador da Imperial Ordem de Cristo |

| | | | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|---|---|-------------|--|--|
| Manuel Felizardo de Sousa e Mello | 09/03/1848 a 14/05/1848 | I | C | Conservador | Matemático pela Universidade de Coimbra; lente da Academia Militar do Rio de Janeiro; Inspetor da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Sul; Presidente do Ceará, Maranhão, São Paulo e Pernambuco; Conselheiro do Imperador; Conselheiro de Estado | Comendador da Imperial Ordem da Rosa Comendador da Imperial Ordem de Cristo |
| Joaquim Antão Fernandes Leão | 14/05/1848 a 29/09/1848 | P | C | Liberal | Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo; Promotor em Ouro Preto e Inspetor da Tesouraria da Fazenda; Presidente das Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e da Bahia; Diretor Geral das Rendas Públicas, em 1869, e exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro; Senador do Império e Conselheiro do Imperador. | Comendador da Imperial Ordem da Rosa e Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo |
| Manuel Felizardo de Sousa e Mello | 29/09/1848 a 23/07/1849 | P | C | Conservador | Matemático pela Universidade de Coimbra; lente da Academia Militar do Rio de Janeiro; Inspetor da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Sul; Presidente do Ceará, Maranhão, São Paulo e Pernambuco; Conselheiro de Estado | |
| Manuel Vieira Tosta | 23/07/1849 a 11/05/1852 | P | C | Conservador | Cursou Direito na Universidade de Coimbra, concluindo seu curso em São Paulo; Juiz de Fora em Cabo Frio, Macaé e Campos; juiz de direito na Capital e em Cachoeira; | Marquês de Muritiba Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro |

| | | | | | | |
|------------------------------|-------------------------------|---|---|-------------|---|--|
| | | | | | desembargador em Pernambuco e na Corte; Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; Presidente das províncias de Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul; Deputado geral; Ministro da Justiça e da Guerra | Dignitário da Imperial Ordem da Rosa Comendador da Imperial Ordem de Cristo |
| Zacarias Góis e Vasconcelos | 11/05/1852 a 06/09/1853 | P | C | Conservador | Doutor em Direito pela Faculdade de Olinda; Presidente das províncias do Piauí, Sergipe e Paraná; Deputado; Senador; Ministro do Império, da Justiça e da Fazenda | Comendador da Imperial Ordem da Rosa |
| Pedro de Alcantara Belegarde | 06/09/1853 a 15/12/1853 | I | M | Conservador | Formado com rara distinção na Academia Militar, onde posteriormente se tornou professor e diretor; Marechal de Campo | Comendador da Ordem de São Bento de Avis Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa |
| José Maria da Silva Paranhos | 15/02/1853 a 14/06/1855 | P | C | Liberal | Graduado em Matemáticas; Lente da Academia de Marinha e da Academia Militar; Presidente do Rio de Janeiro; Deputado pelo Rio de Janeiro e por Sergipe; Senador por Mato Grosso; Conselheiro de Estado; ministro de Estado em vários gabinetes | Visconde do Rio Branco Comendador da Imperial Ordem da Rosa Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro |
| João Maurício Wanderley | 14/06/1855 a 08/10/1856 | P | C | Liberal | Bacharel pela Faculdade de Olinda; Deputado Geral; Senador; Presidente do Rio de Janeiro; ministro de Estado em vários gabinetes | Barão de Cotegipe Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro Comendador da Imperial Ordem da Rosa |

| | | | | | | |
|------------------------------|-------------------------------|---|---|---------|---|--|
| José Maria da Silva Paranhos | 08/10/1856 a 04/05/1857 | I | C | Liberal | Graduado em Matemáticas; Professor laureado; Presidente do Rio de Janeiro; Deputado pelo Rio de Janeiro e por Sergipe; Senador por Mato Grosso; Conselheiro de Estado; ministro de Estado em vários gabinetes | Visconde do Rio Branco |
| José Antônio Saraiva | 04/05/1857 a 12/12/1858 | P | C | Liberal | Formado em Direito, agricultor e político; Deputado; Senador; Presidente do Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco; ministro de Estado em vários gabinetes | Comendador da Imperial Ordem da Rosa Comendador da Imperial Ordem de Cristo Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro |

Observações: * Ocuparam também a pasta de Ministro da Guerra no período;

** No início da década de 1840, estava próximo da facção Áulica ou Clube da Joana, liderada pelo Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba) e pelo mordomo-mór da Casa Imperial Paulo Barbosa Silva.

Fonte: BRASIL. Relatórios dos Ministros da Marinha (1839-1859). <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. Diccionario Bibliográfico Brasileiro. 7 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

SISSON, S.A. Galeria dos Brasileiros Ilustres. 2ª ed., vol.1, Rio de Janeiro, Liv. Martins, 1940.

VASCONCELOS, Barão (org.). Archivo Nobiliarchico Brasileiro. Lausanne, Imp. de la Concorde, 1914

BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado. A Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n23p187/1779>

Dentre as 24 legislaturas ocorridas no período estudado, 37,5% foram assumidas por ministros militares de carreira, ou seja, com formação em alguma instituição militar ou entrada ao posto de cadete; outros 37,5% por ministros que tinham formação civil, mas possuíam alguma ligação com a esfera militar, principalmente no cargo de lente ou diretor da Academia Militar ou de Marinha; e os 25% restantes por ministros que tinham sua formação ligada ao mundo civil sem possuir nenhuma ligação direta com o mundo militar.²⁷¹ Ao se analisar a ocupação dos ministros cronologicamente também se constata que a presença de ministros militares ou com ligação com a área militar se concentrou nas décadas de 1830 e 1840, enquanto os ministros civis e sem ligação militar ocuparam o cargo, em sua maioria, na década de 1850. Dentro do grupo apenas alguns apresentaram relatório ministerial a Assembleia legislativa e dentre eles destacam-se seis relatórios como centrais para construção de um discurso reformista para Academia de Marinha.

Tais relatórios foram divididos, por questão de análise, em dois grupos que representam momentos distintos de um longo processo de discussão sobre o caráter da Academia de Marinha. O primeiro grupo estava circunscrito no início da onda reformista centrada nos anos regenciais, seu maior representante seria Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, sendo seguido pelos Ministros Jacinto Roque de Sena Pereira e Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti D'Albuquerque. Já o segundo grupo situado mais ao final do processo e mais próximo a resolução prática da reforma, na década de 1850, representaria a segunda onda reformista, tendo como maior expoente o ministro José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, seguido pelos Ministros Zacharias Góes e Vasconcelos e João Maurício Wanderley.

Ambas as ondas reformistas revelaram as complexidades e conteúdos do processo de construção da educação da oficialidade naval oitocentista, analisar detidamente cada espaço cronológico deste processo ajudou a esclarecer as preocupações de cada contexto, entretanto demonstrando uma relação existente entre ambos. Para entender as bases da primeira onda reformista se tornou necessário um recuo ao início dos anos regenciais como premissa de importância para a defesa de reforma da Academia de Marinha ser tão acentuada a partir de

²⁷¹ Informações biográficas retiradas em LYRA, Tavares de. *Instituições políticas do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1978.

1837, como veremos, o assunto sobre reformas nas áreas militares antecede o período regressista e refletiu diretamente o contexto político imperial.

Importante destacar que nos anos da Regência, entre 1831 e 1840, quem ocupou por mais tempo o cargo de Ministro da Marinha foi Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, um dos líderes do Partido Conservador e “membro” da Trindade Saquarema²⁷². Nascido em Itaboraí em 13 de dezembro de 1802, e filho do negociante de Porto das Caixas (Rio de Janeiro) Manoel José Rodrigues Torres e d. Emerenciana Mathildes Torres²⁷³, Joaquim José Rodrigues Torres se tornou um dos políticos mais importantes do Império, trilhando o caminho no campo político como Deputado-Geral pelo Rio de Janeiro entre os anos de 1834 e 1844, e depois nomeado para o Senado e no Conselho de Estado. Sobre o campo militar possuía alguma experiência pelo fato de ser Lente da Academia Militar entre os anos de 1826 e 1833, devido a sua formação na cadeira de Matemática pela Universidade de Coimbra (1821), e estágios em Paris.²⁷⁴

Seu primeiro relatório sobre as Forças de Mar foi lido para os “Augustos e Digníssimos Senhores Representante da Nação” no dia 07 de maio de 1832, e esse relato referente ao ano anterior expressava uma preocupação com as questões operativas e organizativas. Dentre as matérias discutidas se encontravam uma sugestão para mudança nas leis que regiam a instituição naval: regulamentos nos corpos da armada e artilharia, lei de promoções e um código disciplinar penal, com intenção de criar nesses quadros uma cultura

²⁷² Durante a Regência Trina Permanente, tivemos três ministros efetivos da Marinha, a saber: o ex-presidente da província de MG José Manuel de Almeida (17/06/1831 a 28/10/1831), José Joaquim Rodrigues Torres (28/10/1831 a 3/08/1832 e 8/11/1832 a 30/07/1834) e José Pereira Pinto (17/03/1835 a 14/10/1835). Os outros ministros, interinos, foram: o senador Bento Barroso Pereira (3/08/1832 a 14/09/1832), Antero José Ferreira de Brito, barão de Tramandaí (14/09/1832 a 8/11/1832 e 30/07/1834 a 16/01/1835), João Paulo dos Santos Barreto (16/01/1835 a 14/03/1835) e Joaquim Vieira da Silva e Sousa (14/03/1835 a 17/03/1835).

²⁷³ Importante destacar que o Visconde de Itaboraí se casou com D. Maria Alvares de Azevedo Macedo, filha do Major João Alvares de Azevedo e de D. Maria de Macêdo Freire de Azeredo Coutinho (sua prima), importantes membros da nobreza da terra, família Azevedo Coutinho, da capitania do Rio de Janeiro. O Major João Alvares de Azevedo era senhor do engenho em Itapacorá, em Itaboraí. Já Maria Macedo era filha do capitão-mor Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, “proprietário da fazenda Tiririca, na freguesia de Araruama, e dos Engenhos de Fora e Sant’Ana”. As outras filhas do Major João Alvares e de d. Maria Macedo se casaram com os primos Bernardino Belizário Soares de Souza (pai de Francisco Belizário Soares de Souza) e Paulino Soares de Souza, o Visconde de Uruguai (e também membro da Trindade Saquarema). Portanto, todos pertencentes às famílias proprietárias de terras e de escravos da região centro-sul. Cf. MATTOS, 2011. A respeito da nobreza da terra fluminense Cf. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa*. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao_nobreza_bandos.pdf

²⁷⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 175.

da hierarquia e da disciplina. Em relação aos oficiais da Armada abre as questões sobre as promoções, e que tais deveriam ser baseadas na antiguidade, e os vencimentos diferentes de acordo com o posto e o mérito de comandar embarcações.²⁷⁵ As percepções encontradas ao longo do discurso refletem a existência de noções condizentes com um ideal reformista, com objetivos claros de assegurar um determinado funcionamento, extirpando dos quadros da Marinha militar “o desleixo, e insubordinação que tem-se também desgraçadamente insinuado.”²⁷⁶ As medidas sugeridas estavam em torno da melhora dos soldos e de ações assistencialistas não só aos corpos militares como aos seus familiares para assegurar a tranquilidade na Marinha.

Foi neste contexto reformista que surgiu, por parte do Ministro Rodrigues Torres, a primeira menção ao ensino e a Academia dos Guardas-Marinha, que já se encontrava reformada e anexada a Academia Militar pelo Decreto de 9 de Março de 1832²⁷⁷. A fusão das duas academias militares com sede no Largo de São Francisco foi a primeira modificação direta nos antigos Estatutos curricular e organizacional redigidos ainda na virada entre os séculos XVIII e XIX. A reforma foi autorizada pelo Poder Legislativo em lei orçamentária de Novembro de 1831²⁷⁸, visando diminuir as despesas orçamentárias, não se encontrando nesse processo uma discussão mais apurada ou extensa. Pela informação dada pelo Ministro da Guerra Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí²⁷⁹, a reforma foi realizada por uma comissão de Lentes da Academia Militar e de Marinha que ao deliberarem sobre os assuntos propuseram um novo Estatuto, fundindo ambas instituições²⁸⁰. Muitos pesquisadores viram no

²⁷⁵Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres em 7 de Maio de 1832. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

²⁷⁶ Idem, p. 5

²⁷⁷ Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil (1831-1840). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>.

²⁷⁸ Lei de 15 de Novembro de 1831 – Parágrafo 2 do Art.15. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html

²⁷⁹ Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí – nascido no Rio de Janeiro em 10 de junho de 1793, filho do Marechal José Joaquim de Lima e Silva com d. Joana Maria da Fonseca Costa. Assentou praça ao Exército em 1806, entrando na Academia Militar em 1811. Além de Ministro da Guerra em 1831 também ocupou cargos na esfera institucional política do Império. Irmão de Francisco de Lima e Silva, o “Chico Regência” do período regencial e pai do duque de Caxias, se casou com sua sobrinha Carlota Guilhermina de Lima e Silva. Cf.: SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 45-74.

²⁸⁰ Brasil. Relatório da Administração do Ministério da Guerra apresentado a Augusta Câmara dos senhores deputados na sessão de 1832. Rio de Janeiro: Typographia Patriótica D’Astrea, 1832, p. 10. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>

ato uma ação do Estado para erradicação dos militares²⁸¹. Todavia, tal noção pode ser relativizada, pois tanto a Academia Militar quanto a Academia dos Guardas-Marinha se tornaram, desde o final do Primeiro Reinado, objetos de discussão sobre suas funcionalidades para a sociedade imperial. Em 1828, já se levantava necessidades de reformas para as instituições militares de ensino com intuito de se construir verdadeiros espaços para a formação militares.²⁸² Todavia, tais problemas não estavam circunscritos apenas a esfera das Academias, mas envoltas nos problemas gerais do país que culminaram no 7 de Abril de 1831. O Período Regencial, como já destacado, foi um período de intensos debates, escolhas e confusões políticas, e apresenta-se como um novo tempo de se definir a política militar. Tal política, que não estava ameaçada de banimento dos quadros institucionais do Império, foi definida assim por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro da Fazenda²⁸³, na *Exposição dos Princípios do Ministério* em de 23 de Julho de 1831 na Assembleia Geral:

“Um dia virá em que os princípios farão por si só a lei de todas as nações; mas hoje, e talvez por longo tempo, eles precisam escorar-se na força para manter o seu ainda combatido Império. A arte da guerra é atualmente resultado de combinações científicas mais transcendentas da matemática. Ela se tem complicado na razão direta dos progressos da civilização; exige-se talentos e diuturna prática que não se adquirem no momento da necessidade. O Governo, portanto, procurará dar aos Corpos de Forças de mar e terra a instrução precisa para manterem com denodo a honra nacional, e conservarem a subordinação e disciplina no regaço da paz, inacessível às sugestões da rebelião e das facções.”²⁸⁴

Neste trecho ficou explícita a pretensão de assegurar as forças militares na consolidação da política do governo, restrita a manutenção de reformas constitucionais que levasse a segurança da hierarquia social. No momento sabia-se que a força era necessária para a manutenção da unidade política, social e territorial do Império. Também se revela a clareza da união entre guerra e ciência, e a necessidade de forças armadas instruídas e aparelhadas com objetivos claros de assegurar um projeto político excludente.²⁸⁵ Foi neste contexto que se realizou a primeira reforma na Academia dos Guardas-Marinhas, e de certa forma tal concepção guiou o longo processo de gestação de uma mentalidade militar brasileira. Como se

²⁸¹ Cf.: BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

²⁸² MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998. p. 46

²⁸³ O “gabinete ministerial” em julho de 1831 era composto por José Manuel de Almeida, Ministro da Marinha, Diego de Feijó, Ministro da Justiça, Bernardo pereira de Vasconcelos, Ministro da Fazenda, José Lino dos Santos Coutinho, Ministro do Império e Manuel da Fonseca Lima e Silva, Ministro da Guerra.

²⁸⁴ Bernardo Pereira de Vanconcelos, 1831 Apud MOTTA, 1998, p. 53.

²⁸⁵ MOTTA, 1998, p. 53.

verá tal experimentação durou exatamente um ano, sendo revertida nos momentos iniciais de 1833.

Com a reforma já realizada em 1832 a ação política de Rodrigues Torres foi de colocar uma argumentação que visava orientar os estudos da oficialidade. Para o Ministro “pelo que toca à instrução, que devem adquirir os Oficiais de nossa Armada, conviera sem duvida, que ela lhes fosse dada a bordo dos mesmos navios que embarcam”²⁸⁶. Para sustentar tal afirmativa o ministro Rodrigues Torres se utilizava dos exemplos de outras Marinhas ocidentais como “a experiência dos Estados Unidos e de Inglaterra mostram peremptoriamente que é este o meio perfeito de formar perfeitos Oficiais de Marinha.”²⁸⁷ Já havia uma perfeita consciência da classe dirigente do Estado dos processos vivenciados ao mesmo tempo nas demais regiões do mundo, existia uma divisão formativa para os oficiais de Marinha que consistia em se ter um caráter prático, conseguido através das experiências; ou de caráter teórico, aliado as noções de essência científica e matemática. Tal pauta constituiu-se no principal argumento dos discursos que se debruçaram sobre a questão da formação da oficialidade, e as disputas entre o currículo prático e o currículo teórico marcaram as posições que este ensino, e consequentemente estes oficiais, tiveram na sociedade imperial.

Tais concepções, práticas ou teóricas, foram base de um pretendido programa naval para educação da oficialidade. Segundo Jehovah Motta, especificamente sobre a formação do oficial do Exército, os anos regenciais apareceram como um momento de poucos objetivos claros sobre as reformas nas Academias Militares, assim como ocorreu em 1832 com a fusão das duas Academias, a maioria das modificações partiam do Executivo²⁸⁸. Nesse sentido, para Motta, as reformas ocorridas estavam centradas na opinião particular de cada Ministro ou figura militar influente, perpassados por um horizonte de indefinições e individualismos. A falta de um programa específico maior levou a consolidação de dois tipos de conflitos que sempre perseguiram a trajetória das Academias Militares, “referimo-nos ao conflito entre os estudos das ciências e o da técnica militar, e a luta entre a competência funcional do comando e a do professorado.”²⁸⁹ Principalmente, a primeira questão permeou os discursos dos

²⁸⁶ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres.....*op.cit*, p. 6. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ MOTTA, 1998, p. 57

²⁸⁹ Idem, p. 59.

ministros e também as discussões entre os deputados na Câmara dos Deputados. Até a reforma geral da Academia dos Guardas-Marinha em 1858, pode-se afirmar que existiu como questão central nas pretensões reformistas “uma alternância entre duas tendências: ora predominam a militarização e o ensino mais diretamente ligado à profissão das armas, ora as preocupações matemáticas e científicas dão o tom”.²⁹⁰

Apesar de afirmar que a maioria das opiniões sobre as reformas faziam parte de uma opinião particular dos homens políticos que ocupavam os postos ministeriais, não se deve olhar o fato com menor importância. Tendo em mente que tais homens faziam parte de redes de solidariedade e sociabilidade²⁹¹, e estavam alinhados às ideias circundantes naquele meio, seus discursos políticos, mesmo que de cunho particular, refletem as práticas sociais que permearam aquele contexto social, explicitando os possíveis entendimentos dos conceitos, palavras e opiniões que circulavam no Império em determinado momento. A ação discursiva imposta aos Ministros por lei acabou por se tornar um importante espaço de divulgação das opiniões e das propostas reformistas colocadas para política militar nesse momento de construção do aparato político-institucional do Estado. Neste sentido, concordamos com Norman Fairclough, quando afirma que

“Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva, e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'interação', na concepção 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual - por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente.”²⁹²

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Segundo Michel Bertrand, a rede de sociabilidade pode ser entendida como “um sistema de intercâmbios no seio do qual formam-se vínculos e relações que permitem a realização da circulação de bens ou de serviços – materiais e imateriais. São os intercâmbios realizados pelo grupo que caracterizam e qualificam os vínculos. Sua realização supõe que as trocas são transversais, isto é, afetam não somente as duas pessoas diretamente postas em relação no marco do intercâmbio, mas, também, repercutem nos vínculos e relações próximas aos demais atores”. BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. In: **Revista Mexicana de Sociologia**. Num.2. vol. 61. abril-junho de 1999. A tradução para o português foi feita por Antonio Henrique D. Lacerda. Cf. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Negócio de Minas: Família, Fortuna, Poder e Rede de Sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora. FUNALFA, 2013. p. 25

²⁹² FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Revisão técnica e prefácio à edição brasileira de Izabel Magalhães Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 22.

A união das Academias não foi uma experiência de caráter positivo para os estudos da oficialidade, e o próprio ministro Rodrigues Torres, expõe que a última reforma não foi de grande efeito para a instrução insistindo que a melhor maneira de se instruir a oficialidade era “a bordo de qualquer dos nossos navios armados, estabelecer uma escola de Marinha que sirva de ensaio para conhecermos se, com efeito, convém a criação definitiva de uma semelhante escola”²⁹³. A assertiva mais uma vez esbarra na dualidade do ensino, se teórico ou prático.

A escolha por uma direção objetiva e definida para a oficialidade proporcionaria ganhos maiores para o Governo, pois promoveria uma estabilidade e adesão da camada militar ao aparato coercitivo do Estado. Evidente que tal processo não foi sempre consciente e evolutivo, a dinâmica de construção foi algo que acompanhou e inseriu em seu bojo não só os acontecimentos internos do Império como as transformações externas inerentes a ciência militar, a tecnologia de guerra e a posição dos militares no aparato burocrático do Estado Nacional²⁹⁴. Para o ministro Rodrigues Torres em Relatório proferido em 1834, sobre os atos administrativos do ano anterior, se fazia mais que necessário estabelecer planos que objetivassem a destruição de planos conspiradores que poderiam acabar com a memorável obra iniciada no 7 de Abril de 1831, a preparação da força militar naval corresponderia a esta ação para ele

“A marinha militar é hoje a parte mais importante de nossa força nacional, ou ao menos aquela, que os maiores serviços pode prestar á causa da nação: é a ela que compete defender de qualquer agressão externa o extenso litoral do Brasil, ela pode concorrer, e da fato já tem concorrido, para os nossos diferentes pontos marítimos, manter a autoridade das leis contra quaisquer facções que ousem aparecer em campo. Além deste a marinha de guerra deve ter outro objeto, qual é proteger nosso comércio”.²⁹⁵

A ideia de uma função específica para a Marinha militar, e conseqüentemente para seu oficialato promove uma reflexão dos possíveis entendimentos que a classe dirigente da época pretendia atingir com as forças militares do Estado. Da parte do Poder Executivo

²⁹³Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres em 7 de Maio 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. p.9. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

²⁹⁴HUNTINGTON, 1996.

²⁹⁵Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres em 7 de Maio 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. p.19. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

representado pelo Ministro não existiu discurso de diminuição ou banimento da Marinha dos quadros do Império. Pelo contrário, ao avançar do período se estabelecia mais informações claras sobre administração naval e propostas de reformas condizentes com a estruturação favorável aos projetos políticos do Estado. Nessa linha “tal é a importância da educação científica e militar dos jovens Oficiais da Armada e a influência, que ela pode exercer nos destinos da força naval”,²⁹⁶ como revela o ministro Rodrigues Torres. Ou seja, a escolha por um caminho de educação da oficialidade iniciaria um processo conciso de modificação da própria cultura organizacional e hierárquica militar.

A saída de Rodrigues Torres da pasta da Marinha em 30 de Julho de 1834 não significou modificação dos conteúdos reformistas para Academia de Marinha. O próximo relatório lido aos presentes na Câmara dos Deputados pelo Ministro Capitão de Mar e Guerra José Pereira Pinto, em maio de 1835, traz mais uma vez a tônica reformista centrada nas aptidões que deveriam exercitar a oficialidade naval. O CMG José Pereira Pinto²⁹⁷ foi chamado a ocupar o cargo de Ministro em 17 de Março de 1835, e em apenas um mês já estava apto a revelar informações. Tal capacidade só foi possível devido ao profundo conhecimento deste oficial da Marinha, que antes da ocasião estava no cargo de Diretor da Academia dos Guardas-Marinha. Corroborava a idéia já apresentada por Rodrigues Torres das necessidades de implantação de uma educação naval prática, pois

“dos ramos das Ciências conexas a Armadas e a Navegação em geral, tem sido um dos primeiros cuidados dos Governos, que procuram ter uma força naval respeitável, e ao mesmo passo favorecer as especulações comerciais, úteis e vastas. Mas como para ser bom Oficial da Armada não é suficiente o conhecer a teoria da Ciência, mas é essencial adquirir a prática da mesma Ciência e hábitos próprios do homem do mar, a ponto que em todas as Nações se exige do Guarda-Marinha um determinado número de anos a bordo dos navios de guerra, [...]; tenho deliberado apresentar em tempo um plano para esse fim, o qual fará parte da reforma que deveis decretar”.²⁹⁸

²⁹⁶ Idem

²⁹⁷ Nascido no Rio de Janeiro em 1º de Outubro de 1781, foi cursar a Academia de Marinha de Lisboa saindo de lá como Guarda-Marinha em 1798. Ocupou diversos cargos de importância na estrutura naval sendo o mais alto o de Ministro da Marinha, e interino de Guerra. Em julho de 1834 foi nomeado Comandante da Companhia dos Guardas-Marinha e Diretor da Academia. Cf.: BOITEUX, 1940, p. 183.

²⁹⁸ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Pereira Pinto na sessão ordinária de 1835. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835, p. 10. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

A explanação deste Oficial da Armada, graduado com longa trajetória militar, permite aferir que as mesmas discussões levantadas pelos homens da Boa Sociedade eram partilhadas pelos militares que ocupavam cargos centrais do organograma militar. Evidenciando assim uma determinada proximidade entre esses elementos sociais, como já apontou Adriana Barreto ao defender que o “ser militar” nesse momento estava ainda ligado a noções de ascensão social e partilha de valores comuns com determinada classe senhorial.²⁹⁹ Entretanto, até aqui persiste a intensidade dos relatórios em apontar uma reforma na estrutura naval objetivando uma mudança para moldes mais hierárquicos e disciplinarmente rígidos, tanto um civil representante de uma ala moderada da política como um militar refletiram a necessidade de mudanças, que mesmo neste contexto turbulento de garantia de determinados aspectos da sociedade, não se atenderam prontamente as reivindicações ministeriais.

A volta de Rodrigues Torres no cargo de Ministro da Marinha em Setembro de 1837³⁰⁰ representou uma guinada na história da construção do Estado Imperial, pois, se fazia naquele momento o novo ministério regressista, o Ministério das Capacidades, que implantou novas direções ao projeto político imperial. A Regência Una de Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, que iniciada interinamente em 1837, após a renúncia de Diogo de Feijó, e confirmada de fato com a eleição de 1838³⁰¹, representou uma mudança de direção dos projetos políticos do Estado Imperial, passando-se a uma nova era conservadora. Como aponta Ilmar de Mattos, este seria o movimento de vitória de um projeto conservador que resgatava, através da recunhagem da moeda colonial, a preservação de uma ordem social hierárquica baseada no privilégio, na manutenção escravista e agrária e uma resignificação dos conceitos de liberdade, soberania e nação.³⁰² A adesão do princípio monárquico da ordem e civilização como norte de uma direção que fora imposto a todos os membros da sociedade colocaria uma nova relação institucional, reavivando o Poder Executivo e a Coroa como elementos de maior força no cenário político, discordando da ideia pregada pelos liberais, dirigentes no processo de construção do Estado nos anos iniciais da Regência, que cabia ao

²⁹⁹ SOUZA, 2004.

³⁰⁰ Ministro da Marinha de 18 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839, e retornou ao cargo no período de 23 de maio de 1840 a 23 de julho de 1840, sucedendo a Jacinto Roque de Sena Pereira, que foi ministro no período de 16 de abril de 1839 a 23 de maio de 1840.

³⁰¹ MACHADO & NEVES, 1999.

³⁰² MATTOS, 2011, pp. 151-167.

Legislativo como representantes da nação as escolhas políticas para se fazer o melhor para o país.³⁰³

A esta nova ordem também se agregava novas possibilidades ao projeto militar imperial. A ideia de uma centralização maior nos círculos burocráticos-administrativos colocados em prática a partir desse momento levou a mudanças estruturais mais complexas. Como Adriana Barreto apontou no caso do Exército se tem um resgate maior das forças armadas como braço coercitivo do projeto político conservador.³⁰⁴ Somente com esse contexto político e social foi possível começar a colocar em prática e em maior evidência as ações reformistas defendidas anteriormente pelos ministros, pois somente com a mudança da mentalidade estatal em relação aparato militar em geral abriu-se espaço para novas concepções.

O retorno de Joaquim José Rodrigues Torres ao Ministério da Marinha não representou reformas de conteúdo para a Academia dos Guardas-Marinha, e a maioria das afirmações sobre a educação da oficialidade continuaram ainda nas questões referentes ao estudo prático ou teórico nos currículos, o que daria determinada posição do oficial naval naquela sociedade. Entretanto, a forma de apropriação deste discurso havia se modificado, pois surgia uma nova conjuntura política facilitadora da opinião e da ação do Poder Executivo, representado pelos ministros de Estado. Em 1839, aconteceu a segunda modificação, apontada aqui como central na evolução da Academia de Marinha, que significou a vitória do projeto prático sobre a extensa educação teórica. Uma vitória da opinião de Rodrigues Torres e dos homens que ficaram a frente do Ministério nos primeiros anos regenciais.³⁰⁵

A vitória do projeto prático de uma escola a bordo de um navio estava relacionada com o Regresso Conservador, e o ministro Rodrigues Torres, um dos líderes da nova direção saquarema conservadora³⁰⁶, esclareceu no Relatório apresentado em 1838 à Assembleia

³⁰³ Idem, p. 157.

³⁰⁴ SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

³⁰⁵ Regulamento nº 27 de 31 de Janeiro de 1839 – Transfere a Academia da Marinha para bordo de um navio de guerra edá outros procedimentos a respeito deste estabelecimento. Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1839, p. 10. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-25/%C3%ADndice-25.pdf>

³⁰⁶ Já destacamos que, no início dos anos regenciais, a figura de Rodrigues Torres foi vista ao lado do grupo moderado. Todavia assim como Bernardo Pereira de Vasconcelos se bandeou para o grupo conservador que

Geral, a necessidade de se instituir reformas na Marinha que visassem uma organização da força marítima para atender demandas que vinham da economia e da segurança do país³⁰⁷. Uma das questões essenciais de conseguir tal objetivo seria reformular a educação dos Oficiais da Marinha, pois assim se iniciaria construções mais apuradas das noções de disciplina e subordinação, indispensáveis à formação de uma instituição militar. Lançando assim o seguinte argumento:

“É minha opinião, e propósito transferir a Academia dos Guardas-Marinha para bordo de um Navio de Guerra, estacionado neste Porto; onde efetivamente habitem os alunos, e recebam as lições teóricas e práticas das diferentes matérias, que devem aprender para poderem fazer progressos na honrosa carreira. Além dos hábitos militares, que assim contrairão desde os mais verdes anos sob contínua e eficaz vigilância de um Superior, maior espaço de tempo poderão também dedicar ao estudo, adquirindo com trabalho cotidiano mais prática no que toca ao Aparelho, as Manobras Navais e a Artilharia.”³⁰⁸

Chama atenção o fato da argumentação da retórica discursiva ser a mesma, principalmente na questão do conteúdo. Todavia, existia neste momento uma posição de maior destaque ao Poder Executivo trazendo assim novos ares a esta argumentação, localizando-a muito mais próxima de um projeto político da classe dirigente saquarema que se instalava no poder, pois era agora essa instância institucional colocada como representante central dos interesses da Nação. Tanto que a reforma de 1839 foi realizada pelo Ministro, sem discussão ou aprovação da Câmara dos Deputados, o que acabou por incitar uma forte oposição legislativa ao ato, como veremos futuramente ao analisar os discursos proferidos pelos deputados.

implantaria o projeto regressista. Tal mudança não deve ser vista como uma traição ou mudança súbita de ideologia, pelo contrário deve estar inserida nas antigas noções de relação de antigo regime. Apesar de se ter cada vez mais uma sociedade mais moderna, determinadas práticas antigas persistem. Muito comum esses homens mudarem de orientação política para satisfazerem suas redes de amizade e interesses particulares e cotidianos. Como aponta Maria Fernanda Martins, pensar este momento como um espaço híbrido onde relações política modernas do Liberalismo convivem com espaços de uma sociabilidade de status, mercês e redes. Cf.: MARTINS, 2007.

³⁰⁷ O impacto da reforma nas forças militares e a conjuntura interna podem explicar o aumento da verba do orçamento para os ministérios da Guerra e da Marinha. O orçamento médio desses foi de 4.998 contos de réis (valores nominais) no período de 1831/1832 a 1836/1837 e, a partir de 1837/1838, aumentou para 8.021 contos, chegando ao valor de 13.879 contos em 1839/1840. Cf. p. BUESCU, Mircea. *História Administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da fazenda no Império*. Coord. De Vicente Tapajós. Brasília: FUNCEP, 1984, p. 96 (Quadro 10.1 – Parte 3)

³⁰⁸ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres na sessão ordinária de 1838. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838. p. 6. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

A transferência da Academia dos Guardas-Marinha para bordo da Nau Pedro II representou a vitória de um projeto naval educacional cunhado ainda nos primórdios dos anos regenciais. Um projeto que em meio às experiências militares navais de outras nações civilizadas que se alinhavam, como aponta Jacinto Roque de Sena Pereira³⁰⁹ em Relatório apresentado em 1840 a duas determinadas imagens sobre o homem do mar,

“O homem do mar, diz um Autor célebre, deve ser de uma natureza privilegiada e forte, a ciência profunda não lhe é absolutamente precisa, bastam as teorias indispensáveis para o perfeito conhecimento da navegação, da arquitetura naval, artilharia, e cálculos astronômicos; ter conhecimento das máquinas e manobras do uso de bordo e tática naval; outro porém de não menor cunho, [...] diz, que sem vastas instrução, o verdadeiro Oficial de Marinha terá de tornar-se um ente nulo; está, diz ele, iniciada uma revolução nos conhecimentos marítimos, tanto teóricos como práticos.”³¹⁰

A consciência desta argumentação e a utilização de autores como referências teóricas que baseiam o argumento demonstra que os discursos reformistas proferidos estavam também embasados nos movimentos de outras Marinhas militares em plena consolidação no ocidente. As marinhas inglesa e francesa aparecem sempre nos discursos como exemplo a ser seguido ou experiência bem sucedida, que deveria ser aplicada pela Marinha brasileira em construção.³¹¹

A influência direta da organização naval desses países nos Estatutos e como se deram seus processos históricos de construção do aparato militar foram assinalados anteriormente neste capítulo. Como apontado, deve-se ter em mente que tais países passavam pelo mesmo processo que corria nas esferas brasileiras, ou seja, subordinação e consolidação de um novo cenário militar subordinado ao novo aparato de Estado que se construía calcado nos novos

³⁰⁹ Oficial da Armada, nascido em Lisboa em 1784. Lutou na Guerra da Cisplatina, e cuja ação militar ficou na memória da Marinha Brasileira com o combate na Ilha do Juncal, em 1827, entre a esquadra argentina comandada por William (Guillermo) Brown (o 1º almirante da armada argentina) e a 3ª Divisão da Esquadra brasileira sob comando do capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira. Foi Diretor da Academia dos Guardas-Marinha entre junho de 1841 até outubro de 1848. Exerceu interinamente o cargo de Ministro de Marinha em 1840 (16/04/1839 a 23/05/1840), expressando ali suas opiniões acerca da formação da oficialidade naval que seria a adesão do modelo naval inglês, baseado na prática e nas técnicas navais como centrais para a formação. Cf.: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 291. A respeito de William Brown verificar http://www.irishargentine.org/dilab_brownw.htm

³¹⁰ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Jacinto de Roque Sena Pereira na sessão ordinária de 1840. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840, p. 14. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³¹¹ A respeito da reforma da marinha inglesa cf. MILLER, Graeme. *From Jack Tair to Bluejacket: The Campaigning for social reform in the Royal Naval (1815-1853)*. Thesis (M.A.). University of Calgary (Canadá), Department of History, 2005.

modelos liberais e constitucionais. Todavia, a utilização de tal argumentação correspondia a uma tendência imperial de incorporar as inovações experimentadas nos círculos europeus, pois, havia o entendimento de que tais formulações constituíam na demonstração de um projeto civilizatório a ser perseguido. Como aponta Ilmar de Mattos, a Inglaterra ocupava o lugar da antiga metrópole portuguesa na recunhagem da moeda colonial de meados do século XIX, transformando-se em pontos de referência para Boa Sociedade e seus projetos de direção, estatal, intelectual e moral.³¹²

Nesse sentido, as argumentações reformistas para esfera naval associavam a educação prática, a aprendizagem a partir das experiências a bordo, como essência da formação da Marinha da Inglaterra, sendo esta a maior força naval do mundo neste período; enquanto a Marinha Francesa era associada ao espírito científico e a propagação de um ensino mais teorizado. Como dizia um autor contemporâneo desconhecido “a Inglaterra diz aos seus homens do mar: -sereis homens do mar antes de tudo, sábios só se o quiserdes, ou se o puderdes. A França diz aos seus: - sereis homens do mar só se puderdes, mas antes de tudo seres sábios.”³¹³ Tal distinção aparenta ser mais um extremismo de uma imagem construída devido a tradição de ambos países, a Inglaterra na formação marítima de seus homens desde cedo devido a importância naval na formação do país; enquanto a França carregava a imagem de país das luzes e da cientificidade. Já demonstrado que tanto a Marinha Inglesa quanto a Marinha Francesa apostaram em diversos momentos em modelos educacionais que abarcavam prática e teoria em proporções iguais, entretanto não era essa imagem circulante nos meios intelectuais da época.

A escolha por uma ou outra opção será mais clara ao analisar o discurso de todos os atores políticos, entretanto o importante é compreender a construção do discurso reformista levantado nesse primeiro período de construção do aparato militar e estatal. Desde os primórdios regenciais se constatam uma direção reformista para educação e formação da oficialidade naval que inserisse tal instituição em preceitos militares basilares, como as noções de hierarquia e disciplina. A visão geral da necessidade de estruturação de uma força naval que atendesse as demandas comerciais e de proteção do Império recaíram sobre projetos

³¹² MATTOS, 2011.

³¹³ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typ. Do diário de A. & L. Navarro, 1854. p.15. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

de construção de um organograma militar condizente com a sociedade e com o Estado que a classe dirigente pretendia consolidar. Nesse momento, as duas reformas já aqui citadas se instalaram sobre os Estatutos da Academia dos Guardas-Marinha, sendo a primeira em 1832, logo revertida, e a segunda em 1839, mais permanente, que foi fruto de um projeto político gestado pelo então ministro da Marinha Rodrigues Torres e seus sucessores, muitos da esfera militar.

A transferência da Academia para bordo da Nau Pedro II só foi possível devido ao momento político institucional, com o poder Executivo mais forte e tendo papel de maior importância na representação das necessidades da nação, apesar das argumentações entre teoria e prática continuarem sendo as mesmas nesse longo tempo. E a vitória de uma corrente mais prática aparenta ser um propósito compartilhado tanto pelos militares que ocuparam os cargos do Ministério como para os homens políticos civis, fato evidenciado pela proximidade de Rodrigues Torres com a esfera militar devido à permanência como lente da Academia Militar em determinado momento.

O discurso ministerial do oficial naval Jacinto de Roque de Sena Pereira se posiciona bem nessa dimensão de uma aproximação de ideias sobre a reforma da Academia de Marinha com as defendidas e efetuadas por Rodrigues Torres. O ministro Jacinto Roque nascido em Portugal em 1784, se juntou a Marinha ainda em Lisboa sendo graduado na Real Academia de Marinha de Lisboa. Transferiu-se para o Brasil em 1815 juntamente com uma esquadra para missões navais na Cisplatina e na região do Prata, distinto oficial naval ocupou o cargo no Ministério da Marinha entre abril de 1839 e maio de 1840.³¹⁴ Em seu discurso com claras pretensões de confirmar a experiência benéfica da transferência da Academia dos Guardas-Marinha para bordo ressaltou que o ato de colocar a bordo a educação naval da oficialidade foi algo aplaudido por vários chefes militares estrangeiros, e que entre os diversos sistemas educacionais existentes optou o governo por aceitar nossas peculiaridades e ver com o tempo como proceder a educação prática a bordo. Era claramente partidário de uma educação prática britânica, mas conseguia compreender que o fenômeno da educação da oficialidade estava em transmutação devido ao novo papel da Marinha associada a defesa ampla dos interesses do Estado e da Nação, para ele um oficial naval em meados do Oitocentos deveria

³¹⁴ LYRA, 1978, p. 273

o verdadeiro Oficial de Marinha de Guerra não tem só por um objecto a direção [...] dos vasos de guerra, seu destino he amplo mais amplo e elevado, abrange muitas vezes as variadas questões políticas, e quase sempre envolvida com Direito das Gentes e marítimo.”³¹⁵

Tal noção apresentada reforça a ideia apresentada de que a primeira onda reformista estaria voltada ainda em princípios básicos sobre formação da oficialidade, condizente com um contexto militar de incertezas sobre as revoluções tecnológicas e posicionamento da Marinha no rol da modernidade. Após sua passagem a frente do Ministério da Marinha, em 1841 Jacinto Roque de Sena Pereira foi nomeado diretor da Academia de Marinha ficando a frente desta instituição de ensino no tempo em que ela permaneceu a bordo da Nau Pedro II.

A Academia permaneceu a bordo até 1849, quando um novo decreto estabeleceu a volta da instituição uma sede terrestre, devido principalmente às más condições das instalações da Nau Pedro II.³¹⁶ Tal mudança, em meados do século XIX, acarretou uma nova onda reformista que atingiu os quadros educacionais navais, e abertura de novas e velhas questões envolvendo a oficialidade.

Durante a década de 1840, enquanto a educação naval a bordo estava associada ao modelo de educação prática, não apareceram nos discursos ministeriais questões que apontassem problemas ou melhorias que deveriam ser praticadas. Alguns Ministros da Marinha até se debruçaram sobre a formação empregada na Academia dos Guardas-Marinha, mas não representaram um movimento de expressão novo em relação ao presenciado na década de 1830. No Relatório de 1845, o ministro da marinha Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti D’Albuquerque, futuro visconde de Albuquerque e membro da poderosa família Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco³¹⁷, colocou sua opinião sobre o que considera ser a melhor estrutura de educação para oficialidade

³¹⁵ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840. p. 14 Disponível em: <http://www.cr1.edu/brazil/ministerial/marinha>

³¹⁶ Regulamento nº 27 de 31 de Janeiro de 1839 – Transfere a Academia da Marinha para bordo de um navio de guerra edá outros procedimentos a respeito deste estabelecimento. Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1839, p. 10. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-25/%C3%ADndice-25.pdf>

³¹⁷ Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti D’Albuquerque era filho do capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, proprietário do engenho do Suassuna, locus do que ficou conhecido como a Revolta dos suassunas em 1801, e descendente dos restauradores com a expulsão dos holandeses de Pernambuco no século XVII. Seus irmãos, assim como ele, ganharam títulos de nobreza do Império brasileiro, a saber: Visconde de Camaragibe, Visconde de Suaçuna, e o Barão de Muribeca. A respeito da família Cavalcanti de

“A Respeito da Academia de Marinha, [...]: estou ainda persuadido de que com quanto possa ser extensa a educação científica que ali se dá aos que se dedicam à vida do mar, não é ela a mais apropriada para formar verdadeiros Oficiais do Mar. É convicção minha, que melhor resultado tiraríamos de conservar algumas Fragatas em constante armamento, e sobre a vela, e admitir nelas Candidatos.”³¹⁸

Hollanda Cavalcanti D’Albuquerque ocupou o cargo de Ministro da Marinha entre os anos de 1844 e 1847, em pleno quinquênio liberal³¹⁹. Com formação militar e com atuação política desde o primeiro reinado, o Visconde de Albuquerque expressou, ao longo do período em que esteve a frente da Marinha, suas posições para Academia dos Guardas-Marinha. Preocupado com a necessidade de melhorar o ensino objetivou sempre a prevalência da prática e das experiências como fonte de instrução. Entretanto, não pareceu ser esta uma preocupação nova ou que tenha levado a discussões mais intensas, e sim parte de um discurso que reverberava ainda as propostas do Regresso, ou seja, da construção de um Estado com direção saquarema.

Nesse sentido, de maior importância para este trabalho consistiu a análise de um segundo momento reformista que apareceu nos discursos ministeriais a partir de 1850, e que foram importantes para consolidação da reforma de 1858 nos estatutos da Academia de Marinha, foco central desta dissertação. Evidente que o Decreto de 1849³²⁰ transferindo novamente a sede da Academia para um prédio, localizado no Largo da Prainha, consistiu no estopim para se iniciar mais um processo de transformação do ensino militar naval. O Decreto modificando a sede da escola naval foi o primeiro ato legislativo de maior impacto e mudança na estrutura da Academia após 1839, fim de uma primeira onda reformista registrada anteriormente. A mudança realizada pelo então Ministro Manuel Felizardo de Souza e

Albuquerque cf. CARVALHO, Marcus J. M.. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 18, n.º 36, 1998. pp. 331-365; CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. Recife, 2011. Dissertação de Mestrado em História. UFPE-CFCH-Programa de Pós-graduação em História.

³¹⁸ Brasil. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti D’Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³¹⁹ Ministro da Marinha de 23/05/1844 a 17/05/1847.

³²⁰ Decreto nº 586 de 19 de Fevereiro de 1849 – Transfere para terra a Academia de Marinha, e dá os Estatutos, que nela se devem observar. Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1849, p. 25. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-586-19-fevereiro-1849-559747-publicacaooriginal-82095-pe.html>

Melo³²¹ esteve apontada mais para uma organização administrativa voltada para uma regulamentação da cadeia de comando, forma de ingresso na Academia, rotina dos aspirantes e a destinação de um navio aparelhado para realização de manobras e estudos práticos. Nesse ano não se adentrou na questão do currículo acadêmico e rotina escolar, os olhares voltaram-se cada vez mais para o estabelecimento de questões mais abrangentes que envolvia a Academia de Marinha na própria rede burocrática do Estado e das forças armadas. As razões apresentadas para a mudança de sede foram explicitadas pelo então Ministro Manuel Vieira Tosta que alegava que a transferência teria sido realizada devido às péssimas condições físicas da Nau Pedro II, aparenta ter neste momento uma comoção geral de que não era vantajoso para a Academia dos Guardas-Marinha se manter a bordo.³²²

Entretanto, algo mais pode ser levantado como razão para uma volta aos assuntos referentes aos militares, pois, os anos de 1848 e 1849 representavam o retorno de um gabinete de ministros chefiados pelos principais baluartes do projeto político saquarema como Pedro de Araújo Lima e Joaquim José Rodrigues Torres³²³, ambos a frente novamente dos projetos do Poder Executivo. A entrada destes personagens políticos conservadores podem ser considerado um fator para o retorno de uma discussão sobre as instituições militares e as novas concepções que poderiam ser implementadas devido a latente estabilidade político e econômica do Império do Brasil em meados do século XIX.

O momento político institucional do Império se encontrava em outro estágio, com uma estrutura organizativa mais consolidada, e uma forte ligação entre as esferas locais e o centro político do Poder. Os anos que se seguem na década de 1850 representaram o momento da transação, ou seja, a vitória de um projeto político excludente, conservador e

³²¹ Manuel Felizardo era natural do Rio de Janeiro, depois de concluir os Estudos matemáticos na Universidade de Coimbra, assentou praça no Exército como Capitão do Corpo dos Engenheiros. Também foi nomeado Lente da Academia Militar. Participação política como presidente de província e de ministérios do governo. Nesse momento ocupava cargo em um gabinete conservador dirigido por Araújo Lima, Visconde de Olinda. Cf.: SOUZA, 1999, p. 54.

³²² Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Manuel Vieira Tosta. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1849. p. 25. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³²³ Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda seria Presidente do Conselho dos Ministros de 29 de Setembro de 1848 a 6 de Outubro de 1849. Seguido pelo também conservador José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre, de 6 de Outubro de 1849 a 11 de Maio de 1852 e por último Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí de 11 de Maio de 1852 até 1853, quando se inicia o gabinete da Conciliação. Cf.: BRASIL. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1962.

hierárquico³²⁴. A consolidação deste projeto maior possibilitou a instalação de um período chamado historiograficamente de Conciliação, que a partir de 1853 representou a coroação dessa política que visava dirimir conflitos internos aos grupos políticos e garantir um programa de reformas.³²⁵ A Coroa e o governo consolidaram um papel de manutenção da ordem e na difusão da civilização, conduzindo os negócios internos e externos, ou seja, de proteção das regiões no cenário capitalista ascendente e dos interesses da classe senhorial detentora da propriedade escrava e de terras.³²⁶

Portanto, exatamente as vésperas de todo esse processo, ocorreu o primeiro discurso reformista sobre a Academia dos Guardas-Marinha de forma mais contundente, com mais força do que na década de 1840 devido à sucessão de gabinetes conservadores que se instalaram a frente da área ministerial do governo. O então Ministro da Marinha, Zacarias Góes e Vasconcellos³²⁷ integrante do Gabinete de 1852 presidido por Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)³²⁸, foi o primeiro a lançar argumentos reformistas referentes à instrução naval militar. No Relatório apresentado à Assembleia Geral em maio de 1853, Góes e Vasconcellos consolidou um discurso político baseado no reconhecimento do ensino como fator central para construção de uma verdadeira Armada. A partir da leitura de propostas envidadas pelos Lentes da Academia dos Guardas-Marinha, chegou a conclusão da necessidade de uma série de reformas que visassem embutir os progressos da ciência e as necessidades da Marinha de Guerra. Estabeleceu, também, as prioridades que deveriam ser levadas em consideração, tais como: o estabelecimento da forma de ingresso na Academia, à introdução de novos ramos de disciplina no currículo escolar, as questões sobre o ensino prático e por último a questão do internato³²⁹. Percebe-se um alargamento das questões em torno da educação da oficialidade e as formas de condução dessa instituição, onde o assunto

³²⁴ MATTOS, 2011.

³²⁵ MARTINS, 2007, p. 81

³²⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff. O Gigante e o Espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009., p. 43.

³²⁷ Nascido em Valença no Rio de Janeiro em 1805. Era doutor em Direito pela faculdade de Olinda. Professor, da mesma Academia, Senador do Império e Conselheiro de Estado. Durante sua trajetória política se dividiu entre pastas do Ministério, inicialmente alinhado aos ideais conservadores, a partir de 1862 passou a militar no Partido Liberal. Cf.: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 408.

³²⁸ Gabinete conservador de 11/05/1852 a 6/09/1853, anterior ao gabinete da Conciliação sob a presidência do conservador Honório Hermeto Carneiro Leão (o Marquês do Paraná).

³²⁹ Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha Zacarias de Goes e Vasconcellos. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & L. Navarro, 1853. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

não fica mais restrito a tendências teóricas ou práticas, e tal movimento acompanha a própria evolução do pensamento militar ocidental.

Como aponta Huntington, o estabelecimento da consciência da instrução como fator de importância para a carreira militar e a criação das escolas militares foram os primeiros passos para a profissionalização iniciada nos Oitocentos. Dividindo assim tal processo em dois momentos: o pós-guerras napoleônicas, com a introdução de um ensino militar básico; e o pós-1850, um processo maior que incluía um avanço do ensino militar e de suas instituições, como também melhoras no processo de seleção, promoções e organização dos Estados-Maiores³³⁰. Ou seja, em meados de Século XIX, ocorreu a consolidação do ensino militar mais sistematizado, incorporando preceitos e inovações no campo da ciência militar acumulados. A entrada e o treinamento destes oficiais navais modernos, como já descrito por Michael Lewis, eram fatores primordiais para conformação da profissional naval, pois forneceria uma estabilidade e uma igualdade aos que entravam na carreira, colocando-os em posição igual na escala de promoção nas patentes e na busca através do mérito militar para os postos de comando nos navios.³³¹

Inserido nesse contexto reformista, o discurso proferido pelo Ministro José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco³³², em maio de 1854 na Assembleia Geral, pode ser um ponto referencial dos argumentos e questões que afligiam a classe política no poder da época. Integrante do Gabinete da Conciliação de 1853, o liberal Silva Paranhos tinha relações e era próximo de Honório Hermeto Carneiro Leão, o que significava que “comungava” das ações políticas de civilização e ordem do espírito conservador³³³. Constituindo-se num dos grandes estadistas do Império, teve na sua juventude uma experiência com a área militar, pois se matriculou no ano de 1836 na Academia de Marinha, objetivando cursar o ensino das

³³⁰ HUNTINGTON, 1996, p. 52.

³³¹ LEWIS, 1965, pp.99-112

³³² Nascido em 16 de Março de 1819 na Bahia, foi um dos maiores estadistas imperiais. Formado pela Academia de Marinha e Militar, considerado major honorário do Exército, conseguiu alcançar os maiores postos do Império sendo Senador e Conselheiro do Estado. Recebeu inúmeros títulos e honrarias. E, apesar de ser do ligado aos liberais nos anos da maioridade se tornou um grande aliado de Honório Hermeto Carneiro Leão e de outros líderes conservadores.

³³³ A respeito da ligação de Paranhos com Honório Hermeto Carneiro Leão cf.. Cf. MELLO, Fernando Figueira de (org.). *O Visconde do Rio Branco: entre a biografia estabelecida e a reconstrução da biografia*. Rio de Janeiro : chdd ; Brasília : FUNAG, 2005. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0308.pdf> . ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão e Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. FFLCH.

ciências e administração, e depois passou a frequentar as aulas de matemática da Escola Militar com objetivo de complementar o curso da Marinha. Mais tarde, ocupou cargo de professor substituto nas duas instituições, inclusive se tornando diretor da Academia Militar quando esta foi reorganizada em Escola Central.³³⁴ Permaneceu à frente do Ministério da Marinha entre dezembro de 1853 e junho de 1855 e ali proferiu argumentos alinhados a uma noção reformista que incorporou o próprio projeto de Estado de organização das forças armadas e suas experiências como professor e aluno de ambas as instituições de ensino militar da Corte.³³⁵

No seu discurso, Paranhos proclama a Câmara dos Deputados à necessidade de se debruçar sobre o único estabelecimento de instrução marítima do Império, ressaltando que o destino dele reflete diretamente na existência e prosperidade da Marinha de Guerra.³³⁶ Resgata, portanto, o movimento reformista iniciado em 1839, exaltando a capacidade de Rodrigues Torres em assimilar as necessidades cotidianas e implementar as primeiras mudanças. Sobre a Reforma de 1839, revela que “a instrução prática e a educação militar dos jovens aspirantes ao Corpo de Oficiais da Armada adquiriram em princípio o legítimo apreço e importância que devem ter, posto que na aplicação não recebessem o efetivo e sólido desenvolvimento.”³³⁷ Nesse sentido as discussões reformistas deveriam agir na direção de completar o quadro iniciado ainda em 1839, perpassando de vez as bases sólidas da instrução naval. Mais uma vez dois exemplos se colocam como norteadores de um processo bem sucedido de aparato militar naval: a Escola Naval da França e a instrução marítima da Inglaterra. Duas Nações civilizadas que ocupavam o lugar de propagadores de modelos e valores a serem apropriados pelos discursos políticos da classe dirigente do Estado. Para o Visconde de Rio Branco nossa academia naval se encontrava em meio aos dois sistemas de instrução, não aproveitando os benefícios que os sistemas geravam em cada situação. Apurada

³³⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 50.

³³⁵ A respeito da importância da Marinha e do jornalismo na trajetória política de Paranhos cf.. FONSECA, Brenda Coelho. *TRAJETÓRIA E ASCENSÃO SOCIAL DE JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS: o jornalismo como estratégia (1850-1851)*. Disponível em:

http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/13.pdf. Citando José Murilo de Carvalho, a autora corrobora com a idéia de que “ao falar dos caminhos para entrar no clube da política durante o Império, aponta o Ministério da Marinha como uma forma de treinamento para outros Ministérios. FONSECA, op. cit., p. 11.

³³⁶ Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & L. Navarro, 1854, p. 15. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³³⁷ Idem. p.15.

a questão, estabelece que nosso ensino devesse ser pautado mais ao da Escola Naval Francesa, pelo simples fato que não se tinha condições materiais suficientes para se instalar o sistema inglês, que necessitava de muitos navios e instrumentos, além de um fator de aproximação da sociedade com os meios marítimos.

Na fala do então ministro da marinha, pela primeira vez neste longo processo que visava reformas na instrução naval, apareceu um partidário da corrente francesa de ensino. Reconhecia os benefícios trazidos pela prática naval contínua aplicada nos navios ingleses, mas enxergava a distância que se encontrava da formulação daquele sistema o Império do Brasil. Entretanto, tal posição se explicava mais pela realidade brasileira e a falta de recursos, pois seus argumentos se aproximavam muito das proposições iniciadas com Rodrigues Torres e seus sucessores militares. O Visconde de Rio Branco passou a discutir outras questões que interfeririam na escolha da orientação educacional acadêmica, preocupações essas que existiam devido ao contexto de meados Oitocentistas que incluíam não só a direção educacional, mas os meios de ingresso e as formas que deveriam ser inseridos no aparato militar.

Sobre o ingresso na Academia ressaltava que existia uma falta de pessoal preparado, pois além de exigir pouco conhecimento das noções aritméticas e língua, muitos entravam com apenas 12 anos de idade. A pouca idade atrapalhava a escolha de bons candidatos, pois a maioria não tinha percepção moral e vocacional para se escolher a profissão ligada ao mar. As inconveniências trazidas pela rotina a bordo sempre rondaram as preocupações das lideranças políticas, pois existe um pensamento de época que para a vida no mar exigia certas especificidades humanas e técnicas para a navegação.

Sobre o currículo acadêmico estabelece a necessidade de uma reformulação completa inserindo novas disciplinas e retirando excessos. Para o Visconde Rio Branco

“o ensino de Análise poderia ser em grande parte suprimido e o da Mecânica deve ser restringido e tornado menos abstrato. A Física sob o ponto de vista de suas aplicações a Astronomia, a Meteorologia e as máquinas a vapor acusa ser uma das lacunas mais notáveis do plano atual de estudos. A Hidrografia está na mesma situação. O ensino de Aparelho deve ser

ampliado em ordem de constituir um curso de Manobras e de Elementos da Tática Naval.”³³⁸

Na nossa compreensão, tal passagem explicitou a proximidade e o entendimento do Ministro Silva Paranhos sobre a instrução e rotina aventada na Academia de Marinha, pois era parte da Congregação de Lentes de ambas Academias Militares, e que apesar de ainda persistir uma necessidade de se afirmar com mais clareza a direção teórica ou prática para o estudo da oficialidade, novos problemas como a utilização de compêndios, a rotina e os valores militares passados são incorporados na discussão da Reforma. As abordagens amplas que procurou atingir esse ressaltavam um contexto militar em plena disputa, tendo em vista que ainda não existiam divisões claras entre a esfera civil e militar, problemas de implantação da prática e problemas de instituição de um conceito militar ligado a um grau de racionalização e disciplinarização da carreira.³³⁹ O processo de construção de uma profissionalização e identidade militar ainda estava engatinhando nos quadros políticos do país, mas as tendências reformistas já apareciam como fatores importantes de modificação da realidade aristocrática militar.

Um dos pontos centrais dessa segunda onda reformista, e que incorporava na discussão esse panorama de mudanças para a institucionalização de um aparato militar mais moderno e independente da face civil e aristocrática da sociedade, baseava-se na necessidade de se criar um regime de internato para os aspirantes ao Corpo da Armada. Jehovah Motta aponta que a necessidade de se instalar um sistema de internato surge a partir da década de 1850 com objetivos claros de profissionalização e ampliação da disciplina militar. A introdução do regime de internato proporcionaria aos indivíduos candidatos ao quadro da oficialidade militar padrões rígidos de convivência, disciplina e hierarquia possibilitando assim o afastamento de questões civis e aproximação identitária com companheiros do quartel³⁴⁰. Segundo Celso Castro, o aspecto do internato gera uma intensa socialização militar entre os indivíduos que adentram as forças armadas, ao recorrer a esse isolamento com uma rotina diária de exercícios, paradas, formaturas, ou seja, regras disciplinares acaba-se por estabelecer uma autonomia do corpo militar em relação ao comportamento e os ideais da vida

³³⁸ Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Maria da Silva Paranhos ..., op. cit., p. 16. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³³⁹ SOUZA, 1999, p. 158.

³⁴⁰ MOTTA, 1998, p.105.

civil. Constrói-se nesse sentido um corpo autônomo que cria certos valores morais, um linguajar próprio e uma determinada conduta aceita internamente a instituição.³⁴¹ Óbvio, que no século XIX esse fator ainda era obscuro e lento na formação dos militares, mas já apontava para a construção de um grupo militar diferenciado dos tempos antigos.

O encaminhamento desta discussão passava também pela decisão se poderiam existir alunos civis e militares no mesmo ambiente. Para o Ministro Silva Paranhos, “o aquartelamento e internato me parece indispensável para educação militar e para marcha regular do ensino teórico e prático. O internato tem inconvenientes, mas também tem vantagens.”³⁴² O internato traria maior experiência e regularidade nos estudos oferecendo aos aspirantes a Guarda-Marinha uma maior compreensão da função militar e das aptidões do exercício profissional. Para o futuro Visconde de Rio Branco ficava nítido que ao se atingir todas as questões e reformá-las, seria possível uma aproximação com o sistema inglês, tornando nítida a opinião de que o sistema inglês seria melhor opção para a Marinha de Guerra, mas devido ao estado atual o mais rápido seria apostar em um sistema educacional próximo ao francês, que enfatiza a teoria com pequenos momentos de instrução marítima prática.

Como maior representante da segunda onda reformista Paranhos retornou ao Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha em maio de 1856³⁴³, com propostas mais concretas para uma reforma na Academia de Marinha autorizada pela Lei nº 862 de 30 de Julho 1856.³⁴⁴ Importante ressaltar que seu antecessor João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe³⁴⁵, também colocava as mesmas preposições e opiniões reformistas acerca da

³⁴¹ CASTRO, 2004, p. 34

³⁴² Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & L. Navarro, 1854, p. 17. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³⁴³ No gabinete da Conciliação, Paranhos, antes de retornar ao Ministério da Marinha em 1856, tinha ido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1855, substituindo Antonio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté. Ele acumulou os dois ministérios no período de 8/10/1856 a 4/05/1857, no gabinete liderado por Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (na época era Marques de Caxias).

³⁴⁴ A lei era direcionada a fixação das forças terrestres para ano financeiro de 1857-58. No Art.º 5, parágrafo 3 se esta estabelece que fica o Governo autorizado a : “Reformar o regulamento da Escola de Aplicação e do curso de Cavalaria e Infantaria do Rio Grande do Sul. E os Estatutos da Escola Militar e Escola de Marinha”. Brasil. Coleção de Leis do Império. 1856, p. 20. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1856-07-30:862>

³⁴⁵ Nascido em 23 de Outubro de 1815 na província da Bahia. Foi um dos ilustres do Império do Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, foi deputado provincial, deputado geral e senador e conselheiro do Império. Assumiu diversos cargos de status na sociedade e recebeu inúmeros títulos e honrarias. Parte do Gabinete de 23 de Setembro de 1853 no cargo de ministro da Marinha, permanecendo a frente da pasta por um

Academia dos Guardas-Marinha defendidas inicialmente por Paranhos. Para o Barão de Cotegipe o estado da Academia era deplorável, pois “a instrução teórica é deficiente; a prática quase nula.”³⁴⁶ As tentativas reformistas eram pequenas e as necessidades de alinhar a Academia aos novos modelos militares eram grandes, para ele apoiado nas opiniões dos Lentes da Academia, os estudos teóricos absorveram as tentativas de aplicação de um ensino prático aos estudos da oficialidade. Para o Barão de Cotegipe o legislativo deveria reformar ou autorizar a reforma pelo Executivo, e nela deveria conter

“A reforma deverá acompanhar: 1º a mudança da Academia para lugar apropriado, em que há cômodos necessários para as aulas, alojamentos do Diretor, dos empregados, dos alunos com devidas separações, haja espaço para colocação de um gabinete de física e química, de uma livraria para uso dos alunos, de instrumentos astronômicos e náuticos e de uma pequena máquina a vapor, que funcione nas ocasiões precisas. 2º o aumento de pessoal dos Lentes, dando-se ordenados correspondentes ao seu trabalho e categoria, marcando-se condições de admissão, hoje dependentes do mero arbítrio do Governo; designando-se as atribuições que lhe devem competir na direção e programa de estudos e 3º a revisão dos regulamentos disciplinares entre outros.”³⁴⁷

Está claro que as intenções desta segunda onda reformista eram mais amplas do que as que aconteceram na primeira, pois o contexto do retorno da discussão abarcou a consolidação de novas fronteiras na ação militar com a incorporação de métodos mais técnicos para operação do maquinário a vapor, da artilharia e navegação. Além disso, foi preciso encaixar este profissional técnico alinhado aos novos pensamentos científicos a uma sociedade hierarquizada em padrões novos e antigos. A defesa da reforma pareceu ser um projeto naval do Executivo e de cunho conservador, sendo os Ministros os defensores neste momento devido ao sistema político consolidado e vencedor.

A defesa do Visconde de Rio Branco englobou as opiniões do Barão de Cotegipe e de toda evolução do processo de modificações na estrutura do ensino naval iniciadas sob a tutela de Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. Reconhecendo as faltas e os pensamentos circundantes no cenário militar devido às experiências cultivadas a frente do magistério e

ano. Aliado aos ideais do Partido Conservador exaltou muito a importância de reformas no ensino naval que indicasse a base teórica e prática e congregasse os valores militares. Cf.: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 1.

³⁴⁶ Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha João Mauricio Wanderley. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & L. Navarro, 1855, p. 2. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³⁴⁷ Idem

negócios da Marinha, o Visconde de Rio Branco ressaltava que “convém exigir dos nossos Oficiais mais conhecimentos literários, restringir certos estudos científicos de pouca aplicação na prática, e acrescentar outros que são indispensáveis.”³⁴⁸ Sobre a direção teórica e prática declara a necessidade se estabelecer um equilíbrio entre ambos, dizendo que a pendência para um ou outro lado acarretaria uma deficiência de conteúdo e experiência cada vez mais necessárias para lidar com as novas tecnológicas navais e tática de guerra marítima.

No entendimento de Paranhos se fazia primordial a criação de ensino primário e secundário em Colégios Navais espalhados pela Costa brasileira, com intuito único de melhorar o nível dos futuros candidatos a vida no mar e ao posto naval. Assim como realizado no Exército, a reforma deveria inserir por completo a Escola de Marinha em uma organização essencialmente militar. Nesse sentido o internato aparece como solução máxima para se colher os brios do ensino militar profissional. Foi nesse argumento que o Ministro resgatou a idéia da Reforma de 1839 ao dizer que “o verdadeiro quartel do aspirante à Oficial de Marinha é o próprio navio a qual ele é destinado”.³⁴⁹

Tal afirmação aproxima esta onda reformista com a primeira iniciada na década de 1830, reforçando que as mudanças dos estatutos e entendimentos do ensino militar naval faziam parte de um longo processo gestado em paralelo à própria consolidação e apropriação das forças armadas pelo Estado Imperial e às discussões correntes sobre o aparato militar no novo contexto político social trazido pela modernidade, pelo Liberalismo e Capitalismo. Ao reconhecer a reforma de 1839 resgata-se a imagem de uma função do Oficial naval ligado aos procedimentos técnicos e subordinados a um esquema de hierarquia e disciplina.

Até o momento percorremos um longo caminho de discursos e ações que culminaram na reforma de 1º de Maio de 1858, consolidação máxima de um novo ensino militar naval para o Império e rompimentos com os Estatutos de 1796 e toda uma herança portuguesa na formação dos Oficiais da Armada Imperial.

³⁴⁸ Brasil. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & L. Navarro, 1857. p. 7. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

³⁴⁹ Idem., p. 7. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

Narramos até aqui os pensamentos que circulavam entre o Poder Executivo e seus agentes, os Ministros, e conta-se que a partir de década de 1830 até o ano de 1858 existiu um movimento reformista direcionado a Academia de Marinha. O discurso reformista possuía em sua base questões que se referiam à base educacional, à profissionalização técnica do oficialiato naval e quesitos básicos da instituição, que até então se pretendia militar, como a hierarquia e a disciplina. Através das posições tomadas pelos ministros e o contexto histórico que se inseria o discurso proferido na Assembleia Geral, percebemos que existiram momentos específicos onde o tema militar ganhou maior importância e ação efetiva onde se destaca dois grandes marcos: um na década de 1830 e outro na década de 1850. As propostas apresentadas estiveram associadas não só aos círculos dos homens políticos, mas também aos círculos militares que ainda estavam muito ligados por uma noção militar aristocrática. Podemos ver que a maioria dos Ministros da Marinha que estiveram a frente de discursos mais reveladores tiveram alguma aproximação ou experiência com o campo militar, seja através de sua formação nesses ambientes ou ocupando cargos no Magistério, aqui se cita como dois grandes exemplos o Ministro Joaquim José Rodrigues Torres e o Ministro José Maria da Silva Paranhos.

As considerações reformistas apontavam sempre para construção de uma estrutura naval cada vez mais profissional, hierarquizada e disciplinada, inserindo não só as inovações da função militar do mundo ocidental como também a evolução do pensamento conservador do Estado Imperial que se consolidava. Importante notar como as necessidades e obstáculos encontrados ao ensino militar foram se complexificando, e sendo cada vez mais inseridos e subordinados ao próprio Estado Nacional dirigido pelos preceitos saquaremas. Tanto a primeira onda reformista como a segunda se afirmaram em momentos onde existia uma forte direção conservadora a frente do Gabinete Ministerial, a saber, a primeira onda foi consolidada no auge do movimento regressista e a segunda onda reformadora retornou a questões sobre a Academia dos Guardas-Marinha em um momento da volta de Araújo Lima na Presidência do Conselho de Ministros a partir de 1848. Tal movimento expressa uma idéia de que as reformas militares foram centrais para a configuração de sociedade e Estado requeridos pela Boa Sociedade e o projeto saquarema.

Antes de realmente concluir e esmiuçar a reforma ocorrida em 1858 faz-se necessário olhar a instância legislativa do Império, responsável por instituir e aprovar as

reformas no âmbito da lei. As formas que esse projeto apresentado pelos Ministros da Marinha circulava pelas sessões da Câmara dos Deputados será tema central de nosso próximo tópico.

2.3 A Academia dos Guardas-Marinha vista pela Câmara dos Deputados.

O poder legislativo do Império do Brasil encarregava-se em fixar as forças militares para o ano e também de criar atos para melhorar a rotina administrativa, de pessoal e orçamentária, como já apontados no capítulo anterior. Como representantes da Nação, deputados e senadores, construíram este espaço de discussão de grandes acontecimentos políticos e econômicos do país e também apresentavam os principais argumentos defendidos entre opositores. Especificamente para área militar era aqui anualmente que o Ministro, da Marinha ou da Guerra, proferia seu discurso anual sobre estado de suas repartições esperando ecoar as propostas e também as leis e autorizações para seus pedidos.

A proposta deste trabalho aqui se concentrará na análise nos discursos dos deputados que ocuparam a Assembleia, por concluir que ali se apresentaram a maioria das discussões sobre a fixação das forças de mar que geraram leis anuais e também por conferir que as mudanças vindas do Senado nestas leis orçamentárias e administrativas não influenciavam o corpo do texto antes já definido pela Câmara dos Deputados.³⁵⁰ A maioria dos assuntos militares ficava restrita ao momento de discussão da fixação das forças, que de fato era um instrumento de controle sobre pessoal, autorização de reformas e também de regularização dos atos administrativos. Entretanto, era comum e de praxe utilizar a discussão destinada às instituições militares como palanques para se discutir, opinar e atacar questões gerais sobre a política, partidos, oposição ao governo entre outros. Como aponta o deputado João Paula Batista, bacharel em direito e deputado geral do partido conservador em 1853, ao defender sua fala no plenário “visto ser congruente com os estilos parlamentares, e segundo penso, de conveniência pública o falar-se da política geral nas discussões das leis de fixações das forças e nos orçamentos.”³⁵¹

³⁵⁰ A formalidade geral em relação a lei de fixação das forças de mar era apresentação de uma proposta pelo Ministro da Marinha, que era debatida artigo a artigo pelos deputados. Aprovada Lei de fixação das forças de mar ela era remetida ao Senado, que logo fazia voltar a Câmara dos Deputados com pequenas alterações. E Então tal lei seguia para publicação e entrava em vigor.

³⁵¹ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de Junho de 1853, p. 304. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

Esta conduta gerou uma grande quantidade de debates ao longo dos anos que por muitas vezes não se aproximava de problemas específicos da Marinha, uma das grandes dificuldades encontradas ao trabalhar com os anais da Câmara dos Deputados foi compreender e delinear um espaço discursivo comum em determinado contexto político e que de fato se direcionava a questão naval³⁵². Por isso, utilizar-se-á a mesma metodologia encontrada na análise da documentação ministerial de procurar ao longo do processo uma temporalidade que condiz com aspectos discursivos em comum que apontam certa tendência reformista e que também revelam o cenário de ideias refrentes aos assuntos militares, navais e educacionais para oficialidade.

Nos anais da Câmara dos Deputados referentes à Academia de Marinha se encontram discussões mais abrangentes e longas em dois momentos: um primeiro circunscrito a transferência da Academia para bordo da Nau Pedro II, no ano de 1839; e outro momento que compreende a década de 1850 e que culminou na autorização para uma reforma completa nos estatutos navais em 1856. Já se pode adiantar que tais discussões foram reflexos diretos dos atos reformistas levantados pelos Ministros da Marinha em seus relatórios e também espaço para um delineamento da função da Marinha do Império.

Na década de 1830, a Academia de Marinha apareceu como tópico a ser debatido na câmara dos deputados duas vezes. Na primeira vez em 1833, os deputados se debruçaram sobre a união da Academia de Marinha e da Militar, no ano anterior, chegando a conclusão da inutilidade do processo.³⁵³ Como tal ato foi logo depois revertido e também não faz parte do foco central deste trabalho, por entender que se deve analisar esta união como parte de peculiaridade devido aos anos iniciais do período regencial, passa-se aqui a analisar com maior rigor o segundo momento de discussão sobre a Academia de Marinha situada após a transferência do ensino para bordo da Nau Pedro II.

O ato que modificou a sede da Academia de Marinha foi realizado no dia 31 de Janeiro de 1839 pelo então ministro Rodrigues Torres, uma ação direta do Executivo que se baseou na autorização para reforma dada pelo poder Legislativo em 15 de Novembro de

³⁵² Segundo Luiz Fernando Saraiva, um dos grandes problemas sobre os atos dos poderes Executivo e Legislativo estava na “interpolação dos poderes e sobreposição dos mesmos”. Cf. SARAIVA, Luiz Fernando e SILVA, Lilian França da. Os Atos do Poder Legislativo no Império Brasileiro (1826-1889). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v3n1a12011.pdf>

³⁵³ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de maio de 1833. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

1831.³⁵⁴ Esta transformação partiu do então “Ministério das Capacidades” de 19 de Setembro de 1837, reconhecido historiograficamente como regressista, e como já destacado, implantou uma série de mudanças na direção estatal consolidando um projeto político conservador baseado na propriedade e na escravidão. Nesta mesma direção encontravam-se as novas orientações e projetos para as forças repressivas do Império que em graus variados associaram estas instituições aos interesses do Estado Nação consolidado.³⁵⁵

A discussão em torno do ato da transferência da Academia de Marinha ganhou determinados argumentos que serviram também como forma de ataque político direto ao Ministério regressista. Entre as principais personalidades que ocuparam lugar de destaque encontravam-se fiéis partidários da postura liberal e também futuros entusiastas da campanha da Maioridade, como Teófilo Benedito Ottoni, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Francisco Jê Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) e Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté).³⁵⁶ Todos fizeram oposição à reforma empreendida em 1839 e utilizaram como diversos argumentos como a ilegalidade do Poder Executivo, o Estado físico da Nau e o aumento das despesas para desqualificar a ação.

³⁵⁴ Brasil. Lei de 15 de Novembro de 1831. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html

³⁵⁵ Esse mesmo momento reformista trazido pelo Regresso também possibilitou uma série de transformações das outras instituições reguladoras da sociedade como a Polícia, o Exército e a Guarda Nacional. Todas as ações estavam voltadas em atribuir novas formas e normas que direcionassem tais instituições em um projeto político da ordem. Cf.: NEDER, Gislene; NARO, Nancy & SILVA, José Luiz Wernerck. A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930). Rio de Janeiro: Ed. PUC, 1981. BRANDÃO, Berenice Cavalcante; MATTOS, Ilmar Rohloff & CARVALHO, Maria Alice Rezende. A Polícia e a força policial no Rio de Janeiro. CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

³⁵⁶ Maiores representantes da oposição a reforma de 1839: Teófilo Benedito Ottoni nascido em 1807 na região das Minas Gerais, um dos grande líderes liberais do período foi deputado geral e senador do Império. Iniciou sua formação na Academia de Marinha, desistindo da área militar. Participante das revoltas liberais de 1842. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, um dos irmãos Andradas, nasceu em 1773 em Santos. Teve sua formação em matemáticas e Direito na Universidade de Coimbra. Participou ativamente dos episódios da independência do Brasil, foi defensor das crenças liberais na Constituição de 1824. Ressurgiu no cenário político nas regências e também participou ativamente da campanha liberal pela Maioridade. Francisco Jê Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) nascido em 1794 na Bahia, Montezuma foi uma grande personalidade do “partido brasileiro” na independência do Brasil. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi um liberal exaltado e juntamente com irmãos Andradas participou ativamente das lutas dos liberais durante a Regência, após abandonar as ideias de restauração do trono por D. Pedro I. Ocupou diversos cargos políticos no Império do Brasil, sempre defendendo seus ideais liberais. Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) nascido em 1798 em Lisboa. Foi um defensor do liberalismo em momentos cruciais como a Abdicação, Regência e Maioridade. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, teve grande participação política. Cf.: LYRA, Tavares. *Instituições políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

O discurso de Teófilo Ottoni³⁵⁷, no entanto, foi bastante representativo por unir os principais argumentos da oposição. Primeiramente, atinge a reforma se utilizando do argumento da ilegalidade, pois então já ex-ministro Rodrigues Torres teria usurpado o poder do legislativo ao se utilizar de uma autorização caduca, e afirmou que

“a Lei de 15 de Novembro de 1831 autorizou a reforma da Academia de Marinha e em consequência desta autorização o Sr. Antero José Ferreira Brito fundiu as duas academias em uma, já houve uma segunda reforma sendo o Sr. João Paulo ministro, que, ao meu ver, foi o primeiro que exorbitou a autorização da Lei de 15 de novembro de 1831, e voltou a Academia ao mesmo pé”.³⁵⁸

Ou seja, já haviam utilizado demasiadamente a mesma autorização de reforma e também alegava que o próprio ex-Ministro Marinha tinha conhecimento do impedimento para realização da reforma, pois já havia pedido autorização para fixar o número de alunos no ano anterior, na fala de Teófilo Ottoni “ora, o Sr. Ex. não se julgava autorizado no ano passado para marcar o número de alunos da Academia de Marinha; se veio pedir-nos esta autorização, como depois se julgou autorizado a consignar na reforma, como permanente, esta disposição?”.³⁵⁹ Estava claro para Ottoni que “ a administração de 19 de Setembro violou a lei, excedeu seus poderes, invadiu o poder legislativo quando reformou a academia dos guardas-marinhas, quando alterou seus estatutos.”³⁶⁰

O argumento da ilegalidade abriu quase todos os discursos que se posicionaram contra a reforma empreendida na Academia, como corrobora o discurso do deputado Francisco Jê Acaiaba Montezuma

“quanto à remoção da Academia, eu ainda a julgo ilegal, porque quaisquer que fossem as palavras da lei a respeito da reforma, eu julgava que enquanto esta reforma não fosse adotada ou rejeitada pelo corpo legislativo, o governo deveria ser prudente.”³⁶¹

A questão envolvendo a reforma perpassava o próprio contexto vivido pelos nobres deputados e ministros, às vésperas da Maioridade, revelando ainda uma luta por maior poder

³⁵⁷ A respeito do discurso político liberal de Teófilo Benedito Otoni cf. ARAUJO. Valdei Lopes. *A Instrumentalização da linguagem*. Disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM07A122008_ainstrumentalizaodalinguagem.pdf

³⁵⁸ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 18 de Julho de 1839, p.242. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁵⁹ Idem, p, 242.

³⁶⁰ Idem, p, 243.

³⁶¹ Idem, p. 312

dentro do jogo do Estado. O poder Executivo fora resgatado pelo movimento regressista e novamente começava a se instalar no topo das decisões governamentais e administrativas. O Legislativo, no entanto, começou a perder no fim do período regencial certa predominância de decisão em algumas questões e ser cada vez mais subordinado ao Executivo. Como aponta Ilmar de Mattos, a vitória do projeto saquarema consolidou uma volta a configuração entre os poderes estabelecendo novamente um retorno de uma hierarquia, onde no topo reinava o Poder Moderador e o Executivo.³⁶² Isso revela que parte da preocupação não estava centrada apenas na reforma e melhoria da Marinha, mas tinha como pano de fundo um jogo político de restabelecimento do equilíbrio entre os poderes do Estado.

As questões referentes a rotina de ensino da Academia de Marinha podem ser agrupadas em quatro eixos: o estado físico da Nau Pedro II, a moralidade dos alunos dentro de um ambiente confinado, aumento das despesas e o prejuízo do ensino teórico. Era reconhecido por todos que a Nau Pedro II não estava completamente aparelhada e também não possuía estado suficiente para grande tempo de autonomia no mar, como também não poderia se ausentar por muito tempo, pois também recebia alunos paisanos. Segundo Montezuma a questão da prática naval foi a última coisa ser considerada pelo Ministro Rodrigues Torres, pois “pelo contexto de seu decreto ele tinha em vista a Nau ficar ancorada no porto, isso se deduz expressamente do art. 13, onde se diz que serão admitidos discípulos externos com tais e tais condições; logo a nau não poderia navegar”.³⁶³ Aliado a isso a oposição também argumenta que a transferência foi descabida já que a Academia de Marinha possuía uma sede muito próxima ao porto do Rio Janeiro, não justificando a sede ser a bordo, pois a parte do ensino prático poderia ser feita em uma navio de guerra e os estudos continuariam no prédio do Mosteiro de São Bento

“Nós tínhamos a nossa academia em um porto do mar, e se o fim era habilitar os alunos com a instrução prática, podia-se este conseguir em uma embarcação de guerra, para que tirar a academia para imitar a França, e tirar ela da cidade do Rio de Janeiro para pô-la em uma nau estacionária no Rio de Janeiro?”³⁶⁴

³⁶² MATTOS, 2011.

³⁶³ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 23 de Julho de 1839, p. 313. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁶⁴ Idem, p. 312.

Nesse debate se revelou a principal inspiração da reforma que seria um ato realizado pela escola naval francesa, em 1837, quando ocorreu uma mudança de sede para região portuária de Brest e se instalou a bordo de fragatas o ensino naval francês.³⁶⁵ A reforma foi encarada pela oposição como ato imitador e que não levou em consideração as particularidades do Império do Brasil, a principal diferença existente em ambos os processos circulavam no fato da abundância de instituições científicas e de escolas marítimas que permitiram a ousadia francesa em realizar tal experiência, por já consolidarem uma base escolar de peso para a futura oficialidade; enquanto no Brasil existiam poucas instituições científicas e que passar uma das poucas existentes afetaria em muito a realidade da educação no Império.

“na França não havia uma só escola para instrução das matérias ensinadas na Academia de Marinha, havia acima de quarenta; entretanto no Brasil apenas existia esta; nela iam receber a competente instrução aqueles que se destinam a profissão da pilotagem, hoje lhe é quase impossível [...]. Eis aqui demonstrado que a remoção não é só inútil como perniciosa”³⁶⁶

O esclarecimento desta aproximação com reformas e modelos do sistema naval francês corrobora com a ideia já discutida da importância dos exemplos militares da Europa no processo de consolidação do ensino naval brasileiro. Todavia, também reforça a opinião já compartilhada de que apesar de haver nos discursos ministeriais uma oposição entre o ensino prático do sistema inglês e o teórico do sistema francês, na verdade, a construção discursiva se calcava em um tipo idealizado construído devido certas tradições destes países. Na prática, tanto a Marinha Francesa como a Marinha Inglesa possuíam aspectos teóricos e práticos em seus sistemas educacionais e influenciaram significativamente a Academia de Marinha, fato que a reforma considerada com uma guinada mais ligada ao ensino prático estava associada ao ensino naval francês, e não a Inglaterra como era de se esperar.

Sobre as questões de ensino para oficialidade no limiar entre a prática e a teoria, os opositoristas a reforma se centraram nas possíveis dificuldades encontradas pelos alunos em realizar os estudos em ambiente inadequado como era um navio da época. Como argumenta o deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva

³⁶⁵ SOLEY, 1880, p. 30

³⁶⁶ Idem, p. 312

“os primeiros anos os guardas-marinhas tem de estudar, tem que se ocupar no estudo das ciências abstratas, de ciências chamadas exatas que pedem reflexão e atenção apurada, e como dar-se esta atenção apurada? Como dar-se esta reflexão em uma nau com 16 moços, com uma ou duas velas que mal os iluminam, estudam conjuntamente? Não é possível.”³⁶⁷

Teófilo Ottoni também ataca as impossibilidades do estudo a bordo utilizando a mesma linha argumentativa,

“não bem compreender como os alunos da academia, segundo dispõe o regulamento, podem estudar matemáticas fechados nas suas salas de aula, como atualmente se pratica. Consta-me que colocam todos os alunos das aulas do 1º, 2º e 3º ano a fim de estudarem as lições; ora, não compreendo como se possa entrar no espírito de uma demonstração geométrica, como se possa fazer um cálculo algébrico ou geométrico com uma reunião de 10 a 30 rapazes todos em comum em uma mesma sala”.³⁶⁸

E ainda ressalta a fragilidade do ensino prático já que a nau não havia sido preparada e também não era a única opção para realizar melhorias ao ensino prático. Segundo Teófilo Ottoni,

“o Sr. Ex. ministro marinha nos fez ver que pretendia dar boas providências para que este estabelecimento prestasse bons resultados pelo lado da artilharia, da tática naval e manobra, ou armando a nau ou estabelecendo junto dela um pequeno brigue aparelhado. Já meu nobre colega mostrou a S. Ex. que este resultado podia obter independente da transferência da academia para nau, e em um dos ministérios anteriores um brigue foi colocado ao lado do arsenal, no qual os estudantes em certos dias iam tomar lições de aparelhos e me manobra; [...]. A transferência da academia de marinha para bordo é excessivamente dispendiosa”³⁶⁹

O grupo opositor em relação ao ensino a bordo da Nau Pedro II centrava-se na ideia de que os estudos da oficialidade naval deveriam ter ambas as direções existentes, a teoria baseada nas artes exatas e a prática no lide com as noções de manobra e tática em um navio, entretanto acreditavam que tal reforma empreendida não conseguiu atingir tal objetivo, pois não privilegiou nenhum dos dois sentidos, pois na estabeleceu condições precisas e reais para funcionamento de uma parte intelectual a bordo e nem um aparelhagem suficiente para

³⁶⁷ Brasil. Anais da Câmara de Deputados sessão de 19 de Julho de 1839, p. 275. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁶⁸ Idem, p. 243

³⁶⁹ Idem, p. 243

realizar o suspender e exercícios em alto mar. No geral, a opinião sobre a educação naval dos guardas-marinha se baseou no entendimento “primeiramente entram os estudos propriamente científicos ou teóricos, depois os estudos práticos: os estudos práticos podem e devem ser dados no mar; mas o conhecimento da geometria e do cálculo sejam melhor ensinados na nau, poderei mostrar que não.”³⁷⁰

Por último restou o argumento orçamentário desta mudança da Academia para a bordo de um navio, todos os opositoristas ao projeto realizado colocavam como grande empecilho o aumento efetivo das despesas com a Academia de Marinha, se mantivessem tal instituição na nau. Para Ottoni a presença da nau representaria uma maior despesa na manutenção do material e também aumento no número da tripulação, o que acarretaria inchaço na folha de pagamento.³⁷¹

Atacado em todos os sentidos pelos deputados opositoristas, na defesa da reforma instituída em 1839, o então deputado Rodrigues Torres, ex-ministro da Marinha e executor da medida, se utilizou do espaço legislativo para reafirmar suas convicções acerca da Marinha e do ensino da Oficialidade. Alegava que o ato não foi ilegal e não ultrapassou os limites das atribuições do poder legislativo, pois se calcava em leis lançadas ainda na primeira década de 1830 que estabeleciam a permanência de dispositivos de antigas fixações das forças de mar, entre elas a reforma da Academia de Marinha. Sobre a acusação de imitação do ato da Marinha Francesa que colocara também sua escola naval a bordo defende-se

“Não se persuadam jamais os Srs. Deputados que os meus atos são filhos e invenções minhas: não pretendo patente invenção. Trato de estudar o que se pratica em outras nações, e se acho vantajoso, procuro se posso acomodar às circunstancias do nosso país; e não me contento com a minha opinião, procuro sempre informações de pessoas que julgo mais competentes do que eu nestas matérias. Assim, a reforma da academia, consultei a vários oficiais gerais, de cuja capacidade e inteligência eu estava certo; e foi somente quando tive o apoio destes ilustres gerais, que me decidi a tomar uma providencia semelhante.”³⁷²

A proximidade com os meios militares na decisão para reforma apontada também reforça a já consolidada ideia de que havia uma representatividade da opinião militar em

³⁷⁰ Idem, p. 275.

³⁷¹ Idem, p. 273.

³⁷² Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 18 de Julho de 1839, p. 248. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

meios políticos, e atingiam diretamente possíveis projetos para área. Também a influência e as notícias referentes ao mundo militar ocidental teriam transito livre entre as nações, permitindo uma aproximação das experiências e uma circularidade de princípios militares ideais que consolidavam uma nova visão da carreira mais profissionalizada e absorvida pelo teatro estatal oitocentista. Como aponta Huntington, a gestação da oficialidade como servidora técnica da violência e da guerra para o Estado era um tipo ideal perseguido pelas nações do século XIX que devido às peculiaridades do processo se aproximam mais ou menos da profissionalização, hierarquização e disciplina do novo modelo militar.³⁷³

Sobre a moralidade dos alunos e o prejuízo do ensino teórico avaliou que as condições de um navio acabavam por exaltar uma postura mais rigorosa no corpo de alunos e com isso seria mais fácil realizar uma rotina de estudos e alimentar as exigências de comportamento necessárias para vida militar naval. Segundo Rodrigues Torres,

“não sei como eles não possam estudar as suas lições (a bordo da Nau). Eu mesmo estudei um pouco de matemática, e acho muito praticável que dois, três ou quatro alunos ou mesmos mais alguns, estudem suas lições estando na mesma sala. Não creio que o número chega a 20, pois são 60 alunos e havendo 6 salas, dividindo eles por seis, dá no quociente 10. Mas ainda que 20 estivessem em sala, tendo cada um espaço necessário para ter assento junto com uma mesa para tomar lições, não acho dificuldade em que se apliquem com proveito. Acho mesmo que a bordo terão mais facilidade de estudar do que em terra, porque aqui há muitas distrações.”³⁷⁴

A conversa por aqui em relação à Academia de Marinha ficou restrita ao ato praticado pelo Executivo na figura no ministro da Marinha. Os argumentos apresentados aparentavam um rol de conhecimentos acerca da reforma e das ideais de ensino naval circulantes, todavia não foi algo aprofundado e muito menos uma luta por diretrizes diferenciadas sobre a Academia de Marinha. Os argumentos ficaram em torno do reconhecimento que a reforma foi um ataque usurpador do poder legislativo pelo então Ministério regressista e demonstravam a insatisfação com os estabelecimentos de varias determinações por parte do governo. Contudo, ainda assim tal processo já começou a delinear os possíveis nichos políticos onde o discurso sobre a Marinha e a Academia dos Guardas-Marinha poderiam estabelecer um longo processo reformista. Os ataques partiram em sua

³⁷³ HUNTINGTON, 1996.

³⁷⁴ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 18 de Julho de 1839, p. 250. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

grande maioria da ala Liberal descontente com a restauração conservadora, enquanto a defesa partira de Rodrigues Torres eminente estadista saquarema, principal personagem do Ministério da Marinha nesta primeira onda de reformas.

Aliado a ele encontravam-se o também oficial naval e ex-ministro da Marinha Jacinto de Roque Senna Pereira e Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná). Ambos centraram-se nos argumentos levantados por Rodrigues Torres evidenciando uma postura em comum. Carneiro Leão em seu discurso corrobora com a utilidade da Academia a bordo, e não consegue entender os argumentos que trazem a noção de que a bordo se prejudica o ensino teórico

“o nobre deputado deveria ter mostrado que a bordo se não pode adquirir os conhecimentos teóricos; mas é o que ele de modo nenhum pode demonstrar, porque a pratica das nações que tem a marinha muito respeitável e muito considerável, prova o contrario. Os oficiais de marinha ingleses adquirem no mar os conhecimentos teóricos e práticos: logo não é a aquisição dos conhecimentos teóricos incompatível com a estada a bordo, que de mais oferecem a vantagem de se adquirirem desde tenra idade hábitos e costumes da profissão.”³⁷⁵

Toda a discussão e energia gasta com a transferência da Academia de Marinha para Nau Pedro II não representou nenhuma revisão ou mudança significativa no ato já realizado, o que pode ser indicativo do sinal de força da ação conservadora e militar que patenteou a reforma. O fato é que a Academia permaneceu a bordo por dez anos e somente após este período que os ares reformistas retornaram a inflamar as discussões na Assembleia geral.

A segunda onda discursiva sobre reformas se concentrou entre os anos de 1848 e 1856 e, em certo sentido, foi esparsa na temporalidade e contemplada em meio aos mais diversos assuntos navais que necessitavam de melhoramentos. Diferente do primeiro momento reformista, onde a questão estava em volta nos assuntos políticos do Regresso e da Maioridade, e a definição do papel da Marinha no cenário nacional, neste momento encontrava-se um Império do Brasil consolidado e apaziguado, às vésperas de uma conciliação política.³⁷⁶ A Marinha já se encontrava em um espaço definidos dentro do Estado e com seus principais organismos militares hierarquicamente distribuídos em seu

³⁷⁵ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 18 de Julho de 1839, p. 278. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁷⁶ MACHADO & NEVES, 1999, cap. 3.

organograma naval. As tendências das discussões parlamentares se concentraram em refinar a posição orçamentária da instituição e também encontrar caminhos para melhorias no material e pessoal.

Portanto, o argumento comum de diversos parlamentares era a decadência do material naval em fins da década de 1840, como apresenta o deputado do partido conservador João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe) na sessão legislativa em 1848

“de certos anos a esta parte a nossa armada tem ido em um decréscimo que muito nos deve magoar. Em 1844 tínhamos 48 embarcações armadas, as quais montavam 358 bocas de fogo; em 1845 tínhamos 54 embarcações com 370 bocas de fogo; em 1847 33 com 330 bocas de fogo e em 1848, 33 com 299 fogos! Se nossa Marinha se acha em estado tão lastimável...”³⁷⁷

Esses dados foram reafirmados pelo também deputado conservador João Manuel Pereira da Silva ao afirmar que “desde 1837 até a 1843 o número dos nossos navios de guerra foi crescendo, chegando até 76, mas de 1844 para cá o número de vasos de guerra vai diminuindo”.³⁷⁸ A essa ação predatória do material naval se aliava, segundo deputados, o inchaço do pessoal da Marinha que sem meios e locais para o trabalho acabavam por tornar estacionária a carreira e a profissão naval. A realidade apresentada do estado da instituição militar condizia, ao adentrar na década de 1850, com a necessidade urgente de melhoramentos e reformas. Para o deputado José de Góis Siqueira,

“Ninguém pode contestar a necessidade que tem o Brasil de manter uma força de mar suficiente, mas infelizmente o orador observa que nem todos os ministros que tem sucessivamente ocupado a pasta da Marinha, tem mostrado o mesmo zelo e interesse pela prosperidade da nossa armada, que não só em relação ao pessoal como ao material, parece ao orador que vai na maior decadência. Em relação ao material, porque poucos vasos temos em estado de exercerem as funções respectivas; em relação ao pessoal, porque ele apresenta desproporção extraordinária entre as praças do Estado-Maior e as praças inferiores.”³⁷⁹

Dentro da realidade do pessoal que completava os quadros, a oficialidade despontava novamente como ponto importante na reformulação para superar a decadência naval e

³⁷⁷ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 18 de Junho de 1848, p. 247. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁷⁸ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 9 de Agosto de 1848, p. 98. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁷⁹ . Anais da Câmara dos Deputados sessão de 8 de Agosto de 1848, p. 192. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

aproximar a Marinha Imperial das inovações trazidas pelo vapor, por novos armamentos e navios. A educação e treinamento colocaram-se neste sentido como principal alvo a ser reformulado e discutido, embora outros fatores como pagamentos aos oficiais, a organização de regras para promoção e hierarquização das patentes estavam presentes no arcabouço reformista para oficialidade.

O primeiro a discursar mais longamente sobre os problemas da educação dos guardas-marinha foi o então deputado liberal José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco), um importante ator na defesa de reformas na Academia de Marinha, e futuro ministro da Marinha em duas ocasiões no gabinete da Conciliação (quadro 1). No ano de 1848, dedicou sua fala na fixação das forças de mar e dedicou grande parte a instituição de ensino. A Academia ainda permanecia a bordo da Nau Pedro II, mas já apresentava sinais claros do desgaste desta sede tanto física como pedagogicamente. Já exploramos a proximidade desta personalidade histórica com os quadros militares do Império e por isso sua fala consistiu em observações mais detalhas do ramo do ensino naval. Para Silva Paranhos,

“a academia de marinha não pode mais continuar no estado que se acha. A nação está fazendo uma despesa considerável sem que as vantagens sejam correspondentes. A experiência de 10 anos tem revelado que, como se acha estabelecida a academia a bordo, nem se ganha pelo lado da instrução prática, e muito menos no que se diz respeito ao estudo teórico.”³⁸⁰

A reforma realizada pelo ministro Rodrigues Torres, reconheceu Paranhos, foi de imenso zelo por trazer conhecimentos ligados a teorias de máquinas de vapor, estudo de pólvoras entre outras matérias mais ligadas ao exercício da atividade naval. A experiência fornecida pela escola francesa possibilitou uma maior aproximação com os conteúdos circulantes no âmbito educacional europeu, entretanto assim como a experiência a bordo da Marinha Francesa, a Nau Pedro II apresentava uma crise relacionada ao estado físico do material empregado e orçamentário. A transferência para uma prédio em terra era urgente naquele período, mas só isto não bastava mais para trazer melhoramentos a educação do oficialato “convém acompanhá-la de uma reforma radical no plano de estudos da academia, restringindo-se o estudo de certas matérias e adicionando-se outras.”³⁸¹

³⁸⁰ Idem, p. 197

³⁸¹ Idem, p. 197.

A questão agora não só se baseava na direção da educação, se teórica ou prática, mas na formulação de uma *base científica* para que os oficiais conseguissem alcançar toda compreensão do funcionamento das novas tecnologias navais e de guerra. Matérias agora referentes à física e química passaram a ser primordiais para a construção de um rigor técnico no ensino dos guardas-marinhas. As inovações tecnológicas navais só se consolidaram por completo nos meios militares na segunda metade do século XIX, mas já se apresentavam no cenário ocidental. Como aponta Renato Restier, o século XIX pode ser avaliado como um momento de grande revolução nos meios navais com a introdução do vapor e do ferro, fato que consolidou ainda mais o poderio marítimo das nações e uma escala de equilíbrio entre elas.³⁸² Com um maior desenvolvimento científico sobre os meios de propulsão a vapor, a ampliação de fogo e artilharia acompanhados pelos navios encouraçados trouxeram ao mundo ocidental um novo tipo de guerra, e com isso as exigências de um novo tipo de militar. No Brasil Imperial estas inovações alcançaram maior destaque em fins da década de 1840 e 1850, proporcionando uma aproximação através da tecnologia estrangeira, modificando assim o cenário naval comercial e bélico.³⁸³

A formação argumentativa dos deputados demonstrava uma maior preocupação não apenas com o estudo, mas sim com o quadro do oficialato no sentido de garantir uma regulação maior da carreira. Segundo Ministro da Marinha Joaquim Antão Fernandes Leão, (quadro 1) era necessário se debruçar melhor sobre a questão da promoção dos oficiais militares, tanto do Exército quanto da Armada, garantindo a construção de linear evolutivo de patentes e soldos, o que garantiria dentro dos corpos de oficiais uma hierarquia quantitativa, onde se “pressupõe a possibilidade de ascensão para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições.”³⁸⁴ A implantação desse sistema foi um processo ainda demorado dentro das forças armadas, contudo já apresentava sinais desde meados do Século XIX. A forma de se estabelecer também uma regulação da carreira passava pelo acesso, no controle do número da entrada de aspirantes a guardas-marinha, e que deveria ser feito pelo aumento na exigência do preparatório e das condições para entrada, apontando

³⁸² RESTIER, Renato. *Antítese da Civilidade: poder naval, pensamento político e guerra (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2013, p. 101

³⁸³ Idem, p. 118

³⁸⁴ Castro, 2004, p. 27

que apesar de ainda existir oficiais estrangeiros nos quadros navais o caminho mais natural para entrada no serviço militar era a Academia de Marinha.³⁸⁵

Dentro da perspectiva teórica balizadora desta pesquisa que concentra as noções de profissionalismo para carreira militar naval, já se encontram nos discursos políticos algumas noções referentes à questão da entrada e da educação, como também questões referentes ao posto e a patente deste oficialato.³⁸⁶ Como aponta Huntington, a tendência nos oitocentos na questão referente ao profissionalismo nas organizações militares ocidentais caminhou para a consolidação de noções baseadas para o ingresso no corpo de oficiais através de uma graduação militar em escola militar ou após passagem por um curso de formação profissional e aprovação em exames eliminatórios.³⁸⁷ Acompanhado pela progressão e mobilidade dentro do corpo associado a antiguidade combinada com a promoção por merecimento.³⁸⁸

A discussão sobre a reforma da Academia de Marinha continuou a ser ponto tocado em algumas discussões posteriores, entretanto sempre como um fator dentre várias outras necessidades para instituição naval como a melhora do material. A questão curricular da Academia de Marinha foi alçada em diversos momentos a partir dos anos de 1850, já que as experiências advindas com a reforma de 1839 não apresentaram resultados fortes em relação ao ensino prático ou teórico. O deputado liberal Angelo Francisco Ramos³⁸⁹, em 1851, novamente traz à tona a falta da prática associada à teoria na formação dos homens do mar, tanto na marinhagem como para oficialidade, a Marinha deveria adotar o exemplo francês aplicado em Brest na escola naval onde

“os alunos de segunda classe, depois de certos estudos de que fazem exames, devem ter dois anos de prática naquela qualidade para que possam passar a primeira classe. E para que da primeira classe passem a guardas-marinha é

³⁸⁵ Anais da Câmara dos Deputados sessão de 15 de Junho de 1848, p. 228. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁸⁶ LEWIS, 1948

³⁸⁷ HUNTINGTON, 1996, p. 73.

³⁸⁸ Idem, p. 63

³⁸⁹ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda. “Chefe de Policia da Província de Sergipe. Juiz de Direito de Estância, Sergipe, em 1862. Deputado à Assembleia Geral Legislativa pela Bahia, nas 7.^a e 8.^a legislaturas, respectivamente: 03.05.1848 a 05.10.1848 e 01.01.1850 a 04.09.1852. Como suplente, assumiu o cargo de deputado na 9.^a legislatura, de 08.06.1854 a 20.09.1856”. Informações disponíveis em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/sergipe-II.pdf>

necessário também dois anos de prática; e o resultado é que aos estudos teóricos fica reunida a prática e os oficiais tornam-se habilíssimos.”³⁹⁰

A questão sobre as experiências da Marinha Inglesa e Francesa apareceu novamente no discurso do deputado Angelo Ramos, no ano seguinte em 1852, enfocando mais uma vez a exigência da prática e do serviço a bordo por pelo menos algum período grande para conseguir avançar a carreira, ambas as instituições realizavam tal prática e por isso se tornaram bem sucedidas na formação marítima. Não havia aqui mais um discurso de oposição entre dois modelos navais europeus, pois como já analisado ambos os países investiram em experiências diversas para concluir o seu processo de profissionalização, e também ainda estavam passando pelos atos normativos em seus sistemas, o que mostra um conhecimento dos políticos sobre o campo militar em nível ocidental.

Sobre a instrução do pessoal da Armada, o deputado Francisco Paula Cândido³⁹¹, discursa longamente expressando uma tendência nessa segunda onda reformista de enxergar que a reforma curricular não mais em uma direção oposta entre teoria e prática, mas a união de ambas as formas educativas para profissão naval. Estava claro, para este deputado, que o conteúdo relacionado às matemáticas puras se encontrava em perfeito estado na Academia, segundo o que o mesmo testemunhara, a noção curricular que gerava um conhecimento compatível com os cálculos astronômicos e noções de artilharia colocava os oficiais em um estado de igualdade as nações mais evoluídas. Entretanto, outros campos de ensino deveriam ser adicionados para complementar as novas exigências de um oficial militar naval, “portanto entendo que a atenção do governo deve ser dirigida no sentido de dar a nossa armada uma instrução, não só da prática das evoluções propriamente militares, e manobras, mas também a instrução propriamente científica.”³⁹²

Nesse sentido, apontou duas mudanças radicais no plano de estudo: uma referente a prática e outra ao complemento da teoria. Os melhoramentos da prática deveriam ser

³⁹⁰ Anais da Câmara dos Deputados sessão de 10 de Junho de 1851, p. 432. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

³⁹¹ Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina de Paris em 1832, fez concurso para a cadeira de Física Médica em 1833 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e foi nomeado Lente por mais de 30 anos. Foi Deputado Provincial de Minas Gerais, depois deputado geral em várias legislaturas. Foi presidente da Junta Central de Higiene, membro titular e presidente da Academia Imperial de Medicina. Comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi membro do Conselho do Imperador. Informações disponíveis em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/canfranpa.htm>

³⁹² Anais da Câmara dos Deputados sessão de 11 de Junho de 1851, p. 454. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

aplicados “as demonstrações experimentais da mecânica, o uso de aparelhos, pelos quais se demonstre experimentalmente nas leis da mecânica”.³⁹³ Já no campo teórico enxergava que “além do estudo da mecânica aplicada entendo que o estudo das ciências físicas não está em também no pé em que convém estar para boa educação, para o bom ensino dos oficiais da armada”.³⁹⁴ A compreensão das ciências físicas, que englobava a química e a física, estava centrada na consolidação de uma educação do oficialato que deveria se alicerçar em conhecimentos técnicos para as funções do ofício militar naval como a escolha de uma boa pólvora através da composição química ou as trajetórias e parábolas de uma bala influenciada pela física da explosão e gravidade. Ou seja, a entrada das inovações tecnológicas tornou mais complexo o fazer a guerra exigindo uma posição cada vez mais técnica dos militares, principalmente dos navais devido as já peculiaridades da manobra dos navios.

A precariedade dos estatutos em relação as novas matérias da ciência da guerra naval era nítido ao parlamento imperial, devido a Academia ser regida ainda pelos estatutos de sua criação em fins do século XVIII. Como apontava o então Ministro Zacarias Góes e Vasconcelos, em 1853, respondendo os assuntos debatidos no plenário,

“no presente estado das coisas, quando tem tomado todo incremento a navegação a vapor, o que é o oficial que comanda um vaso desses, e não entende de máquinas como o próprio maquinista, que não compreende a teoria e prática do vapor? Um oficial de marinha em certa conjectura falta a consideração que deve no navio de outra nação, e pratica um ato reprovado contra um estrangeiro. Obraria do mesmo modo se houvesse aprendido, durante seu curso literário, e conservasse na memória as regras do direito internacional? É licito duvida. Em suma, a câmara concordará comigo que uma das necessidades mais palpitantes da nossa marinha quanto ao pessoal á reforma na Academia.”³⁹⁵

A reforma era inevitável e fatalmente aconteceria alguns anos mais tarde, e levaria em seu bojo todo um processo gestado ao longo dos anos desde a volta do Regresso e um projeto conservador que subordinaria as forças militares a um projeto estatal garantidor do status quo da sociedade imperial. Entretanto, as inovações tecnológicas da guerra, a formação de novas competências técnicas militares e o avanço de uma nova mentalidade da área militar também impulsionaram novas formulações no Império do Brasil das heranças e tradições. Em

³⁹³ Idem

³⁹⁴ Idem

³⁹⁵ Anais da Câmara dos Deputados sessão de 30 de Junho de 1853, p. 347. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

relação a Academia de Marinha encontramos dois momentos de maior impulso reformista, um primeiro mais envolto em questões políticas e muitas básicas sobre o ensino naval e um segundo, a partir da década de 1850, uma explosão da consciência da formação do oficialato que perpassava o ensino e sua reforma, mas também outros pontos da carreira como promoção e soldos.

Não foi possível mapear na segunda fase reformista, uma relação precisa entre posição política e algum projeto naval específico, pois na maioria das falas ficaram em torno de questões específicas da Academia de Marinha, e alguns políticos que se diziam contra o Ministério ou Governo chegaram a apoiar abertamente os planos direcionados a área militar. Provavelmente, a proximidade do período da Conciliação pode ter influenciado no entendimento geral dos assuntos militares, e que as divergências seriam mais pontuais. A única querela que envolveu a reforma da Academia de Marinha e estabeleceu uma cisão rigorosa no parlamento foi em relação à permissão para o Executivo, dada pelo Legislativo, para realizar a modificação completa nos estatutos.

Nesse quesito a disputa empreendida por Zacarias Góes e Vasconcelos (conservador) e Silva Paranhos (liberal), em 1856, no plenário as vésperas da autorização concedida ao governo refletiu as opiniões opostas. O deputado Zacarias Góes se posicionou contra a autorização de reforma por defender que atos dessa magnitude devem ser realizados pelo Legislativo, pois o próprio era um conhecedor das necessidades e prioridades dentro do Estado.³⁹⁶ Ao retirar o poder de legislar sobre assunto importante o governo extrapolava suas atribuições prejudicando em muito o bom funcionamento da ordem pública. Então, o deputado Silva Paranhos rebate tais acusações, primeiro acusando Zacarias de mudar sempre de opinião, pois o próprio havia pedido autorização para reforma alguns anos antes quando ocupava o cargo do Ministério da Marinha; e também demonstrando que a autorização se tornava necessária devido ao fato de uma reforma como essa exigir um exaustivo empenho e discussão das bases, coisas infelizmente negligenciada no Legislativo devido ao intenso trabalho que deve ser feito pela Assembleia. Autorizar o governo a realizar as modificações

³⁹⁶ Anais da Câmara dos Deputados sessão de 16 de Junho de 1856, p. 182. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

era reconhecer a sobrecarga existente no parlamento, como também garantir a qualidade do projeto de lei que seria aplicado.³⁹⁷

Nessa questão ganhou o Poder Executivo encarregado de avaliar os novos estatutos para Academia de Marinha, o surgimento de tais rugas entre Poder Executivo e Legislativo ainda aqui pode ser interpretado com o início das falhas do Ministério Conciliador, mas também como uma tendência existente no período imperial de concentrar no Executivo as questões militares.

As discussões ministeriais e legislativas sobre reformas no currículo acadêmico da Academia dos Guardas-Marinha possibilitaram a construção de um projeto de oficial naval brasileiro que estava ligado diretamente as mudanças da profissão e da tecnologia militar circulantes no Ocidente, calcados nas experiências simultâneas nas Marinhas Francesa e Inglesa. Agora resta adentrar aos estatutos para conhecer até que ponto o discurso virou realidade no aspecto legislativo e organizativo na instituição naval.

³⁹⁷ Idem, p. 187

Capítulo 3

O projeto da oficialidade naval imperial: consolidação dos estatutos de 1858 na Academia de Marinha.

Entre 1837 e 1858, ao nível das ideias e discussões políticas, houve um amplo debate acerca da formação da educação naval. Dentre esses, durante o processo de gestação reformista para Academia de Marinha, se tornou viável o estabelecimento do projeto para oficialidade naval imperial calcado no cenário ocidental de mudanças no aspecto da função militar.

A conformação deste projeto de oficialidade, mesmo com as divergências no campo político, possuiu fronteiras determinadas que ajudaram na construção dos novos estatutos acadêmicos. Entre discursos ministeriais e legislativos constatou-se que os discursos reformistas eram realizados por atores políticos que apresentavam algum grau de ligação com o mundo militar, e senão, ao menos, apresentavam ter consciência dos novos aspectos militares e experiências circulantes. Os princípios das reformas, em sua maioria, tinham nos ministros da Marinha o principal meio propagador e conhecedor das necessidades do ensino, sendo assim o poder Executivo a instância que teria a condução efetiva da transformação. Todavia, aos deputados cabiam explicar as possibilidades e, por muitas vezes, sabatinar

escolhas e tendências. No geral, pode-se delinear que entre os dois momentos ápices do movimento direcionado a mudanças do ensino naval se encontravam, em um primeiro momento ainda na década de 1830, ligado a uma discussão básica acerca da educação do oficialato centrada na questão da direção teórica ou prática, associada também a discursos políticos realizados por maioria com algum contato com o campo militar. Já no segundo momento, em torno da década de 1850, encontravam-se debates mais amplos que envolviam não apenas a direção educacional, mais a forma e exigências para o ingresso e noções curriculares devido ao avanço científico no século XIX.

Nesse sentido, este terceiro capítulo pretende realizar uma avaliação das fronteiras estabelecidas no discurso durante o processo reformista dentro da legislação promulgada em 1858. Observando as continuidades e descontinuidades do ensino naval oitocentista, a aproximação com as tendências de outras potências marítimas e a introdução no currículo de matérias que auxiliassem o entendimento das novas tecnologias navais como a máquina a vapor. Por último, tentar-se-á traçar até que ponto essa reformulação completa nos estatutos possibilitou, na parte referente à admissão e educação ao corpo do oficialato, uma aproximação com o conceito de profissionalismo naval abordado ao longo dos capítulos.³⁹⁸

Lembremos que o século XIX foi um período de transição entre a concepção militar baseada no status social para uma concepção mais profissionalizada, entretanto não representou a consolidação definitiva do processo. A configuração ideal de um corpo de oficiais profissionalizados como técnicos a serviço do Estado Nacional, educados desde jovens para uma carreira pautada pelo exercício em tempo integral de atividades ligadas a defesa de uma nação, e que ascende na hierarquia militar, através de mérito e promoção, em um sistema de patentes e comandos³⁹⁹ só pode ser compreendida como próxima a consolidação total apenas no século XX. Como aponta Celso Castro, ao estudar a Academia Militar das Agulhas Negras, a partir de 1830 se conseguiu estabelecer um equilíbrio dinâmico

³⁹⁸ Cf.: LEWIS, Michael. *England's Sea-Officers: The Story of Naval Profession*. 2ª Ed. Londres: George Allen & Unwin Ltd, 1948.; HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996; ELIAS, Nobert. Estudo sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpelins. In: *Revista Mana: estudos de Antropologia Social*, nº 7, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000100005&script=sci_arttext

³⁹⁹ LEWIS, 1948, p. 13.

na socialização militar tanto no ensino quanto em outras partes da instituição durante o exercício da carreira, ocorrendo apenas pequenas modificações na estrutura militar.⁴⁰⁰

Contudo, foi durante o século XIX que as bases para consolidação deste conceito profissional foram implementadas, como inventaria o próprio Celso Castro no caso específico do Exército e de seu ensino ao traçar as importantes contribuições para formação do “espírito militar”, entre elas a importância na uniformização de uma educação comum ao oficialato e o enquadramento de um regime de internato que favorecia a propagação de valores da hierarquia e disciplina.⁴⁰¹

Resta agora adentrar formalmente na análise normativa da Academia de Marinha para averiguar os meandros e finalidades do projeto da oficialidade naval imperial. Para isso se torna necessário primeiro a análise da reforma de 1839, a mudança da Academia para bordo de uma embarcação e seus desdobramentos, por entender que o fato foi de extrema importância e locus de experiência para a reflexão dos novos estatutos. Apenas depois, se analisará com maior precisão os Estatutos de 1858.

3.1 Primeira tentativa reformista no ensino militar naval em 1839.

O decreto de nº 27 de 31 de Janeiro de 1839 foi o primeiro *ato legislativo* permanente que modificou os Estatutos da Academia de Marinha, promulgados em 1796. Realizado pelo então Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres tinha como intenção maior a transferência da “Academia de Marinha para bordo de um navio de guerra, e dá outras providencias a respeito deste estabelecimento.”⁴⁰² Como destacado anteriormente a reforma foi resultado direto de um discurso reformista, que tinha como maior representante o próprio Rodrigues Torres e se centrava nas ideias circulantes sobre o sistema naval de ensino europeu, principalmente o francês.

Sobre inspiração direta da mudança na escola naval francesa que estabeleceu seu ensino naval a bordo de navios ancorados no porto da cidade de Brest,⁴⁰³ a Academia de Marinha foi colocada a bordo da Nau Pedro II, uma embarcação construída na Bahia e

⁴⁰⁰ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 132.

⁴⁰¹ Idem, p. 133

⁴⁰² Brasil. Regulamento nº 27 de 31 de Janeiro de 1839. In: BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, p. 203.

⁴⁰³ HUNTINGTON., 1996

lançada ao mar em 25 de Março de 1830. Sua travessia ao Rio de Janeiro se deu no mesmo ano, e com ela a destruição de boa parte das condições materiais do navio devido a uma intensa tempestade. A esta avaria se identificou a precoce aposentadoria da embarcação que teve sua tripulação reduzida e ficou atracada no porto do Rio de Janeiro. Apenas em 1839 ganhou nova utilidade se tornando então sede do ensino dos aspirantes a guardas-marinha.⁴⁰⁴

Os 17 artigos do decreto de 1839 estavam centrados em atender às principais necessidades desta transferência, se concentrando em formular com clareza as questões materiais, de admissão, organização do ano letivo e também estabelecer as atribuições do comando e da tripulação do navio. Alguns dispositivos dos estatutos de 1º de Abril de 1796 foram mantidos, como se pôde constatar na leitura do artigo 16

“Art. 16. Ficam em vigor, na parte em que não são alteradas por este Decreto, as disposições dos estatutos do 1º de Abril de 1796, que dizem respeito á divisão, distribuição e duração das lições aos exercícios semanários, aos exames, á promoção dos discípulos, á boa ordem das aulas, á frequência e as funções da Secretaria da Academia e mais empregados”⁴⁰⁵

Nesse sentido, se manteve na Academia o currículo acadêmico dividido em dois: uma primeira parte voltada ao curso matemático e outra parte voltada as artes marinheiras, empregados ao longo de três anos como já avaliado no primeiro capítulo. A rotina ainda se pautava com lições sendo aplicadas pela manhã sendo a primeira hora dedicada aos ensinamentos matemáticos como álgebra e trigonometria e a segunda hora do dia as artes como manobra e desenho, sendo as tardes livre para o estudo das lições (como mostrado no quadro abaixo). A diferença estava na duração do ano letivo que passava a ser de 1º de fevereiro a 15 de Novembro, sendo o mês de Dezembro dedicado aos exames das disciplinas.⁴⁰⁶

Os exames continuariam a ser realizados ao final do ano letivo e aplicados por uma banca de três lentes com objetivos de averiguar o conhecimento recebido ao longo do ano. Os assuntos sorteados com 24 horas de antecedência e realizados por turmas. Os Lentes eram responsáveis por, secretamente, dar seus votos que recolhidos pelo Secretário decidiriam pela aprovação ou reprovação do discípulo. Em relação às promoções dos aspirantes, os estatutos de 1796 traçava um longo processo que perpassava a noções de merecimento e indicação de

⁴⁰⁴ BOITEUX, 1940, p. 202.

⁴⁰⁵ Idem, p. 205.

⁴⁰⁶ Brasil. Regulamento de 31 de Janeiro de 1839 - Artigo 14. In: BOITEUX, 1940, p. 205.

do Conselho do Almirantado e do corpo de Lentes.⁴⁰⁷ As exigências ficavam em torno da postura frente ao ano de embarque, amostra do conhecimento e a existência de posto da próxima patente vago. Nas promoções eram promovidos primeiro, preferencialmente, aqueles que participaram do ensino militar na Academia em algum momento em preterimento daquele que alcançou a carreira de oficialato por outros meios.⁴⁰⁸ Fato este que apesar de inovador poderia não ser praticado no dia-a-dia institucional.

O embarque como requisito a promoção também continuou a ser realizado no período das férias ao final do terceiro ano letivo e, portanto importante para a formação dos aspirantes. A Academia de Marinha iniciou as aulas a bordo da Nau em 21 de Fevereiro de 1839 e, no ano seguinte, o estado do corpo de aspirantes matriculados era de 92 aspirantes e 16 guardas-marinha, sendo um guarda-marinha cursando no primeiro ano. No primeiro ano letivo cursavam 59 aspirantes, no segundo ano 22 aspirantes e no ultimo ano apenas 11 aspirantes.⁴⁰⁹ Também participavam das aulas 5 alunos externos, que eram admitidos em determinadas condições e não poderiam se tornar aspirantes a guarda-marinha. Sobre o pessoal que compunha a tripulação do navio o mesmo documento apontava que além do Comandante existiam 4 lentes de Matemática e dois substitutos para a mesma matéria, 1 secretário, três mestres que ensinavam aparelho, esgrima e desenho naval. Além desses existiam um porteiro e dois guardas, e os estatutos de 1839 adicionaram a tripulação um capelão e um cirurgião.⁴¹⁰

Quadro 3: Lentes e mestres da Academia de Marinha (1820-1855)

| Posto | Nome | Cadeira | Data inicial |
|--|----------------------------------|----------------------------------|--------------|
| Sargento Mor Graduado do Batalhão do Príncipe Regente da Cidade de Macau | José de Souza Corrêa | Lente substituto | 17/01/1820 |
| | | Lente da Cadeira do Primeiro Ano | 18/08/1820 |
| Capitão do Terceiro Batalhão da Brigada da Marinha | Maximiano Antonio da Silva Leite | Lente de Matemática | 16/12/1822 |

⁴⁰⁷ Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, 1979, p. 48.

⁴⁰⁸ Idem

⁴⁰⁹ Aviso de 14 de Fevereiro de 1840 - Livro de Registro de Ordens, avisos, portarias e mais papéis relacionadas Real Academia dos Guardas-Marinha (1817-1840), p. 183. Arquivo da Marinha - Série Escola Naval.

⁴¹⁰ Idem

| | | | |
|---|------------------------------|--|------------|
| Primeiro Tenente da Brigada de Artilharia a Cavalos da Corte | José Gonçalves Victorio | Lente de Matemática | 03/02/1823 |
| Segundo Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Francisco Miguel Pires | Lente substituto de Matemática | 15/02/1823 |
| Primeiro Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | | Lente da Cadeira de Astronomia e Navegação e Encarregado do Observatório | 10/05/1824 |
| | José de Christo Moreira | Professor da Cadeira de Desenho | 14/10/1828 |
| | José dos Reis Carvalho | Professor substituto da Cadeira de Desenho | 14/10/1828 |
| | | Professor da Cadeira de Desenho | 20/04/1831 |
| Segundo Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Christiano Benedicto Ottoni | Lente Substituto das Cadeiras de Matemática | 12/05/1834 |
| Primeiro Tenente da terceira classe da Armada Nacional e Imperial | | Lente da Cadeira de Matemática | 13/05/1844 |
| Primeiro Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Bernardo José de Almeida | Lente Substituto das Cadeiras de Matemática | 07/01/1833 |
| Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial da Marinha | José Mamede Ferreira | Mestre de Aparelho | 28/07/1838 |
| Tenente Coronel Graduado do Imperial Corpo de Engenheiros | Ricardo José Gomes Jardim | Lente de Artilharia | 24/01/1844 |
| Segundo Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros | José Maria da Silva Paranhos | Lente substituto de Matemática | 13/05/1844 |
| | Xxx | Lente interino da Cadeira de Artilharia | 11/01/1845 |
| Major do Imperial Corpo de Engenheiros | José de Paiva e Silva | Lente de Artilharia | 09/06/1845 |
| Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros | José Joaquim d'Avila | Lente substituto de Matemática | 09/05/1846 |
| | | Lente da Cadeira | 30/01/1852 |

| | | | |
|---|---------------------------------|--------------------------------|------------|
| | | de Matemática | |
| Primeiro Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Joaquim Alexandre Manso Sayão | Lente substituto de Matemática | 07/10/1851 |
| | | Lente da Cadeira de Matemática | 12/02/1853 |
| Segundo Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Giacomo Raija Gabaglia | Lente substituto de Matemática | 30/12/1851 |
| Primeiro Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Sabino Eloy Pessoa | Lente substituto de Matemática | 26/02/1853 |
| Primeiro Tenente da Armada Nacional e Imperial da Marinha | Jeronymo Pereira de Lima Campos | Lente substituto de Matemática | 19/09/1855 |

Fonte: Livre de Registro de Lentes da Academia dos Guardas-Marinha. Arquivo da Marinha-série Escola Naval.

A transferência não acarretou de início uma mudança significativa na rotina e no conteúdo do ensino aos futuros oficiais, como demonstrou o 1º Comandante Chefe de divisão José Pereira Pinto em 1840 ao apresentar a rotina da Academia, em aviso interno enviado a Secretaria de Negócios da Marinha.

Quadro 4: Distribuição dos estudos e emprego do tempo na Academia dos Guardas-Marinha a bordo da Nau Pedro II

| 3º | 2º | 1º | Anos |
|---|---|--|-----------------|
| Toque para se levantarem os alunos, prepararem-se, adereçarem-se os respectivos catres, etc... | | | 6h da manhã |
| Idem para recordação da lição do dia | | | 6 ½ ás 8 hs |
| Almoço | | | 8 ½ ás 8 ¾ hs |
| Aulas Primárias | | | |
| Trigonometria esférica e navegação. | Seção de álgebra, Cálculo diferencial e integral, mecânica. | Seção de álgebra, geometria e trigonometria retilínea. | 9 ás 10 ½ hs |
| Pequeno descanso | | | 10 ½ ás 10 ¾ hs |
| Artilharia teórica e prática | Desenho e arquitetura naval | Aparelho dos navios e obras volante de marinheiro | 10 ¾ ás 12 ¼ hs |
| Descanso | | | 12 ¼ ás 1 hs. |
| Jantar e Recreio | | | 1 ás 3 hs. |
| Estudo da lição do dia seguinte. Nas vésperas de dias santos, domingos e festas nacionais há lição de esgrima a turma respectiva, e os mais alunos se exercitaram nos remas e ás velas, nas embarcações miúdas. | | | 3 ás 5 hs |
| Descanso para os que tiverem tido as 2 antecedentes horas de estudo | | | 5 ás 7 hs. |
| Ceia | | | 7 ás 7 ½ hs |

| | |
|--|----------------|
| Continuação dos estudos da lição | 7 ½ ás 10 hs |
| Recolher aos respectivos alojamentos | 10 ás 10 ½ hs |
| Silêncio, e também continuação dos estudos para aqueles os que livremente quizerem | 10 ½ em diante |

Fonte: BOITEUX, 1840, p. 216

Comparando este quadro 3 com o quadro 1, apresentando no capítulo 1, quando das observações sobre o nascer da Academia de ensino naval, pode-se enxergar que o caráter do currículo permaneceu vinculado as *ciências matemáticas*, ainda pautadas na ideia que a profissionalização dos oficiais perpassava a necessidade de construção científica rigorosa e de respeitabilidade, assim como experimentada por várias instituições de ensino em fins do século XVIII e XIX.⁴¹¹

Entretanto, apesar da aparente imobilidade curricular⁴¹² a transferência da sede da Academia possuiu a preocupação de garantir um novo espaço onde este ensino científico e naval pudesse ser uma realidade constante para o corpo de aspirantes a guarda-marinha.⁴¹³ Como analisa Carlos André Silva, a reformulação de parte dos estatutos de 1839 estavam associadas à implementação de um cenário onde três eixos foram centrais: “a formação específica numa profissão militar naval, o acesso à instituição militar de ensino e a centralização administrativa em um comando explicitamente militar.”⁴¹⁴ Segundo o mesmo, os artigos introduziram, ou tentaram, incluir

“alguns elementos que caracterizavam as escolas de formação do oficialato militar profissional, ascendentes em meados do século XIX: a ciência militar como conteúdo prioritário no ensino, o aquartelamento dos alunos na própria instituição escolar e a militarização destes, mediante a introdução, naquele

⁴¹¹ DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à Escola Militar: a profissionalização do ensino militar no Brasil (1810-1850)*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado Rio de Janeiro, 2004, p. 20.

⁴¹² Segundo Claudia Alves, o currículo constituiu-se num componente fundamental para a cultura militar e expressão da sua identidade. A tal imobilidade era reflexo do momento histórico que a Marinha e o próprio Exército estavam vivenciando no interior do Estado em consolidação. ALVES, Claudia. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

⁴¹³ O simbolismo do Navio enquanto locus da Academia se enquadra no que Bourdieu enfatizou no Capital Simbólico, ou seja, no sentido da instituição (Academia) de se “fazer ver” e “fazer crer” no campo político e cultural. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomás. Lisboa: DIFEL, 1989; BOURDIEU, Pierre Capital Simbólico e clases sociais. *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2013, nº. 96, pp. 105-115. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>

⁴¹⁴ SILVA, 2012, p. 233.

ambiente escolar, das normas disciplinares e regimes punitivos vigentes para a tropa.”⁴¹⁵

A preocupação era estabelecer um corpo de aspirantes e guardas-marinha que fossem

“um certo número de jovens escolhidos bem educados, instruídos e robustos reunidos como fim de formarem mediante ao estudo das competentes disciplinas para a Marinha de Guerra, oficiais cheios de brio e de saber, especialmente profissionais, capazes de comandar com acerto e amor a glória não só embarcações de guerra de todo lote, mas também divisões, esquadras e armadas.”⁴¹⁶

Os novos estatutos de 1839 podem ser considerados como partes de uma nascente caracterização do profissional militar naval que, como estabelecido, estava cada vez mais associado a noções de fazer técnico de uma habilidade de guerra, em tempo integral. Nesse sentido, as novas formulações para educação e entrada para os candidatos a guardas-marinha devem ser analisadas para melhor compreensão do processo reformista findado em 1858.

Pelo mesmo processo reformista passava o Exército e sua esfera de ensino, segundo Adriana Barreto, cooptados por um amplo contexto de formação de um projeto estatal conservador calcado no discurso da construção da ordem. A partir de 1837, aspectos básicos da organização do Exército passaram a primeiro plano como fonte argumentativa de uma administração conservadora que queria se sobrepor as desordens do período regencial. O Exército resgatado como braço administrativo dos conservadores passou a figurar como instituição mantedora da disciplina e ordem, ao lado dela a Marinha. Nesse sentido, entre as décadas de 1840 e 1860 existiu uma gama de regulamentos, ordens e dispositivos que reorganizaram o Exército e colocaram tal instituição sobre a órbita estatal.⁴¹⁷

Dentro da reorganização militar sob a esfera discursiva da ordem a Academia Militar⁴¹⁸ foi um dos organismos intensamente debatidos. Segundo Jehovah Motta, entre o período de 1831 a 1850 se estabeleceu um contexto de modificações nos Estatutos, em sua visão, tumultuada e representativa de um conflito entre ciências matemáticas e técnica

⁴¹⁵ Idem, p. 234

⁴¹⁶ PEREIRA, Jacinto Roque de Sena. *Regulamento da polícia, disciplina e exercícios práticos previstos no Regulamento de 1839*. AN, Série Marinha, Cx. XM 214

⁴¹⁷ SOUZA, 1999, pp.84-121.

⁴¹⁸ A Academia Militar foi uma instituição militar e científica fundada em 1810 por D. João VI. Assim, como sua congênere naval passou por diversas modificações que acompanhavam a nova contextualização do “ser militar”. Para mais cf: MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

militar.⁴¹⁹ Longe de aderir apenas essa visão mais limitada sobre as disputas em torno do ensino militar, o trabalho de Jehovah Motta ajuda na criação de um paralelo curricular sofrido pela Academia Militar, que comparativamente, estava passando pelas mesmas questões enfrentadas pelo ensino militar naval. Dentro dos objetivos deste trabalho, as reformas da Academia Militar realizadas a partir de 1837 possuem confluências com as reformas da Academia de Marinha, tais ligações apontavam para o nascimento de um profissionalismo militar.

No mesmo momento em que a Academia de Marinha era colocada a bordo com intenções de melhorar o ensino prático, a formação e os requisitos disciplinares e hierárquicos do oficialato, a Academia Militar, que se tornou Escola Militar, passou por modificações nos anos de 1839, 1842 e 1845⁴²⁰ que tinham com base a tentativa de introdução dos novos aspectos militares associados a técnica militar e a natureza da profissão. Apesar de Jehovah Motta encarar as mudanças nos dispositivos como ações pendulares entre um rigor militar e um rigor civil científico,⁴²¹ as transformações nos estatutos podem ser qualificadas como reflexos de um contexto onde existia uma indefinição sobre os melhores caminhos para um melhor ensino aos militares. As reformas no ensino militar no Exército nesse período mantiveram uma regularidade curricular acadêmica, a preocupação maior era traçar uma melhor divisão entre a prática e a teoria, assim como as novas fronteiras do entendimento das matérias exigidas para o ensino militar. Como aponta Elaine Duarte, a primeira parte do século XIX as reformas do ensino naval se desenvolveram “sob perspectiva de um conhecimento científico, enfatizando o saber [...], no espírito da mais pura tradição iluminista”.⁴²² Assim como a Marinha, as forças de terra estavam em plena evolução e debate acerca das inovações trazidas pelos novos modelos militares ocidentais, principalmente o modelo francês.⁴²³

No currículo da Academia de Marinha a ciência como base da formação já havia se consolidado de alguma forma desde 1796, com a preocupação constante de aplicação da teoria matemática, e continuou a ser mesmo com a Academia a bordo. Mesmo sem a introdução formal dos novos fatores científicos que estavam em plena evolução no campo

⁴¹⁹ MOTTA, 1998, p. 59

⁴²⁰ MOTTA, 1998, p. 76.

⁴²¹ Idem

⁴²² DUARTE, 2004, p. 48

⁴²³ MOTTA, 1998, p. 64

militar naval nos estatutos, a preocupação com os conhecimentos científicos apareceriam dentro da correspondência administrativa do navio-escola. Em Aviso a Secretaria de Negócios da Marinha, o então comandante da Nau Pedro II e da Academia de Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira, anunciou o início do ensino dos princípios de química e da física pelo Lente de Artilharia, com objetivos claros para aplicação a fabrica de pólvoras e as maquinas a vapor, tecnologias em pleno desenvolvimento.⁴²⁴ A continuação de uma direção calcada em um raciocínio prático e sólido matemático voltado a uso técnico nas atividades militares navais puderam também ser observadas com o fortalecimento do ensino prático, principal argumento para a reforma.

A preocupação em traçar uma formação militar naval centrada na prática já estava expressa no primeiro artigo dos estatutos, quando no trecho final se colocou “este navio será convenientemente preparado, armado e aparelhado, afim de que possam ali os discípulos receber teórica e praticamente as lições das diferentes matérias, que tem de aprender”.⁴²⁵ A noção de que a rotina dentro de um navio de guerra proporcionaria uma experiência melhor para os futuros oficiais navais era reflexo direto dos sistemas navais europeus, inglês e francês, que no mesmo momento apoiavam a formação do oficialato na prática cotidiana. O ano de embarque realizado ao final do curso, já previsto em 1796, e alguma matérias relacionada à arte marinheira já estipulavam uma mistura entre prática e teoria na Academia de Marinha. Todavia, a permanência no Mosteiro de São Bento e a falta de meios para realização da prática eram fatores que durante a primeira metade do século XIX atrapalharam o melhor desenvolvimento desta parte curricular.

Determinações específicas sobre as modalidades práticas não foram apresentadas nos estatutos, contudo foi encontrado no Arquivo Nacional uma pasta de documentos referentes a Reforma de 1858 que apresentava uma série de conteúdos e projetos reformistas desde 1839, confirmando ainda mais como ambas reformulações estavam unidas por um mesmo processo.⁴²⁶ O projeto em questão intitulava-se “*Regulamento de Policia, disciplina e exercícios práticos para a Companhia de guardas-marinha e aspirantes a bordo do navio*

⁴²⁴ Livro de ordens, ofícios e mais papéis concernentes ao Expediente da Academia de Marinha a partir de outubro de 1841. Arquivo da Marinha-Série Escola Naval. A respeito da Fábrica Real de Pólvora e do uso da máquina a vapor cf. OLIVEIRA, Geraldo de Beaulcair M. de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808/1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S Ed., 1992.

⁴²⁵ Brasil. Regulamento nº 27 de 31 de Janeiro de 1839 – Artigo 1º. BOITEUX, 1940.

⁴²⁶ AN, Série Marinha, XM 214

escola subordinado as disposições do decreto de 31 de Janeiro de 1839” estava assinado pelo Comandante Chefe de Divisão Jacinto Roque de Sena Pereira, oficial naval e ex-Ministro da Marinha_ quadro 2, que ficou a frente da instituição de ensino enquanto esta permaneceu a bordo da Nau Pedro II. Não existe nenhuma data, ou algo que indique o período da sua escrita ou se de fato o projeto chegou a ser posto em prática, contudo em algum momento foi considerado como importante documento para a reforma de 1858. O que se pôde aferir através de outras ordens e avisos referente à rotina da Academia que foi enviado em 1844 para o Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha como forma de melhorar o ensino a bordo, e então conseguir os resultados exigidos pelas intenções do estatuto de 1839.⁴²⁷

O documento parecia destinado a ser um complemento aos Estatutos de 1839 com objetivos claros de regular através de um rigor legislativo a rotina acadêmica a bordo e disciplinar a tripulação, principalmente os aspirantes a guardas-marinha e sua companhia. Deveriam ser lidos, em voz alta, todos os meses no momento da revista geral, além da cópia realizada pelos discípulos para uma melhor fixação do conteúdo referentes às faltas e punições. No que se refere especificamente ao estudo prático estabelecia que deveria ser ministrada por um oficial naval com patente superior a de primeiro-tenente, que obrigatoriamente tenha cursado a Academia de Marinha. Os exercícios eram feitos em uma corveta fundeada próxima a Nau Pedro II, e deveriam ser contempladas as atividades que versassem sobre manobras das táticas navais, todas as fainas de marinhagem, como também assuntos referentes a máquinas dos navios de guerra e aplicação das ciências a experiência marítima.⁴²⁸ Segundo o então comandante Jacinto Roque,

“Sempre que a Companhia embarcar para a Corveta de ensino por dias sucessivos, será ela exercitada, enquanto receber a manobra, fainas de marinheiros, dar a receber ou defender abordagens, fazendo uso de toda arma de mão própria para tais casos, branca ou de fogo, incluindo a granada; na Artilharia pontaria ao alvo, algumas preliminares de hidrografia, uso de

⁴²⁷ Aviso 650 de Abril de 1845. In: Livro de ordens, ofícios e mais papéis concernentes ao Expediente da Academia de Marinha a partir de outubro de 1841. Arquivo da Marinha-Série Escola Naval, p. 50. Importante ressaltar que o termo polícia para meados do século XIX, está relacionado ao “governo e a boa administração” da Academia. Segundo Francis Cotta, o termo polícia era entendido como “cultura, polimento e aperfeiçoamento tendo em vista a melhoria na civilização da Nação”. COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a Polícia no Brasil: A Construção da Ordem, Imperial numa sociedade mestiça. *Revista de História e Estudos Culturais*, Ab./Maio/Jun de 2009, Vol. 6, Ano VI, nº 2, p. 5. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_01_Francis_Albert_Cotta.pdf

⁴²⁸ AN, Série Marinha, XM 214.

instrumento de reflexão e espelho artificial, cálculos astronômicos, do cronometro e variação da agulha do mesmo, enquanto não houver observatório ou lugar próprio para tais trabalhos”⁴²⁹

Ou seja, toda sorte de conhecimentos náuticos e profissionais que a Academia de Marinha pudesse ter adquirido. A não confirmação da prática deste documento, não retirou a inovação do conteúdo que procurou aliar a parte científica à aplicação prática, era uma visão defendida pelo Comandante da Academia, figura de importância dentro do cenário naval e que tinha contato direto com o Ministro da Marinha. E que por dez anos procurou assegurar a implementação dos objetivos para qual a reforma de 1839 estava sendo realizada, voltaremos aos seus discursos ao final para compreender os limites desta primeira onda reformista.

A educação formal e técnica eram auxiliadas pela Biblioteca que continha em torno de 1500 livros de títulos sobre assuntos teóricos e navais, em sua maioria com autores do sistema francês considerados de primeira ordem.⁴³⁰ Era comum também a feitura de compêndios nacionais pelos próprios lentes da Academia, o que facilitaria o acesso ao conteúdo aos discípulos.

Outro ponto tocado pela reforma de 1839 e que foi passo importante para a construção de um oficialato mais profissionalizado foi a introdução do internato como quesito para formação. Neste primeiro momento reformista, muito mais preocupada com a direção do ensino básico, o assunto referente ao internato não foi aspecto relevante nos debates ministeriais e parlamentares. Entretanto, o internato a bordo foi instituído e tinha como finalidade o aumento da socialização dos aspirantes com as noções militares. A rigidez da disciplina militar pôde ser aferida pelo estatutos de 1839, o Artigo 3º, que determinou que os discípulos internos fossem submetidos a um Regimento provisional militar e aos artigos de Guerra, reforçando ainda mais o caráter disciplinar e comportamental que a profissão militar começava a exigir.⁴³¹ Como aponta Celso Castro, a intensa exigência de uma padronização da carreira militar se tornou fator fundamental para se estabelecer uma identidade militar, os valores, atitudes e comportamentos são difundidos principalmente no momento da formação educacional e acadêmica, e não estão apenas ligados apenas ao currículo formal. A socialização entre os alunos e os oficiais militares encarregados do ensino fornece uma série

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Livro de ordens, ofícios e mais papéis concernentes ao Expediente da Academia de Marinha a partir de outubro de 1841. Arquivo da Marinha- Série Escola Naval

⁴³¹ BRASIL. Regulamento nº 27 de 31 de Julho de 1839. In: BOITEUX, 1940, p.203.

de aspectos informais responsáveis por modelar um determinado corpo autônomo e com regras específicas.⁴³² Evidente que as inovações no campo disciplinar trazido pelos dispositivos da primeira reforma, apesar do avanço das ideias, não representou ainda na realidade uma aplicação direta, todavia o aparecimento de tais dispositivos levaram a consolidar cada vez mais um determinado tipo social militar, associado cada vez mais a disciplina e a obediência hierárquica.

Por último, a questão da admissão a Academia também apresentou avanços no processo de profissionalização do oficialato naval. No primeiro capítulo ficou explícito que pelos Estatutos de 1796 para admissão na Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha eram necessários além da idade e de alguma educação mínima, como saber as operações aritméticas e a língua francesa, provas de qualificação de sua nobreza,⁴³³ o que acabava por colocar o modelo para ingresso na carreira do oficialato militar dentro de uma órbita ainda aristocrática. Entretanto, em 1839 aconteceu a promulgação de novas regras de admissão, que acrescentaram um caráter mais moderno de entrada a carreira militar. Naquele momento se retirava o quesito de atestado de nobreza se exigindo segundo artigo 2º dos estatutos,

“1º ter mais de doze e menos de dezesseis anos de idade; 2º saber ler e escrever ortograficamente, as primeiras quatro operações da Aritmética, gramática portuguesa e ter suficiente inteligência na língua francesa, e dos princípios gerais de Geografia; 3º apresentar certidão de bom procedimento, dos Mestres ou Diretores das escolas que houverem frequentado; 4º não ter defeito físico que inabilite para o serviço militar; 5º apresentar despacho de admissão dado pelo Ministro e Secretario dos Negócios da Marinha.”⁴³⁴

Ao se ampliar socialmente as possibilidades de admissão e ao mesmo tempo complexificar a educação geral exigida, tais estatutos estavam de acordo com o contexto geral da concepção militar ocidental, que segundo Huntington, na primeira metade do século XIX se concentravam na “eliminação dos pré-requisitos aristocráticos para o ingresso; [...] e exigência de um mínimo de educação geral que fosse ministrada em instituições não dirigidas por militares.”⁴³⁵ A introdução desses novos valores foram acompanhados também de uma resolução de que a entrada na Academia garantiria o aluno a ser aspirante a carreira militar e que a aprovação ao final dos três anos de curso levariam a ocupar o posto de guarda-marinha,

⁴³² CASTRO, 2004

⁴³³ PORTUGAL. Alvará de 16 de Março de 1757.

⁴³⁴ BRASIL. Regulamento nº 27 de 31 de Julho de 1839. In: BOITEUX, 1940, p.203.

⁴³⁵ HUNTINGTON, 1996, p.53

primeiro passo dentro da hierarquia no oficialato.⁴³⁶ Esta determinação condizia como um fator primordial para a construção do oficialato moderno, pois como já apontado por Michael Lewis, a entrada e a formação deveriam garantir para todos os indivíduos candidatos a profissão naval uma condição de igualdade tanto em relação ao estudo como em relação a promoção, para assim galgar por merecimento a cadeia hierárquica da Marinha.⁴³⁷

Com esse contexto, pode-se afirmar que os Estatutos de 1839 apresentaram, no quadro legislativo, certo avanço na profissão militar nascente no ocidente. Muito além das noções discutidas pelos atores políticos imperiais que centraram sua argumentação na questão teórica ou prática do ensino militar,⁴³⁸ os estatutos reformistas alcançaram certo patamar de consolidação das ciências gerais e técnicas como requisitos para um exercício profissional, a reformulação das noções de disciplina e hierarquia a bordo, enfatizadas por um regulamento de punições e constante vigilância no corpo de discípulos e o estabelecimento de novas formas de admissão causando uma ampliação social do exercício dessa profissão e de modificação das formas de promoção dentre da hierarquia de carreira. Todavia, sabe-se que tal estatuto não durou mais de dez anos, e ação de transferência para bordo não representou a finalização de um processo reformista, retomado no campo político com a volta da Academia de Marinha para a terra em 1849.⁴³⁹

A evolução apresentada pelo diversos mecanismos administrativos e organizativos das instituições não representavam, muitas vezes, a realidade cotidiana da formação dos alunos. Como demonstrou Elaine Cristina Duarte, era comum as Academias militares se depararem “com faltas de recursos materiais, humanos e mesmo dos locais que deveriam servir de apoio e complementação aos estudos.”⁴⁴⁰ Devido aos discursos dos parlamentares a partir de 1848, já se constatou que a precariedade material da Nau Pedro II e a não aparelhagem da Academia acarretou em uma situação onde o ensino prático era quase inexistente e o teórico prejudicado.⁴⁴¹ Essa noção também era compartilhada pelo então Comandante Chefe de Divisão Sena Pereira, que após entrar na direção da Academia a bordo, reformulou suas opiniões referentes a transferência da mesma e do estatutos de 1839.

⁴³⁶ BRASIL. Regulamento nº 27 de 31 de Julho de 1839. In: BOITEUX, 1940, p.203

⁴³⁷ LEWIS, 1848.

⁴³⁸ Ver Capítulo 2

⁴³⁹ BRASIL. Decreto nº 586 de 19 de fevereiro de 1849. In: ALBUQUERQUE, Antônio Luz Porto. Academia Real dos Guardas-Marinha. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 2º vol. Tomo II, 1979, p.304.

⁴⁴⁰ DUARTE, 2004, p. 59.

⁴⁴¹ Ver Capítulo 2

O chefe de divisão Jacinto Roque de Sena Pereira, como já demonstrado no capítulo anterior, era um notável oficial naval e partidário dos ideais reformistas proclamados na década de 1830. Quando ministro da marinha, foi defensor das modificações implantadas por seu antecessor Rodrigues Torres nas discussões parlamentares, avaliando o progresso que a reforma em parte dos estatutos de 1839. Autor do projeto de Regulamento para polícia, disciplina e exercícios práticos na Academia de Marinha apresentou ali uma consciência dos acontecimentos ao redor do mundo sobre educação naval, incorporando em seus argumentos noções militares mais modernas baseadas na disciplina, hierarquia e rígida formação.⁴⁴² Seu comando a frente da Nau Pedro II e da companhia dos guardas-marinha possibilitou a descrição de argumentos sobre a realidade e que apontavam nitidamente para o não aproveitamento da transferência para um navio de guerra.

Nos anos de 1842, 1844, 1845 e 1846 encontravam-se, nos livros de ordens e avisos da Academia de Marinha, relatos do então comandante Sena Pereira direcionados ao Ministro da Marinha, com intuito de explorar a realidade do ensino naval e o proveito que se tinha feito da reforma de 1839.⁴⁴³ Os relatos apresentavam os problemas enfrentados dentro da instituição e que não permitiram a introdução completa das intenções propostas com os novos estatutos. Ao se reportar ao Ministério o Comandante Sena Pereira, ao longo dos anos, constatou que as vantagens estabelecidas para serem proveitosas para educação naval deveriam modificar quatro eixos: o ensino científico, os exames preparatórios, o regimento interno e o melhor desenvolvimento do ensino prático.⁴⁴⁴

O argumento referente ao ensino, tanto teórico como prático, ficava a cargo de que as matérias exigidas, apesar de serem necessárias, não eram aplicadas a realidade exigida pela profissão naval. Faltava a parte científica uma dimensão para aplicação, pois a “ciência isolada ou se abandona ou se esquece muito facilmente”.⁴⁴⁵ Aliado a esse fator estava claro que para a formação naval era necessário o aumento das disciplinas e com ela dos exercícios práticos das artes navais, que abarcavam desde a aplicação das máquinas a bordo ao conteúdo

⁴⁴² PEREIRA, Jacinto Roque de Sena. Regulamento da polícia, disciplina e exercícios práticos previstos no Regulamento de 1839. AN, Série Marinha, cx. XM 214.

⁴⁴³ Livro de ordens, ofícios e mais papéis concernentes ao Expediente da Academia de Marinha a partir de outubro de 1841. Arquivo da Marinha-Série Escola Naval.

⁴⁴⁴ Livro de ordens, ofícios e mais papéis concernentes ao Expediente da Academia de Marinha a partir de outubro de 1841. Arquivo da Marinha-Série Escola Naval. Março de 1846.

⁴⁴⁵ Idem, 1844.

da hidrografia e cálculos astronômicos. A instrução a bordo estava deficitário devido a falta de materiais, mas principalmente pelas amarras de um currículo acadêmico ultrapassado.

Sobre os exames preparatórios de entrada revelava que não havia método e nem rigor, tendo até certa benevolência o que acarretou na entrada de inúmeros indivíduos despreparados ao ensino aplicado a Academia.⁴⁴⁶ Ainda havia um despreparo do governo ao não fixar o número de alunos permitidos por ano, o que causava um prejuízo ao ensino devido ao grande número de pessoas em espaço tão limitado. A não formulação de um novo regulamento disciplinar interno reforçou a desordem e desobediência, já que a população imperial era avessa a carreira militar e marítima. Encontrava-se a Academia naquele momento longe de ser um estabelecimento de ensino naval coerente com os sistemas modelos ocidentais, os instruídos oficiais franceses e os “midshipmens” de língua inglesa.⁴⁴⁷

Associado a esta realidade também prejudicava o ensino naval o estado físico da Nau Pedro II, segundo aviso da própria instituição o estado do referido navio de guerra era de deplorável situação, observando a falta de aulas e prejuízos ao ensino devido aos constantes problemas ocasionados por furos e riscos de afundamentos, inclusive suspendendo-se aulas pelo período de 49 dias.⁴⁴⁸ A reunião das falhas em diversos setores levou então a formulação de uma nova modificação para Academia de Marinha, transferindo a sede para terra novamente e dando ordens que cumprissem tal ação.

O não cumprimento do currículo dos dispositivos traçados em 1839 aliado as dificuldades materiais da Academia de Marinha estavam também associados a uma novo contexto político iniciado em 1848 com a volta dos conservadores ao poder. Segundo Adriana Barreto, o início do Gabinete de 29 de Setembro de 1848 formado pelos principais líderes regressistas⁴⁴⁹ representava a consolidação de um projeto político saquarema vencedor, os sinais de uma conciliação política e a ampliação do discurso político da ordem para civilização.⁴⁵⁰ O discurso civilizatório empregado em meados da década de 1850 levou a um

⁴⁴⁶ Idem, 1842.

⁴⁴⁷ Idem, 1845.

⁴⁴⁸ Idem, 1848, n. 987.

⁴⁴⁹ O Gabinete de 29 de Setembro de 1848 era presidido pelo chefe regressista Pedro Araújo Lima (Visconde de Olinda) e composto por grandes personalidades do projeto conservador como Joaquim José Rodrigues Torres, na pasta da Fazenda; Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso na pasta da Justiça e Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai) na pasta dos estrangeiros. In: BRASIL. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1962. p. 104

⁴⁵⁰ SOUZA, 1999, p. 123-128.

aprofundamento das reformas no âmbito militar que deixaram de ser voltadas a ações básicas e burocráticas e passaram a agir nas normas de comportamento e atuação do oficialato.⁴⁵¹ No âmbito do ensino militar se iniciaram, como demonstrado no capítulo 2, discursos reformistas mais abrangentes e que almejavam uma reformulação mais completa em questões como internato e aquartelamento.⁴⁵²

Pelo decreto de nº 586 de 19 de Fevereiro de 1849⁴⁵³ ficou estabelecido que a Academia de Marinha deveria se estabelecer em edifício nacional ou particular que comportasse o internato de 50 aspirantes a guardas-marinha, além da transferência para uma nova acomodação o primeiro artigo do estatuto preocupou-se em fixar o número máximos de estudantes matriculados, o que estaria de acordo com uma queixa antiga da falta de organização enfrentada pela lotação da instituição de ensino. Todavia, o mesmo decreto deixou espaço para se aumentar o número de aspirantes, caso fosse necessário.⁴⁵⁴

Apesar desta mudança, o estatuto de 1849 não representou um rompimento com nenhum dos dispositivos inaugurados em 1839. Continuavam em vigor as partes referentes ao currículo acadêmico, exames de 1796 como também as mudanças na admissão dos alunos, de maior rigidez disciplinar e militar em que eram submetidos os aspirantes, a presença de alunos externos que frequentavam as aulas e também a garantia de promoção ao posto de guardas-marinha a partir da aprovação nos três anos letivos. As inovações ficaram por conta de dois fatores: a exigência para admissão de ser *cidadão brasileiro* e as definições dos exercícios práticos agora com a Academia com sede em terra.⁴⁵⁵

A exigência da *cidadania brasileira* para conseguir alcançar o patamar inicial de uma carreira do oficialato militar representou mais um avanço para construção da ideia modernizadora do aspecto militar ocidental. Como delineou Fernando Dores, era comum nos círculos militares aristocráticos do final do século XVIII a utilização de soldados e oficiais estrangeiros nas guerras como ponto de estratégia, pois se acreditava que tais “profissionais” eram mais guerreiros por estarem longe das querelas “nacionais”.⁴⁵⁶ Na Marinha Imperial

⁴⁵¹ Idem, p. 114

⁴⁵² MOTTA, 1998, p. 70.

⁴⁵³ BRASIL. Decreto nº 586 de 19 de fevereiro de 1849. In: ALBUQUERQUE, 1979, p.304.

⁴⁵⁴ Idem, Artigo 1º.

⁴⁵⁵ Idem, Artigos 2º e 13º.

⁴⁵⁶ COSTA, Fernando Dores. Guerra no tempo de Lippe e de Pombal. In: BARATA, Manuel Themudo, Teixeira, Nuno Severiano. Nova *História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, p. 334

desde o período de criação era muito comum a presença de oficiais navais, principalmente ingleses, em postos de comandos centrais e muitos, como Lorde Cochrane⁴⁵⁷, foram responsáveis para consolidação de uma tradição naval militar em terras brasileiras.⁴⁵⁸ A presença dos estrangeiros em tropa continuariam acontecer na Armada Imperial até pelos meados 1850, como expressado no relato do deputado Mello Franco nas discussões parlamentares em 1851.⁴⁵⁹ Na própria Academia pelos estatutos de 1849 era permitido a presença de estrangeiros nas aulas, com autorização do Ministério da Marinha e subordinados as mesmas regras dos alunos externos, ou seja, não podendo ser promovidos a aspirantes ou a nenhum posto da hierárquica naval.⁴⁶⁰

Contudo, a nova regra de admissão representou, pelo menos nos modelos teóricos, a nascente ideia profissional de serviço militar associada a defesa de um Estado Nacional. Para Huntington e Lewis, teóricos do profissionalismo militar iniciados no século XIX,⁴⁶¹ o aparecimento do oficialato como técnico da violência estava associado diretamente ao entendimento de que as instituições militares eram serviço essencial para segurança e funcionamento da Sociedade, pago pelo Estado. O reconhecimento de que apenas “nacionais”, entendendo-se por eles aqueles que assumem a cidadania brasileira, poderiam ser capazes da defesa do Estado e da Nação demonstrou o quanto as forças militares estavam cada vez mais ligada a estrutura de um ideal moderno, que supunha a concorrência entre as nações e os possíveis conflitos como parte dos interesses gerais de uma sociedade virtualmente estabelecida. A questão da nacionalidade brasileira é um tema muito debatido dentro da historiografia brasileira e com isso alegar uma nacionalidade em sentido completo em meados do Século XIX seria imprudente. Todavia, segundo Gladys Sabina Ribeiro, a questão da identidade e da significação do “ser brasileiro” estiveram em constante movimento e estariam, diretamente, ligados a construção política.⁴⁶² Notório que o Império do Brasil

⁴⁵⁷ A respeito de Lorde Cochrane cf. GALSKI, Nélio. *Mercenários ou libertários: as motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da Independência do Brasil*. Niterói, 2006. Dissertação de mestrado em História. UFF. PPGH.

⁴⁵⁸ Brasil. *História Naval Brasileira*. 3º vol, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2002.

⁴⁵⁹ Brasil. Anais da Câmara dos Deputados sessão de 29 de Maio de 1851, p. 144. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

⁴⁶⁰ BRASIL. Decreto nº 586 de 19 de fevereiro de 1849. Artigo 6º. In: ALBUQUERQUE, 1979, p.304.

⁴⁶¹ LEWIS, 1948 e HUNTINGTON, 1996.

⁴⁶² RIBEIRO, Gladys Sabina. A comissão mista Brasil – Portugal para o reconhecimento da independência. *Anais XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa 2003. <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.279.pdf>

surgiu primeiro que sua nação e que ao longo do período monárquico existiram diferentes concepções acerca da nacionalidade brasileira, entretanto a partir da consolidação política imperial existiu um movimento dirigido pelo próprio Estado para consolidar os contornos da nação brasileira, nesse sentido a criação de uma história e mecanismos que dessem certas características ao povo brasileiro. Tal contexto evidenciou ainda mais um movimento geral que procurou a construção de uma nacionalidade brasileira e que acabou por ser refletido também dentro das instituições militares, partes agora de um corpo autônomo e delineado.

A outra novidade era o estabelecimento de uma Corveta aparelhada próximo as instalações prediais da Academia, para que as atividades práticas referentes as artes marinheiras e de artilharia pudessem ser realizadas, não atrapalhando assim o bom desenvolvimento necessário para a oficialidade da Armada. A Corveta Cometa ficou estacionada próximo ao Edifício alugado no Largo da Prainha para abrigar a Academia dos Guardas-Marinha, as aulas se iniciaram em 16 de Abril de 1849, segundo informações do Comandante Sena Pereira, ainda a frente da Academia de Marinha. Em Aviso destinado ao Ministro da Marinha, o chefe de divisão Jacinto Roque de Sena Pereira alegava que apesar do prédio não impedir o desenvolvimento das lições matemáticas a sede não estava preparado para a finalidade da formação naval, mesmo com a Corveta estacionada a poucos metros da casa, permitindo-se assim uma continuada educação prática. Afirmava que os assuntos referentes a química e a física e as matérias que versavam sobre máquinas a vapor continuavam a ser aplicadas desde 1844 pelo Lente de Artilharia, mas que o desenvolvimento esperado para a formação do oficial naval só aconteceria com reforma na parte científica dos estatutos.⁴⁶³ O Comandante Sena Pereira acreditava que o sistema apresentado em 1839 seria o verdadeiro meio para se alcançar o conjunto de conhecimentos necessários para oficialidade brasileira, mas que para isso era necessário um rompimento radical com os estatutos de 1796.

3.2. Consolidação do programa educacional imperial para a oficialidade em 1858

O rompimento com os Estatutos de 1796 só se realizou em maio de 1858, com a promulgação do Decreto nº 2.163⁴⁶⁴ pelo então Ministro da Marinha José Antônio Saraiva,⁴⁶⁵

⁴⁶³ BRASIL. Decreto nº 340 de 25 de Janeiro de 1844. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1844-01-25:340>

⁴⁶⁴BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1858-05-01:2163>

do gabinete presidido pelo conservador Pedro de Araujo Lima (Marques de Olinda), que foi o regente da Regência Una que instituiu o Regresso Conservador e a Reforma de 1839. Considerado pela historiografia naval como grande marco da entrada da Academia de Marinha às noções modernas da profissão militar naval, que deveriam se ajustar aos novos meios tecnológicos de fazer a guerra marítima,⁴⁶⁶ os novos estatutos foram resultado direto de um longo processo reformista discutido nas esferas políticas e militares.

Tal processo, mostrado nas páginas anteriores, abarcou um complexo panorama discursivo que empregava o entendimento do ser oficial naval de uma Marinha em transição, a função do militar no espaço do Estado Imperial e as novas concepções ocidentais sobre as instituições de guerra e seus materiais em evolução. Nesse sentido, a reforma de 1858 se estabeleceu em um contexto específico onde o Estado Imperial abraçou as instituições militares como importante braço para manutenção de um determinado projeto político saquarema conservador,⁴⁶⁷ baseado na concepção híbrida de heranças coloniais e inovações trazidas pelos novos ares oitocentistas. A Armada Nacional então foi resgatada como símbolo de uma força nacional capaz de assegurar a ordem da sociedade, o comércio e a escravidão.

A introdução ao aparato estatal possibilitou a estruturação organizativa que levou a aproximação com os novos modelos militares em plena evolução no século XIX, inspirados pelas reformas europeias francesas e inglesas em seus sistemas navais. As inspirações possibilitaram a consolidação de um determinado projeto naval que implicava na conformação de um oficial naval tecnicamente capaz de assegurar o controle das novas tecnologias de guerra, as formas de disciplina e hierarquia militar, como também o comando

⁴⁶⁵ José Antonio Saraiva nasceu no engenho Quitangá, freguesia do Bom Jardim, do município de Santo Amaro, na província da Bahia. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1846), foi deputado provincial (Bahia), deputado pelo Partido Liberal da Assembleia Geral e Senador (1869-1889). Foi presidente das Províncias de Alagoas, São Paulo, Pernambuco e Piauí. Nessa última “ganhou notoriedade por transferir, contra forte oposição, a capital provincial da cidade de Oeiras para Teresina”, em homenagem a esposa de D. Pedro II, D. Maria Teresa Cristina. Foi ministro de várias pastas no império, como a de Negócios Estrangeiros, da Fazenda, Marinha e da Guerra. Presidente do Conselho de Ministros (1881/1885) quando fez aprovar o projeto de lei, a Lei Saraiva ou Lei do Censo (1881), que instituiu as eleições pelo voto direto e determinava a realização de um censo em todo o Reino com vista ao alistamento dos eleitores. Foi também no seu gabinete o projeto de lei que declarava livres todos os escravos de mais de 65 anos (a Lei do Sexagenário). Entretanto, a lei foi sancionada no governo do conservador *barão de Cotegipe*. Daí o nome a lei ficar conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe. Em virtude da Lei do Censo, José Antonio Saraiva passou a ser conhecido como o Conselheiro Saraiva. Cf. SISSON, op. cit.; <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseASar.html>

⁴⁶⁶ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Evolução do Pensamento Estratégico Naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

⁴⁶⁷ SOUZA, Adriana B. de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

de navios e esquadras. Ou seja, um oficial que exerceu a função militar em tempo integral e se inseriu em um campo social cada vez mais afastado da sociedade civil.⁴⁶⁸

As reformas de 1839 e 1849, que mudaram alguns artigos dos Estatutos de 1796, apresentaram algumas inovações que já apontavam para a transição de um oficialato aristocrático para um oficialato mais moderno, no que se referia ao setor da formação e do ingresso a carreira militar. Essas duas ações regulamentadoras se tornaram matrizes de experiências e ideias que se consolidaram em 1858, conclusão essa tirada pela análise de um conjunto de documentações inseridas em uma pasta, encontrada no Arquivo Nacional, que se intitulava “Reforma da Academia de Marinha em 1858”.⁴⁶⁹ O conteúdo da pasta era bastante específico, pois estava reunido ali todo tipo de papel que se referia a Academia de Marinha, especificamente sobre estatutos e regulamentos. Não foi possível localizar no documento nenhuma referência que pudesse confirmar sua criação ou sua autoria, contudo a suspeita ficou em torno de que foi uma compilação posterior devido a presença de certos papéis com datas posteriores a reforma de maio de 1858. Contudo, as escolhas da documentação indicavam possíveis caminhos tomados pelo Poder Executivo na realização dos novos estatutos, o que comprovaria uma linha reformista proveniente desde a década de 1830.

Além do já citado Regulamento da disciplina, polícia e ensino prático escrito por Jacinto Roque de Sena Pereira;⁴⁷⁰ havia na pasta uma cópia da história regimental da Academia de Marinha desde o princípio em Portugal, o Estatuto de 31 de janeiro de 1839, promulgados pelo Ministro da Marinha, a época, Rodrigues Torres; alteração realizada em 1844 com introdução de matérias como química e física,⁴⁷¹ o Regulamento de Fevereiro de 1849 e demais papéis da transferência para terra,⁴⁷² o relatório ministerial de três ministros, na década de 1850, a saber, Zacarias de Góes e Vasconcelos, José Maria da Silva Paranhos e João Maurício Wanderley.⁴⁷³ Tais documentos foram citados, de certa forma, ao longo do trabalho e fizeram parte da trajetória reformista e possibilitaram a conformação de um projeto de ensino naval militar que seria consolidado em 1858.

⁴⁶⁸ CASTRO, 2004.

⁴⁶⁹ AN, Série Marinha, XM 214.

⁴⁷⁰ AN, Série Marinha, XM 214.

⁴⁷¹ Ver nota 462.

⁴⁷² Ver o ponto 3.1.

⁴⁷³ Ver Capítulo 2.

O contexto político favorecia a consolidação de um programa reformista ampliado, por causa da transação conservadora e os novos discursos que envolviam projetos de civilização para o Império do Brasil. A trégua entre os partidos, Liberal e Conservador, possibilitou a prática de um projeto de Estado saquarema vencedor e que visava a aproximação do Brasil com os novos “tempos modernos”.⁴⁷⁴ No campo militar, foi um período de afirmação, segundo Motta, e apesar de não tratar de assuntos importantes como a questão do recrutamento as reformas empreendidas na década de 1850 tinham em seu bojo a modernização das tropas, principalmente nos avanços tecnológicos da arte da guerra.⁴⁷⁵ No Exército, neste momento, a direção levou a uma maior disciplina e hierarquia devido a formulação de instrumentos institucionais como “ajudância-geral e o quartel-mestre general, incipiente do Estado-maior; os distritos militares, significando fiscalização e controle dos corpos das tropas; “comissão de melhoramentos”, centralizando providências tendo em vista um armamento modernizado; a lei de promoções; e o ensino militar, melhorando o cunho técnico-profissional de seu ensino.”⁴⁷⁶ E a Marinha passava pelos mesmos processos.

A apresentação dos novos estatutos a Assembleia legislativa foi realizada em 14 de maio de 1858 pelo então Ministro da Marinha José Antônio Saraiva.⁴⁷⁷ Seu discurso pontuou as principais direções que a reforma instituída desejou alcançar, explicando assim as escolhas realizadas para a construção do Estatuto promulgado no início de Maio de 1858. Ao iniciar o discurso o então Ministro deixou claro que a realização da reforma foi proveniente de um esforço empreendido por seus antecessores

“Digo que o Regulamento é o resultado dos seus esforços, porque, na luminosa exposição de seus princípios, acerca do assunto, assim como nos pareceres por eles adquiridos, e que continham a opinião de grande número de pessoas ilustradas e profissionais, encontrei dados, de me servir, e com os quais averigui as necessidades mais sentidas e as providencias mais urgentes, que cumpria adotar-se em benefício do melhoramento da instrução teórica e prática dos Oficiais da nossa Marinha de Guerra.”⁴⁷⁸

⁴⁷⁴ SOUZA, 1999, p. 127

⁴⁷⁵ MOTTA, 1998, p. 99.

⁴⁷⁶ MOTTA, 1998, p. 102

⁴⁷⁷ BRASIL. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha José Antônio Saraiva em 7 de Maio de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

⁴⁷⁸ Idem, p. 5

A ligação entre 1858 e o processo reformista empreendido desde a década de 1830 era latente, e por essa condição, segundo o Ministro Saraiva, o novo estatuto procurou resolver a grande questão envolvendo as querelas sobre o ensino: a instalação da Academia a bordo de um navio e o internato. A experiência absorvida nos anos em que a Academia de Marinha permaneceu a bordo já tinham revelado as mais diversas desvantagens em relação a questão da formação do oficial em um navio: despesas altas, falta de espaço adequado para os estudos, a dificuldade permanência de um corpo de Lentes qualificados a bordo; todas elas apontavam que apesar do ideal de uma educação marítima para os oficiais, a realidade que se apresentava no Império do Brasil a escolha mais acertada consistia no “desenvolvimento das matérias de ensino, não o fez absolutamente a custa do tempo de embarque, que aumentou e se regularizou.”⁴⁷⁹

Nesse sentido a inspiração dos estatutos se pautou na admissão de um currículo mais amplo que se direcionasse tanto para as matérias científicas quanto para os exercícios práticos como garantia de uma perfeita educação ao oficialato. Associado a esta direção, segundo o Ministro Saraiva, se procurou melhorar a forma de admissão, as lições e o corpo docente que iriam compor o novo ensino militar do Império. Sobre o internato dos aspirantes garantiu que a ação só traria bons benefícios, pois ofereceria melhores condições de estudo e de disciplina necessária para a carreira militar.⁴⁸⁰ Os novos regulamentos de 1858 representaram de fato o término de um longo processo formação da oficialidade naval como almejado pelo governo imperial, e análise do novo dispositivo regimental da Academia de Marinha refletirá, em seguida, a conclusão deste caminho.

O primeiro ato do novo regulamento organizador da Academia de Marinha foi mudar seu nome para Escola de Marinha, a nova escola teria como função maior, segundo artigo 1º, “o ensino teórico e prático das matérias cujo estudo é indispensável para os jovens que se dedicarem ao serviço da Armada Imperial, e obtiverem praça de Aspirante á Guarda Marinha.”⁴⁸¹ Ou seja, consolidava-se assim a visão de que a formação era princípio básico para o exercício de uma função militar naval.⁴⁸² O novo regulamento estava dividido em 16

⁴⁷⁹ Idem, p. 5

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1858-05-01;2163>

⁴⁸² Formação intelectual e cultural. Neste sentido, mais do que um profissional, o oficial da marinha pode ser vista também como um intelectual orgânico de um projeto civilizatório do Imperio brasileiro, onde a tecnologia

capítulos que versavam sobre os mais diversos assuntos referentes a rotina de uma instituição de ensino naval e também militar. Por fins analíticos os capítulos dos Estatutos de 1858 foram agrupados neste trabalho em três categorias: ensino, admissão e organização administrativa.

A primeira categoria ensino envolveu quesitos básicos da formação, como distribuição das disciplinas entre outros fatores ligados ao conhecimento naval militar exigido em meados oitocentista. Como se demonstrou, as novas exigências tecnológicas trazidas pela revolução industrial no campo marítimo, e posteriormente militar forçou um avanço das especialidades que um oficial naval deveria dominar, nesse sentido desde o final da reforma de 1839, o então chefe de divisão Sena Pereira alertava as autoridades ministeriais sobre a necessidade de reformulação da parte científica do currículo da Academia para se alcançar alguma evolução no aspecto da formação.⁴⁸³ Além deste aspecto, ao longo do trabalho, outra grande questão assolou os mais diversos discursos relacionados ao projeto educacional naval: se o ensino deveria ser teórico ou prático, qual escolha seria a mais acertada para a construção do “verdadeiro oficialato”. Aqui então, foram resgatadas as experiências das principais potências navais da época, A Inglaterra e a França, como modelos opostos que deveriam ser escolhidos, sendo o modelo francês pautado na cientificidade e teoria, enquanto os ingleses forjavam a educação naval da prática cotidiana a bordo. Entretanto, os exemplos eram retórica para uma disputa discursiva entre ideias conflitantes acerca do entendimento da Armada e do ensino naval para o Império.⁴⁸⁴ Simultaneamente, ao longo do século XIX, as nações europeias experimentaram diferentes combinações da prática e teoria na construção de uma solidificação de uma Marinha, que assim como no Brasil, estava em transição.⁴⁸⁵

No mesmo caminho estava sua congênere das forças de terra, a Escola Militar. Os mesmos princípios de consolidação de um ensino militar mais técnico e que abarcava a prática e a teoria com inspirações europeias, estavam em plena evolução nos discursos dos ministros da guerra, políticos imperiais e lentes. Alguns personagens se repetiam na trajetória como José Maria da Silva Paranhos, que também foi lente da Escola Militar e o João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, unidos a personagens militares do Exército como Manuel

(= civilização) não era antagônica do escravismo. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; ALVES, 2002.

⁴⁸³ Cf: parte do capítulo 3.

⁴⁸⁴ A respeito da retórica como chave de leitura discursiva cf. CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf>

⁴⁸⁵ Ver parte do capítulo 2

Felizardo de Souza e Mello,⁴⁸⁶ instituíram um discurso reformista que visou a ampliação e diversificação do ensino apontando sempre para os modelos profissionais, eu seja, embutidos de valores disciplinares mais rígidos; o mérito e a educação com maior importância; e a introdução dentro dos currículos matérias técnicas e científicas que orientasse o exercício do oficialato militar de estratégia e comando das tropas.⁴⁸⁷

A Escola Militar, em 1851, teve a aprovação para divisão em dois estabelecimentos: a Escola de Aplicação da Praia Vermelha e a Escola Central, herança da instituição de 1810. Segundo Jehovah Motta, a separação se estabeleceu com intuito de melhorar a organização das manobras, dos exercícios militares e das técnicas aprendidas no currículo científico.⁴⁸⁸ A divisão da Escola Militar só aconteceria na prática em 1855, e com isso a transformação das bases curriculares das duas instituições. Enquanto a Escola de Aplicação, mais nova, dedicou-se aos estudos dos assuntos militares com o curso de duração de inferior, a Escola Central ficou encarregada do ensino científico e de engenharia civil por um período longo.⁴⁸⁹ Questões referentes ao internato, a disciplinarização dos alunos, o uso de uniformes, paradas e exercícios de guerra se concentraram no currículo acadêmico da Escola de Aplicação da Praia Vermelha, enquanto a Escola Central continuava a ter em seu currículo uma base ligada a matemática. Tal divisão de questão não foi um consenso entre militares e políticos e muitas das vezes não houve aplicação dos estatutos na realidade, entretanto a formulação de tais ideais ajudou na contínua separação do exercício da profissão militar, que cada vez mais precisava ser técnico e preciso. No campo do ensino militar do Exército, em meados do século XIX, se sustentava o pensamento do iminente Silva Paranhos que tinha como linhas-mestres da reforma “a criação de colégios militares, que tomariam para si a questão dos preparatórios; a concentração na Escola Militar da Praia Vermelha os cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia; e na Escola Central a formação de engenheiros geógrafos, militares e civis.”⁴⁹⁰

O importante deste panorama do ensino militar no Brasil em meados do Oitocentos foi compreender como o processo foi amplo, longo e disputado. Apenas possível devido a um

⁴⁸⁶ Nascido em 1806 no Rio de Janeiro, na freguesia de Campo Grande. Formado em matemáticas pela Universidade de Coimbra, ocupou o cargo de lente da Academia Militar do Rio de Janeiro. Entrou na carreira militar como capitão, mas pode ser considerado o típico oficial aristocrático perfazendo dois campos o político e o militar. Foi um dos responsáveis por reformulações nas forças de terra. Cf.: LYRA, 1978, p. 319; SOUZA, 1999.

⁴⁸⁷ MOTTA, 1998, p. 107

⁴⁸⁸ Idem, p. 109

⁴⁸⁹ Idem, p. 113

⁴⁹⁰ Idem, p. 132.

determinado momento político de consolidação modernizadora e conservadora do Estado,⁴⁹¹ que levou a formulação de um projeto para oficialidade, naval e de terra, que tendeu a separar o ofício militar das atividades civis, implantar um sistema educacional calcado na técnica-profissional através do ensino científico e prático; como também aumentar os dispositivos de comportamento disciplinar e hierárquico formando assim a base para o crescimento de um novo panorama militar. E os mesmos discursos e ações foram também inseridos nesta reforma de 1858, com as devidas particularidades.

O novo curso acadêmico instituído em 1858, na Escola de Marinha, teria duração de quatro anos, sendo os três primeiros anos voltados a formação teórica e alguns elementos práticos e o último ano letivo ao embarque em um navio de guerra. Como demonstra abaixo o quadro sobre as distribuições de lições e matérias. O ano letivo duraria de março a outubro, sendo o mês de novembro dedicado a aplicação dos exames para aprovação.⁴⁹² Um regulamento especial realizado pelo Conselho de instrução definiria o horário das lições e a rotina acadêmica, contudo ficou já estabelecido que as matérias das cadeiras e primeira aulas ocorreriam pela manhã e as atividades complementares pela tarde. Os aspirantes do 3º ano também deveriam sempre visitar as oficinas de máquinas e instalações do Arsenal de Marinha com intuito de melhor compreender o processo da construção naval.

⁴⁹¹ SOUZA, 1999.

⁴⁹² BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Capítulo VI. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1858-05-01:2163>

Quadro 5: Quadro de distribuição do curso acadêmico pelos quatro anos letivos

| Ano | Cadeira | Matérias e lições | Ensino Prático |
|-----------------|---------------------|--|--|
| Primeiro Ano | Primeira Cadeira | Geometria elementar, seguida das noções fundamentais da geometria descritiva. Trigonometria retilínea, com aplicação aos primeiros teoremas da geometria analítica, na parte relativa á teoria da linha reta e do plano, considerados no espaço. | Primeira aula em dias alternados: Aparelho e Manobra. Segunda Aula: Desenho de figura e de paisagem. |
| | Ensino Auxiliar. | Álgebra até a resolução geral das equações numéricas. Binômio de Newton, com aplicação á dedução analítica das series elementares, a saber: àquelas que exprimem o desenvolvimento das funções exponenciais, logarítmicas e circulares. Construção e uso das taboas dos logaritmos, tanto de números como de linhas trigonométricas. | |
| Segundo Ano | Primeira Cadeira | Noções elementares de calculo diferencial e integral, com aplicação á teoria das curvas, e superfícies curvas em geral, servindo de introdução ao ensino da mecânica racional. Aplicação desta á teoria das máquinas símplices, e com especialidade ás de vapor, e a explicação dos princípios fundamentais da construção naval. Exposição da teoria de atração universal, aplicada ao movimento dos planetas e á explicação do fenômeno das marés. | Ensino prático: Topografia e desenho topográfico. |
| | Ensino Auxiliar. | Continuação da geometria analítica, com aplicação ao estudo das curvas planas, especialmente das secções cônicas, e das superfícies e sólidos da revolução. | |
| | Segunda Cadeira | Física experimental, compreendendo especialmente o estudo da óptica, eletricidade, magnetismo terrestre, meteorologia, e do vapor considerado como agente mecânico. | |
| Terceiro Ano | Primeira Cadeira | Trigonometria esférica, e astronomia física, servindo de introdução ao curso completo de navegação. | Estudos detalhados e práticos do emprego das máquinas de vapor nos usos da navegação. Desenho de máquinas. |
| | Segunda Cadeira | Balística aplicada ao movimento dos projetes usados na guerra, e com especialidade á Artilharia Naval. Química elementar, com aplicação especial á pirotecnias. | |
| Quarto Ano | | Ensino a bordo de um navio armado em guerra, e em viagem de longo curso. Tática naval, história da navegação, com especialidade das mais notáveis Campanhas navais dos tempos antigos e modernos. Exercícios práticos e regulares de observações astronômicas, especialmente para a determinação das longitudes no mar. Exercícios de Artilharia. Trabalhos hidrográficos, e desenho respectivo. Detalhes práticos da construção naval, com especial aplicação ao serviço de guerra. | |

Fonte: BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1858-05-01:2163>

O quadro acima deixou bem explícito o agigantamento da parte científica da Escola de Marinha que aprofundou os conhecimentos matemáticos e inseriu novas disciplinas, principalmente da área de exatas. Comparado a matérias apresentadas em 1796 que estavam ligadas aos moldes científicos em estágio inicial, pôde se aferir que em 1858 uma preocupação em estabelecer uma inserção de todas as disciplinas consideradas essenciais ao entendimento de algum princípio da atividade militar. O primeiro ano letivo ficava restrito a formação de uma base teórica voltada ao ensino matemático e noções fundamentais, uma herança dos antigos estatutos. Os estudos teóricos, principalmente matemáticos, como já expressado no capítulo primeiro desta dissertação, foram um reflexo direto das inovações científicas experimentadas a partir da explosão iluminista. Segundo Elaine Duarte, as academias militares inauguradas na virada do século XVIII para o XIX inaugurava um novo contexto onde a ciência, a natureza e o progresso estavam unidos.⁴⁹³ Nesse sentido, a matemática apontava para a consolidação de um raciocínio prático e sólido e necessário nas atividades ligadas a guerra e a navegação.⁴⁹⁴

A partir do segundo ano se estabeleceu uma rotina teórica com novas disciplinas como química, física e elementos mais complexos matemáticos que tinham como finalidade maior a compreensão de fenômenos ligados a profissão naval como: mecânica, máquinas a vapor, navegação, balística, marés e astronomia. Diferentemente, de outras funções militares a profissão naval estava inserida em uma determinada peculiaridade onde se compreendeu, segundo Lewis, a fusão de dois tipos sociais o “soldado” e o “homem do mar”.⁴⁹⁵ Era comum encontrar nos diversos discurso parlamentares a ideia de que o fazer soldado era tarefa fácil e mais rápida, do que realizar a formação de homens ligados ao ofício da guerra no mar, pois a exigência de tempo para aprendizagem de todos os mecanismos marítimos era grande e exigia também vocação.

A incorporação da evolução naval dos estatutos de 1858 correspondeu a demanda de modificações que foram sendo descritas desde 1839, principalmente pelos militares e políticos ligado a esfera militar, que a partir de um contexto internacional de transição, compreenderam a evolução do fenômeno do profissionalismo. Em meados de 1850, a concepção profissional militar passou a instalar um amplo processo de mudanças em quesitos como admissão e

⁴⁹³ DUARTE, 2004, p.12.

⁴⁹⁴ Idem, p. 50.

⁴⁹⁵ LEWIS, 1948.

promoção, organização de estados-maiores e instituições de ensino militar avançado, como aponta Huntington, o que levou a uma consolidação maior do novo aspecto militar ocidental.⁴⁹⁶ No caso específico da Marinha, o termômetro deste ensino avançado estava associado a introdução de disciplinas que lidassem de alguma forma com os novos ares tecnológicos que tinham na máquina a vapor seu maior ápice evolutivo.⁴⁹⁷

Outra inovação para ensino militar naval consolidada pelos estatutos de 1858 foi a fixação do ensino prático. O antigo estatuto de 1796 previu exercícios e embarques necessários para a formação dos guardas-marinhas, inseriu matérias ditas das artes marinheiras e garantiu o embarque ao final do último ano aos aprovados, inseriu considerações explícitas de como o ensino deveria proceder e as funções de cada militar a bordo no que se refere a aprendizagem dos alunos, entretanto nunca vinculou diretamente a aprovação no ano de embarque como requisito exclusivo para promoção na carreira militar.⁴⁹⁸ Em 1839, mesmo com um navio a bordo a assunção ao posto de guarda-marinha se estabelecia pela aprovação nos três anos letivos, não se formulou no regulamento o nível que os exercícios práticos, que eram realizados nas férias, tinham para a futura promoção.⁴⁹⁹ Em 1858, o último ano letivo estaria vinculado ao curso como todo e a aprovação para promoção ao posto de segundo-tenente dependeria do desempenho dos alunos na vida marítima.⁵⁰⁰ Além do estabelecido na parte referentes a cadeira do ensino prático que abarcavam a prática de outras cadeiras teóricas dos outros anos letivos como observações astronômicas, o regulamento dedicou um artigo completo sobre a forma que se organizaria o evento do ensino a bordo.

O quarto ano letivo deveria ser estabelecido em um navio de guerra, que seria providenciado pelo Governo e deveria estar bem aparelhado para o recebimento dos guardas-marinha (ver quadro 5). A viagem era feita seguindo instruções governamentais e se iniciava sempre antes do dia 15 de Dezembro. Essas ordens eram feitas anualmente, mas deveriam constar sempre em sua base: a ordem e natureza do serviço dos guardas-marinha a bordo; o

⁴⁹⁶ HUNTINGTON, 1996

⁴⁹⁷ RESTIER, 2012.

⁴⁹⁸ Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, 1979, p. 48

⁴⁹⁹ Ver: Regulamento nº 27 de 31 de Janeiro de 1839 – Transfere a Academia da Marinha para bordo de um navio de guerra edá outros procedimentos a respeito deste estabelecimento. Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1839, p. 10. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-25/%C3%ADndice-25.pdf>

⁵⁰⁰ Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Artigo 2.

desenvolvimento que os lentes deveriam estabelecer com o ensino das matérias do 4º ano; as horas de ensino, programa, lições; os trabalhos e derrotas que deveriam ser realizados pelos guardas-marinha e apresentados ao final da viagem como prova de aptidão; os trabalhos que os lentes e professores deveriam oferecer ao governo; as informações dos responsáveis pela viagem e pelo navio do aproveitamento de cada guardas-marinha; as instalações marítimas que devem ser visitadas com a supervisão dos lentes; tudo que seja necessário para que os guardas-marinha tenham instrução, disciplina e hábitos da vida marinheira e a forma que eram avaliadas as matérias desse último ano.⁵⁰¹

Portanto, não bastava apenas a realização das atividades todo um programa acadêmico deveria ser cumprido, inclusive com apresentação de trabalhos por parte dos guardas-marinha como forma de avaliar a absorção do conhecimento neste estágio, já que após a instrução a bordo o guarda-marinha ficava apto a seguir carreira militar sendo promovido a segundo-tenente. O comandante do navio ficava encarregado da rotina da instrução e era hierarquicamente superior aos oficiais embarcados, sendo comparado e tendo as mesmas funções que o Diretor da Escola Marinha.⁵⁰² E um grupo de oficiais navais da Armada era encarregado do programa educativo ao longo da viagem, a presença de oficiais como “mestres do ensino” era algo almejado desde a reforma de 1839, pelo então Comandante Sena Pereira, por acreditar que a socialização e inclusão de valores militares seriam melhores absorvidos entre os pares que compuseram o mesmo corpo do oficialato. E esses oficiais navais encarregados eram escolhidos anualmente pelo governo, além deles havia a bordo dos professores de desenhos hidrográficos e comissões da Armada Imperial, quando este navio-escola fosse praticar em portos da Europa.

Estava claro que nos estatutos de 1858 existiu uma evolução na parte científica e teórica que apontou para a aproximação com um ensino militar mais moderno e profissional, no sentido de abarcar as mudanças tecnológicas e científicas sentidas ao longo do século XIX. Entre os dois modelos militares opostos, prático e teórico, defendidos ao longo do processo

⁵⁰¹ BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Capítulo 5.

⁵⁰² “O Diretor é a primeira Autoridade da Escola, e suas ordens serão obrigatórias para todos os Empregados, inclusive os do Magistério. Incumbe-lhe especialmente: 1º Convocar o Conselho de Instrução, presidir e dirigir os seus trabalhos, assistir aos exames; 2º Determinar e regular o serviço da Secretaria e da Biblioteca. 3º Fazer executar todos os regulamentos da Escola e ordens do Governo; 4º Inspeccionar a execução do programa dos concursos, exames e ensino; 5º Manter no Estabelecimento a maior ordem e regularidade procurando inspirar a todos os alunos princípios de rigorosa disciplina, pundonor militar e boa educação; 6º Detalhar o serviço dos Oficiais e praças d'Armada sob suas ordens; 7º Fiscalizar o dispêndio de todas as quantias recebida para as despesas do Estabelecimento.” In: BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Capítulo 7, art. 72.

teve-se como ala vitoriosa a noção reformista que surgiu ao longo da década de 1850 enxergando a necessidade de uma construção ampla que abarcasse ambos os conceitos e solidificassem a ciência e as atividades práticas na esfera militar, principalmente na carreira naval devido às especialidades do manuseio dos navios e para navegação. Nesse sentido, a visão de do Ministro José Maria da Silva Paranhos exemplifica as noções e ideias que pautaram a construção regulamentadora

“Entendo, quanto ao melhor meio de combinar o ensino teórico com o prático, que estes devem estar inteiramente ligados. Creio que seria pior de todos os sistemas o que fizesse preceder a pratica, isto é, que esterilizassem na penosa vida do mar as inteligências dos jovens candidatos, antes de cultiva-las e desenvolve-las nos estudos científicos necessários a sua profissão.”⁵⁰³

Os outro artigos referentes a categoria ensino regulamentavam matérias que seriam aplicadas aos alunos de todos os anos, como mostra quadro abaixo,

Quadro 6: Atividades realizadas por todos os aspirantes a Guarda-Marinha.

| Atividades | Tempo e duração das lições |
|-----------------------------------|---|
| Falar e escrever francês e inglês | duas vezes por semana para cada matéria |
| Aparelho de manobra | duas vezes por mês em algum navio de guerra, ou pertencente á Escola, e sobre a vela, praticando nessa ocasião todas as fainas da arte de Marinheiro. |
| Esgrima | uma vez por semana. |
| Ginástica | uma vez por semana. |
| Natação | duas vezes por mês, e nos domingos, antes da missa. |

Fonte:BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1858-05-01;2163>

No tocante aos exames ficou estipulado que os aspirantes a guardas-marinha fariam dois exames, um oral e outro escrito, quando possível, ao final do ano letivo. Os responsáveis pela avaliação eram os lentes, opositores e professores que tinham como função votar, secretamente, pela aprovação ou reprovação do aluno. O sistema de exames manteve algumas práticas antigas ao outro regulamento de 1796, entretanto havia uma maior disciplina da forma que se aplicava o conteúdo necessário, com maior rigidez sobre as faltas dos aspirantes e punição em caso de reprovação.

⁵⁰³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos para Assembleia Geral em 2 de Maio de 1857. <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

Por último, neste quesito sobre ensino versavam outro dois capítulos: um sobre as viagens de férias dos aspirantes e a criação de colégios navais. Sobre as viagens de instrução no período de recesso escolar tinha como objetivo maior inserir o futuro oficial nas adversidades da vida ao mar, como também avaliar a prática da técnica naval ao longo do curso. O programa prático era estipulado pelo governo a cada ano e os aspirantes embarcados em navios da Armada Imperial, ao final da viagem o comandante do navio deveria reportar ao governo imperial o desempenho individual dos alunos, tendo baixa do serviço militar aqueles que não condiziam com a vocação marítima. Além de consolidar um programa de ensino prático, tal ação centrava em um grande problema da sociedade imperial brasileira que não possuía uma tradição naval afluente. A maior dificuldade encontrada ao longo dos discursos reformistas sobre a oficialidade naval era ausência de qualquer preparatório dos indivíduos que seguiam a carreira naval, específica e árdua. Por isso, neste regulamento se criou um dispositivo para construção de colégios navais ao longo da costa do Brasil, cuja finalidade seria levar conhecimentos preparatórios exigidos pelo regulamento da Escola da Marinha para admissão ao corpo de aspirantes a guardas-marinha. Tal fato só se concretizou em 1871, mas já demonstrou que nos círculos pensantes do projeto do ensino naval seria necessário o alargamento de conhecimentos prévios ligados a matemática e a vida militar naval.

O segundo grupo de artigos reguladores envolvia os processos de admissão e do formato militar da instituição, pode-se assim entender, versavam sobre os quesitos necessários para entrada, a organização do corpo de alunos, internato e processos de promoção. Tais quesitos de certa forma já haviam sido modificados em 1839 e como se mostrou anteriormente instalaram noções de um profissionalismo nascente, em 1858 houve uma maior consolidação destes quesitos aproximando ainda mais de um ideal militar alicerçado no merecimento, na disciplina e hierarquia como reguladores da rotina da, agora, Escola de Marinha.

Sobre a admissão ao corpo de aspirantes a guardas-marinha deveria se cumprir as seguintes determinações: ser cidadão brasileiro, ter habilidade com a vida naval e não possuir nenhum defeito físico que impossibilitasse o exercício da profissão, ter mais de 14 anos e menos de 18 anos de idade e ser aprovado em matérias preparatórias na Escola de Marinha. Tais matérias consistiam em: gramática portuguesa, leitura e versão escrita em inglês e francês, noções gerais de Geografia e História, principalmente geografia física e história do

Brasil e por último, aritmética completa. A novidade se encontrava na expansão da base educacional exigida, antes apenas as quatro operações matemáticas e algumas noções de línguas, e em 1858, além de uma vocação ao exercício naval, matérias associadas ao estudo secundário que estava em plena implementação no Brasil. Nesse sentido, seguiu-se o avanço geral para evolução dos métodos profissionais que passavam pela exigência de uma educação geral que não fosse ministrada pelos militares, e sim em instituições de ensino civil.⁵⁰⁴ No mesmo contexto seguia a determinação de quais grupos poderiam assentar praça sem aprovação aos exames, pelo reconhecimento do mérito escolar que tiveram na sua formação, como os alunos do Colégio Pedro II e habilitados a matrícula no 1º ano da Escola Central Militar. A admissão ao corpo de aspirantes diminuía a preferência e os privilégios recebidos pelos filhos dos oficiais navais superiores e generais na matrícula na Escola de Marinha e passavam a se inclinar para um ideal mais educacional e de merecimento. Esse projeto alargamento na entrada, menos corporativo e mais profissional, fazia jus ao viés civilizatório do próprio Estado Imperial brasileiro.

Aprovados nos preparatórios os aspirantes passavam a matrícula e a integrar a Companhia de aspirantes a Guardas-Marinha. A preferência da matrícula era daqueles que se dedicaram a carreira militar e que por isso ficavam em sistema de internato, alunos paisanos e estrangeiros continuavam sendo permitidos a partir da aprovação do governo, mas só poderiam se matricular após todos os militares indicando que a escola, apesar de ainda ser um dos poucos estabelecimentos científicos no Império, estava mais voltada para o ensino militar. Os externos e estrangeiros ficavam submetidos aos regulamentos, rotina e disciplina dos aspirantes, todavia não viviam sobre o regime de internato.

O sistema de internato também foi parte de grande importância na expansão reformista acadêmica, desde a transferência para bordo da Nau Pedro II fazia parte do regulamento escolar sobre alegação da necessidade de intensa socialização para criação de uma mentalidade militar que consistia nos valores, atitudes e perspectivas inerentes a função militar.⁵⁰⁵ A intensa socialização efetivada pelo constante convívio era necessário naquele momento para se consolidar uma estrutura hierárquica baseada em valores não comuns na sociedade.⁵⁰⁶ Os estatutos de 1849, em relação ao internato estabeleceu que os aspirantes sem

⁵⁰⁴ HUNTINGTON, 1996.

⁵⁰⁵ Idem

⁵⁰⁶ CASTRO, 2004

aprovação plena deveriam fazer aquartelamento fora Academia de Marinha,⁵⁰⁷ como forma punitiva, entretanto em 1855 outro decreto acabou por revogar tal dispositivo, retornando novamente ao internato completo.⁵⁰⁸

Por último, em relação ao quesito de admissão e progressão da carreira militar dentro da Escola de Marinha estava a questão da promoção ao final do curso acadêmico. Em 1839 já havia se estabelecido um caminho mais moderno para forma de promoção dos alunos ao oficialato naval ao se consolidar a ideia de que a aprovação dos três anos letivos garantiria a ascensão ao posto de guardas-marinha, mantendo apenas as nomenclaturas das patentes e o tempo da ascensão do estatuto de 1796. A introdução das noções de ascensão por mérito a partir de uma condição de igualdade educacional, como apontada por Lewis, era um importante fator para consolidação da profissão naval, e em 1858, tornou-se ainda mais consolidada, pois se garantia a partir de dois anos de embarque ao guarda-marinha a promoção ao posto de segundo-tenente. Ou seja, não se vigorava mais determinados mecanismos dos regulamentos e práticas anteriores que condissessem com algumas preferências e condições para seguir na carreira como: a preferência pelos filhos de oficiais militares, tanto no ingresso como na promoção, os casos de ascensão por meios civis como a obtenção de privilégios e por último a necessidade de espera por vagas naquele patente. Esse cenário favoreceu a introdução de meios modernos de ascensão da carreira, que estabeleciam determinadas regras de promoção baseadas no tempo de serviço e na qualidade do oficial militar.⁵⁰⁹

O último agrupamento de artigos do estatuto de 1858 analisados se dirigia especificamente sobre a organização da instituição acadêmica estabelecendo alguns quesitos ligados a ordem hierárquica e atribuições do pessoal ligada a rotina administrativa da Escola de Marinha, do corpo de professores que lecionavam para os aspirantes e a distribuição diária das lições e atividades acadêmicas.

A novidade apresentada pelos estatutos de 1858 estava relacionada ao posto de maior poder dentro da instituição, que antes era destinada ao Comandante, geralmente um oficial naval com grande prestígio e experiência militar. Segundo Motta, a presença de um

⁵⁰⁷ BRASIL. Decreto nº 586 de 19 de Fevereiro de 1849. Artigo 7. In: ALBUQUERQUE, 1979.

⁵⁰⁸ BRASIL. Decreto nº 1690 15 de dezembro de 1855. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1855-12-15;1690>

⁵⁰⁹ LEWIS, 1848.

comandante representaria uma ação modernizadora ao profissionalismo militar por se reproduzir no ambiente escolar uma cadeia hierarquizadora e disciplinar presenciada nos quartéis.⁵¹⁰ Dentro da Academia de Marinha a consolidação da figura como comandante vai ser acentuada em 1839, com a transferência da instituição para bordo de uma Nau. Entretanto, em 1858 o então posto de comando foi transformado em Diretoria, composta por um diretor e um vice-diretor, oficiais gerais e que deveriam ter frequentado o curso naval da Escola de Marinha. Tal noção poderia acarretar uma afirmação de que alguns pontos estavam transformando a Escola de Marinha em apenas uma instituição científica, contudo ao se analisar as atribuições do diretor e do vice-diretor da Escola pôde-se averiguar que as responsabilidades seriam as mesmas e envolviam a garantia da ordem e da disciplina entre os alunos, inspecionar as execuções dos concursos, inspeção do comportamento e dos uniformes dos alunos e garantir o cumprimento das ordens do governo.⁵¹¹ A hierarquia administrativa manteria o diretor como principal encarregado de todas as esferas administrativas, acadêmicas e militares. Completava o quadro do pessoal um secretário, um oficial arquivista, um amanuense, um médico, um capelão, um comissário escrivão, um porteiro, guardas, serventes e cozinheiros. A equipe poderia ser completada por dois oficiais navais com a patente inferior a capitão-tenente para auxiliar na rotina e inspeção dos aspirantes na retidão militar e acadêmica. Abaixo segue quadro do pessoal empregado em 1858, com suas funções e condecorações.

Quadro 7: Relação do Pessoal da Escola de Marinha em 1858

| Graduações | Nomes | Empregos | Data da Posse |
|---------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|------------------------|
| Chefe de Esquadra | Conselheiro Antonio Pedro de Carvalho | Diretor | Em 8 de junho de 1858 |
| Capitão de Fragata | Gabriel Ferreira da Cruz | Vice-Diretor | Idem |
| Capitão Tenente | Carlos Augusto da Rocha Freire | Oficial | |
| Primeiro Tenente | Antonio Ximenes de Araujo Pitada | D.º Ajudante de Companhia | Em 25 de junho de 1858 |
| Segundo Tenente Reformado | Antonio Fernandes dos Santos | Secretario | Em 26 de junho de 1858 |
| | Justiniano Wencesláu Mello Cunha | Oficial Arquivista e Bibliotecario | Em 8 de junho de 1858 |

⁵¹⁰ MOTTA, 1998.

⁵¹¹ BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1858-05-01:2163>

| | | | |
|----------------------------------|--|-------------------------------|------------------------|
| | Manoel Pinto da Silva Valle | Amanuense | Em 9 de junho de 1858 |
| Capitão Tenente | Dr. Joaquim Alexandre Manso Sayão | Lente Catedrático do 3º Ano | Em 8 de junho de 1858 |
| Primeiro Tenente | Giácomo Raya Gabaglia | Idem do 2º Ano | |
| Primeiro Tenente | Sabino Eloy Pessoa | D.º Interino do 1º Ano | Em 8 de junho de 1858 |
| Primeiro Tenente | Jeronimo Pereira de Lima Campos | Idem de Artilharia | Idem |
| Primeiro Tenente | Manoel Francisco Corrêa Leal | Idem do 2º Ano | Idem |
| Capitão de Mar e Guerra Graduado | Francisco José de Mello | Professor de Aparelho | Idem |
| Segundo Tenente Honorário | José dos Reis Carvalho | D.º Interino de Desenho | Em 11 de junho de 1858 |
| Major Reformado | Luciano Alves da Silva | Instrutor de Infantaria | |
| | Padre Marcos Neville | Professor de Inglês | Em 6 de julho de 1858 |
| | Pedro Orlandino | Mestre de Esgrima e Ginástica | Em 8 de junho de 1858 |
| Capitão de Fragata 1º Cirurgião | Dr. Felix José Barbosa | Médico | Em 8 de junho de 1858 |
| | Conego Jose Joaquim Pereira da Silva | Capelão | Idem |
| Capitão Tenente Graduado | José Antonio de Oliveira Basto | Comissário – Escrivão | Idem |
| | Augusto Zacarias da Fonseca Costa | Porteiro | Em 20 de julho de 1858 |
| | José da Costa | Guarda | Em 8 de junho de 1858 |
| | Manoel (...) Cavalcante de Albuquerque | Idem | Idem |
| | João Maria Pinto | Idem | Idem |

Fonte: Mapa nominal dos empregados da Escola de Marinha em Agosto de 1858- AN, Série Marinha, XM 214.

Nos regulamentos houve mudanças associadas à organização em relação ao corpo docente que cumpriria a partir daquele ano uma série de requisitos para aprovação em um concurso para ocupação de uma cadeira na Escola de Marinha. Antes as nomeações não tinham tanto rigor e exigências, apenas apontavam a quantidade do quadro de lentes e substitutos e que deveriam demonstrar alguma experiência nas disciplinas que foram destinados. Em 1858, todavia, passava-se a estabelecer uma nova organização e novos parâmetros avaliativos aos professores, condizendo com um contexto de expansão da modernização científica e técnica da instituição militar naval.

O corpo docente aumentava e se complexificava sendo agora composto por cinco lentes catedráticos para as cadeiras do 1º, 2º e 3º anos, cinco opositores para substituição e apoios dos lentes, três professores das aulas de desenho, um professor de aparelho e manobra, dois professores para ensino de inglês e francês, dois adjuntos aos professores de desenho, um mestre de esgrima e ginástica e mestre de natação.⁵¹² Os lentes catedráticos tinham cargo vitalício e havia um concurso entre os opositores e professores para preenchimento das vagas de lentes ociosas. Neste concurso existiam as seguintes etapas: apresentação de tese, preleção oral, preleção escrita sobre assunto escolhido no concurso e provas práticas da doutrina. Ou seja, até mesmo o corpo docente deveria estar de acordo com uma linha acadêmica consistente que se basearia na qualificação do candidato e por ordem de merecimento.⁵¹³ E aos lentes também se construía uma rigorosa fiscalização das atividades e uma hierarquia, onde o militar de maior graduação teria precedência hierárquica dos demais.

A noção de construção de uma linha acadêmica concreta para a Escola de Marinha esteve presente também na criação do Conselho de Instrução. Presidido pelo Diretor e compostas pelos Lentes catedráticos e dois Opositores mais antigos, possuía como principais atribuições estipular uma direção pedagógica para o currículo, fiscalizando as falhas, propondo soluções e garantindo ser elo de busca de desenvolvimento e melhora do ensino na Escola de Marinha.⁵¹⁴ Dentro destas atribuições ficou a cargo deste conselho estipular o horário da rotina acadêmica, como estipulado pelo Artigo 29 do Estatuto de 1858

“Um programa especial, dado pelo Conselho de Instrução, marcará as horas em que terão lugar as lições das aulas primárias e secundárias de cada um dos anos, os dias e horas destinados para o ensino das matérias acessórias e exercícios práticos de diversa natureza: e bem assim os dias de explicações e sabatinas feitas pelos Lentes e Opositores.”⁵¹⁵

Sobre a rotina acadêmica foi encontrada um quadro do programa provisório estabelecido em Outubro de 1858 como resultado dos trabalhos do Conselho. No geral, o tempo acadêmico dividia-se em duas partes, uma pela manhã e outra à tarde. O início da rotina escolar pela manhã era iniciado às 9 horas, existiam dois tempos de aula: um primeiro com duração de 1 h e 45' onde se tinham aulas das matérias referentes as 1ª e 2ª Cadeira de

⁵¹² Idem,

⁵¹³ Idem, Capítulo 13.

⁵¹⁴ Idem, Capítulo 14.

⁵¹⁵ Idem, Artigo 29.

cada ano, e um segundo tempo de duração de 1h e 30' destinado aos estudos auxiliares as cadeiras com explicações, repetições e dúvidas sobre o ensino teórico aplicado na primeira parte. Após o intervalo para o almoço iniciava-se as 15 hs o ensino secundário, com as tarefas específicas de cada ano e as matérias comuns a todos como o estudo da língua estrangeira. Esse ensino secundário envolvia mais o conteúdo prático da Escola de Marinha com exercícios de manobra, navegação e tática naval. Aliado a este quadro existiu também uma serie de instruções que pautavam o comportamento e as atribuições dos aspirantes a guarda-marinha na rotina, tais formulações criavam direcionamento em todas as atividades dos aspirantes no internato como a hora da alvorada e o despertar, a higiene necessário para o garbo dos estudantes e formaturas e paradas militares com intuito de inspeção do uniforme e lição dos alunos. Geralmente, o aspirante mais antigo, ou seja, no último ano e melhor aluno se encarregava de chefiar uma brigada de aspirantes com intuito de assegurar o bom andamento da ordem e da disciplina.⁵¹⁶ Abaixo segue quadro da rotina acadêmica com horário das aulas e divisão do tempo, no ano de 1858.

⁵¹⁶ Instruções para regular a distribuição do tempo de cada dia da semana, junto do sistema da Escola de Marinha, durante o ano letivo, compreendendo as obrigações dos aspirantes a guarda-marinha e da respectiva companhia.

Quadro 7: Programa de ensino teórico e prático, distribuição dos tempos de aulas da Escola de Marinha (1858)

| 1º Ensino de manhã | 1ª e 2ª Cadeiras e 1ª Aula | 1º Ano | | | | | | | | 2º Ano | | | | | | | | 3º Ano | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|--|---|------------|-----------|------------|------------------------------|---------------------------------------|----------|--------------------------------|---|---|-----------|------------|-----------|------------|---------------------------------------|----------|---|---------------------------------|---|-----------|-----------|------------------------------|------------------------|---------------------------------------|-------------|-------|
| | | Aulas de ensino e exercícios | Designação dos dias de semana para as lições e exercícios | | | | | | | | Aulas de ensino e exercícios | Designação dos dias de semana para as lições e exercícios | | | | | | | | Aulas de ensino e exercícios | Designação dos dias de semana para as lições e exercícios | | | | | | | |
| | | | Domin-go | 2ª Feira | 3ª Feira | 4ª Feira | 5ª Feira | 6ª Feira | Sábado | Tempo | | Domin-go | 2ª Feira | 3ª Feira | 4ª Feira | 5ª Feira | 6ª Feira | Sábado | Tempo | | Domin-go | 2ª Feira | 3ª Feira | 4ª Feira | 5ª Feira | 6ª Feira | Sábado | Tempo |
| | Cadeira | | Lição | Lição | Lição | | Lição | Sabati-na | 1º tempo | 1ª Cadeira | | Lição | Lição | Lição | | Lição | Sabati-na | 1º tempo | 1ª Cadeira | | Lição | Lição | Lição | | Lição | Sabati-na | 1º tempo | |
| | Aula de desenho de Figura | | | | Lição | Lição | Lição | | 2º tempo | 2ª Cadeira | | Lição | | Lição | Lição | Sabati-na | | 2º tempo | 2ª Cadeira | | Lição | Lição | Lição | | Lição | Sabati-na | 1º tempo | |
| | Auxiliar | Explicação de dúvidas da lição para o dia seguinte | Explicação | Explicação | | Explicação | | Explicação | 2º tempo | Explicação de dúvidas da lição | | | | Explicação | | Explicação | | 2º tempo | Química | | | | | Lição | | Lição | 2º tempo | |
| | | Repetição das lições dadas | | | | Repetição | | | 1º tempo | Repetição das lições dadas | | | | Repetição | | | | 1º tempo | Repetição das lições dadas | | | | | Repetição da 1ª e 2ª cadeira | | Lição | 1º tempo | |
| 2º Ensino, de tarde, acessório | Especial a cada um dos anos | Aparelho | | Lição | | | | Lição | 1º tempo | Desenho topográfico | | Lição | Lição | | | Lição | | 1º tempo | Desenho de Máquinas | | Lição | Lição | | | Lição | | 1º tempo | |
| | | Manobra pratica | | | Lição | | | | Lição | 1º tempo | Visitas às oficinas de construção naval | | | | | | A oficina de construção naval | 1º tempo | Visitas às oficinas de construção naval | | | | | | Visitas alternadamente | 1º tempo | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Exercício da arma de infantaria | | | Exercício | | | | 2º tempo | |
| | Comuns | Manobra pratica a vela | | | | | Exercício duas vezes por mês | | | 1ºe2º tempo | Manobra pratica a vela | | | | | | | | 1ºe2º tempo | Manobra pratica a vela | | | | | | Exercício o duas vezes | 1ºe2º tempo | |
| | | Tática naval pratica a vela | | | | | Idem | | | 1ºe2º tempo | Tática naval pratica a vela | | | | | | | | 1ºe2º tempo | Tática naval pratica a vela | | | | | Idem | | 1ºe2º tempo | |
| | | Esgrima | | Exercício | | | | | | 2º tempo | Esgrima | | Exercício | | | | | | 2º tempo | Esgrima | | Exercício | | | | | 2º tempo | |
| | | Ginástica | | | | Exercício | | | | 2º tempo | Ginástica | | | | Exercício | | | | 2º tempo | Ginástica | | | | Exercício | | | 2º tempo | |
| | | Francês | | | Exercício | | | Exercício | | 2º tempo | Francês | | | Exercício | | | Exercício | | 2º tempo | Francês | | | | | | Exercício | 2º tempo | |
| Inglês | | | | Exercício | | | | 1º tempo | Inglês | | | | Exercício | | | | 1º tempo | Inglês | | | | Exercício | | | | 1º tempo | | |
| Idem | | | | | | Exercício | | 2º tempo | Idem | | | | | | Exercício | | 2º tempo | Idem | | | | | | Exercício | 2º tempo | | | |
| Natação | Exercício | | | | | | | Das 6 as 7 da manhã duas vezes no mês | Natação | Exercício | | | | | | | Das 6 as 7 da manhã duas vezes no mês | Natação | Exercício | | | | | | | Das 6 as 7 da manhã duas vezes no mês | | |

Fonte: AN, Série Marinha, XM 214

Nesse sentido, a reforma de 1858 organizou e consolidou a maioria dos dispositivos levantados ao longo do processo de construção do projeto da oficialidade naval. Os dispositivos completavam um quadro de transformação do entendimento da função militar ocidental para moldes mais profissionais, colocando uma posição mais técnica e científica na formação e reforçando os quesitos militares de hierarquia, disciplina e merecimento a admissão ao corpo de aspirantes a guarda-marinha.

Em meados do século, a rotina acadêmica e a trajetória da carreira dos futuros oficiais navais encontravam-se em seguinte estágio. Os aspirantes que almejavam atingir o posto inicial da carreira naval, se matriculavam na Escola de Marinha após conseguirem aprovação por merecimento em uma série de requisitos educacionais. Feitos aspirantes adentravam em uma rotina acadêmica rigorosa, alicerçada na prática e na teoria, que abarcava os principais conteúdos tecnológicos e científicos necessários para compreensão da função do oficialato na arte da guerra e do comando. Ao final do terceiro ano letivo e com plena aprovação os aspirantes eram promovidos a guardas-marinha, primeiro posto da hierarquia naval, sob a guarda de regulamentos militares. Passavam ao quarto e último ano, embarcados em um navio de guerra, colocando em prática uma série de ensinamentos aprendidos nos últimos anos e sobre forte regimento militar. Após o embarque, deveriam cumprir mais de um ano embarcados para que pudessem ser promovidos a segundo-tenente.

O processo reformista da Academia de Marinha chegou ao final em 1858, mas não representou a consolidação completa da profissionalização do oficialato naval. A realidade cotidiana e se todos os dispositivos foram aplicados são questões que devem ser enfrentadas futuramente. Outros acontecimentos na década de 1860, como a Guerra do Paraguai, possivelmente alteraram as visões e conhecimentos acerca da profissão militar, inclusive a partir de 1867 a Escola de Marinha se instalou a bordo novamente, na Fragata Constituição, e muitos aspirantes e guardas-marinha participaram ativamente no teatro das batalhas.⁵¹⁷ Entretanto, não se pôde negar o avanço mais moderno e profissional militar vivenciado em meados do século XIX e que trouxera para o campo das ideias, dos discursos e dos regulamentos uma nova proposta de formação para os futuros “sentinelas dos mares”.

⁵¹⁷ ALBUQUERQUE, 1979, p. 19

Considerações Finais

A análise do processo reformista vivenciado pela Academia de Marinha em meados do século XIX ajudou na conformação de constatações que permitiram averiguar a existência de um projeto de oficialidade naval próximo aos ideais militares modernos propagados nos novos conceitos de relacionamento entre Estado e instituições militares, da entrada de novas tecnologias na arte da guerra e de preceitos técnicos da função militar.

Entre 1837 e 1858, a Academia de Marinha foi palco de uma série de reformas que aplicaram novas concepções acerca do conteúdo acadêmico, dos exames, da forma de admissão e estudos necessários para entrada na carreira militar, maior hierarquização administrativa, entre outros pontos que levaram a um rompimento completo, no plano das normas, de resquícios de noções aristocráticas ou antigas na base da formação do oficialato militar. E a reforma da Escola de Marinha em 1858 representou o ápice de tal construção.

O levantamento de tal processo foi permeado por uma conjuntura de transição, vivenciada em vários níveis, pelo mundo ocidental nos Oitocentos permitindo assim a configuração de um novo relacionamento entre Estado e instituições militares. Principiava-se a configuração de novas funções do aparato militar, que subordinado a um Estado e nação, virtualmente criados, passaria a ocupar integralmente o exercício técnico da violência estatal e de segurança dos interesses de seu Estado, em um momento de intensa competição no mundo econômico ocidental. Aliado a esta conjuntura estava o grande avanço tecnológico e científico, apresentados a partir da Revolução Industrial, que permitiram a entrada na arte da guerra de inovações no campo do armamento e da navegação, entre outros quesitos. Conjunturalmente, se passou a exigir uma determinada postura mais técnica e apurada no comando das tropas e esquadras, deixando-se para trás o amadorismo militar e a utilização restrita nas batalhas, em prol de um complexo sentido científico e político do uso militar.

Nesse sentido, o oficialato, grupo social hierarquicamente superior nas instituições militares e encarregado do ofício da estratégia da guerra, foi o mais exigido nas modificações. Devido a sua posição de gerência, foi necessária a consolidação cada vez maior de um tipo social mais profissional, alicerçado em uma formação de base científica e prática apurada, que galgava patentes mais altas em uma estrutura de promoções por tempo e por mérito, e que compartilhava certos valores como o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia, mais

distantes das concepções da sociedade civil. O Século XIX foi o momento onde a estrutura começou a ser erguida, e apesar de certas noções antigas permanecerem no cotidiano, a realidade discursiva e legislativa apontavam para construção de oficiais mais capacitados e mais disciplinados nas novas exigências do ensino militar.

No Brasil Império especificamente, todo esse processo foi mesclado com a construção de um determinado projeto político conservador, que resgatou as instituições militares componentes de um discurso de ordem e civilização. A configuração de tal arcabouço possibilitou a formulação de várias reformas que perpassaram diversas instâncias do organismo militar e que tinham nas suas bases a preocupação por reorganizar a esfera administrativa, burocrática, orçamental e disciplinar. Tanto o Exército quanto a Marinha, e outras instituições militares como a Guarda Nacional, configuraram na consolidação do Estado Imperial um complexo campo de reformulações em dois sentidos: um primeiro envolto na ordem administrativa estatal e um segundo na consolidação de suas novas funções dentro do projeto conservador.

O ensino militar sempre foi ponto de destaque no processo reformista exigido para a oficialidade, e as Academias Militares protagonizaram intensos debates na esfera política e militar. A Academia de Marinha despontou como elo essencial para formação de um determinado tipo militar naval no Império que deveria assegurar a proteção do comércio, figurar dentro das orbitas e querelas diplomáticas e por saber cientificamente e na prática as novas exigências da navegação e do armamento da guerra naval. Assim, os debates que cercaram os estatutos entre 1837 e 1858 figuraram em torno do melhor caminho para construção do “ser militar naval” no Brasil dos Oitocentos.

Ao proceder uma incursão sobre os discursos e projetos de oficialidade durante o período exposto pôde-se avaliar a distinção de dois momentos, em determinada conjuntura histórica, que tiveram características e propostas mais próximas acerca da instituição de ensino dos guardas-marinha: uma primeira onda reformista na década de 1830, e início da década de 40 que centrou em discursos mais básicos acerca da direção do ensino, se prático ou teórico, foi nesse momento que a Academia foi transferida para bordo de uma Nau estacionada no porto do Rio de Janeiro; a segunda onda reformista se concentrou na década de 1850 e foi uma ampliação das questões envolvendo a prática e a teoria, mas também questões

de ampliação da admissão, comportamento e regulamento disciplinares, entre outros fatores que apresentados timidamente no primeiro momento foram mais discutidos neste segundo.

Ambos coincidiram com aspectos conjunturais muito peculiares do Estado Imperial, onde estavam à frente atores do discurso da ordem e da civilização, tanto o Regresso como a Conciliação foram importantes para o ensino militar, pois os principais atores políticos a frente das reformas militares estavam também a frente do projeto Estatal saquarema, como pode-se citar o exemplo de Rodrigues Torres. Ou seja, existiu uma aproximação entre as esferas políticas e militares, assim como interesse de ambas as partes na consolidação de um modelo militar equiparado às forças estrangeiras civilizadas, como na França e Inglaterra.

O novo regulamento instituído em Maio de 1858 reuniu em seus dispositivos todas as devidas observações e experiências advindas desde o primeiro momento reformista no Regresso, aproximou o currículo acadêmico das novas disciplinas teóricas e práticas exigidas pelo contexto tecnológico, produziu um novo rigor na admissão dos aspirantes a guardamarinhas, assim com também aumentou as exigências comportamentais e disciplinares, e estimulou o mérito e a promoção através do ensino. Ou seja, construiu um novo respaldar das normas que, de fato, redirecionaram o entendimento do “ser militar naval” no Império. Apesar da profissionalização dos corpos militares não estar completa, o primeiro passo havia sido dado, e representou a vitória do projeto de uma ala mais conservadora, inspirado nos modelos navais europeus e condizentes com a conjuntura de uma Marinha em transição.

FONTES

Manuscritos

Arquivo da Marinha (AM-DPHDM)

Livro de Registros das Cartas dos Lentes e Professores da Academia dos Guardas-Marinha

Livro de Ordens, Avisos, Portarias e mais papéis relativos a Real Academia dos Guardas-Marinha (1817-1840)

Livro de Ordens, Avisos, Portarias e mais papéis concernentes ao expediente da Academia de Marinha (1841-1855)

Termos de Exames da Academia de Marinha (1831-1860)

Arquivo Nacional - Série Marinha (AN-SM)

XM950 - “Documentos e Ofícios da Academia de Marinha (1830-1839).”

XM968 - “Documentos e Ofícios da Academia de Marinha (1840-1850).”

XM 214 - “Ofícios e regulamentos da Escola de Marinha, 1830-1859, 1º semestre, 2ª e 3ª seções do Gabinete do Ministro da Marinha.”

Impressos

BRASIL. Leis, decretos, etc. *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1831/1858.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831/1858.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatórios dos Ministros da Marinha*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831/1858.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição política do Império do Brazil*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. Academia Real dos Guardas-Marinha. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 2º vol. Tomo II, 1979

_____. *Da Companhia dos Guardas-Marinha e sua real Academia a Escola Naval (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox Brasil, 1982.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III, nº 8, Agosto 2012.

ALVES, Claudia. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. 2004. Tese de Doutorado em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

_____. “O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomás. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2013, nº. 96, pp. 105-115. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das letras, 2002.

CAMINHA, Herick Caminha. Organização do Pessoal na Marinha Imperial. In: *História Naval Brasileira*. 3º vol. Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

CAMINHA, Herick Caminha. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação geral da Marinha, 1986.

CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor & KRAV, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2004.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “Experiência Republicana” 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico – Vol. 4 – Dispersão e Unidade*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CORVISIER, André. *A Guerra*. Tradução: José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da Metrópole, 1808 – 1822”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a Polícia no Brasil: A Construção da Ordem, Imperial numa sociedade mestiça. *Revista de História e Estudos Culturais*, Ab./Maio/Jun de 2009, Vol. 6, Ano VI, nº 2, p. 5. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_01_Francis_Albert_Cotta.pdf

DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à Escola Militar: a profissionalização do ensino militar no Brasil (1810-1850)*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado Rio de Janeiro, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FONSECA, César da. A Evolução da Marinha Brasileira – Sinopse 1822-1859. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1961.

GALSKI, Nélio. *Mercenários ou libertários: as motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da Independência do Brasil*. Niterói, 2006. Dissertação de mestrado em História. UFF. PPGH.

GIACOPINI, Giuliano. História da Marinha Brasileira. In: *Revista Marítima brasileira*, ano LXXXIII, Jan/Mar 1963.

GIL PUJOL, Xavier. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política. In: *Revista Pedralbes*, n. 3, Barcelona, 1983.

GUERRA, François- Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p.40.

_____. De la Política Antigua a la Política Moderna. La Revolución de la Soberanía. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPERIERE, Annick (org.) *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII–XIX*. México: Fondo de Cultura Económica / Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HESPANHA, A. M. “Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problema de organização política do Antigo Regime e Liberalismo”. In: JANCSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

HESPANHA, A. M. & XAVIER, A. B. “As Redes Clientelares”. In: MATOSO, J. (dir.) *História de Portugal – vol. IV*. Lisboa: Estampa, 1997.

_____. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”. In: MATOSSO, José, TENGARRINHA, José (Orgs.). *“História de Portugal”*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MACHADO, Humberto Fernandes & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1975.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. A Marinha de Guerra e o Império: a marinha brasileira como braço da política externa imperial. In: Anais Simpósio Nacional de História. XXIV, São Leopoldo: Unisinus, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira & CORRÊA, Maria Letícia. Para uma leitura teórica: da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, jul-dez 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Revista Almack Brasilienze*, nº 1, Maio de 2005.

http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1808139&lng=pt&nrm=iso

_____. *O Tempo Saquarema*. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. O Gigante e o Espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil & GUZZI, André Cavaller. *Autonomia na lei: as Forças Armadas nas constituições nacionais*. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25, nº 73, junho/2010.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Geraldo de Beaulcair M. de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808/1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S Ed., 1992

PAULA, Eurípedes Simões de. “A Organização do Exército brasileiro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira- O Brasil Monárquico*. Tomo 2, Vol. 1. São Paulo: Difel, 1962.

PAULA, Eurípedes Simões de. A Marinha de Guerra, in HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4.

PEREIRA, Aline Pinto. *A Monarquia constitucional representativa e o lócus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado do Brasil*. 2012. Tese de Doutorado em História Social. Instituto de Ciências Humana e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina & PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em Revisão. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial – Vol. 1 – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: conflitos antilusitanos e conflitos raciais. In.: *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação. In: *Três panfletários do Segundo Reinado*. MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo (org). Rio de Janeiro: ABL, 2009.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins Rodrigues; FALCON, Francisco José Calazans & NEVES, Margarida de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período regencial (1831-1840). *Revista Almanack braziliense*, nº 3, maio 2006. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_artigos_1.pdf

SCAVARDA, Levy. A Escola Naval através dos tempos. In: *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: SDGM, Vol. XIV, 1955.

SCHULTZ Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

SCHULTZ, John. *O Exército na política: Origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHULZ, J. O Exército e o Império. In: Hollanda, S. B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, Tomo IV, Vol. II. São Paulo: Difel, 1971.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal – Desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia Bragança*. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

SILVA, Carlos André Lopes. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas e a emergência da profissão militar: um estudo através das normas – (1782-1839)*. Texto inédito apresentado na Anpuh Nacional, 2011.

SILVA, Carlos André Lopes. Atuação da Marinha nos Conflitos da Regência e do Início do Segundo Reinado. In: Armando de Senna Bittencourt. (Org.). *Introdução à História Marítima Brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

SILVA, Jéssica de Freitas e Gozanga. As Fronteiras e a Guerra: o papel da Marinha na História da unidade territorial na segunda metade do XIX. In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria & ARAÚJO, Valdeci Lopes de. (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

SLEMIAN, Andréa. *Sob Império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, 2006.

SOUZA, Adriana B. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política conservadora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SOUZA, Adriana Barreto. A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro joanino. In: *Revista tempo*. Niterói, vol. 12, nº 24, Janeiro/2008.

_____. À serviço de sua majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro. (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor & KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. Edusp, 1996.

VAGTS, Alfred. *A History of Militarism: civilian and military*. Nova York: The Free Press, 1959.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. “Exército, milícia e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. In: **Revista Da Cultura**. Ano III, n 14. http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf.